

em pauta

n. 43, v. 17 – 1º Semestre de 2019

“20 ANOS DO PPGSS UERJ”

2019

ISSN 2238-3786 (Versão Online)





Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2019 – n. 43, v. 17
ISSN 2238-3786 (Versão online)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ruy García Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitor

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitoria de Graduação

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Domenico Mandarino

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Renato dos Santos Veloso - **Diretor**

Guilherme Silva de Almeida - **Vice-diretor**

Silene Moraes Freire - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Vânia Morales Sierra - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Elaine Marlova Venzon Francisco, Carla Almeida, Felipe Demier, Guilherme Almeida, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Marilda Villela Iamamoto e Mônica Cesar.

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Márcia Carnaval

Fotografia de capa: Mônica Alencar/Questão Social em Foto/FSS/Uerj

Agradecimentos: Denise Bomtempo Birche de Carvalho, Joana Valente Santana, Inez Terezinha Stampa, Márcia Regina Botão Gomes e Silene Moraes Freire.

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX-CAPES



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.

– vol. 17, n. 43 (2019) – . – Rio de Janeiro

UERJ /Faculdade de Serviço Social, 2019 – . v. : il.

Semestral.

Inclui bibliografia.

ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3.
Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social



1º Semestre de 2019 – n. 43, v. 17

Equipe Editorial

Elaine Marlova Venzon Francisco
Carla Cristina Almeida
Felipe Demier
Guilherme Silva de Almeida
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DIADORIM
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Sílvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

9	Editorial	
	Dossiê “20 anos do PPGSS UERJ”	
	Dinâmica de classes no acirramento da crise mundial do capitalismo: lutas de resistência às alternativas capitalistas no Brasil	
17		<i>Franci Gomes Cardoso</i>
	Reorientações éticas da política social: do primado do <i>ethos</i> solidário ao império da moral individualista possessiva	
32		<i>Potyara Amazoneida P. Pereira</i>
	“O fantasma da classe ausente”: ensaio sobre as bases sociais do Movimento da Reforma Sanitária	
49		<i>Eduardo Stotz</i>
	Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT	
60		<i>Juliana Fiuza Cislaghi</i>
	A desconstrução (dos limites) do “campo da saúde do trabalhador”	
74		<i>Diego de Oliveira Souza</i>
	CAPS UERJ como dispositivo-acontecimento: rupturas e (des)con- tinuidades no processo de trabalho em saúde mental	
90		<i>Neylanza Micas Coe</i>
	Questão social e criminalização da pobreza: o senso comum penal no Brasil	
108		<i>Laura Freitas de Oliveira</i>
	Maioridade penal no Brasil e na Espanha: o pêndulo punitivo sobre os adolescentes infratores	
123		<i>Roberto Bassan Peixoto</i>
	Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam	
140		<i>Milena Fernandes Barroso</i>
	As tramas sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras	
155		<i>Pollyana Luz Macedo da Silva</i>
	Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj	
172		<i>Clarissa F. do Rêgo Barros</i>

187	Investigación y revistas en el Trabajo Social colombiano: la Recon- ceptualización como objeto de estudio	<i>Sergio Quintero Londoño</i>
203	Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho	<i>Natália Regina Parizotto</i>
219	Entrevista "20 ANOS DO PPGSS UERJ": desafios da Pós-Graduação no Brasil – Entrevista com a Coordenação da Área de Serviço Social na CAPES	<i>Carla Cristina Lima de Almeida e Isabel Cristina da Costa Cardoso</i>
227	Homenagem de Vida Saúde, trabalho e meio ambiente: uma história de compromisso no Serviço Social	<i>Márcia Regina Botão Gomes</i>
233	Resenhas Construindo uma ontologia das relações patriarcais de gênero no Serviço Social	<i>Luciana Azevedo Souza Ferreira</i>
237	"Novas mediações para um debate necessário: território, política social e Serviço Social"	<i>Thaís Lopes Cortes</i>
242	Normas Editoriais	



Contents

13	Editorial Dossie “20 years of the PPGSS UERJ”
	Class dynamics in the escalation of the world crisis of capitalism: struggles of resistance to capitalist alternatives in Brazil
17	 <i>Franci Gomes Cardoso</i>
	Ethical reorientations of social policy: from the primacy of the so- lidity <i>ethos</i> to the empire of possessive individualistic morals ...
32	 <i>Potyara Amazoneida P. Pereira</i>
	“The ghost of the absent class:” an essay on the social basis of the Sanitary Reform Movement
49	 <i>Eduardo Stotz</i>
	Privatization of healthcare in Brazil: from big capital dictatorship to the PT administrations
60	 <i>Juliana Fiuza Cislachi</i>
	The deconstruction (of the limits) of the “field of the health of worker”
74	 <i>Diego de Oliveira Souza</i>
	CAPS UERJ as device-event: ruptures and (dis) continuities in the work process in mental health
90	 <i>Neylanza Micas Coe</i>
	Social question and criminalization of poverty: penal common sense in Brazil
108	 <i>Laura Freitas de Oliveira</i>
	Criminal majority in Brazil and Spain: the punitive pendulum under the juvenile offenders
123	 <i>Roberto Bassan Peixoto</i>
	Structural violence against women in Belo Monte: what official data does not reveal.....
140	 <i>Milena Fernandes Barroso</i>
	The social plots of the experience of street workers in Rio das Ostras
155	 <i>Pollyana Luz Macedo da Silva</i>
	University and the labor market: the social trajectory of quota graduate students from the College of Social Work at the State University of Rio de Janeiro
172	 <i>Clarissa F. do Rêgo Barros</i>

187 Research and journals in Colombian social work: the Recon-
ceptualization as a study object *Sergio Quintero Londoño*

203 Boys wear blue, girls wear pink? Violence and sexual division of
labor *Natália Regina Parizotto*

Interview

219 "20 YEARS OF THE PPGSS UERJ": challenges of the Graduate in
Brazil – Interview with the Coordination of the Social Work Area
at CAPES
... *Carla Cristina Lima de Almeida e Isabel Cristina da Costa Cardoso*

Homage

227 Health, work and the environment: a history of commitment in
Social Work *Márcia Regina Botão Gomes*

Reviews

233 Building an ontology of patriarchal gender relations in Social Work
..... *Luciana Azevedo Souza Ferreira*

237 "New mediations for a necessary debate: territory, social policy
and Social Work" *Thaís Lopes Cortes*

246 Editorial Norms

“DUAS DÉCADAS DO PPGSS: UMA HISTÓRIA CONSTRUÍDA POR MUITAS MÃOS”

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UERJ, em 2019, comemora 20 anos dedicados à pesquisa, ensino e formação de novos pesquisadores. A presente edição de n.43 da Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea é especialmente dedicada a memorar essas duas décadas desse importante Programa.

Em maio de 2019, a Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ completa 75 anos de existência. Trata-se de uma história especialmente rica que inclui desde seus momentos iniciais como uma escola técnica pública e gratuita ligada ao então Distrito Federal, passando pelo seu reconhecimento como unidade de ensino superior em 1958, pela definição de um currículo em consonância com a ABEPSS (então ABESS) ao longo dos anos de 1960, pela resistência às agruras impostas pelo golpe de abril de 1964 e pela efervescência política que incidiu na profissão como um todo com o Movimento de Reconceituação Latino-americano de Serviço Social. Ao longo da década de 1970, firmou-se na FSS um compromisso crescente com a construção de uma perspectiva crítica, com interlocução ativa com a tradição marxista e uma fecunda interlocução com outras vertentes do pensamento social. A FSS teve ainda um papel preponderante nas mudanças que ocorreram na profissão durante a década de 1980, quando os componentes da unidade de ensino contribuíram para a democratização do país e, na UERJ, puderam, mediante intensa luta bem sucedida, eleger seus gestores por voto universal. A FSS tem buscado a materialização do seu projeto pedagógico de formação profissional e acadêmica crítica, propositiva e de qualidade tanto para a área de Serviço Social quanto para o campo das Ciências Sociais e Humanas, de modo geral.

Em consonância com o projeto pedagógico da graduação e da então pós-graduação lato sensu, a FSS criou em 1999, o Mestrado em Serviço Social e, com ele, o *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social*. Após cinco anos bem sucedidos do Mestrado, em 2005, foi criado [também] o Doutorado em Serviço Social no PPGSS.

O PPGSS elegeu como áreas de concentração temas significativos e relevantes para o país e o Estado do Rio de Janeiro: *trabalho e política social*. O *objetivo central* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao longo de sua existência, sempre foi o de formar pesquisadores de alto nível, em Serviço Social e áreas afins, qualificados para o ensino superior, para a produção e difusão de conhecimentos sobre as questões afetas ao trabalho, às políticas sociais e ao Serviço Social na América Latina, com ênfase no Brasil.

O elevado índice da produção acadêmica, tanto docente quanto discente do PPGSS faz com que hoje ele tenha uma projeção regional e nacional já consolidada que se expressa na alta procura [do] pelo seu processo seletivo. Em 2013, o ainda jovem PPGSS teve seu conceito, atribuído pela CAPES, elevado para 6 (seis), inscrevendo-se entre as pós-graduações *stricto sensu* de excelência do país. Tal conceito foi mantido pela avaliação quadrienal da CAPES de 2016, fazendo com que o Programa chegue aos seus vinte anos mantendo sua excelência.

Até o momento do fechamento dessa edição, o PPGSS já contava com 256 dissertações de mestrado e 106 teses de doutorado. Além de 15 relatórios de conclusão de pesquisas de pós-doutorado. Cabe destacar que o PPGSS tem recebido inúmeros pesquisadores de diferentes regiões do país, em sua maioria docentes de universidades públicas, para realização de pesquisa de pós-doutorado, o que demonstra o grau de referência adquirido ao longo dos anos. Mas, o que nos alegra, sobretudo, é o fato de que muitos/as de nossos/as ex-alunos/as serem atualmente professores/as de outras universidades, pesquisadores/as, profissionais e gestores/as destacados/as. O número de publicações dos/as alunos/as egressos tem sido outro reconhecimento da formação de excelência que buscamos.

Nessas duas décadas o PPGSS recebeu alunos estrangeiros, oriundos de Portugal, Colômbia, Moçambique, Chile, Argentina e Uruguai. Alguns estudantes de doutorado realizaram a experiência de bolsas sanduíches em países como Itália, França, Portugal e Espanha. A internacionalização vem sendo cada vez mais aprofundada. Nessa direção, a Profa. Marilda Iamamoto tem se destacado (com outros pesquisadores da UERJ e de diferentes instituições) na construção e aprofundamento de uma rede internacional de pesquisa em fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Iniciativa inovadora e necessária nessa área de conhecimento, estimulando o intercâmbio de avanços científicos sobre o tema acumulados em vários países, socializando-os e potenciando o conhecimento na área de Serviço Social. Outra iniciativa que merece destaque é a participação do PPGSS no Programa de Internacionalização da CAPES (CAPES PRINT) a partir de 2019. Através do CAPES PRINT, a internacionalização ganhará novo e expressivo impulso. Muitas são as lutas e conquistas, num cenário que cada vez mais se apresenta na sua adversidade.

Tudo isso não seria possível sem o trabalho e dedicação de todo coletivo da FSS, do empenho dos discentes e corpo docente do PPGSS formado por professores do corpo permanente, corpo colaborador e professores visitantes, que se somaram ao nosso sonho por tantos anos. Em homenagem a todos e todas desse coletivo, que especialmente destacamos nessa trajetória as *'coordenadoras pioneiras'* dessa história construídas por tantas mãos: *Lúcia Maria de Barros Freire e Maria Inês de Sousa Bravo* (Gestão: 1999/2000 e 2001/2002). *A vocês nosso muito obrigado!*

Nossa gratidão, também nos impossibilita de esquecer, as demais coordenadoras e coordenadoras adjuntas dessas décadas: Maria Inês Bravo e Lúcia Freire (2003/2004); Ana Maria de Vasconcelos e Maria Inês Bravo (2005/2006), Mônica Alencar e Eliana Mendonça (2007), Isabel C. Costa e Elaine M. V. Francisco (2008/2009), Silene Freire e Maria Inês Bravo/Ana Vasconcelos (2010 e 2011); Elaine Behring e Silene Freire (2012/2013); Elaine Behring e Alba Castro (2014/2015) e Silene Freire e Vania Sierra (2016/2017 e 2018/2019).

Também é impossível esquecermos os funcionários técnico-administrativos que estiveram e ainda estão conosco na secretaria do PPGSS, durante essas décadas. Por isso registamos nossos agradecimentos a cada um/a deles/as, através da atual chefe de secretaria: Mônica Meirelles.

Muitos podem estar se perguntando: por que comemorar em tempos tão sombrios? A essas pessoas lembramos que comemorar é 'trazer à memória', relembrar, não deixar que a história caia no esquecimento e comprometa o entendimento do presente. Portanto, comemorar nunca foi tão importante. A nossa história de lutas começou há 75 anos. No coletivo da vida cotidiana ela vem se impondo, sendo tarefa de todos nós impedirmos que ela seja esquecida.

Entre os anos de 2010 e 2012, o PPGSS realizou importantes discussões que culminaram na definição das três atuais linhas de pesquisa: 1) Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; 2) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; 3) Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.

Os artigos que compõem essa edição são frutos de uma amostragem de dissertações e teses indicadas para publicação – nessas duas décadas – que representam a produção dessas três linhas do Programa. O número de indicações é infinitamente maior, mas buscamos selecionar equilibrando as indicações ao longo de cada ano desse período e considerando a visibilidade das linhas de pesquisa.

Também nessa edição apresentamos artigos de alguns professores visitantes que participaram dessa trajetória conosco. Na seção de homenagens o leitor encontrará uma linda deferência a professora Lúcia Freire que, aos 80 anos de idade, continua sonhando conosco.

As resenhas de nossas alunas, apresentadas nessa edição, possuem particularidades, pois são frutos de duas, das muitas, publicações resultantes de dissertações e teses do PPGSS.

Terminamos esse breve editorial com a poesia de Mário Benedetti.

Por que Cantamos?

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares

e a vida é nada mais que um alvo móvel
você perguntará por que cantamos
se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacos
antes mesmo de explodir a vergonha
você perguntará por que cantamos
se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro
você perguntará por que cantamos
cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino
cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos
cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota
cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta
cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.

Maracanã/UERJ, outono de 2019.

Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PPGSS/FSS
e Comitê Editorial

DOI: 10.12957/rep.2019.42497



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**“TWO DECADES OF THE PPGSS:
A STORY WRITTEN BY MANY HANDS”**

In 2019, UERJ's Graduate Program in Social Work (PPGSS) celebrates 20 years dedicated to research, teaching, and training of new researchers. This 43rd issue of the journal *Em Pauta*, Social Theory and Contemporary Reality is dedicated especially to remembering these two decades of this important school.

The School of Social Work (FSS) has its 75th anniversary in May 2019. It is a particularly rich history that goes from its initial years as a public and free technical school linked to the then Federal District, through its recognition as a school of higher education in 1958, by defining a curriculum in line with the *Brazilian Association for Education and Research in Social Work* (ABEPSS) in the 1960s, its resistance to the hardships imposed by the 1964 coup in Brazil, and also the political effervescence that affected the profession as a whole with the Latin American Reconceptualization Movement of Social Work. Throughout the 1970s, an increasing commitment to the construction of a critical perspective, with active dialogue with the Marxist tradition and a fruitful exchange with other aspects of social thought, was firmly established in the FSS. The FSS also had a preponderant role in the changes that occurred in the profession during the 1980s, when its members contributed to the democratization of the country and, at UERJ, were able to elect their managers by universal vote through an intense and successful struggle. The FSS has sought to materialize its critical and propositive quality pedagogical project of professional and academic training, for both the field of social work and of social sciences and humanities, in general.

In line with the pedagogical project of the undergraduate and then *lato sensu* graduate courses, FSS created in 1999 the Master's Course in Social Work and, with it, the *Graduate Program in Social Work (PPGSS)*. After five successful years, in 2005 a Doctorate in Social Work was also created in the PPGSS.

The PPGSS elected as its focus significant and relevant areas for the country and the state of Rio de Janeiro: *labor and social policy*. The central objective of UERJ's PPGSS, throughout its existence, has always been to train high-level researchers in social work and related areas, qualified for higher education, for production and dissemination of knowledge on issues related to labor, social policies and social work in Latin America, with an emphasis on Brazil.

The high quality of academic production, both by PPGSS's teachers and students, means that today it already has consolidated regional and national recognition expressed in the high demand for the school's selection

process. In 2013, the still incipient PPGSS had its grade, attributed by CAPES, raised to 6 (six), counting among the *stricto sensu* graduate courses of excellence in the country. This grade was maintained by CAPES's four-year evaluation in 2016, enabling the program to reach its 20th anniversary maintaining its excellence.

By the time of this issue's publication, the PPGSS already had **256** master's dissertations and **106** doctoral theses, in addition to **15** reports of postdoctoral research. It should be noted that the PPGSS has received numerous researchers from different regions of the country, mostly teachers from public universities conducting postdoctoral research, which demonstrates the program's degree of reference acquired over the years. What makes us happy, however, is the fact that many of our alumni are currently outstanding professors of other universities, researchers, professionals, and managers. The number of graduates' published articles has been another sign of the formation of excellence we strive for.

In these two decades, the PPGSS received foreign students from Portugal, Colombia, Mozambique, Chile, Argentina, and Uruguay. Some doctoral students have experimented with sandwich scholarships in countries such as Italy, France, Portugal, and Spain. Internationalization has been increasingly deepened. In this sense, Prof. Marilda Iamamoto has been outstanding (with other researchers from UERJ and different institutions) in the construction and deepening of an international research network on historical and theoretical-methodological foundations of social work. This is an innovative and necessary initiative in this field of knowledge, stimulating the exchange of scientific advancements on the subject accumulated in several countries, socializing them and enhancing the knowledge in the field of social work. Another initiative worth mentioning is the participation of PPGSS in the 2019 CAPES PRINT Internationalization Program. Through CAPES PRINT, internationalization will gain new and expressive momentum. Many are the struggles and achievements, in a scenario that presents itself as increasingly adverse.

All this would not be possible without the collective work and dedication of the whole FSS, the commitment of PPGSS's students and faculty, formed by permanent, collaborating, and visiting teachers, who joined us in seeking our dream for so many years. As homage to everyone who is part of this collective, that is why we especially highlight in this trajectory the '*pioneer coordinators*' of this story written by so many hands: *Lúcia Maria de Barros Freire* (1999/2000) and *Maria Inês de Sousa Bravo* (2001/2002). *Thank you very much!*

Our gratitude also makes it impossible for us to forget the other coordinators and assistant coordinators of these decades: *Maria Inês Bravo* and *Lúcia Freire* (2003/2004); *Ana Maria de Vasconcelos* and *Maria Inês Bravo* (2005/2006), *Mônica Alencar* and *Eliana Mendonça* (2007), *Isabel C. Costa* and *Elaine M.V. Francisco* (2008/2009), *Silene Freire* and *Maria*

Inês Bravo/Ana Vasconcelos (2010 and 2011); Elaine Behring and Silene Freire (2012/2013); Elaine Behring and Alba Castro (2014/2015); and Silene Freire and Vania Sierra (2016/2017 and 2018/2019).

It is also impossible to forget the technical-administrative staff who has been and still are with us in the office of PPGSS during these decades. Therefore, we record our appreciation to each one of them, until the current Head Secretary: Monica Meirelles.

Many may be wondering: why commemorate the journal in such dark times? To these people we say that to commemorate is to 'bring to memory,' to remember, not to let history fall into oblivion and compromise the understanding of the present. So celebrating has never been so important. Our fighting history began 75 years ago. In the collective of everyday life it has been imposing itself, being the task of all of us to prevent it from being forgotten.

Between the years of 2010 and 2012, the PPGSS held important discussions that culminated in the definition of the three current lines of research: 1) Labor, Social Relations, and Social Work; 2) Social Issues, Public Policies, and Social Work; 3) Identities, Culture, Public Policies, and Social Work.

The articles that make up this edition are fruits of a sampling of dissertations and theses indicated for publication – in these two decades – representing the production of the three lines of the Program. The number of indications is infinitely greater, but we have tried to select a balance between the indications throughout each year of this period while considering the visibility of all three lines of research.

Also in this issue, we present articles by some visiting professors who participated in this trajectory with us. In the section of Homages, the reader will find a beautiful deference to the teacher Lúcia Freire who, at the age of 80, continues to dream with us.

The reviews of our students, presented in this issue, have particularities, because they are the fruits of two, out of many, publications resulting from dissertations and theses of the PPGSS.

So we end this brief editorial with the poetry of Mario Benedetti.

Por que Cantamos?¹

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel

você perguntará por que cantamos
se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacos

antes mesmo de explodir a vergonha
você perguntará por que cantamos
se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro
você perguntará por que cantamos
cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino
cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos
cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota
cantamos porque o sol nos reconhece¹

Maracanã/UERJ, Fall of 2019

Silene de Moraes Freire
PPGSS/FSS Coordinator
and Editorial Team

¹ Why do we sing? // If every hour comes with his death / if time is a den of thieves / air is no longer as good / and life is nothing more than a moving target // you'll ask why we sing // if our braves go with no embraces / the country is dying of sadness / and man's heart was shattered / even before shame burst // you'll ask why we sing // if we are far as a horizon / if there remained the trees and sky / if every night is always some absence / and each awakening a mismatch // you'll ask why we sing // we sing because the river is ringing / and when it sounds the river, it sounds the river / we sing because the cruel have no name / although its destination has one // we sing for childhood and because everything / and because some future and because the people / we sing because the survivors / and our dead want us to sing / we sing because the scream is not enough / and neither tears nor anger is enough / we sing because we believe in these people / and because we will overcome defeat // we sing because the sun recognizes us / and because the field smells like spring / and because in this stem and there in the fruit / each question has its answer // we sing because it rains over the furrow / and we are activists of this life / and because we neither can nor want / to let the song turn to ashes.

Dinâmica de classes no acirramento da crise mundial do capitalismo: lutas de resistência às alternativas capitalistas no Brasil

Class dynamics in the escalation of the world crisis of capitalism: struggles of resistance to capitalist alternatives in Brazil

Franci Gomes Cardoso*

Resumo – O artigo expõe uma reconstrução histórico-conceitual, utilizando categorias ontológicas e intelectivas já utilizadas em pesquisas realizadas durante trajetória acadêmica, a partir de tese de doutoramento. Tal reconstrução tem sua centralidade nas “lutas de resistência das classes subalternas às alternativas capitalistas no Brasil contemporâneo”, mediadas por outras categorias que lhe dão materialidade e dinamismo: ideologia e hegemonia. Com interesse de análise centrado na política, o estudo parte das seguintes premissas, inspiradas no pensamento gramsciano: 1 – a ideologia tem papel ativo em processos históricos determinados e se realiza resultando do movimento da estrutura social; 2 – na dinâmica de classes, no capitalismo, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria como base de ações vitais; 3 – as lutas sociais que se inserem na sociedade capitalista são determinadas pela dinâmica da realidade social, como totalidade histórica. Essas premissas constituem os eixos condutores para a reconstrução do objeto deste estudo.

Palavras-chave: lutas de resistência; classes subalternas; alternativas capitalistas; ideologia e hegemonia.

Abstract – The article exposes a historical-conceptual reconstruction, using ontological and intellectual categories already used in research carried out during my doctoral thesis. This reconstruction has as its center the “struggle of subaltern classes to capitalist alternatives in contemporary Brazil,” mediated by other categories that give it materiality and dynamism: ideology and hegemony. This study’s analytical focus lies in politics, and it is based on the following premises, inspired by Gramscian thought: 1 – ideology plays an active role in determined historical processes and is carried out as a result of the movement of social structures; 2 – in the dynamics of classes, in capitalism, the process of social transformation demands both the rupture with the domi-

* Doutora em Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP; professora aposentada, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Uema. E-mail: <cardoso franci@uol.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7959-0431>>.

nant ideology by subaltern classes and the construction of its own world notion as the basis of vital actions; 3 – social struggles that are part of capitalist society are determined by the dynamics of social reality as a historical totality. These premises are the guiding axes for the reconstruction of the object of this study.

Keywords: resistance movements; subaltern classes; capitalist alternatives; ideology and hegemony.

Introdução

As transformações ocorridas no mundo, no final do século XX e início do século XXI, têm colocado grandes desafios aos estudiosos do processo histórico de desenvolvimento da sociedade, bem como às forças sociais progressistas e de esquerda em luta. É um processo mundial que apresenta particularidades nos Estados nacionais que expressam a situação de cada um no contexto global em que se situam. A compreensão dessa particularidade do Brasil, no contexto do acirramento da crise do capitalismo na contemporaneidade, é de fundamental importância, na perspectiva de: recuperar historicamente esses desafios; contribuir teórica e politicamente com pesquisas históricas e publicações sobre as lutas sociais e organização das classes subalternas; e subsidiar o debate crítico em torno da temática em estudo e das práticas sociais para o enfrentamento das alternativas capitalistas.

A fase atual do capitalismo sintetiza o processo mundial de reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientada pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Nesse contexto,

a flexibilização da organização da produção e do trabalho, filiada à complexa dinâmica do capital, operou grande transformação econômica e ideológica, portanto, na estrutura e superestrutura da sociedade. Assim, fortaleceu também a reação conservadora no modo de pensar e de agir, fomentou a cultura da pós-modernidade, metamorfoseou as relações de exploração, dominação e humilhação, com a crescente terceirização da produção, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe de trabalhadora (ANTUNES apud LOPES, 2015, p.12).

O neoliberalismo assume, no Brasil contemporâneo e nos termos do pensamento *gramsciano*, uma revolução passiva, cuja estratégia de passivização é exatamente inserir de forma atomizada as classes subalternas no projeto do capital, mediante o conformismo. Por outro lado, também no pensamento *gramsciano*, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui a base de ações vitais.

Tal construção se desenvolve na luta social concreta, determinada pelas condições objetivas e subjetivas da luta de classe. Essas condições se

constituem como determinantes fundamentais das formas de organização das lutas empreendidas pelas classes subalternas para o enfrentamento das contradições presentes nas diferentes conjunturas por elas vivenciadas. Busca-se, assim, a síntese dessas contradições, no caminho da construção de uma sociedade justa e igualitária, alternativa à capitalista.

Na dinâmica histórica atual do Brasil, evidenciam-se, por um lado, processos profundamente violentos, tanto física quanto moralmente, orientados pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Por outro lado, há processos de resistência que se expressam por movimentos de oposição e protesto à opressão, como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial.

Essa crise evidencia as contradições do movimento de acumulação e manifesta-se em diferentes frentes: a financeira, a ambiental, a do emprego, a da saúde e da educação, dentre outras formas de expressão. Diante dessas manifestações, as classes dominantes elaboram e implementam estratégias de ação que assegurem sua hegemonia. Na década de 1990, por exemplo, no Brasil, a crise foi concebida como esgotamento do modelo fordista/keynesiano, dando lugar ao projeto neoliberal traduzido na privatização dos serviços públicos e na redução drástica das políticas sociais (MOTA, 2010).

Para análise e exposição da dinâmica de classes em confronto, e com interesse centrado na política, foram buscadas, no campo teórico e político do pensamento de Marx e da tradição marxista, as bases teórico-metodológicas para a reconstrução do objeto de estudo, priorizando, nesse campo, as contribuições de Gramsci. É a perspectiva teórico-metodológica dos dois teóricos revolucionários que permite o conhecimento das mediações da vida social na ordem burguesa, desvelando os processos que a engendram e as totalidades que a constituem.

No contexto dessa opção teórico-metodológica e política, a prioridade dada a Gramsci se justifica pela contemporaneidade de seu pensamento e por ser a prática política o eixo central de sua preocupação teórica. Além disso, as contribuições, neste estudo, de pensadores da tradição marxista e de Gramsci, em particular, constituem referências básicas e genéricas para pensar a realidade social como totalidade histórica e para apreender o movimento do real e reproduzi-lo idealmente.

Com essas referências, parte-se de três premissas básicas norteadoras do estudo: 1 – a ideologia tem papel ativo em processos históricos determinados, possui um peso decisivo na organização da vida social e se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social; 2 – na dinâmica de classes, no capitalismo, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui a base de ações vitais; 3 – as lutas sociais que se inserem na sociedade capitalista são determinadas pela dinâmica da realidade social, como totalidade histórica.

A sistematização de parte dos resultados dos estudos realizados, aqui estruturada em forma de artigo, compõe-se desta introdução e de dois grandes itens: no primeiro debate-se o poder da ideologia na construção da hegemonia das classes subalternas, a partir do pensamento de Gramsci; no segundo, são expostas formas de expressão de lutas de resistência das classes subalternas, no enfrentamento de alternativas capitalistas no Brasil. Conclui-se a exposição recuperando aspectos relevantes do confronto das classes subalternas com o Estado e a classe dominante no processo de construção de um novo bloco histórico, de modo que são apontados alguns elementos fundamentais da atual conjuntura brasileira, fundamentada em Gramsci.

O poder da ideologia na construção da hegemonia das classes subalternas

No pensamento gramsciano a ideologia é uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p.16). A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social.

Para Gramsci (1978), essa manifestação da ideologia, enquanto concepção de mundo, objetiva-se em graus diversificados que ele procura demonstrar em suas reflexões sobre o processo de elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente. Estabelece, nessas reflexões, a relação entre filosofia, senso comum e religião, situando esses elementos no interior desse processo de elaboração.

Ao tratar a filosofia, Gramsci (1978) ressalta que há um preconceito bastante difundido de que ela seja algo muito difícil e à qual apenas uma determinada categoria de cientistas tem acesso, insistindo que tal preconceito seja destruído. Isso porque, para Gramsci (1978), todos os homens são “filósofos”, na medida em que – mesmo sem terem consciência – na mais simples manifestação da atividade intelectual está contida uma concepção de mundo, está implícita uma ideologia.

Segundo o teórico marxista, essa filosofia tem limites porque é espontânea. Mas é acessível a todo mundo, manifestando-se

[...] na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não simplesmente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdos; no senso comum e no bom senso; na religião popular e, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por ‘folclore’ (GRAMSCI, 1978, p.11).

Nessas formas pelas quais são manifestadas concepções de mundo que, segundo Gramsci (1978), são espontâneas, podem ser avaliados os graus de elaboração ideológica; ou seja, a maior ou menor complexidade da concepção de mundo de cada um e a que grupo pertence: se o de “homens-massa” ou de “homens-coletivo”. Tendo isso em vista, o grau de concepção de mundo pode revelar a tendência a um ou outro grupo, respectivamente.

Assim, para Gramsci (1999, p. 94):

[...] pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. [...] Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homem-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de histórias passadas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano, mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e levá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido.

Desse modo, a consciência de nossa historicidade, de sua fase de desenvolvimento e de sua relação com outras concepções de mundo é condição fundamental para a constituição de uma filosofia crítica e coerente. A construção dessa filosofia superior ou a criação de uma nova cultura significa, além de todo um processo crítico e de descobertas originais, a difusão e socialização de verdades já desvendadas para torná-las a base do agir das classes subalternas, “[...] o elemento de coordenação é de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1978, p.14). Situando os elementos históricos, tais como filosofia, senso comum e religião, no processo de elaboração de uma nova concepção de mundo, Gramsci (1978) entende a filosofia como uma ordem intelectual, por ser, ao mesmo tempo, crítica e superação dos demais elementos. Nesse sentido, a filosofia coincide com o bom-senso, que se contrapõe ao senso comum. Mas, lembrando o argumento de Gramsci (1978), ao afirmar que “todos os homens são filósofos” porque na mais simples atividade intelectual existe uma concepção de mundo, é importante ressaltar que a diferença fundamental entre esses fenômenos é o nível de elaboração crítica. Ademais, o próprio Gramsci (1978), na passagem de *Cadernos do cárcere* em que reflete sobre a relação entre ideologia e filosofia, parte da concepção de religião como concepção de vida e a relaciona ao conjunto das ideologias.

Enquanto concepção fragmentária, o senso comum manifesta a coexistência de filosofias diferenciadas que são explicitadas na contradição

entre o pensar e o agir, ou seja, há uma concepção de mundo que se expressa através do fato intelectual e outra que se manifesta na ação efetiva. Essa contradição será superada com a elevação do senso comum ao plano crítico que, segundo Gramsci (1978), faz-se através da luta concreta, no cotidiano das classes subalternas, a partir dos problemas por elas enfrentados. Assim, as classes subalternas poderão chegar a um nível cultural superior e crítico. Portanto, se o senso comum é passível de transformações, realizar sua crítica e superação, pela filosofia, significa desenvolver um processo pedagógico e político referenciado na prática histórica das classes subalternas. Dessa maneira, o modo de pensar e a organização política ocupam um lugar decisivo na conquista da hegemonia, no pensamento gramsciano.

Nos termos aqui expostos, a preocupação de Gramsci com a passagem das classes subalternas à posição hegemônica está vinculada à necessidade do desenvolvimento de um novo projeto cultural que seja capaz de propiciar a elaboração de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, autonomizando-as em face do domínio ideológico das classes dominantes. Ou seja, liberando-a da racionalidade capitalista. Assim, a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias.

Formas de lutas de resistência das classes subalternas no enfrentamento de alternativas capitalistas

A crise, que se inicia nos anos 1970, apresenta, segundo Mandel (apud MOTA, 2010), particularidades que se diferenciam da dinâmica de outras crises capitalistas. Trata-se de uma

crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia e recebe, por sua vez, novos estímulos dessas flutuações. (MANDEL apud MOTA, 2010, p.15).

Dado o caráter mundial dessa crise, o qual se imprime pela estrutura mundializada do capitalismo, cuja internacionalização se expressa pela concentração do capital e descentralização da produção com abrangência planetária, ela não pode, segundo Maranhão (apud MOTA, 2010, p. 16), “ser enfrentada setorialmente ou por capitalistas individuais, razão pela qual mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais na tentativa de equacioná-la”. Na medida em que a crise se aprofunda, os salários dos trabalhadores tendem a baixar e a expropriação

das terras dos trabalhadores e dos índios no campo tende a aumentar. O capital que explora os trabalhadores na indústria é o mesmo que expropria e explora os trabalhadores no campo.

No Brasil, a extrema concentração de renda tem sua causa principal na elevada e crescente monopolização da economia brasileira por grupos econômicos de grandes empresas transnacionais. Esses controlam, de forma individual ou associados entre si, a quase totalidade das empresas industriais, financeiras, comerciais, agropecuárias, bem como terras, meios de transporte, comunicação e outros setores essenciais para o bem-estar da vida humana.

Desse modo, a concentração de quase toda a riqueza social nas mãos de um número reduzido de grupos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros condena a classe trabalhadora a sobreviver com uma parcela insignificante do que produz, numa situação crescente de exploração e miséria. Em face dessa situação sinteticamente exposta, em que as desigualdades são um desafio permanente, pela sua essencialidade no capitalismo, dá-se o processo de constituição das políticas sociais mediadas pelo Estado e pela ação das classes sociais organizadas. O Brasil, entretanto, apresenta peculiaridades no que tange à relação entre Estado, capitais particulares e trabalho,

determinadas pelo processo de industrialização tardia, no qual o Estado assumiu, prioritariamente, a função de investidor e de financiador das condições de reprodução e expansão do capital [...]. Como Estado Capitalista, sua ação na manutenção e reprodução da força de trabalho tem se verificado muito mais no disciplinamento do uso produtivo do trabalho pelo capital (jornada, condições de trabalho, salário etc.), do que, propriamente, pela oferta de políticas sociais. (MOTA, 1989, p.131).

Em contrapartida a essa omissão do Estado, o empresariado patrocina, desde a década de 1940, salários indiretos ao trabalhador, o que se apresenta como projeto colaboracionista com o Estado. A partir do controle do Estado pelos capitalistas, o capital privado obtém vantagens financeiras, econômicas e políticas.

A esse respeito, Mota (1989, p. 132) afirma:

No Brasil ocorre verdadeira inversão da chamada via fiscal para redução das desigualdades. Ao invés de o Estado se apropriar de parte do excedente, via taxação de lucros e da riqueza patrimonial, ele abdica de tal receita para que o empresariado faça a ‘justiça social’.

Assim, no contexto atual das transformações da sociedade brasileira, podemos evidenciar que, no âmbito das políticas públicas de corte social, as propostas neoliberais repercutem de forma perversa. Elas excluem um grande contingente populacional que já é expropriado de

toda a riqueza material e intelectual produzida socialmente, ou seja, sujeitos históricos que não usufruem dessa riqueza – amplos segmentos constituídos pelas classes subalternas.

O projeto neoliberal que se expande pelo mundo e, por conseguinte, pelo Brasil, amplia e aprofunda as desigualdades e a pobreza, como expressões da questão social. Ao mesmo tempo, retira a possibilidade do Estado de investir em políticas sociais que atendam, minimamente, às demandas das classes subalternas para garantia de sua sobrevivência. Esse projeto submete as necessidades sociais aos interesses econômicos, cujo objetivo principal é a maximização dos lucros dos empresários privados (CARDOSO, 1995).

Como exposto até aqui, a realidade brasileira evidencia, de um lado, a força econômica e política da classe dominante, representada, em sua maioria, pelas frações ligadas às empresas; de outro, as classes subalternas, que, em seus movimentos e organizações, têm aglutinado assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário. Ou seja, trabalhadores dos setores produtivo e improdutivo; os subempregados e desempregados eventuais; os trabalhadores em potencial, não incorporados ao mercado de trabalho; enfim, todos os segmentos que, não possuindo os meios de produção, estão sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital.

Sobre a dinâmica dessas forças antagônicas no processo de constituição das classes sociais e suas lutas, os estudos já realizados anteriormente indicam que há alguns pesquisadores que partem de métodos de interpretação do processo econômico-social brasileiro, segundo os quais o país teria alcançado um estágio da sociedade capitalista em que se configuram, numa divisão dicotômica absoluta, o proletariado e a burguesia. Com essa visão, são inseridas, no conjunto do proletariado, amplas camadas com posições diferenciadas, ou mesmo indefinidas, no mundo da produção, descaracterizando, segundo esses pesquisadores, os traços essenciais que definem o proletariado como classe.

Por outro lado, existem outros estudos que, tendendo a formular o conceito clássico de proletariado, centrado, portanto, apenas nos operários fabris, excluem do conjunto dos trabalhadores todos aqueles ligados ao setor econômico improdutivo. Os trabalhadores que não estão ligados diretamente à produção material são excluídos de qualquer análise, como se não existissem no processo histórico.

A respeito dessas análises, discorda-se daqueles que excluem os segmentos desvinculados de uma ação direta na produção, mas entende-se que não podem ser negadas as diferenciações existentes entre os próprios trabalhadores quanto à posição que os diversos segmentos ocupam no mundo do trabalho. Os trabalhadores não formam uma classe homogênea tanto no momento objetivo, quanto na subjetivação da objetividade.

Entretanto, a condição de subalternidade do conjunto dos trabalhadores, em face do capital, permite uma nova configuração de classe que reúne segmentos diferenciados, de acordo com a concepção exposta anteriormente. Entende-se, assim, que os efeitos práticos provocados pelo modo capitalista de produção não atingem apenas aqueles trabalhadores que estão diretamente no mundo da produção, inseridos no processo de produção material, mas atingem, fundamentalmente, aqueles que não possuem os meios de produção, quer estejam incorporados ou não ao mercado de trabalho.

A subalternidade desses trabalhadores se expressa, portanto, pela não propriedade dos meios de produção material e cultural, e, consequentemente, pelos domínios econômico, político e ideológico exercidos pelo capital. Esses são os elementos básicos que caracterizam, do ponto de vista aqui apresentado, as classes subalternas como uma das classes fundamentais nas sociedades capitalistas.

É com essa concepção que, neste artigo, destacam-se essas classes, refletindo sobre expressões concretas de suas lutas de resistência para superação de sua condição de subalternidade, em particular para o enfrentamento das alternativas capitalistas no Brasil contemporâneo. Assim, é importante a recuperação de alguns marcos históricos de uma trajetória de luta dos trabalhadores, como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo.

O ciclo de greve no final da década de 1970 é uma dessas expressões analisadas por vários estudiosos do movimento dos trabalhadores, dentre eles Antunes (apud CARDOSO, 1995, p. 192). Ele analisa as greves nas fábricas, em 1978, como movimento que teve suas raízes nos primeiros anos dessa década, quando a classe trabalhadora foi atingida mais diretamente pela crise econômica, após a euforia do chamado “milagre econômico”, sofrendo arrocho salarial e super exploração articulados, que impunham ao proletariado uma dura realidade à qual eram impedidos a resistir. Essa resistência, segundo o mesmo autor, era marcadamente defensiva e se caracterizava pelo freio à produção, “o que refletia de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta” (ANTUNES, 1988, p. 14).

Destacam-se, ainda, como antecedentes às greves de 1978, as campanhas salariais em sua fase embrionária e tímida, que iniciavam um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases. Em 1977, os operários são atingidos com demissões significativas, em face do enrijecimento da política de emprego pelas empresas, sendo demitidos 500 trabalhadores da Ford de São Bernardo. No quadro de intransigência do patronato e em face das condições de superexploração do trabalho, não havia outra saída ao operário senão reagir em direção à conquista da efetivação de direitos. É com essa perspectiva que o mundo do trabalho se mobiliza, sendo deflagrado, pelo proletariado da indústria automobilística,

o maior ciclo grevista pós-1964. Esse ciclo de greves marcou o ressurgimento da ação reivindicatória no Brasil e, apesar das singularidades que caracterizam cada uma das paralisações dentro das fábricas, a motivação básica era a compressão dos salários. Daí o fato de o eixo central das greves de maio definir-se contra o arrocho salarial, embora estivessem presentes outras reivindicações importantes: “a luta contra o intervencionismo estatal e pela democratização, autonomia e liberdade sindical, direito à greve, maior organização no espaço fabril pela negociação direta e pela contratação coletiva” (ANTUNES, 1988, p. 27).

O final da década de 1970, no Brasil, expressou o fim de um ciclo histórico do movimento sindical e, ao mesmo tempo, a abertura de um novo ciclo de organização e luta de resistência das classes subalternas, que prosseguiu ao longo dos anos 1980: o da construção do novo sindicalismo e da formação do partido dos trabalhadores. Esse processo de construção, a partir de 1978, como expressão de luta de resistência, se desenvolve na perspectiva de um sindicalismo classista e de massa, que passa a fazer parte da dinâmica política brasileira, contrapondo-se ao sindicalismo atrelado ao Estado e à estrutura sindical corporativista herdada no Período Getulista.

Mas, após uma década de ascensão de mobilizações da classe trabalhadora organizada, potencializada pelo movimento sindical, desde a greve de São Bernardo, em 1978, até a greve geral de 48 horas em 1989, a década de 1990 pode, sem dúvida, ser vista como um período de recuo das lutas. O conjunto de mudanças nas relações de trabalho teve um feito muito negativo sobre a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, pois, como sabemos, em momentos de desemprego muito elevado o temor das demissões é um freio nas mobilizações sindicais. As conjunturas, a partir de 1990 até a atualidade, com grande nível de complexidade, são caracterizadas por viradas políticas, contraviradas, divisões e contradições profundas com um amplo arco de políticas regressivas nos diferentes campos da vida social. Dessa maneira, se acirram na fase atual do capitalismo com o avanço do conservadorismo reacionário no mundo, em particular no Brasil, com o golpe de 2016. Para reflexão das lutas de resistência nessas conjunturas mais recentes, tomamos como referência o pensamento de Ruy Braga (2017), em sua obra *A rebeldia do precariado – trabalho e neo-liberalismo no sul global*. O autor analisa as lutas sociais destacando uma nova força social – o precariado – no âmbito de um pensamento político global, questionando a respeito das “possibilidades da emancipação em escala planetária, quando isso se mostra possível, ou ao menos, na escala de alguns países, quando isso fornece uma ferramenta analítica mais prontamente utilizável” (BRAGA, 2017, p. 14).

Na análise comparativa feita nessa obra entre as políticas implementadas no Brasil, na África do Sul e em Portugal, no movimento global do capitalismo contemporâneo, a noção de precariedade laboral se coloca como central no seu processo investigativo. Isso acontece tendo em vista a

dimensão que essa noção ganhou nos últimos trinta anos, principalmente a partir do enfraquecimento do sindicalismo fordista, cuja crise se constitui, do ponto de vista das classes subalternas, como um dos mais notáveis subprodutos da globalização capitalista. Trata-se de uma crise do poder associativo dos trabalhadores, que tem desdobramentos sobre os partidos reformistas ligados, em termos gerais, com o sindicalismo fordista.

O autor considera, também, que embora tal realidade seja desigual entre os países, é necessário partir da constatação de que

As formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizativas fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos desse declínio, enquanto novas experiências organizativas estão ainda em seus estágios embrionários. (BRAGA, 2017, p. 26).

Esse momento de transição está diretamente relacionado à transformação da própria composição da classe trabalhadora em escala global. Acrescente-se a isso o fato de que a crescente deterioração da relação salarial fordista e o aumento do desemprego em várias regiões e países implicaram o crescimento da informalidade laboral, o que afasta os trabalhadores da proteção trabalhista, intensifica a rotatividade, estimula o trabalho intermitente e os contratos de trabalho se tornam cada vez mais precários e individualizados.

Considerando esse quadro, não deixa de ser surpreendente que o encontro entre a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho tenham sido acompanhados pela intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta. A respeito dessas lutas, Braga (2017) acrescenta que os protestos atuais se desenvolvem em torno da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, dos cortes salariais, dos ataques à previdência social, das reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Os novos movimentos, protagonizados por jovens trabalhadores desempregados ou subempregados, representam um desafio à relação conflituosa entre regulação política e acumulação econômica, determinada, sobretudo, pelo aprofundamento da mercantilização do trabalho, que tem sido uma fonte de precarização da condição proletária e estímulo aos contramovimentos sociais em escala nacional.

Na análise desses processos políticos e econômicos, nos países do sul global, a premissa geral do autor – a qual compartilhamos – é de que o crescimento precário, isto é, o aprofundamento da precarização da condição proletária nesses países,

tem tensionado a regulação burocrática criada pelos Estados nacionais e pelo sindicalismo tradicional para absorver os antagonismos classistas nos limites da cidadania salarial, multiplicando conflitos inso-

lúveis no interior do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado. (BRAGA, 2017, p.31).

Esse crescimento do precariado global tem sido acompanhado por uma violência, também crescente, com o objetivo de assegurar a reprodução ampliada da exploração e da espoliação social.

Na análise da inquietação social do precariado pós-crise da globalização no sul global, segundo a análise de Braga (2017), a característica mais marcante da acumulação capitalista é a permanente transição da centralidade de acumulação por exploração econômica para a centralidade da mercantilização do trabalho, da renda e do dinheiro, e vice-versa. Com essa concepção, busca-se apoio em Harvey (2004, 2016), que, em seu projeto de reconstrução da teoria de Marx à luz das contradições do capitalismo contemporâneo, defende a tese de que “no centro daquilo que define fundamentalmente o capitalismo, existe uma economia baseada na espoliação” (HARVEY apud BRAGA, 2017, p. 246).

Para Harvey (2016), a acumulação capitalista apoia-se em dois processos mutuamente dependentes: a exploração econômica do trabalho assalariado nos locais de produção de mais-valor (o salário representa cada vez uma fração menor do valor produzido) e a espoliação violenta dos setores não totalmente mercantilizados da economia (o desaparecimento progressivo dos antigos direitos trabalhistas, os ataques ao sistema público de saúde, ao seguro desemprego, aos direitos à aposentadoria etc.). Em síntese, a natureza específica da mercantilização contemporânea torna-se mais definida com o emprego do conceito de espoliação, para interpretar a neoliberalização que desorganizou os sistemas de proteção social do fordismo. Para Braga (2017), a vantagem adicional em empregar a teoria da acumulação por espoliação consiste em acolher a afinidade dialética entre a mercantilização e a exploração do trabalho, evitando tanto a relativa homogeneização dos diferentes tipos de intervenção do Estado, quanto a ausência de uma teoria dos movimentos sociais capaz de servir como referência para a apreensão da estrutura do contramovimento. A esse respeito, uma das conclusões do autor, após analisar os três países – Portugal, África do Sul e Brasil – é de que

A teoria do duplo movimento segundo a qual a devastação mercantil é seguida por um único contra movimento em favor da de mercantilização regulada deveria ser transferida de sua atual posição hegemônica na agenda dos estudos sobre a classe trabalhadora global para uma posição subsidiária à teoria marxista da acumulação capitalista.(BRAGA, 2017, p. 247).

Na análise de Braga (2017), o neoliberalismo se constitui como forma de dominação apoiada na espoliação não só do excedente econômico, como também dos direitos sociais dos trabalhadores. Assim, nesses

três países analisados, o neoliberalismo vertebra um tipo de política, cujo objetivo é ampliar a mercantilização de setores da produção e da vida social por meio de medidas adotadas pelo próprio Estado.

No momento atual de crise da globalização, as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal tendem a promover crises de regulação com capacidade de estimular revoltas contra as formas de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Nesse quadro, a hipótese perseguida pelo autor é a de que

A resistência às políticas de espoliação, ou seja, os movimentos insurgentes em escala nacional que se multiplicaram pelo Sul global após 2008, se apoiam, sobretudo, nos setores precários das classes trabalhadoras nacionais. (BRAGA, 2017, p.223).

No caso brasileiro, o autor considera que, em contraste com os casos português e sul-africano, a atual ação coletiva dos trabalhadores precários no país caracteriza-se por ser, em termos gerais, subjetivamente inorgânicas. Porém, está objetivamente alinhada aos interesses dos sindicatos no país. Há, de fato, a formação e ampliação do precariado pós-fordista, claramente perceptível nas tendências relativas ao aumento da terceirização e deterioração das condições de trabalho impostas pelo regime de acumulação às classes subalternas; mas, no que tange à ação coletiva desses trabalhadores, o mesmo não pode ser afirmado. Neste particular, Ruy Braga (2017) analisa as jornadas de junho de 2013 como desafio do precariado, e argumenta que essas jornadas evidenciaram um protagonista social – o jovem precariado urbano –, o que se aproxima da tradição de mobilização das classes subalternas no país. Trata-se de uma tradição cuja tendência é aproximar o jovem precariado urbano dos setores mais organizados da classe trabalhadora brasileira, em especial os sindicatos.

Na análise de Braga (2017), compartilhada aqui, o ciclo de protestos iniciado em junho de 2013 ajudou não apenas a alimentar movimentos grevistas dos grupos mais precários e periféricos de trabalhadores organizados, como ele próprio evoluiu em sua dinâmica. As manifestações em praças e avenidas principais atraíram a participação de moradores das periferias, e, ao perderem força no Rio de Janeiro e em São Paulo, mantiveram-se ativos, embora em menor escala, em cidades como Porto Alegre, Recife, Fortaleza e São Luís. Braga (2017) destaca, ainda, que esse ciclo de protestos se constituiu na maior onda de mobilização popular da história brasileira.

Como fortes determinantes desse movimento, destacam-se: as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal, a partir da década de 1990, que tendem a impulsionar revoltas contra a combinação dos modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro; aumento da taxa de terceirização e flexibilização; condições salariais do trabalho; avanço do agronegócio; repressão policial etc. Tudo isso provocou a manifestação da insatisfação de amplos setores da juventude (em 17 de junho,

reuniram 75.000), formada por trabalhadores jovens inseridos no mercado em condições precárias de trabalho, dentre outros fora do mercado.

Considerações finais

As reflexões e análises aqui expostas permitem concluir que a sociedade brasileira vivencia, neste momento histórico, uma profunda crise estrutural e fundamentalmente política, na qual a luta de classes se tornou mais explícita com o excessivo avanço do pensamento conservador das elites reacionárias do país.

Essas elites reacionárias têm o Estado sob controle, impondo-se às demais classes, em particular às classes subalternas, através do aparato jurídico-político e coercitivo. Dessa maneira, mantêm-se dominantes pela força e por atos golpistas, destruindo processos democráticos com argumentos farsantes de combate à corrupção, da qual são os principais protagonistas.

Por fim, compartilhamos a idéia de Braga (2017), no que tange ao potencial mobilizador das ações coletivas articuladas por uma nova força social – o precariado –, estimulando revoltas contra as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal e direcionadas tanto à emancipação quanto à proteção social do trabalho.

Referências

ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio, 1988.

BRAGA, R. *Rebeldia do precariado – trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CARDOSO, F. G. *Organizações das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LOPES, J. B. *50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: da crítica ao Serviço Social tradicional à construção de uma alternativa crítica*. São Luís: Impresso. [2015].

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: UFPE, 2010.

MOTA, A. E. O pacto da assistência: articulação entre empresas e Estado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, abr. 1989.

DOI: 10.12957/rep.2019.42499

Recebido em 18 de março de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Reorientações éticas da política social: do primado do *ethos* solidário ao império da moral individualista possessiva

Ethical reorientations of social policy: from the primacy of the solidarity ethos to the empire of possessive individualistic morals

Potyara Amazoneida P. Pereira*

Resumo – Este texto privilegia as mudanças dos fundamentos éticos solidários da política social, tendo como pedra de toque o aforismo burguês de que o trabalho assalariado é a melhor fonte de bem-estar. Tem, como cenário, tanto países capitalistas centrais quanto periféricos, particularmente o Brasil. Discute a prevalência contemporânea de moralidades que privilegiam a autorresponsabilização dos indivíduos pela sua segurança social, sob a égide de um sistema caracterizado pela junção de forças neoliberais e neoconservadoras, denominado “Nova Direita”, que renega a democracia.

Palavras-chave: política social; democracia; trabalho; moral burguesa; autorresponsabilização.

Abstract – This text highlights the changes of social policy’s ethical foundations of solidarity, having as touchstone the bourgeois aphorism that salaried work is the best form of welfare. It has as its scenario both central and peripheral capitalist countries, particularly Brazil. It discusses the contemporary prevalence of moralities that privilege the individuals’ self-responsibilization for their own social security, under the auspices of a system characterized by the combination of neoliberal and neoconservatives forces called “New Right,” which rejects democracy.

Keywords: social policy; democracy; work; bourgeois morality; self-responsibilization.

* Professora titular e emérita da Universidade de Brasília (UnB) e docente visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no período de 2000-2002. E-mail: <potyamaz@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4823-5119>>.

Introdução

Não é de hoje que a literatura especializada da política social veicula – explícita e implicitamente – moralidades¹ condenatórias dos direitos à proteção social, garantidos pelo Estado, como conquista democrática e assunto de justiça (estatutária e social). Essa condenação ganhou corpo com a chamada “crise” dos Estados de Bem-Estar, ou Estados Sociais, desde fins dos anos 1970, visto que, para os seus propagadores, tal crise decorria de dificuldades econômicas e fiscais produzidas por abusivos gastos sociais dos governos. Contudo, grande parte dessas dificuldades foi fabricada para justificar austeros cortes nos orçamentos sociais e negligências públicas protetivas (JONHSON, 1990).

Disso se depreende que as forças motrizes dessas moralidades não residiam na superestrutura do sistema do capital em seu estágio mais avançado de difusão midiática, mas na estrutura econômica desse sistema que, para se reproduzir, necessita de colaborações extraeconômicas e superestruturais – dentre as quais, ortodoxias morais e políticas. É como diz Jessop (2008): não existe economia fora de um complexo diversificado de relações sociais. O econômico não se rege por uma lógica que se autocorriga e se autoexpande, mas depende de forças extraeconômicas. Por isso, o capitalismo não é um simples “sistema econômico” e nem o capital um mero “fator de produção”.

De fato, com base em autores como Mészáros (2009) e Mandel (1975), admitem-se diferenças entre capital e capitalismo. O capital, como relação social, tem mais de três mil anos, enquanto o capitalismo tem em torno de quinhentos. Nas sociedades pré-capitalistas o capital já existia sob a forma elementar de dinheiro proveniente da renda fundiária, cujo uso nas operações de troca gerava um suplemento de valor circunscrito à esfera da circulação. Já no capitalismo o capital atua não só na circulação, mas na base produtiva, dominando totalmente esse modo de produção (PEREIRA-PEREIRA, 2019).

Assim, o capital, que permeia por inteiro o capitalismo, é uma *relação* que não dispensa a colaboração de mecanismos não mercantis para suprir limitações do mercado e oferecer condições para a produção e a reprodução do capital e da força de trabalho como mercadoria fictícia, isto é: que pode ser comprada e vendida

sem que se coverta, na realidade, em mercadoria [...] criada em processo de trabalho e sujeita às pressões competitivas do mercado para racionalizar a sua produção e reduzir o prazo de rotação do capital nela investido. (JESSOP, 2008, p. 16).

¹ Entende-se por *moralidades*, condutas e atos concretos de indivíduos ou grupos, que adquirem significado moral em conformidade com as normas “morais” prevalecentes (VASQUEZ, 1975).

Não à toa, a sociabilidade capitalista sempre foi mediada por uma ética segundo a qual o trabalho como meio de enriquecimento pessoal – proibido na Idade Média – deixou de ser pecado para tornar-se virtude. Virtude divina, porque a moral burguesa que triunfou sobre a moral da era feudal fez coincidir, na era moderna, a “vontade” de Deus com os interesses capitalistas fundados no trabalho assalariado, produtor de mais-valia e, portanto, de lucros privados por meio do não pagamento de parte do trabalho alheio. E assim o fez, conforme Weber (1967, p. 32), respaldada em crenças religiosas, como a calvinista, que converteram em pecado a ociosidade por afrontar a honra de Deus da qual emana, segundo Calvino, o valor do trabalho. Ademais, tornou-se virtude secular porque, nos círculos laicos e profanos, a ociosidade integrou o rol dos comportamentos amorais, por ferir a moral burguesa dominante, para quem o trabalho produtivo, remunerado, realizado sob o signo da máxima utilização do tempo, constituía a essência da dignidade humana.

Foi em consonância com essa perspectiva que o impulso capitalista irrefreável por acúmulo de riqueza se tornou um *ethos*, isto é, um “princípio orientador da vida” com “finalidade em si”, ou um “espírito” que transcende imperativos de satisfação de necessidades materiais. Contudo, foi também “o *summum bonum* desta ‘ética’, a obtenção de mais e mais dinheiro” (WEBER, 1967, p. 33) que – cabe acrescentar – ajudou a degradar o trabalho humano ontologicamente definido como “a primeira [e eterna] necessidade vital” (MARX, 1975a, p. 16) e “condição fundamental para a transformação do ser humano” (ENGELS, 1979, p. 215).

Desse modo, a ética capitalista acabou enfraquecendo: a *moral* da classe trabalhadora construída a partir da consciência de sua situação de opressão e de sua vocação transformadora; o *ethos* solidário e coletivista da política social e dos direitos sociais a ela associados; e “as vantagens físicas, morais e intelectuais” garantidas por leis trabalhistas que, nas palavras de Marx (1975b, p. 368) – referindo-se à luta de trinta anos travada, no século XIX, pela conquista da jornada de trabalho de dez horas –, representaram “não só um triunfo prático, mas também de um princípio”: o da possibilidade de derrota da “economia política da burguesia pela economia política dos trabalhadores”.

O presente texto tem, como pano de fundo, este conjunto de relações morais, determinado por exigências socioeconômicas e políticas de caráter classista. Privilegia reorientações dos fundamentos éticos da política social do segundo pós-guerra, verificadas desde a transição do regime de acumulação keynesiano-fordista (favorável a um *ethos* solidário) para o regime de acumulação neoliberal² (avesso a esse *ethos*), a partir do final dos anos 1970. Res-gata, além disso, conteúdos que intermediam a explicação dessas

² Embora se empregue aqui e em outras passagens o termo “neoliberal”, sem qualificações, atribui-se, no decorrer desta reflexão, um conteúdo misto ao seu significado devido a sua relação simbiótica com o “neoconservadorismo”, formando, dessa forma, a denominada “Nova Direita” a ser mais à frente explicitada.

reorientações e lhes servem de divisas analíticas antagônicas, como *direita vs esquerda*, com suas índoles individualista/contratualista vs coletivista/solidária.

A percepção aqui adotada de que a *ética* tem raízes na *moral* como comportamento humano concreto, longo e universal, além de histórico e cultural, exige que se faça, nesta introdução, breve distinção entre ambas as denominações e se desmistifique o seu caráter exclusivamente virtuoso e absoluto. Cabe, portanto, pontuar que ser ético nem sempre é ser correto do ponto de vista moral e nem que este ponto de vista seja invariavelmente defensável. Da mesma forma, não se acredita na existência de neutralidade capaz de converter a ética em um código de normas, ou catálogo de valores incontestáveis, até porque a ética é a teoria crítica da moral concreta; uma teoria construída por meio de investigação de fenômenos morais e de normas morais de condutas efetivamente praticadas por indivíduos em sociedades determinadas no cumprimento de uma função social (WIEDMANN; GEORGE, 1975). É o que, por certo, Aristóteles (1979) considerava uma filosofia prática, por oposição à filosofia teórica que trata, primeiramente, do saber em vez da conduta.

A tradição de pensamento dialético materialista histórico, tributária de Marx e Engels³, que serve de norte a esta discussão, também concebe a ética como uma disciplina filosófica que se ocupa da teoria do comportamento moral. Para esta tradição, a ética tem como tarefa a elaboração e o exame dos sistemas morais, a explicação da origem e evolução do comportamento moral, a investigação da essência dos ideais e juízos morais e a formulação dos critérios da moral, assumindo a qualidade de ciência.

Eis porque o mundo moral, assim como as *moralidades* dele derivadas, constitui objeto de conhecimento da ética, que, por meio dessa função, acaba adquirindo perfil de moral reflexiva, teórica ou até doutrinária. Todavia, a moral, apesar de codificar comportamentos individuais, não deixa de ser social porque afeta outros indivíduos e a comunidade e estipula regras que respondem a necessidades e exigências sociais. Isso explica o fato de o comportamento moral se fazer “presente na vida pública, que é o campo próprio da política” (VASQUEZ, 2001, p. 186); e porque a política, incluindo a política social, sempre esteve eivada de moralidades.

Moralidades na política social contemporânea e seu trato analítico

O cerne deste texto inscreve-se no debate sobre a pertinência do aforismo privilegiado pelo discurso neoliberal de que “o trabalho é a melhor

³ Marx se referiu especificamente à ética poucas vezes e Engels só tratou dela em 3 capítulos do *Anti-Dühring* e numa parte do *Ludwig Feuerbach*. Porém, é importante para os estudos da ética a concepção materialista da história, que constitui a chave da análise marxista para a compreensão da origem e do desenvolvimento histórico de todas as relações e ideias sociais (WIEDMANN; GEORGE, 1975).

forma de proteção social” (HIGGINS, 1981). Além disso, suscita a análise crítica do atual predomínio das políticas de *ativação* dos pobres para o mercado de trabalho, ou do “*welfare-to-workfare*” (DEAN, 2006, 2010; THEODORE; PECK, 2000), que se apoia na seguinte crença: de que a política de bem-estar pública, concretizadora de direitos sociais, além de *passiva* e *assistencialista*, é um meio *subótimo* de provisão social. Em contraposição, a provisão *ótima* emanaria do labor remunerado, que seria não só o melhor tipo de trabalho humano, mas a forma mais digna de satisfação de necessidades individuais e coletivas.

O cenário geopolítico desta reflexão engloba tanto países capitalistas do chamado Primeiro Mundo, particularmente os Estados Unidos e os do norte da Europa, quanto os do chamado Terceiro Mundo, incluindo o Brasil. Os primeiros, porque foi a partir deles que se difundiram, internacionalmente, *moralidades* identificadas com uma reciclada ética capitalista que vem redefinindo a noção de trabalho e renegando os direitos sociais. Os segundos países porque, mesmo periféricos, nunca estiveram imunes e avessos a essas influências imperiais.

No contexto dessas reorientações importa demarcar, em primeiro lugar, seus determinantes estruturais; isto é, os imperativos econômicos, associados ao processo de globalização neoliberal, perante os quais o Estado e a política social tornam-se necessários como componentes *extraeconômicos* da autovalorização do capital. Assim, do Estado e da política social são requeridos: i) proatividade para transformar em mercadoria uma força de trabalho situada à margem do mercado laboral assalariado e de consumo; ii) criação de mecanismos sociais favorecedores da diminuição dos custos da força de trabalho; c) apoio à maximização da produtividade do trabalho e à ampliação das fontes de acumulação do capital; iii) coparticipação no processo de reprodução social e de mercantilização de esferas da vida humana antes não guiadas pela lógica empresarial.

Associadas a esses imperativos e cumprindo papel de suporte superestrutural ao poder estrutural do capital, em sua versão neoliberal, prevalecem *ortodoxias* políticas que rechaçam o caráter público e universal da política social (THEODORE; PECK, 2000). Em compensação, prestigia-se a *ética da autorresponsabilização* dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar. Tal orientação trata-se de uma alteração inclusive paradigmática na natureza da provisão social, cujo primeiro resultado foi a passagem do *padrão keynesiano-fordista* de intervenção social estatal para o *neoliberal*.

Para subsidiar o entendimento das razões de fundo desse deslocamento político-estratégico, regado por *moralidades*, fez-se uso de um referencial teórico que confronta duas tradições matriciais de análise: a *economia política clássica*, burguesa, e a *economia política crítica* ou *marxiana*. Esta última constitui a referência mestra por fornecer os subsídios essenciais à compreensão da contemporânea mudança dos fundamentos éticos da política social e de suas consequências práticas.

Efetivamente, a economia política crítica oferece ensinamentos por meio dos quais é possível entender porque, em tempos dominados pelo neoliberalismo, o mercado é privilegiado em detrimento do Estado Social. E porque ao Estado, que se tornou antissocial, não cabe mais prover bens e serviços como dever de cidadania, mas apenas prevenir ou controlar o que é chamado de “males públicos”, como: poluição, epidemias, desordem social e crimes, que podem prejudicar o livre funcionamento do mercado. Portanto, fora dessa competência marginal, a intervenção estatal ameaçará o equilíbrio da economia do qual o bem-estar dos indivíduos, mediante o trabalho subordinado ao capital, dependerá (DEAN, 2006).

No que tange ao trabalho, é a economia política crítica que desnuda o seu caráter complexo e contraditório, em contraposição à simplificação que dele faz a economia política clássica, ao considerá-lo também um mero fator de produção. Mostra, por exemplo, que, se o trabalho produz bens para o consumo humano, também produz valor excedente, que é separado da utilidade desses bens e apropriado privadamente. Isso impulsiona um processo injusto, mas sem remorsos, de acumulação do capital, porque, nele, a exploração do trabalhador é escamoteada pela “livre” compra e venda da força de trabalho. Contudo, tal acumulação, a despeito de sustentar o sistema como um todo, não assegura o seu equilíbrio natural, anunciado pela economia política clássica, e é inerentemente tendente a crises. É principalmente devido a essa tendência que o capitalismo na sua fase neoliberal depende do Estado e de suas medidas de ativação para um trabalho que não liberta os ativados de sua condição de servidão.

Determinantes estruturais da transição do *ethos* solidário da política social para a moral individualista possessiva

As reorientações éticas experimentadas pela política social decorrem do processo de reestruturação capitalista, iniciado no final dos anos 1970, no rastro da crise estrutural e sistêmica do capital, sob a forma de uma *grande recessão* que ainda não terminou. Essa recessão propiciou: o triunfo global das forças desregulamentadoras da economia e dos pactos sociais constituídos após a Segunda Guerra Mundial; e o domínio, cada vez maior, do capital financeiro, portador de juros, sobre o capital industrial/ produtivo (embora com base neste) como forma de saída da crise.

Por isso, falar de reorientações éticas da política social implica reconhecer que esse processo representa uma decadência progressiva, intencional e programada dessa política em relação à época em que a mesma viveu uma experiência “dourada”, há quarenta anos, em países capitalistas centrais, principalmente da Europa central e do norte. Esta experiência correspondeu à quadra histórica situada entre o imediato segundo pós-guerra, em 1945, e 1975, durante a qual prevaleceu um *regime de acumu-*

lação não mais guiado pela prédica liberal clássica da liberdade de mercado, mas pela doutrina keynesiana/fordista que: mesmo estando a serviço do capitalismo, conseguiu combinar regulação econômica com democracia política, por meio de reformas macroestratégicas mediadas por um Estado intervencionista controlado por forças contra-hegemônicas, a saber: o simples fato de a União Soviética (URSS) e o campo socialista existirem já moderava o despotismo do capital. Ademais,

o fim do monopólio nuclear norte-americano; o auge dos partidos comunistas em países da Europa Ocidental; a formidável recuperação da economia soviética; o triunfo da revolução socialista na China; a heroica resistência dos vietnamitas ao colonialismo francês; [...] o triunfo da revolução cubana e o auge dos processos de descolonização na África e na Ásia, definiram um cenário no qual a burguesia teve de conter a contragosto os seus impulsos [e aceitar] reformas antes inadmissíveis. (BORON, 2014, p. 90-91).

As estratégias mediadas pelo Estado intervencionista contribuíram para: i) a instituição do pleno emprego masculino, graças à vigência do regime de produção fordista⁴; ii) a provisão pública de políticas sociais universais e, conseqüentemente, a ampliação da seguridade social para além do seguro; iii) o funcionamento de políticas fiscais progressivas que taxavam rendas do capital e não apenas os rendimentos do trabalho; iv) e a definição de um limiar socioeconômico abaixo do qual a ninguém seria permitido viver.

Contudo, essa experiência histórica, também chamada pelos franceses⁵ de trinta anos gloriosos, se esgotou. A coexistência de altas taxas de inflação e recessão (*estagflação*) e de elevados índices de desemprego decretou o fim do crescimento da produtividade econômica e das políticas keynesianas. Entretanto, na base desse acontecimento e da chamada crise do Estado de Bem-Estar, estava a crise capitalista dos fins dos anos 1970, que se estende até hoje, associada à queda tendencial da taxa de lucros devido ao excesso de produção sobre a demanda por bens de capital e de consumo e à maturação do progresso científico-tecnológico e do investimento em inovação baseado em: cobranças progressivas de impostos e redução de juros e empréstimos estatais para financiar empreendimentos públicos, inclusive bélicos.

Desde então, o capitalismo se empenhou em reestabelecer as condições de recuperação dos lucros perdidos, sob outro regime de acumulação – o neoliberal – voltado para a crescente monetarização, sem regula-

⁴ Produção em massa voltada para o consumo também de massa, baseada em racionalidade técnica e organizacional que, ao privilegiar a semiautomação e o fracionamento das operações laborais, não exigiam qualificação dos trabalhadores.

⁵ Denominação usada, pela primeira vez, pelo francês Jean Fourastié em seu livro *Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*, datado de 1979.

ção do Estado, sem limites territoriais e sem compromissos sociais. Para tanto, foi preciso: enfraquecer tudo o que fortalecesse o poder de pressão dos trabalhadores por direitos e aumento salarial; elevar a taxa de mais-valia, por meio da superexploração da força trabalho; incrementar uma grande mobilidade do capital industrial para potenciar a sua forma financeira, rentista, em escala global.

Deu-se, assim, a instauração de uma nova era capitalista – a financeira globalizada –, em que as anteriores formas de operação, tecnologias, tipo de capital, modalidade de capitalização e papel do Estado mudaram sobremaneira. Por consequência, também mudou a forma de regulação do trabalho, não havendo mais lugar para pactos interclassistas, sindicatos combativos e direitos sociais e trabalhistas garantidos. Pelo contrário, esses direitos foram expropriados pela nova ordem burguesa com a ajuda do Estado, que se tornou um sócio ativo do capital no seu empenho de “preservar a sua dominação de classe em toda a sua nudez” (CHESNAIS, 2013, p. 23).

Como diz Perry Anderson (1995, p. 9), o “neoliberalismo nasceu como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Sua apaixonada recusa a qualquer “limitação dos mecanismos do mercado” fez com que seus defensores, tendo à frente intelectuais empenhados na “desedificação do keynesianismo” (BEAUD; DOSTALER, 2000, p. 127), como o austríaco Friedrich Hayek, criassem uma associação fechada, ao estilo maçônico.

Anderson refere-se à Sociedade de Mont Pèlerin, na Suíça, fundada por Hayek, em 1947. Alguns dos componentes dessa sociedade, como Milton Friedmann, construíram parte de suas respectivas carreiras na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, onde cultivaram uma fé inquebrantável na teoria neoclássica dos preços, com base na crença, quase religiosa, de que “o mercado livre [e não o Estado] é o mecanismo mais eficaz de redistribuição de recursos” (BEAUD; DOSTALER, 2000, p. 127-128). Por conseguinte, era através dessa associação, em reuniões internacionais bianuais, que eles traçavam estratégias de combate às políticas keynesianas e ao solidarismo social. E, com a “chegada da grande crise [capitalista], o neoliberalismo se instalou de fato” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Entretanto, o neoliberalismo não teria triunfado se não tivesse contado com condições históricas e políticas excepcionais, tais como: o avanço simultâneo do *neoconservadorismo*, produzido pelas chamadas “revoluções conservadoras” capitaneadas, desde a década de 1980, pelos governos da ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher e do ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan; e a junção do neoliberalismo com o neoconservadorismo, formando um movimento radical denominado *Nova Direita*, no qual convivem subjetividades morais que, em princípio, são incompatíveis, mas que, na prática, se fortalecem no combate à democracia.

Esse fortalecimento se dá sob as seguintes bandeiras: *Bandeiras neoliberais*: sacralização do mercado; eficácia econômica; competitividade; empreendedorismo; meritocracia; ativação para o trabalho assalariado; privatização e desregulamentação da economia e das políticas sociais; preservação da desigualdade social como incentivo ao trabalho. *Bandeiras neoconservadoras*: fortalecimento da lei e da ordem; nacionalismo exacerbado; fundamentalismo religioso; glorificação da família tradicional; desprezo pelas diferenças; racismo, misoginia, homofobia (PIERSON, 1991; BURGAYA, 2015).

A Nova Direita trata-se, portanto, de um movimento invulgar na orquestração de ataques desferidos contra as conquistas sociais dos últimos quarenta anos, no seio do capitalismo. Com ela demonstra-se, conforme Burgaya (2015, p. 107), que há tempos “os interesses empresariais e do grande capital não encontravam aliados políticos tão favoráveis”, ardentes e poderosos na defesa de teses antiprotecionistas e egocêntricas.

Além disso, outras mudanças contribuíram para a transição do regime de acumulação keynesiano-fordista para o de acumulação neoliberal/neoconservadora. São dignos de nota: os processos de internacionalização e mundialização que restringiram as margens de manobra e de decisão dos Estados nacionais; a adaptação da União Europeia à globalização neoliberal; o fim da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos (UEA) e União Soviética (URSS), cujo símbolo foi a queda do muro de Berlim, em 1989, e a autodissolução da URSS, em 1991; e a transformação dos Estados Unidos em única potência mundial, elevando-se, a partir da década de 1980, do posto de potência hegemônica no mundo capitalista para o de império, com função arbitral de última instância sobre conflitos de poder em qualquer parte do planeta.

Moralidades neodireitistas e suas implicações para a política social de cunho solidário

A distinção entre *direita* e *esquerda*, embutida na expressão *Nova Direita*, está mais viva do que nunca, apesar de sua simplificação conceitual e dos numerosos anúncios sobre a sua morte. São famosos os esforços, na história do capitalismo, de negar esta disjuntiva, desde que ela surgiu para indicar as posições ocupadas pelos representantes do povo – à direita e à esquerda da presidência – na Assembleia Nacional Constituinte Revolucionária Francesa, de 9 de junho de 1789.

Contudo, essa distinção, dentre tantas outras proclamadas para demarcar a oposição entre “partidos, forças, frentes e atores no cenário político” (VASQUEZ, 2001, p. 175), foi a única que vingou, graças à sua amplitude, vitalidade e resistência ao tempo. A clivagem entre direita e esquerda constitui, portanto, um recurso tipológico que, guardadas suas

limitações, é a que melhor se presta para classificar a real oposição de classe expressa em princípios, critérios e ideologias liberais/conservadores vs progressistas/socialistas, a partir de um eixo analítico iluminado pelas categorias *igualdade e liberdade*.

A recorrente tentativa de apagar a linha divisória entre direita e esquerda revela uma estratégia das hostes de direita para anular a existência de classes sociais antagônicas nas sociedades capitalistas e excluir, em definitivo, a concepção socialista nessa divisão, em prol da prevalência de ortodoxias morais burguesas. Essas procuram limitar: as liberdades reais para a maioria da população e a frear os avanços na igualdade social, contra as quais as esquerdas se insurgem (VASQUEZ, 2001, p. 181). Eis porque igualdade e liberdade *substantivas* ou reais constituem a estrela polar da moral das esquerdas.

Na esfera da moral, a pertinência da distinção política entre direita e esquerda tem a ver com o fato de a *política* e a *moral*, no capitalismo, interligarem-se num tipo de regulação das relações entre indivíduos, e destes com a sociedade, que se faz aceito. E também porque a política tem um lado instrumental, além do axiológico (valorativo), que lhe permite perseguir fins, subsidiada por meios, cujo uso difere entre direita e esquerda.

Para a moral de esquerda, os meios e os fins têm que ser compatíveis entre si. Os fins não devem utilizar meios que, por princípio, sejam amorais, e nem os meios devem instrumentalizar fins intrinsecamente pervertidos. Dessa feita, não tem cabimento, para a esquerda, a prática do genocídio, da tortura e da perseguição política para se alcançarem objetivos tidos como necessários. E muito menos são cabíveis experimentos como os realizados na Alemanha nazista, sob o nome de políticas sociais, que esterilizavam enfermos, doentes mentais, judeus, ciganos, socialistas e outros grupos humanos para depois encaminhá-los à câmara de gás (TITMUSS, 1981).

É à luz dessas clivagens morais e políticas que os principais traços da atual supremacia da moral neoliberal/conservadora sobre o *ethos* solidário da política social de pós-guerra são a seguir indicados com suas implicações.

A Nova Direita e suas contradições

Não é exagero afirmar que a Nova Direita se tornou, a partir dos anos 1980, o mais obstinado oponente do padrão de proteção social de cunho solidário, por considerá-lo moral e cognitivamente incompatível com as noções de liberdade e de dignidade propugnadas por seus asseclas. De fato, tanto a vertente neoliberal quanto a neoconservadora que compõem esta híbrida frente neodireitista irmanaram-se contra qualquer veleidade de implantação, nos domínios burgueses, das dimensões social, pública e

universal que caracterizam os regimes de democracia e cidadania ampliados e republicanos.

Para validar, intelectualmente, essas idiossincrasias, recuperaram-se prescrições famosas de autores clássicos e contemporâneos, representativos de ambas as vertentes, entre as quais as do economista liberal Adam Smith e do crítico conservador da Revolução Francesa, Edmund Burke, ambos do século XVIII, cujas peremptórias recusas ao coletivismo e às regulações estatais constituíam os seus “cavalos de batalha”. Smith advogava a liberação da economia de mercado como a medida mais afeita a produzir, simultaneamente, o bem-estar individual e social, além de incentivar responsabilidades pessoais; e Burke condenava o domínio da razão antinatural, da militância planejada, sobre sentimentos, convenções e tradições naturalmente entranhados nas interações complexas das sociedades.

Por isso, o contemporâneo Friedrich Hayek, mesmo sendo considerado o maior teórico do neoliberalismo (PIERSON, 1991), não hesitou em combinar a defesa smithiana da mão invisível do mercado com a louvação burkeana da ordem tradicional, para criar um neologismo – *catalaxy* –, que descreve “um tipo especial de ordem espontânea produzida pelo mercado, por meio da ação [derivada da escolha racional dos indivíduos] referenciada na propriedade, na responsabilidade civil e no contrato” (PIERSON 1991, p. 42).

A liberdade defendida pelos neoliberais, chamada *negativa* por privilegiar a ausência de obstáculos externos e internos à sua realização, não negava a ingerência de regras de condutas forjadas pela dinâmica da *catalaxy*. Essa atitude denunciava a falsa ausência de regulação no liberalismo clássico e no neoliberalismo visto que, desde a época da Lei dos Pobres inglesa, de 1834, liberalismo e utilitarismo de tipo benthaniano⁶ mesclavam-se na regulação da pobreza por meio de normas rígidas, *ilibera*is, intencionalmente cultivadas como parte do processo de ascensão da economia política clássica.

Portanto, a combinação contemporânea do neoliberalismo com o neoconservadorismo não é uma novidade e nem representa a transformação dos seus princípios e valores originários. Contudo, mesmo sendo uma continuação incremental do passado, a Nova Direita tem uma peculiaridade notória: ela reverbera, em matéria de regressão e destruição da democracia e dos direitos sociais, o espírito de três grandes forças sem precedentes: dos mercados competitivos globalizados, dos conglomerados financeiros parasitários e dos grupos midiáticos transnacionais partidários, todos compelidos por uma ética hedonista, a serviço do capital, que requer políticas antissociais.

⁶ Segundo Dean (2007), o utilitarismo benthamiano (de Jeremy Bentham), representou uma subversão do liberalismo clássico, na medida em que Bentham admitia sacrificar a soberania dos indivíduos por um bem maior identificado com o prazer hedonista proporcionado pela utilidade das coisas para a maioria das pessoas.

Finalizando: implicações neodireitistas para a política social de corte solidário

As mudanças sofridas pela política social, a partir dos anos 1980, têm muito a ver com a sua subsunção à *ética da autorresponsabilização* do bem-estar, seja o indivíduo bancando seu autossustento, seja manejando, com seus próprios meios, inseguranças sociais produzidas pelas agora chamadas “sociedades de riscos”: referenciadas não mais em direitos sociais ga-rantidos, mas em riscos movidos ao azar.

Sendo assim, os sujeitos que hoje habitam essas sociedades não são mais cidadãos, mas indivíduos empreendedores e consumidores, cujo poder de autossuficiência e autogestão responsável deve ser ativado, habilitado por contínuos treinamentos e regulado por um Estado capacitador, empoderador e provedor de *estruturas de oportunidades*.

Consequentemente, o principal papel da política social não será o de atender às necessidades sociais, mas de mitigar riscos a que estarão sujeitos os indivíduos. Esta mitigação, como próprio nome antecipa, terá caráter de alívio (*relief*) pontual e focalizado, sem vinculação estatutária ou legal com os direitos de cidadania, posto que regido por códigos morais de conduta. Além disso, não será papel deste tipo de política social proteger os trabalhadores das consequências adversas do trabalho assalariado, por meio da regulação dos salários e das condições de emprego, mas ativá-los para empregos disponíveis, sem controle sindical, independentemente de suas expectativas e preferências.

A criação da recente estratégia da flexisegurança⁷ (*flexisecurity*) em países capitalistas avançados, inclusive os do norte da Europa, como é o caso da Dinamarca, de larga tradição socialdemocrata de bem-estar social, tem a ver com a flexibilidade privilegiada pela *economia da oferta*, que substituiu em todo o mundo a economia da *demanda efetiva* adotada pelo Estado de Bem-Estar keynesiano. Esta teoria faz parte de um movimento maior que inclui correntes neoliberais e neoconservadoras, algumas mais radicais, como a dos libertários ou *anarco-capitalistas*, e a dos neoclássicos, mas cujo denominador comum é: “a reafirmação das virtudes do mercado e da concorrência contra a intervenção do Estado e a toda e qualquer forma de regulação”. Para esse movimento, “o nível excessivo de taxas naturais de desemprego é considerado como o resultado das leis do salário mínimo, do seguro desemprego e da militância dos sindicatos, dos quais é preciso retirar poderes” (BEAUD; DOSTALER, 2000, p. 135).

Em outros termos, contra a teoria da demanda efetiva, estimuladora de uma oferta infinitamente elástica, os monetaristas insistiram na

⁷ Estratégia política que condiciona a assistência social pública à procura, por parte de seus demandantes, de trabalho remunerado, em prazo determinado; ou à aceitação desses demandantes de empregos disponíveis no mercado laboral flexível, indicados pelo Estado. Entretanto, se essa orientação não for acatada, haverá sanções que poderão resultar na suspensão da assistência pública.

delimitação de uma oferta global. Porém, no rastro das políticas econômicas instituídas por Ronald Reagan (as *reagnomics*), surgiu a *economia da oferta*, visando: reduzir impostos sobre a propriedade para não desencorajar a poupança, o investimento, o esforço produtivo e a inovação impeditivos da formação de economias subterrâneas e de fugas do fisco. Para tanto, procedeu-se drástica redução das despesas sociais por estas alimentarem um Estado onipresente e passivo que, além de desviar recursos do setor privado, criador de empregos e oportunidades, incentivava modos de vida parasitários (BEAUD; DOSTALER, 2000).

Assim, a tese da autorresponsabilização trata-se de um discurso político autoritário e moralista de defesa da supremacia do princípio do dever do indivíduo sobre o seu direito à proteção social pública garantida, que sobrepôs o lema liberal do *trabalho em primeiro lugar* à premissa socialista do *bem-estar humano* antes de tudo, mediado pelo *trabalho*. Dessa forma, o *viver para trabalhar*, da moral burguesa, não só se sobrepôs, mas também se contrapôs ao *trabalhar para viver*, da moral solidária, na trilha da substituição teórica e prática do bem-estar como direito (*welfare*) pelo bem-estar provido pelo trabalho remunerado (*workfare*), assim como do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) pelo Estado do Trabalho (*Workfare State*).

Esta inversão de valores também desvela a colonização da política social de corte solidário por uma ética hedonista (DEAN, 2010), indutora do impulso compulsivo de maximização de capital humano em busca do prazer de curto prazo, que surge após a realização de condutas estimuladas, como a de ganhar prestígio e dinheiro, como um objetivo em si e sem alternativas. Ou, no dizer de Dean (2010): que exclui a ética *eudaimonica*, prevista pelos filósofos clássicos, segundo a qual uma vida boa, ou a felicidade de longo prazo, decorre do envolvimento das pessoas entre si no compartilhamento de projetos, lutas e conquistas que colocam o bem-estar humano antes e acima do engajamento competitivo e consumista de cada um no mercado de trabalho.

Não admira, pois, que sob o comando da ética hedonista a política social de *ethos* solidário tenha perdido a sua função mais nobre, que era a de concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e assegurados pelos poderes públicos. E que o ódio aos pobres tenha se generalizado pela disseminação legitimada de moralidades hedonistas que veem a pobreza como resultante da irresponsabilidade dos indivíduos que a padecem. Por isso, ser pobre na atualidade capitalista tornou-se um delito moral, quando não penal; e a proteção social contra essa condição passou a ser vista como uma cumplicidade abominável.

Em decorrência, a política social tornou-se um mecanismo coadjuvante da insaciável necessidade de lucro do capital, em detrimento do atendimento das necessidades sociais, porque o tipo de capitalismo que passou a geri-la não representa uma renovação ou reinvenção melhorada

em termos de civilidade. Pelo contrário, este tipo de capitalismo se reencontrou com a sua índole mais primitiva e, portanto, com a sua “capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais ele está fundado” (CHESNAIS, 1977, p. 8).

Esses interesses não mais comportam reedições minimamente democráticas porque o poder estrutural do capital, administrado por grandes e seletas corporações supranacionais, sequestrou a democracia, mesmo que relativa. Daí a justeza da avaliação corrente de que o atual período da história da humanidade é *pós-democrático*.

As conquistas sociais do segundo pós-guerra podem ser consideradas o que de melhor o capitalismo foi forçado a oferecer sob a pressão de “poderosos movimentos sindicais, grandes partidos de massa de esquerda e uma correlação mundial de forças que lhe era desfavorável” (BORON, 2014, p. 91). Mas também este foi o seu limite de atenção às necessidades humanas. O que se tem pela frente é “um futuro catastrófico para a nossa espécie, a menos que abandonemos o rumo pelo qual temos vindo transitando desde há umas três décadas” (BORON, 2014, p. 91).

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os pensadores).
- BEAUD, M.; DOSTALER, G. *O pensamento econômico de Keynes aos nossos dias: súmula histórica e dicionário dos principais autores*. Portugal: Edições Afrontamento, 2000.
- BORON, A. *Socialismo siglo XXI: hay vida después del neoliberalismo?* Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Luxemburgo, 2014.
- BURGAYA, J. *La economía del absurdo: quando comprar más barato contribuye a perder el trabajo*. Bracelona: Ediciones Deusto, 2015.
- CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, 2013.
- CHESNAIS, F. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1977.
- DEAN, H. From work to welfare? Reconstructing the liberal political discourse. In: SOCIAL POLICY ASSOCIATION ANNUAL CONFERENCE – SOCIAL POLICY IN TIMES OF CHANGE, University of Lincoln. 5-7 jul. 2010.
- DEAN, H. Activation policies and the changing ethical foundations of welfare. In: ASPEN/ETUI CONFERENCE: ACTIVATION POLICIES IN THE EU, 20-21. Brussels, oct. 2006.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HIGGINS, J. *States of Welfare: a comparative analysis of social policy*. New York: St. Martin's Press, 1981.
- JESSOP, R. *El futuro del Estado capitalista*. Madrid: Catarata, 2008.
- JOHNSON, N. *El Estado del Bienestar en transición: la teoria y la practica del pluralismo del bienestar*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- MANDEL, E. *Tratado de economia marxista*. V.2. Ediciones ERA, 1975
- MARX, K. Crítica del Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escojidas*. Tomo II. Madrid: Editorial Ayuso, 1975a.
- MARX, K. Manifiesto inaugural de la Asociación Internacional de los Tabajadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escojidas*. Tomo I. Madrid: Editorial Ayuso, 1975b.

- MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. Boitempo: São Paulo, 2009.
- PEREIRA-PEREIRA, P. A. Poder estructural del capital y la desfiguración contemporánea de la política social brasileira. In: MOLINA, P. V. *Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano: modelos de desarrollo y políticas públicas en America Latina*. Universidad de Chile: Santiago de Chile, 2019.
- PIERSON, C. *Beyond the Welfare State?* Cambridge: Polity Press, 1991.
- THEODORE, N.; PECK, J. Searching for best practice in welfare-to-work: the mens, the method and the message. *Policy and Politics*, v. 29, n. 81-98, 2000.
- TITMUSS, R. *Política social*. Barcelona: Editorial Ariel, 1981.
- VASQUEZ, A. S. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- VASQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1975.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.
- WIEDMANN, F.; GEORGE, R. T. de. Ética. In: WIEDMANN, F.; GEORGE, R. T. de. *Marxismo y democracia*. Enciclopedia de conceptos básicos. Filosofía 2. Madrid: Ediciones Rioduero, 1975.

DOI: 10.12957/rep.2019.42500

Recebido em 12 de março de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

“O fantasma da classe ausente”: ensaio sobre as bases sociais do Movimento da Reforma Sanitária

“The ghost of the absent class:” an essay on the social basis of the Sanitary Reform Movement

Eduardo Stotz*

Resumo – Neste ensaio sobre as bases sociais do Movimento da Reforma Sanitária no Brasil, problematiza-se a alegoria do “fantasma da classe ausente”, formulada pela mais expressiva liderança deste movimento, Antonio Sérgio Arouca, no final da década de 1980. A alegoria representava o dilema de um movimento que pretendia falar em nome dos trabalhadores e para eles, sem estar enraizado em seus polos mais combativos. O texto procura mostrar que esta representação não passou de um deslocamento político e ideológico vinculado à estratégia democrático-burguesa defendida pelo Partido Comunista Brasileiro em sua fração “eurocomunista”, à qual pertencia boa parte dos participantes do movimento reformista.

Palavras-chave: Reforma Sanitária; Partido Comunista Brasileiro; estratégia democrático-burguesa; sindicalismo; movimento operário independente.

Abstract – This essay presents a critique of the allegory of the “ghost of the absent class” formulated by the most expressive leadership of this movement, Antonio Sérgio Arouca, in the late 1980s. The allegory represented the dilemma of a movement that intended to speak for workers and to workers, without being rooted in its most proactive organizations. The text seeks to show that this representation was nothing more than a political and ideological shift linked to the bourgeois-democratic strategy defended by the Brazilian Communist Party’s “Euro-Communist” fraction, to which many of the reform movement’s participants belonged.

Keywords: Brazilian Sanitary Reform Movement; Brazilian Communist Party; bourgeois-democratic strategy; syndicalism; independent labor movement.

.....
*Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1991). Atualmente é pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: <eduardostotz@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7021-398X>>.

Não é correto dizer que a história passada dos comunistas, e de todos, já estava predeterminada, assim como não é verdade dizer que o futuro está nas mãos dos jovens que virão. A “velha toupeira” escavou e continua escavando, mas, como é cega, não sabe de onde vem e para onde vai, ou se anda em círculos. Quem não quer ou não pode confiar na providência deve fazer o que pode para entender e assim ajudar.
(Lucio Magri)

Introdução

A tradição acadêmica determina, no que diz respeito ao conhecimento, uma rígida separação entre ensino e pesquisa. Dedicado à formação, o ensino é o domínio da instrução dos estudantes, informando e explicando conteúdos e métodos; deste modo, orientando a profissionalização. Não contribui, portanto, para a criação do conhecimento, tarefa exclusiva da pesquisa. Contudo, quando o professor sistematiza o conhecimento de um determinado campo científico, assinalando disputas, ambiguidades e lacunas existentes, não está próximo da pesquisa, em sua fase exploratória, contribuindo na delimitação do problema ou objeto de estudo?

É o caso do presente texto, escrito para responder a uma demanda dos alunos de disciplina oferecida no curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, em sua edição de 2018. Durante sessão dedicada à Reforma Sanitária, a demanda apresentada ao professor responsável consistiu em explicar as razões do afastamento do Movimento da Reforma Sanitária em relação aos movimentos sociais *pari passu* com seu desenvolvimento no interior do aparelho de Estado.

A pesquisa bibliográfica realizada como parte da resposta à demanda identificou outro texto de mesmo título: *O fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS*, tese de Ronaldo Teodoro dos Santos defendida na UFMG em 2014. A leitura da tese conduziu-nos a perceber que, enquanto este autor fazia uma homenagem, nós identificávamos um problema. Valem aqui alguns esclarecimentos.

O tema que fundamenta o título da tese é desenvolvido apenas no capítulo 5 – *O “fantasma da classe ausente” na formação da saúde pública brasileira*. Neste subtítulo, o autor insere uma nota, a seguir reproduzida:

O uso desta expressão é uma forma de homenagear o destacado sanitarista Antonio Sérgio da Silva Arouca que, segundo Jairnilson Paim (2008), teria assim compreendido as dificuldades do movimento sanitário em se articular, organicamente, com as massas populares. Ver PAIM, Jairnilson Silva. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. (SANTOS, 2014, p.101).

A defesa do Movimento da Reforma Sanitária dá o tom da tese. Quanto ao tema, o autor limita-se a reproduzir o ponto de vista oficial desse movimento, representado por Paim, deixando de lado, aliás, a sua fonte original, contida na dissertação de mestrado de Sarah Escorel (1987). Ainda que cite pontos de vista contrários ao discurso político daquele movimento, o faz por meio de outros e mesmo assim em nota de pé de página, como é o caso de Amélia Cohn (1992) citada por Francisco Lacaz (1994). Ele sequer faz referência à polêmica entre Sonia Fleury Teixeira e Gastão Wagner de Souza Campos, publicada na Revista Saúde em Debate e republicada no livro *Reforma Sanitária: Itália e Brasil* (referido, aliás, na bibliografia). Não aborda os debates da VIII Conferência Nacional de Saúde, especialmente sobre estatização da saúde, que sequer ocupa o espaço de um tópico na tese. E assim por diante.

Por outro lado, a alegoria do “fantasma da classe ausente”, mais do que simplesmente uma homenagem, torna-se, na tese de Santos (2014), uma quase-hipótese: “Compreende-se que esta alegoria é perfeitamente adequada para discutir o não-diálogo das teses sanitárias com o mundo sindical” (SANTOS, 2014, p. 114).

A ausência deste diálogo e o problema real da “classe ausente” no cenário político dos anos da década de 1980 – no que concerne ao papel do Partido Comunista Brasileiro e de sua vertente “eurocomunista”, à qual porta-vozes do Movimento da Reforma Sanitária como Sonia Fleury estavam vinculadas – somente se tornam compreensíveis à luz do estudo da luta de classes no país naquela década. É disso que o nosso texto pretende dar conta.

A ideia do “fantasma da classe ausente”

A discussão sobre a participação dos movimentos sociais na Reforma Sanitária brasileira é um dos “nós críticos” da teoria formulada pelos seus próprios intelectuais. Como assinala Amélia Cohn (1989), ao identificar o que caracterizaria esta reforma como expressão de um movimento, surgem alguns “fatos instigantes”:

O primeiro diz respeito a terem origem predominante no Executivo as propostas e medidas no sentido dos preceitos reformistas. O segundo exprime-se na dificuldade da extensa literatura a respeito para identificar as forças políticas que compõem o movimento da Reforma Sanitária brasileira. (COHN, 1989, p. 129-30).

Outro ponto é aquele das tensões no interior desse movimento (COHN, 1989, p. 131), tensões que Hesio Cordeiro caracterizou como caminho de “unificação pela base do sistema” de saúde, defendida por ele e por José Gomes Temporão, e outro, “pelo alto”, seguido por Antonio Sérgio Arouca (BRASIL, 2006, p. 77).

Interessa-nos aqui examinar os dois primeiros “fatos instigantes”. Antonio Sérgio Arouca foi quem apontou a correlação entre aqueles fatos por meio da alegoria do “fantasma da classe ausente”. De acordo com Sarah Escorel (1987), ele teria formulado a ideia do “fantasma da classe ausente” para dar conta de que a Reforma Sanitária no Brasil careceu de apoio num sujeito político popular – aliás, diferentemente do ocorrido na Itália no “outono quente” de 1969, a partir do que a Reforma Sanitária naquele país vinculou-se à emergência da classe operária como força política.

Vale a citação integral do texto para se ter o entendimento do dilema que preocupava pelo menos Arouca e, por extensão, Sarah Escorel, a par das dificuldades em expressá-lo:

O movimento sanitário, em sua conformação, falava de uma classe operária que não aparecia no cenário político nem geral nem setorial. Por ser um movimento e não um partido, e por falar de uma classe ausente, o discurso médico-social de transformação continha esse outro ponto de tensão: sem contar com a participação direta da classe trabalhadora, o discurso e a prática do movimento sanitário era feito para ela (em direção a ela) ou por ela (no lugar dela). O distanciamento concreto entre o movimento e seu objeto fez emergir uma crítica interna questionando a representatividade e a própria legitimidade da existência do movimento sanitário. Arouca (1987) denominou esse conflito ‘o fantasma da classe ‘ausente’ como elemento de controle do movimento’. Em sua configuração, o movimento sanitário caracterizou-se por buscar – e ainda busca – seus sujeitos sociais. Mas é um movimento coletivo e organicamente ligado às classes populares e à proposta de melhoria de suas condições de saúde. (ESCOREL, 1987, p. 182).

A citação da frase completa de Arouca, contida na dissertação de Escorel (1987), permite entender a alegoria como uma assombração a perseguir o movimento reformista: “o fantasma da classe ‘ausente’ *como elemento de controle do movimento*” (ESCOREL, 1987, p. 182 – grifo nosso), interpretação confirmada na frase seguinte: “[...] o movimento sanitário caracterizou-se por buscar – e ainda busca – seus sujeitos sociais” (ESCOREL, 1987, p. 182). Porém, a palavra ausência, ao estar entre aspas, sugere pelo menos um questionamento a propósito da ausência efetiva da classe no cenário político. A última frase do parágrafo – “[...] é um movimento coletivo e organicamente ligado às classes populares [...]” (ESCOREL, 1987, p. 182) – tenta contornar retoricamente o problema do distanciamento do Movimento da Reforma Sanitária em relação à classe operária.

Aproximações também aconteceram em experiências como a dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo e na VIII Conferência Nacional de Saúde. Contudo, aproximações; não enraizamentos. Tratava-se de um problema vital. A Reforma Sanitária, mesmo limitada a uma estratégia de luta democrática tendo por objetivo a derrota (e não, como veremos adiante, a

derrubada) da ditadura militar, supunha forças sociais capazes de viabilizá-la. O problema é que essas forças, nos termos da alegoria de Arouca (apud ESCOREL, 1987), foram pressupostas como politicamente inexistentes. Ainda mais, em termos sociais, estavam separadas dos técnicos, professores e pesquisadores, isto é, do setor intelectualizado da pequena burguesia assalariada vinculada ao setor público (Inamps, universidades públicas, Finep etc.).

A trajetória do PCB

O que não se podia e nem se disse desde então tem a ver com o papel histórico do PCB, de onde se origina um dos núcleos do Movimento da Reforma Sanitária, com Arouca na liderança. O vínculo partidário dele é apontado no depoimento de Sonia Fleury acerca do Cebes (MEMÓRIA E PATRIMÔNIO..., 2005).

Tendo monopolizado durante décadas o sentido da esquerda junto ao movimento operário brasileiro¹, o PCB caracterizou-se por uma estratégia de subordinação dos interesses da classe operária aos da burguesia “nacional”, supostamente antagônicos aos do imperialismo e do latifúndio. Essa subordinação se manteve mesmo quando a burguesia abandonou suas veleidades reformistas e apoiou abertamente o golpe militar de 1964. A derrota sem luta frente ao golpe foi a raiz de uma crise ideológica e política que gerou vários e profundos desdobramentos, desde a perda de influência junto às classes trabalhadoras até as cisões que conduziram um grande número de seus quadros à luta armada contra a ditadura militar então instaurada (MARTINS, 1970).

Uma avaliação autocrítica que se aproxima do balanço de Ernesto Martins, dirigente da organização Política Operária (conhecida como Polop), aparece na autobiografia de Apolônio de Carvalho (1997), um dos comunistas históricos vinculados ao PCB, com o qual romperia após o golpe militar:

Apesar do ascenso sem precedentes do movimento popular e da permanente agitação golpista nos quartéis, na imprensa e junto à população, o PCB não se preparara – e não mobilizara o movimento popular para fazer frente ao golpe conservador. Alimentava a ilusão de que o exército estaria conosco. Tudo dependia, assim, do governo Goulart e de seu dispositivo militar. As ilusões de classe pairavam sobre a esquerda que, até o último lance, acreditaria nas mentiras oficiais. (CARVALHO, 1997, p. 186).

.....
¹ Segundo Hércules Corrêa (1980), a força do partido no pós-guerra dependeu do trabalhismo, devido ao predomínio desta corrente ideológica e política no movimento operário.

A autocrítica iniciada por Mário Alves, Marighella e Jover Teles semanas após o golpe considerava que “a orientação política anterior desarmara a organização, deixando de preparar o movimento popular para responder ao golpe”, entregando a direção política do movimento “nas mãos dos demais setores nacionalistas e democráticos” (CARVALHO, 1997, p. 195).

A trajetória do PCB entre 1964 e 1985 esteve pautada por uma estratégia de luta democrática pelo socialismo, cuja expressão foi, em cada conjuntura, a tática da “frente democrática” de luta contra a ditadura militar. O VI Congresso do partido, realizado em 1967, formulou, no entendimento do militante comunista Gilvan Cavalcanti Melo, os pressupostos desta linha política, em depoimento concedido a Fabrício Pereira da Silva (2008, p. 221):

[...] toda a nossa política de frente democrática, da questão já da Anistia, da Constituinte, nos documentos de 1967 já está explicitada toda essa política de abertura política, de se trabalhar através da sociedade, para ‘derrotar’ politicamente a ditadura, e não para ‘derrubar’ a ditadura. A ‘derrubada’ significa a luta armada, e a ‘derrota’ significava para nós o envolvimento da sociedade, dos movimentos políticos, da população no sentido de isolar a ditadura e dar uma saída até negociada, como na realidade aconteceu. (SILVA, 2008, p. 221).

Apesar da unidade em torno da estratégia democrática pelo socialismo, a linha política (tática) foi aprovada com dificuldade devido à cisão ocorrida em 1967, com perda de quadros e questionamento de outros, inclusive por Luiz Carlos Prestes, então no exílio. A crise, contudo, não desestruturou o partido. Atrelado ao MDB, no qual vislumbrava a “frente democrática” por excelência, chegando a conquistar cargos eletivos pela legenda, o PCB manteve-se razoavelmente coeso até os primeiros sinais evidentes do fim da ditadura militar, a saber, até a extinção do Ato Institucional nº 5 e a decretação da Anistia, em 1979 (SILVA, 2008).

A partir de então duas correntes passaram a disputar a direção centrista do partido, representada na figura de Giocondo Dias: de um lado, os “renovadores”, intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Werneck Vianna, que propunham a adoção, no país, da concepção eurocomunista da democracia como valor universal, agrupados na revista *Presença*; de outro, os “prestistas”, a reivindicar o resgate do caráter revolucionário da luta contra a ditadura militar, formulada por Luiz Carlos Prestes na *Carta aos comunistas* (1980).

Como assinala ainda o autor citado acima, nesse período “o partido seguiu uma trajetória marcada por certa dubiedade, buscando equilibrar-se entre o necessário enfrentamento com o regime e o sempre temor de um retrocesso” (SILVA, 2008, p. 223).

A linha sindical do partido

Temendo que a radicalização das greves e lutas populares viesse a desestabilizar a “transição democrática”, o PCB assumiu um papel de contenção no movimento sindical. Não por acaso, em nome da Unidade Sindical, colocou-se contra a formação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, isolando-se do movimento operário que estas organizações expressavam como consequência da retomada das lutas operárias nos anos 1978-1980.

Um exame mais específico da atuação do PCB no meio sindical en-contra-se no estudo de Batistoni (2001), especialmente na análise do processo da eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que representava na década de 1980 a maior base operária do país e da América Latina.

Expressão de um processo de lutas e de organização que remontava ao final da década de 1970, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) obteve, na eleição para a direção do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, em 1984, o consenso, ainda que difícil, com os petistas para lançar uma chapa única de oposição. A chapa concorreu contra a situação, representada por Joaquim dos Santos Andrade (conhecido como *Joaquinzão*, homem de confiança da Fiesp e denominado nas esquerdas de “arqui-pelego”), e Luis Antonio de Medeiros, ainda militante do PCB. Na indicação de Medeiros para a vice-presidência do sindicato, o PCB conquistava uma importante posição para tentar retirar da cena, sem traumas, o velho peleguismo, a esta altura um estorvo para uma categoria metalúrgica, que havia adquirido um grau de organização razoavelmente avançado nas grandes fábricas e mantinha uma profunda desconfiança do sindicato.

Os resultados da eleição consagraram novamente Joaquinzão por uma pequena diferença, principalmente graças aos votos dos aposentados e metalúrgicos das pequenas empresas, enquanto a oposição fora majoritária nas médias e grandes empresas. Numa categoria estimada em 370.000 metalúrgicos, a sindicalização alcançava apenas 55.000 associados ou 14% do total de trabalhadores, mas a eleição havia mobilizado somente 43.081 votantes, com um declínio do número de sindicalizados das fábricas, em parte fruto do desemprego causado pela recessão econômica entre 1982-1983 (BATISTONI, 2001).

A atuação sindical do PCB ao cancelar o peleguismo em 1984 abriu a porta, em 1987, para o “sindicalismo de resultados” entre os metalúrgicos de São Paulo, que, sob a liderança de Luiz Antonio Medeiros, já então um ex-comunista, fundou a Força Sindical com apoio de Antonio Rogério Magri, ministro do Trabalho de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

O Movimento da Reforma Sanitária, porém, desenvolveu-se à margem do movimento operário, tendo inclusive estado de costas para ini-

ciativas como a criação do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), fundado em agosto de 1980 (LACAZ, 2011). Optou por manter-se dentro da coalizão política (Aliança Democrática), que promovia, sob hegemonia burguesa, a transição do poder dos militares para os civis. Foi também o que propiciou a participação dos quadros do PCB e de sua área de influência no governo do general Figueiredo, por meio do Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária (Conasp), em 1981.

A opção de participar do aparelho de Estado provocou uma cisão no Movimento Popular de Saúde (Mops), um movimento que integrava lideranças populares e profissionais de saúde, recém-constituído no III Encontro Nacional de Medicina comunitária (Enemec) em maio de 1981. Como assinalamos em artigo que inclui esta experiência (STOTZ, 2005), o encontro decidiu pela institucionalização do movimento, mas conforme o depoimento de um dos participantes, Neilton de Oliveira, o Mops já nasceu “rachado” (STOTZ, 2005, p. 23). O pano de fundo das divergências entre as esquerdas era de cunho político geral, opondo principalmente o PCB ao Partido dos Trabalhadores, culminando na participação do primeiro e na exclusão do último do Colégio Eleitoral, quando da eleição indireta para a Presidência da República em 1985.²

A ausência da classe operária no cenário político

A ideia ou a representação do “fantasma da classe ausente”, como não podia deixar de ser, tinha uma base objetiva. Em outros termos, indicava que a classe operária estava ausente politicamente *como força própria e independente*, apesar da radicalização das lutas econômicas e dos enfrentamentos políticos ocorridos no período do fim do regime militar, a exemplo da greve de 1979, quando o fundo de greve substituiu o sindicato sob intervenção (RAINHO; BARGAS, 1983), e do esboço de greve geral ocorrido em 1983 (STOTZ, 2018). Quando a classe operária entrou no cenário político dessa época por meio do nascente Partido dos Trabalhadores (PT), o fez de modo ideologicamente subordinado à corrente pequeno-burguesa democrática radical dominante neste partido, pois carecia de experiência política própria para imprimir a sua direção aos fatos da conjuntura (MARTINS, 1983).

Nesse sentido, a hegemonia burguesa jamais foi posta em questão, o que explica a tranquilidade com que a classe dominante enfrentou a crise da ditadura e incorporou os diferentes matizes da oposição. A atuação da maioria das organizações de esquerda, incluindo o PCB, ao consagrar o

² A adesão implicava uma linguagem moderada, substituindo, por exemplo, o uso do termo ditadura militar pelo de Estado autoritário ou regime burocrático-autoritário, referido inclusive em documento preparado por Sonia Fleury para a VIII Conferência Nacional de Saúde (TEIXEIRA, 1986).

Colégio Eleitoral que formalizou o fim da ditadura militar, manteve-se nos estreitos limites da democracia burguesa renascente. Apesar de opor-se a esta forma de redemocratização pelo alto, tutelada pelos militares, o PT, única força partidária efetivamente de oposição, acabou legitimando, mais tarde, a Carta Constitucional de 1988.

Obviamente este não é o balanço que os intelectuais do Movimento da Reforma Sanitária fizeram da conjuntura da época. Uma das imagens condizentes com a estratégia do PCB referida no subtítulo anterior é aquela apresentada por Paim (2008), com base em Sonia Fleury Teixeira (1989), de que a conjuntura da crise da ditadura militar e da redemocratização do poder político burguês não teria contribuído “para a constituição das classes populares como sujeito político” (PAIM, 2008, p. 637-638). Esse argumento, pela sua generalidade, não permite avaliar o papel real desempenhado pelos partidos políticos, assim como legitima a tese defendida por Sonia Fleury de que “o caráter político da Reforma Sanitária será dado pela natureza de transição democrática experimentada em cada contexto nacional” (TEIXEIRA, 1989, p. 39).

Interpretado por Paim nos termos da tese gramsciana da “revolução passiva” e ilustrado no caso brasileiro pela transição para a democracia formal como uma “pactuação pelo alto” (entre as elites políticas), esse processo teria restringido “a mobilização das energias populares” (PAIM, 2008, p. 638), conferindo à “coalizão reformadora” um papel decisivo na formulação e implementação do SUS.

Alegações de quem se encontrava à margem dos setores mais combativos do movimento operário, em decorrência de sua estratégia democrático-burguesa. Incapaz, portanto, de entender que a classe operária sempre luta por reivindicações econômicas específicas. Que geralmente é obrigada a se manifestar politicamente, a exemplo da recusa e resistência à política econômica que afeta seus direitos e conquistas materiais. E que, no decorrer dessas lutas, apoiado por organizações de vanguarda, organiza-se em torno delas por serem instrumentos mais eficazes na luta de classes.

Considerações finais

Por último, devemos nos indagar sobre o contexto específico em que a ideia de Antonio Sergio Arouca foi elaborada, de modo a inferir uma possível razão de ser. A dissertação de Sarah Escorel, defendida em 1987, base do livro publicado no ano seguinte, contém a seguinte nota de referência sobre a ideia: “Análise feita por SERGIO AROUCA no processo de orientação deste trabalho” (ESCOREL, 1987, p. 338). Ou seja, remontava pelo menos a 1986.

O que se passava então? O Governo Sarney conquistara, mediante o Plano Cruzado (1986), uma adesão social importante das classes médias.

O PMDB conseguiu, na eleição de 15 de novembro de 1986, baseado na euforia causada pelo plano, eleger 22 governadores e a maioria do Congresso Nacional. Politicamente, o PCB e também o Movimento da Reforma Sanitária apoiavam Sarney, tendo inclusive Arouca utilizado a linguagem governamental para defender um choque heterodoxo na saúde. Porém, devido à política que preservava o arrocho salarial da época da ditadura militar (impunha, por exemplo, a incorporação automática de apenas 60% da variação dos preços aos salários), o Governo Sarney voltara contra si o movimento sindical. O isolamento social do PCB junto aos trabalhadores aprofundou-se, tanto mais porque, finda a apuração dos votos nas urnas em 1986, o governo liberou os preços represados e o país assistiu ao início da chamada hiperinflação (STOTZ, 2018).

A perda de substância social do partido iria atingir também o Movimento da Reforma Sanitária durante o processo da Constituinte. Esta, aliás, não fora convocada autonomamente: o Congresso Nacional, eleito com base na popularidade lograda pelos efeitos imediatos do Plano Cruzado, transformara-se em Constituinte. No interior dessa Constituinte Congressual, na qual predominava a posição de centro-direita, a expressão do Movimento da Reforma Sanitária valia mais por seus nomes, trajetórias e vínculos com o poder executivo federal do que pelas bases sociais e do poder de pressão que estas poderiam fazer. A emenda popular da saúde, aliás, obteve 54.133 subscrições, contra 1,2 milhões de assinaturas da emenda do ensino público conseguidas pelo movimento estudantil. Fechado na Academia, o Movimento Sanitário demorou a chegar às ruas e sua proposta não encontrou eco na sociedade (RADIS, 2008).

Referências

- BATISTONI, M. R. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC, Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão Estratégica e Participativa. *A Construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- COHN, A. Caminhos da Reforma Sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, nov. 1989.
- CORRÊA, H. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ESCOREL, S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, ENSP, São Paulo, 1987, mimeo.
- FLEURY, S. Reforma Sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, maio/jun. 2009.
- LACAZ, F. A. de C. A atuação do PCB e a Reforma Sanitária Brasileira. *Portal do PCB*. 2011. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/1788/a-atuacao-do-pcb-e-a-reforma-sanitaria-brasileira>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- LACAZ, F. A. de C. Reforma Sanitária e Saúde do trabalhador. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 1, jan./jul. 1994.
- MAGRI, L. *O alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARTINS, E. O PT e o partido revolucionário. *Portal do Centro de Estudos Victor Meyer*. 1983. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-PT-e-o-partido-revolucionario.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- MARTINS, E. Caminho e caráter da revolução brasileira. Parte II – A força motriz do processo revolucionário. *Portal do Centro de Estudos Victor Meyer*. 1970. Disponível em: http://www.centrovictormeyer.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101:arquivo-erico-sachs&catid=35:acervos&Itemid=59. Acesso em: 3 mar. 2019.
- MEMÓRIA E PATRIMÔNIO da saúde pública no Brasil: a trajetória de Sérgio Arouca. Unirio, set. 2005. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>. Acesso em: 10 mar. 2019
- PAIM, J. S. *A reforma sanitária brasileira – contribuição para a compreensão e crítica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008a.

PAIM, J. S. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, 2008b.

RADIS. *Reportagens* – Constituinte 1987/1988. São Paulo: Fiocruz, n. 72, ago. 2008. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/72/reportagens/constituente-19871988>. Acesso em 9 jun. 2018.

RAINHO, L. F.; BARGAS, O. M. As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979). Vol.I. Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diademas, 1983.

SANTOS, R. T. dos. *O fantasma da classe ausente*: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFMG, Minas Gerais, nov. 2014, mimeo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2066393. Acesso em: 3 mar. 2019.

SILVA, F. P. da. Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992). *Revista de História*, n. 158, 2008. Disponível em: http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/158/RH_158_-_Fabricio_Pereira_da_Silva.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

STOTZ, E. N. O passado do futuro: salário mínimo, política salarial e lutas operárias no Brasil. *Intervozes: trabalho, saúde, cultura*, Petrópolis, v. 3, n. 1, maio 2018. Disponível em: http://www.fmpfase.edu.br/Intervozes/Content/pdf/Edicao/INTERVOZES_01_VOL_03.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

STOTZ, E. N. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise das décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TEIXEIRA, S. M. F. Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: TEIXEIRA, S. M. F. (org.). *Reforma Sanitária em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1989.

TEIXEIRA, S. M. F. Cidadania, direitos sociais e Estado. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, out./dez. 1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9979>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2019.42501

Recebido em 11 de março de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT

Privatization of healthcare in Brazil: from big capital dictatorship to the PT administrations

Juliana Fiuza Cislaghi*

Resumo – A construção do SUS se dá durante a ascensão do neoliberalismo como horizonte político hegemônico no Brasil na década de 1990. Resposta à crise do capital na busca pela retomada das taxas de lucro, o período traz profundas implicações para o Estado e as políticas sociais, colocados, cada vez mais, a serviço do capital, ainda que, residualmente, mantenham seu papel de garantir a reprodução da classe trabalhadora e a coesão social. Essa relação histórica entre público e privado no setor de saúde brasileiro, intercedida pelo papel do Estado e do fundo público na sua regulação e financiamento, irá, então, ganhar novos formatos e novas determinações. **Palavras-chave:** política de saúde; privatização; fundo público.

Abstract – The creation of SUS (the Brazilian Unified Healthcare System) occurs during the rise of neoliberalism as the political hegemony arising in Brazil in the 1990s. Responding to the crisis of capital in search of a return to profit rates, this period brought profound modifications to the Brazilian state and to social policies, which are increasingly put at the service of capital, even if, in the long run, they maintain their role of guaranteeing the reproduction of the working class and social cohesion. This historical relationship between public and private in the Brazilian healthcare sector, interceded by the roles of the state and of public funding in its regulation and financing, respectively, will then gain new formats and new determinations. **Keywords:** healthy Policy; privatization; public fund.

.....
*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social Uerj.
E-mail: <fiuzajuliana@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5059-1126>>.

Introdução

Grandes multinacionais que atuam no segmento de saúde têm investido forte no Brasil ou estão pensando em investir. O que as atrai? Mercado. Temos o maior sistema nacional público universal e gratuito do mundo. (Entrevista do Ministro da Saúde Alexandre Padilha ao Jornal Valor Econômico em outubro de 2012)

A afirmação do ex-ministro pode parecer paradoxal, sob uma ingênua primeira vista. Esse artigo¹, fruto da tese de doutorado *Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil: parcerias público-privadas e valorização do capital*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em abril de 2015, vai explicar, exatamente, por que não é.

O setor da saúde no Brasil sempre foi, ainda antes da Constituição de 1988, majoritariamente privado, com subsídios do fundo público. Com a Constituição e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), vivemos uma ampliação do sistema público, porém a conservação do setor privado como complementar ao público manteve as contradições na relação entre esses dois setores, bem como a disputa aberta, e mais acirrada, pelo fundo público.

A construção do SUS se dá no momento da “contrarrevolução monetarista” (NUNES, 2007), em curso desde a década de 1970 em vários países, que alcança o Brasil nos anos 1990 e rapidamente se torna hegemônica em todo o mundo. Resposta à crise do capital na busca pela retomada das taxas de lucro, o período que se convencionou chamar de neoliberal traz profundas implicações para o Estado e as políticas sociais. Ambos são colocados, cada vez mais, a serviço do capital, ainda que, residualmente, mantenham seu papel de garantir a reprodução da classe trabalhadora e a coesão social. Essa relação histórica entre público e privado no setor de saúde brasileiro, intercedida pelo papel do Estado e do fundo público na sua regulação e financiamento, irá, então, ganhar novos formatos e novas determinações.

Na primeira parte desse artigo, discutimos a trajetória histórica de privatização no Brasil e, na segunda parte, o capital privado na saúde até os governos do PT. Nosso objetivo foi construir uma crítica da economia política da saúde, partindo da hipótese de que os mecanismos de apropriação privada de fundo público vêm dando suporte para a subsunção real ao capital no setor da saúde na atualidade.

¹ Não poderíamos deixar de agradecer à orientadora Elaine Rossetti Behring e à banca, composta por Marilda Iamamoto, Maria Inês Souza Bravo, Sara Granemann, Maria de Fátima Siliansky Andreazzi e Ivanete Boschetti. Sem a leitura cuidadosa, o debate caloroso e as sugestões generosas de todas elas, dificilmente seriam possíveis os resultados alcançados.

Marcos históricos da privatização da saúde no Brasil

Foi na ditadura militar, ditadura do grande capital², que o Brasil entrou definitivamente numa fase de ampliação da concentração e centralização do capital, com a superioridade do capital imperialista: passamos ao predomínio dos monopólios e do capital financeiro, com o favorecimento e o impulso do Estado (IANNI, 1981). No campo da saúde, a ditadura significou, em primeiro lugar, uma inversão de prioridade da saúde pública, organizada pelo Ministério da Saúde, para a saúde curativa, individual.

A medicalização da vida social foi imposta, tanto na saúde pública quanto na previdência social. O setor saúde precisava assumir as características capitalistas, com a incorporação das modificações tecnológicas ocorridas no exterior. A saúde pública teve, no período, um declínio maior que aquele ocorrido no início dos anos 60, e a medicina previdenciária cresceu, principalmente, após a reestruturação do setor em 1966. (BRAVO, 2010, p. 42).

No que se refere ao subsetor de serviços, é no período da ditadura que a cobertura, antes restrita aos segmentos assalariados formais, se expande para quase a totalidade da população. Durante todo o período ditatorial, o Estado interviu sobre a Questão Social por meio do binômio repressão-assistência, ampliando o acesso a inúmeras políticas sociais, dentre elas a saúde (BRAVO, 2010, p. 41), mas essa ampliação se deu pela compra de serviços do setor privado. Sem o Estado, o setor privado não teria como forjar autonomamente um mercado consumidor, dada a pauperização da população (BRAVO, 2010; MENICUCCI, 2007).

Desde o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) até a formação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), em 1977, a prestação dos serviços de saúde era organizada pelo Estado por três subsistemas: o próprio, o contratado e o conveniado.

O subsistema próprio caracterizava-se por cobrir os serviços ambulatoriais (70% da cobertura na década de 1970) e minoritariamente os serviços de internação vinculados aos hospitais (20%). No que tangia aos serviços hospitalares, cabia ao Estado garantir os procedimentos mais caros e complexos, pouco lucrativos para o setor privado, o que se perpetua até hoje (MENICUCCI, 2007).

O subsistema contratado era formado pela rede de serviços privados, para suprir a suposta insuficiência do setor público. Esse subsistema era responsável por 80% dos serviços de internação, sendo remunerados com base em uma tabela de preços por ato médico, chamada unidade de serviço (US). Assim, quanto mais intervenções, e quanto mais complexas e

² “Uma coisa é a ditadura militar, que é mais visível na época; outra é a ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial. Nem sempre as classes dominantes exercem diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente” (IANNI, 1981, p. 1).

com maior densidade tecnológica, maiores eram os ganhos do setor privado contratado, estimulando, ainda, a corrupção e o superfaturamento (MENICUCCI, 2007). Além de representarem a maior parte das internações cobertas pelo INPS, era esse instituto o responsável pelo pagamento de 90% do total de internações realizadas no país durante a década de 1970, comprovando a centralidade do fundo público no crescimento dos serviços hospitalares privados de saúde no Brasil.

Além da compra de serviços, foi por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), criado pela Lei n. 6168 de 9 dezembro de 1974, que se ampliou a construção de hospitais da rede privada. Apesar de a lei prever que os empréstimos a juros baixos concedidos para financiamento de infraestrutura deveriam ser no limite de 30% para o setor privado e 70% para o público, no caso da saúde, 20,5% foram para o setor público e 79,5% foram para o setor privado (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985).

O terceiro subsistema era o conveniado, no qual o INPS garantia subsídios para que as empresas arcassem com a atenção médica a seus empregados. Poucas empresas tinham serviços próprios. A maioria comprava serviços de empresas médicas, que são remuneradas por um sistema de pré-pagamento *per capita*, independente do uso de serviços. Essas empresas médicas são a gênese das empresas de planos de saúde, e a lógica dos planos por empresas com subsídios estatais³ “ hoje o principal mercado para essa atividade “ tem nos convênios com o INPS sua origem e um estímulo fundamental para seu crescimento (MENECUCCI, 2007; OCKÉ-REIS, 2012). Ainda assim, os convênios não cobriam atendimentos mais complexos, que ficavam por conta da rede pública do INPS.

Em 1968, foi elaborado o Plano Nacional de Saúde. Embora tenha sofrido resistências, sendo apenas parcial e experimentalmente implantado, seus eixos são paradigmáticos no privilegiamento do setor privado e semelhantes às propostas privatistas que disputam as ações do Estado até hoje. O plano atribuía ao Estado as atividades de assistência à saúde, mas preferencialmente pela compra de serviços privados. Desse modo, garante a livre escolha pelo médico e pela instituição, copagamento dos usuários e, até mesmo, arrendamento de hospitais públicos para o setor privado, proposta semelhante aos novos modelos de gestão atuais (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985).

Os subsetores de medicamentos e equipamentos também cresceram no período da ditadura. Em 1971 foi criada a Central de Medicamentos (Ceme), com a proposta de ampliar a capacidade competitiva da indústria nacional frente às transnacionais, o que efetivamente não ocorreu. A Ceme se limitou a ser uma distribuidora de medicamentos para a rede oficial. No subsetor de equipamentos, o crescimento, vinculado ao da rede hospitalar, também se deu com privilégio para o capital imperialista: entre

³ Em 1979 os convênios entre empresas e o INPS são extintos, mas desde 1974 a legislação garantia dedução do imposto de renda dos gastos de saúde das empresas com seus empregados, que são integralmente considerados gastos operacionais, modelo vigente até hoje (MENICUCCI, 2007).

1961 e 1970 houve uma ampliação de 599,9% das importações desses produtos. Criava-se, assim, o complexo médico-industrial “responsável pelas elevadas taxas de acumulação de capital das grandes empresas monopolistas internacionais na área de produção de medicamentos e equipamentos médicos” (BRAVO, 2010, p. 44).

A partir de meados da década de 1970 se fortalece um movimento contra-hegemônico que incidirá na Constituinte, na década seguinte, liderando a proposta de reforma da política de saúde. O Movimento Sanitário, como ficou conhecido, contava com profissionais de saúde, intelectuais – muitos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – e movimentos populares, notadamente associações de moradores e de favelas. Para veicular essas novas elaborações foram criados a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979, e o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), em 1976.

Ainda que muito heterogêneo, o Movimento Sanitário capitaneou as propostas publicistas no campo da saúde. As perspectivas centrais se dividiam em propostas racionalizadoras, oriundas da burocracia estatal, e propostas mais amplas, política e ideologicamente. Essas últimas visavam à democratização da saúde como caminho para a transformação da sociedade, associando a prática da saúde à luta de classes, determinada estrutural e conjunturalmente (BRAVO, 2010; MENICUCCI, 2007). A saúde é considerada campo político e a elevação da consciência sanitária da população estaria articulada à construção do socialismo, à elevação da consciência da classe trabalhadora para si.

Apesar disso, a década de 1980 será marcada pelo crescimento do setor privado de saúde, ainda que se reduza nesse período a transferência de fundo público para esse setor. Os gastos da Previdência com o setor privado de saúde passaram de 71,3% do total, em 1981, para 45,9% em 1987, incluindo pagamentos de prestadores de serviços e repasses para entidades conveniadas. Passou-se, ainda, a priorizar as entidades filantrópicas, que cresceram cerca de 76% entre 1981 e 1987, alcançando 10% da despesa com prestadores privados. Já os convênios com empresas e sindicatos deixaram de ser feitos e renovados, reduzindo em 86,6% os gastos com essa modalidade no mesmo período (MENICUCCI, 2007).

A crise da Previdência Social reduziu o valor pago aos prestadores privados e aos convênios, levando ao desligamento de entidades privadas lucrativas. A proporção de conveniados ao Inamps passa de 64,6% para 52,8% entre 1980 e 1984. Assim, o setor privado lucrativo “deixa de ser complementar à assistência pública e se torna suplementar [...]. Em reação às decisões públicas, mudaram as estratégias dos atores – hospitais e empresas” (MENICUCCI, 2007, p. 124).

Desse modo, crescem os planos de saúde, sobretudo os planos coletivos, vinculados aos contratos de trabalho, substituindo os convênios-empresa e mantendo certa continuidade com a lógica de segmentação

existente desde as caixas de aposentadoria e pensão no Brasil. Para Ocké-Reis (2012), os convênios-empresa seriam o princípio da “privatização do seguro social”, que, com o crescimento do mercado de planos, vai interditar o projeto da Reforma Sanitária. Mas, ao contrário dos convênios-empresa, não há subsídio direto do Estado, o que leva Meniccuci (2007) e Ocké-Reis (2012) a apontarem certa autonomização do crescimento do setor privado em relação ao Estado. Essa autonomização é, entretanto, apenas relativa, na medida em que seguem existindo incentivos tributários para adesão aos planos, além de “estratégias agressivas de comercialização de planos privados em um mercado, até o final da década de 90, sem qualquer regulamentação” (OCKÉ-REIS, 2012, p. 158).

A expansão da saúde privada também se beneficiou da crise da Previdência Social, que piorou a qualidade dos serviços de saúde. Ampliava-se a base de usuários dos serviços de saúde, tendendo à universalização, sem o acompanhamento do financiamento da política, que seguia vinculado às contribuições dos trabalhadores (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986; BRAVO, 2010).

A crise da Previdência está inserida na conjuntura de crise mundial do capital, que leva o Brasil a uma grave crise econômica caracterizada pelo baixo crescimento econômico, aumento da recessão, do desemprego e da inflação, agravada pela subordinação do país às exigências do capital financeiro internacional. A década de 1980 representou, portanto, uma derrota econômica para os trabalhadores, apesar das vitórias conquistadas no campo organizativo que levaram a ganhos nas políticas sociais no fim da década (MOTA, 2008).

A crise específica nas políticas de Previdência e saúde se inicia no início da década de 1980. No caso da saúde, as reformas implantadas até então não conseguem dar respostas às principais questões, como a unificação da saúde preventiva e curativa (BRAVO, 2010). Para Mota (2008) e Oliveira e Teixeira (1985), a chamada “crise da Previdência” não se resume aos aspectos financeiros, mas tem como fator deflagrador eminentemente aspectos políticos e ideológicos.

Mota (2008) chama de “cultura da crise” uma ideologia que tem como tese central a ideia de que a crise afeta toda a sociedade, que a recuperação econômica beneficiará igualmente a todos, e que, portanto, são necessários sacrifícios de todos. Essa cultura favorecerá a dissolução de solidariedades classistas, influenciando, no início da década de 1990, a emergência de movimentos sociais policlassistas e a proliferação de organizações não governamentais, abrindo caminho para ofensiva neoliberal.

Com a Constituição de 1988⁴, ao final de uma década de crise, e a posterior regulamentação do SUS pelas leis n. 8080/90 e n. 8142/90,

⁴ O texto constitucional aprovado vai refletir a disputa de projetos hegemônicos, avançando em aspectos como os direitos sociais, humanos e políticos, mas mantendo, por outro lado, traços conservadores, somando o novo e o velho, tão ao gosto da lógica nacional. “Uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares” (BEHRING, 2003, p. 143).

institucionalizam-se as principais propostas do Movimento Sanitário. Para Bravo (2010, p. 93), o texto “atende em grande parte às reivindicações do movimento sanitário, prejudica os interesses empresariais do setor hospitalar e não altera a situação da indústria farmacêutica”. A saúde passa a ser direito universal e dever do Estado, organizado por um sistema único, numa rede com atendimento integral, hierarquizada, regionalizada, descentralizada e com participação da comunidade.

Contraditoriamente, entretanto, a participação do setor privado segue sendo possível como complementar⁵, ainda que sendo vedada a subvenção direta ao setor lucrativo, priorizando-se o setor filantrópico. Essa complementariedade trará muitas contradições ao SUS, chegando ao que hoje alguns autores têm chamado de “complementariedade às avessas”.

O setor privado de saúde no Brasil, da Constituição de 1988 aos governos do PT

O setor da saúde no Brasil, em 2009, movimentou 283,6 bilhões de reais, o equivalente a 8,8% do PIB, mas um gasto majoritariamente privado: 56,3% do total oriundo das famílias, em contradição com um sistema que deveria ser público e universal. O gasto público *per capita* por ano é de baixíssimos US\$ 335 no Brasil, enquanto que na Argentina é de US\$ 485 e no Reino Unido de US\$ 3,4 mil (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012).

No subsetor de equipamentos e medicamentos, chama atenção o déficit na balança comercial, que se estima ter sido, em 2012, de US\$ 12 bilhões. O déficit ocorre pois o Brasil precisa importar equipamentos de alta tecnologia e exporta, apenas, materiais de baixa tecnologia, como os de consumo. A lógica tributária também contribui, uma vez que o governo dá isenção tributária para importações de hospitais públicos e filantrópicos, prejudicando a concorrência de produtores nacionais, que reivindicam o mesmo tratamento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) promoveu uma linha de crédito para o subsetor farmacêutico e de equipamentos, o Programa de Apoio à Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma) em 2004, e em dez anos já haviam sido gastos R\$ 4,6 bilhões⁶ (ATENÇÃO BÁSICA, 2014). Todas essas medidas estimularam o consumo de medicamentos, tendo a indústria farmacêutica ampliado seu faturamento em 19% entre 2010 e 2012 (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012).

⁵ Segundo Ocké-Reis (2012) para a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) é considerada complementar à cobertura de serviços diferenciados, mas incluídos no sistema público.

⁶ A partir de 2018 o Profarma passou a fazer parte do Financiamento a Empreendimentos do BNDES (Finem) (BNDES, [2019]).

Esse movimento também foi estimulado pelo Programa Farmácia Popular⁷, uma estratégia implantada no início do Governo Lula que visava à ampliação do acesso da população mais pobre a medicamentos. O programa, no entanto, foi muito questionado pelos Conselhos de Saúde, pois estabeleceu um copagamento entre o Estado e os usuários, em que o primeiro arca com 90% do valor dos medicamentos e o segundo, com 10%, colidindo com as diretrizes do SUS, que preveem a assistência farmacêutica gratuita como parte da integralidade das ações.

Além disso, inicialmente pensado para estabelecimentos estatais, a partir de 2006 o programa foi ampliado para farmácias privadas, que passam a se favorecer desse mecanismo de transferência de fundo público (BRAVO; MENEZES, 2011). Em 2014, as farmácias ligadas à Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (Abrafarma) registraram um aumento de 13,69% das suas vendas. Dessa alta, 10,94%, o equivalente a 272,2 milhões de reais, referiam-se ao Programa Farmácia Popular. A expectativa das farmácias era de manterem um crescimento acima de 10% por ano, já que as projeções apontavam que o mercado de medicamentos no Brasil iria dobrar de tamanho em cinco anos (ATENÇÃO BÁSICA, 2014).

Independente de produzido ou não no Brasil, o movimento nos subsetores industriais de produtos farmacêuticos e de equipamentos é de múltiplas fusões e aquisições, sobretudo de empresas brasileiras por grandes empresas estrangeiras (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012), tendência de monopolização já indicada nesse trabalho. O Brasil é apontado como o terceiro país com mais fusões e aquisições no setor de saúde. Os pontos considerados positivos pelos investidores são: ritmo acelerado do crescimento de medicamentos genéricos; potencial de expansão do mercado de medicamentos patenteados para a classe média; falta de restrição para investimento do capital estrangeiro no setor de medicamentos; crescimento dos planos de saúde e aumento de incidência de doenças tais quais diabetes e hipertensão (*sic*). Essas fusões e aquisições têm contado com a participação acentuada de fundos de investimento como *private equities*⁸ (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012), o que demonstra o processo avançado de financeirização do setor.

Mas é o subsetor de serviços de saúde (hospitais, laboratórios de análises clínicas e centros de diagnósticos) “a menina dos olhos dos investidores dispostos a injetar recursos em fusões e aquisições de empresas no ramo de saúde” (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012, p. 62). Os hospitais privados lucrativos têm se beneficiado de recursos do fundo público por meio de empréstimos com condições favoráveis do BNDES.

⁷ Desde o governo Temer, em 2017, o Programa vem passando por reformulações (JANARY JR., 2018).

⁸ Segundo Enrico Vettori, sócio da área de ciência da vida e cuidados com a saúde da Deloitte, empresa de consultoria de mercado do Reino Unido: “A saúde é a bola da vez para o investidor. Instituições de *private equity* e capital de risco buscam oportunidades” (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012, p. 67).

Para os hospitais filantrópicos, o BNDES, por meio do programa BNDES Saúde, previa investir R\$ 730 milhões em 2012. O banco financiou a construção, modernização e ampliação de empreendimentos em saúde. Estima-se que o desembolso do banco com o setor privado de saúde tenha passado, entre os anos 2009 e 2014, de R\$ 94,5 milhões para R\$ 578 milhões, um aumento de 511%. Nos primeiros meses de 2014 já haviam sido liberados R\$ 201 milhões para o setor. No Brasil, hoje 68% da rede hospitalar é privada com fins lucrativos (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012; ATENÇÃO BÁSICA, 2014).

No entanto, a legislação brasileira vetava, até 2014, a participação direta e indireta de capital estrangeiro na assistência à saúde⁹, que só poderia aplicar recursos em planos de saúde e medicina diagnóstica. Assim, o capital estrangeiro comprou planos de saúde que possuíam redes próprias, burlando esse veto constitucional. Esse é o caso da Amil, uma das maiores empresas de planos de saúde do Brasil, que foi, em 2013, comprada pela empresa americana *United Health Group* por R\$ 9,8 bilhões.

Apesar de chamado suplementar, o sistema regulado é, de fato, substitutivo; isto é, para quem pode pagar são oferecidos um nível de tratamento, uma possibilidade de escolha e rapidez no acesso superior ao sistema público. Entretanto, os usuários continuam usando o sistema público para procedimentos não cobertos, em geral mais complexos e caros (BAHIA; SCHEFFER, 2010, p. 54).

Ocké-Reis (2012) aponta mudanças substantivas no mercado de planos de saúde após sua regulamentação¹⁰, dentre elas a concentração das empresas¹¹. Esse fator, pela monopolização que acarreta, pode reduzir a qualidade e aumentar o preço dos serviços, contraditoriamente ao que é apresentado como objetivo da regulação. Além disso, a concentração cria maiores chances de “captura da Agência Nacional de Saúde (ANS)” pelas empresas, levando ao privilégio do lucro sobre as necessidades sociais.

Desse modo, Gaspari (2013) denunciou na imprensa o que chama de “porta giratória da ANS, isto é, a ida de executivos dos planos de saúde para a direção da ANS, e vice-versa”. Mauricio Ceschin, que presidiu a ANS entre 2009 e 2012, vinha da empresa Qualicorp. “Um diretor que veio dos quadros da Amil a eles retornou. Outro, saiu da Amil, passou pela

⁹ Em dezembro de 2014 foi aprovada a MP 656/14, sancionada posteriormente como Lei n. 13097/15, sem nenhum debate público, permitindo a entrada de capital estrangeiro em todos os subsetores da saúde. A medida vem sendo duramente contestada pelos movimentos sociais (FRENTE NACIONAL..., 2015).

¹⁰ Em 1999, foi criada pela MP n. 1928 e convertida na Lei n. 9961/2000 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), uma autarquia especial ligada ao Ministério da Saúde com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, responsável pela regulação dos planos de saúde individuais.

¹¹ Segundo Bahia e Scheffer (2010), em 2010 1/5 dos usuários de planos estavam vinculados às 6 maiores operadoras, metade dos usuários em 38 operadoras e 10% da população pulverizada em 750 operadoras. Dados do Valor Econômico apontam que, em 2011, os 40 maiores grupos já concentravam 70% da população e que, após a regulamentação da ANS, cerca de mil empresas de plano de saúde saíram do mercado (VALOR SETORIAL SAÚDE, 2012).

agência e hoje está na Unimed. Um quadro da Hapvida que litigava contra a ANS tornou-se seu diretor-adjunto”.

Todos esses mecanismos servem para garantir os enormes lucros das empresas de planos de saúde, em geral sociedades por ações, vinculadas ao setor financeiro da economia. Segundo dados de setembro de 2012, existiam no Brasil 1245 operadoras de planos médico-odontológicos¹², com uma clientela de 47,6 milhões de pessoas. O faturamento global dessas operadoras foi, em 2011, de 85,5 bilhões de reais. Estima-se que em 2012 alcançou 100 bilhões de reais, mais do que o orçamento da União para a saúde no mesmo ano (CARVALHO, 2013).

Além disso, outros mecanismos garantem a transferência direta de fundo público para as empresas de planos de saúde. Isso ocorre, primeiro, por meio do pagamento de planos de saúde privados para o funcionalismo público. Outro mecanismo é a chamada “dupla porta”, isto é, a reserva de vagas para usuários de planos de saúde que passam na fila à frente dos usuários do SUS. Esse mecanismo foi formalizado na década de 1990 em hospitais especializados e universitários sob o pretexto de resolver déficits devido ao subfinanciamento. Contudo, tal prática não tem respaldo jurídico, sendo contestada inúmeras vezes, o que não reverteu a situação.

Apesar de os valores pagos pelos planos para os procedimentos serem superiores à tabela do SUS, esses recursos não cobrem os gastos fixos de custeio e de investimentos requeridos. Ou seja, “carece de substrato real a ideia de que o atendimento diferenciado aos pacientes de planos e seguros se converte na sobrevivência e na sustentabilidade de unidades do SUS” (BAHIA; SCHEFFER, 2010, p. 117).

Ademais, os planos, ao não arcarem com procedimentos caros e complexos, passam seus usuários ao SUS. Entre 2005 e 2010, a internação de usuários de planos de saúde cresceu 59,7% no SUS (ALMEIDA, 2013). Esse mecanismo tentou ser corrigido com a lei de planos de saúde, que previa o ressarcimento das ações ao SUS nesses casos. Apesar disso, essa arrecadação é muito baixa, pois os planos entram com recursos administrativos e ações judiciais contestando a cobrança.

Todo o crescimento dos subsetores privados da saúde também não prescinde de benefícios fiscais oferecidos pelo Estado. A renúncia fiscal da União com saúde, para 2013, é da ordem de 20,9 bilhões de reais, segundo dados da Receita Federal. Em relação ao imposto de renda, 13,3 bilhões de reais (pessoas físicas, 9,9 bilhões de reais; e pessoas jurídicas, R\$3,4 bilhões de reais); para medicamentos e produtos químicos e farmacêuticos, 4,2 bilhões de reais; e para as organizações filantrópicas, 2,6 bilhões de reais. Dois outros programas, para oncologia e deficientes, têm

¹² Essas operadoras atuam na esfera da circulação, oferecendo seguros que garantem acesso a certos serviços hospitalares e de médicos autônomos, cuja cobertura depende dos valores das apólices. Assim, parte dos lucros de hospitais, clínicas e serviços de saúde é dividido com as operadoras, como representantes do capital comercial. Algumas delas oferecem sua própria rede de serviços, associando capital comercial e produtivo.

uma desoneração esperada de mais de 8 milhões de reais (CARVALHO, 2013). No caso dos planos de saúde, as cooperativas médicas e os planos relacionados a entidades filantrópicas têm inúmeras isenções tributárias, incluindo sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), fontes de financiamento da saúde pública.

No caso da assistência suplementar, esses mecanismos de transferência de fundo público levam Bahia e Scheffer (2010, p. 131) a concluir que

torna[m] equivocada a afirmação de que os planos e seguros de saúde ‘aliviam’ ou desoneram o SUS. É plausível a assertiva inversa: são os serviços públicos que subsidiam e atuam como retaguarda para a assistência suplementar.

Ou seja, o cenário da saúde no Brasil, hoje, comprova a tese da necessidade estrutural do fundo público para a valorização do capital. Com isso, os recursos disponíveis para o financiamento da saúde pública se reduzem, sucateando os serviços e reforçando a ideologia de que o setor privado é mais eficiente apenas por sua capacidade de gestão de recursos. Efetivamente, o setor privado recebe mais financiamento, o que, no caso do subsetor de serviços, é destinado a um público muito inferior ao que precisa ser atendido exclusivamente pelo SUS, cerca de 75% da população, com repercussões na qualidade desses serviços. Também demonstra que o Estado tem um papel ativo na garantia de vantagens legais para determinados grupos privados, favorecendo a concentração e a internacionalização do capital no setor de saúde brasileiro.

Considerações finais

A saúde como política pública no Brasil estimulou e, ao contrário, nunca prescindiu do crescimento do capital privado, que, por sua vez, sempre dependeu de subsídios do fundo público. Mesmo com a construção do SUS, a partir da Constituição de 1988 e de suas leis complementares, essa realidade não se alterou, ainda que tenha tomado outras formas. Novos modelos de privatização – não clássicos, por dentro, “brancos”, conforme analisam diversos autores – têm sido criados e defendidos pelos diversos governos desde a contrarreforma do Estado de Cardoso.

Para o senso comum, a privatização da política só ocorre quando os serviços, equipamentos e medicamentos passam a ser pagos diretamente pelos consumidores. Essa interpretação é correntemente utilizada por governos e defensores da privatização, reforçando, capciosamente, que enquanto não há comércio e pagamento direto a política segue sendo pública, ainda que não estatal, no espírito da contrarreforma do Estado.

A privatização dos serviços de saúde, no entanto, ocorre quando esses não são organizados pela esfera do Estado por seus representantes eleitos, por seus funcionários concursados, por mecanismos constitucionais e por Conselhos de Saúde com representantes eleitos entre a população, mas por grupos privados. Nesses casos, os grupos privados se apropriam de fundo público, mesmo que sigam, em alguns casos, garantindo serviços gratuitos. Existem diversas formas de apropriação privada de fundo público: o consumo do Estado, o gasto tributário, a transferência direta de fundo público, a transferência direta de fundo público e patrimônio público (como no caso das organizações sociais) e as empresas públicas e sociedades de economia mista, que apesar de fazerem parte do Estado são reguladas por direito privado (CISLAGHI, 2018).

Apesar de um cenário desolador de avanço dos processos privatistas sobre os ganhos na construção do SUS, associado à cooptação de antigos defensores da Reforma Sanitária, a luta por saúde pública de qualidade, como sempre, continua viva. Os profissionais da saúde têm sido a vanguarda da resistência à privatização, o que tornou a precarização dos contratos de trabalho uma necessidade para seguir com os ataques privatistas. Ao acabar com a estabilidade garantida pelo RJU, os chamados “novos modelos de gestão” pretendem minar a autonomia relativa dos trabalhadores e a resistência de seus sindicatos. Como aponta Leys (2004, p. 110), não é fácil subordinar ao impulso para o lucro trabalhadores organizados e motivados a prestar um serviço público, que possuem valores ético-políticos profissionais e sociais na defesa dos direitos de seus usuários.

A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde ([2018]) constituiu-se no período mais recente em espaço de aglutinação de fóruns locais das entidades desses trabalhadores, além de organizações de estudantes e usuários do SUS. No caso dos usuários é ainda um desafio vencer as ideologias favoráveis à privatização, visto que a veiculação negativa permanente do SUS na mídia, a falta de profissionais e materiais nos serviços públicos, bem como alguns péssimos atendimentos e trabalhadores descompromissados, fazem com que qualquer alternativa se torne esperança de dias melhores.

Esperamos reforçar com estudos como o apresentado essas iniciativas de resistência protagonizadas por inúmeros sujeitos políticos à (muitas vezes insidiosa) privatização da saúde no Brasil. Com Iamamoto (2007, p. 452), acreditamos que “a investigação quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e luta”.

Referências

ALMEIDA, C. Internação de pacientes de planos na rede pública cresce 60%. *O Globo*, São Paulo, 12 maio de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/internacao-de-pacientes-de-planos-na-rede-publica-cresce-60-8366688>. Acesso em: 13 maio 2013.

ATENÇÃO BÁSICA: desafio é fazer mais com melhor gestão dos recursos. *Valor econômico*, São Paulo, ago. 2014.

BAHIA, L.; SCHEFFER, M. *Planos e seguros de saúde: o que todos devem saber sobre a assistência médica suplementar no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BNDES. *BNDES Finem* – Produção de fármacos e medicamentos. [2019]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-producao-farmacos>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, M. I.; MENEZES, J. B. de. *Cadernos de saúde*. Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: Uerj, 2011.

BRAVO, M. I. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 2010.

CARVALHO, G. Saúde pública. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n. 27, 2013.

CISLAGHI, J. F. Privatização da gestão da saúde e precarização do trabalho no Brasil. In: RAMOS, A. et alli. (org.). *Serviço Social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação profissionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

FRENTE NACIONAL contra a privatização da saúde. [2018]. Disponível em: <http://www.contraprivatizacao.com.br/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FRENTE NACIONAL contra a privatização da saúde. *Manifesto: não à entrada do capital estrangeiro na Saúde!* 15 jan. 2015. Disponível em: <http://www.contraprivatizacao.com.br/2015/01/0968.html#more>. Acesso em: 25 fev. 2015.

GADELHA, C. A. G. et al. *A dinâmica do sistema produtivo de saúde: inovação e complexo econômico-industrial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GASPARI, E. *A porta giratória da ANS e das operadoras*. *Jornal O Globo*, 17 de junho de 2013. Disponível em: <http://cebes.org.br/2013/06/a-porta-giratoria-da-ans-e-das-operadoras/>. Acesso em: 24 abr. 2018.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempos de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JANARY JR. *Governo sugere reformulação do Farmácia Popular para pagar reajuste de agentes comunitários*. Câmara dos Deputados, 6 dez. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/566539-GOVERNO-SUGERE-REFORMULACAO-DO-FARMACIA-POPULAR-PARA-PAGAR-REAJUSTE-DE-AGENTES-COMUNITARIOS.html>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LEYS, C. *A política a serviço do mercado: democracia liberal e interesse público*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MENICUCCI, T. M. G. *Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, A. J. A. *Keynesianismo e contrarrevolução monetarista*. Coimbra: Faculdade de Direito de Coimbra, 2007.

OCKÉ-REIS, C. O. *SUS o desafio de ser único*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

OLIVEIRA, J. A. de A.; TEIXEIRA, S. M. F. *(IM)previdência social: 60 anos de história da Previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALOR SETORIAL SAÚDE: apoio à produção nacional. *Valor econômico*, São Paulo, out. 2012.

DOI: 10.12957/rep.2019.42502

Recebido em 12 de março de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A desconstrução (dos limites) do “campo da saúde do trabalhador”

The deconstruction (of the limits) of the “field of the health of worker”

Diego de Oliveira Souza*

Resumo – Esse artigo possui o objetivo de refletir sobre os limites do “campo da saúde do trabalhador” (“saúde do trabalhador” ou apenas “campo”) na apreensão/intervenção da “questão da saúde dos trabalhadores” (ou apenas “questão”). A partir da revisão de bibliografia sobre a relação trabalho-saúde foram extraídas as informações pertinentes a essa pesquisa teórica, desenvolvida à luz da perspectiva marxiana/lukácsiana. Demonstramos que o “campo”, para se inserir na ciência estabelecida, reproduz a dinâmica geral dessa ciência, com sua estrutura fragmentária. A proposta original de cunho questionador dos teóricos e militantes da “saúde do trabalhador”, pouco em pouco, assume ares de campo científico, delimitando, com seu objeto de estudo, seu instrumental teórico-metodológico e seu paradigma. Com isso, a apreensão e transformação da “questão” pelo “campo” sempre é parcelar e insuficiente. Defendemos que é preciso a desconstrução (dos limites) do “campo” rumo a uma perspectiva da totalidade social, radicalmente oposta à ciência burguesa.

Palavras-chave: campo científico; marxismo; saúde do trabalhador.

Abstract – This article aims to reflect on the limits of the “field of the Health of Worker” (“Health of worker” or just “field”) in the apprehension/intervention on the “issue of the health of workers” (or just “issue”). From the literature review on the work-health relationship, the information was extracted for this theoretical research, developed in light of the Marxian/Lukacsian perspective. The “field”, to be inserted into established science, reproduces the general dynamics of this science with its fragmentary structure. The original proposal elaborated by the theoreticians and militants of the “Health of worker” assumes a character of scientific field, delimited, with its object of study, its theoretical-methodological instrument and its paradigm. The apprehension and transformation of the “issue” by the “field” is always piecemeal and insufficient. We argue that it is necessary to deconstruct the “field” (its limits) towards a perspective of social totality, radically opposed to bourgeois science.

Keywords: Scientific field. Marxism. Health of Worker.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Ufal e do bacharelado em Enfermagem da Ufal – campus Arapiraca. E-mail: <enf_ufl_diego@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1103-5474>>.

Introdução

Na tese de doutorado *Saúde do(s) trabalhador(es): análise ontológica da “questão” e do “campo”* (SOUZA, 2016)¹ – defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) através de Doutorado Interinstitucional (Dinter) com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) – desenvolvemos uma pesquisa teórica a partir da categoria “questão da saúde dos trabalhadores”.

Essa categoria se consubstancia na relação entre trabalho e saúde no capitalismo e foi por nós apreendida a partir do referencial teórico marxiano-luckácsiano, sobretudo na discussão sobre a categoria trabalho, em diálogo com a produção científica que versa sobre “saúde do trabalhador”. Nessa produção, destacamos as contribuições italianas das décadas de 1960-1970 (BERLINGUER, 1983) e as latino-americanas das décadas de 1980-1990 e início dos anos 2000 (TAMBELLINI et al., 1986; LAURELL; NORIEGA, 1989; MENDES; DIAS, 1991; MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997; MINAYO-GOMEZ; LACAZ, 1997; MINAYO-GOMEZ, 2011; VASCONCELLOS, 2011).

Com a expressão “questão da saúde dos trabalhadores” (daqui em diante, apenas “questão”) queremos designar o processo saúde-doença da classe trabalhadora colocado em questão, demonstrando quais os seus fundamentos ontológicos e quais as respostas sociais que suscita. Assim, a “questão” corresponde a um processo social objetivamente existente (portanto, que independe da existência de qualquer campo científico e/ou político-institucional) surgido em meio a uma contradição tipicamente capitalista: não existe capital sem trabalho, pois ele (o capital) só é produzido/reproduzido por meio da exploração do trabalho, com a consequente degradação da saúde dos trabalhadores; assim, ao degradar a saúde da classe trabalhadora, o capital degrada aquilo do que depende a sua existência. A “questão” comparece no processo enquanto manifestação particular desse antagonismo entre capital e trabalho (SOUZA, 2016).

De antemão, convém diferenciar a “questão” em relação ao que tem sido chamado de “campo da saúde do trabalhador” (“saúde do trabalhador” ou, ainda, como chamaremos a partir daqui, “campo”²), porquanto seja comum a referência à “questão” como algo que se restringe ao “campo”. Isto é, pode-se (re)cair no erro de conferir identidade absoluta entre eles, como se a “questão” se limitasse a um questionamento sobre o “campo”. Todavia, a “questão” extrapola os limites de qualquer campo científico, ainda que ela seja considerada, de maneira paradigmática, objeto de estudo e intervenção de algum outro campo.

¹ Tese orientada pela Profª. Doutora Ana Inês Simões Cardoso de Melo – PPGSS/UERJ e coorientada pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos – DISH/Fiocruz. Deixamos, aqui, nossos agradecimentos pela contribuição que ambos deram na elaboração da tese e dos produtos que dela se desdobram.

² O termo “campo” entre aspas será utilizado, sempre, para designar o “campo da saúde do trabalhador”. Sem aspas, o termo será empregado de modo genérico ou quando se faz referência a qualquer outro campo científico.

No caso do “campo”, ele surge a partir da “questão” a fim de entendê-la e transformá-la, consubstanciando uma nova área científica (e político-institucional). Nessa medida, ele também passa a compor a “questão”, enquanto resposta social que ela demanda. Constitui-se uma relação orgânica, mas nunca de absoluta identidade. Também, ao se constituir um novo campo, estabelecem-se rígidos limites (fronteiras) para a investigação e intervenção dos pesquisadores, técnicos e militantes sobre a “questão”, ainda que em um movimento dialético de avanços possíveis ante a antigos campos (a exemplo da medicina do trabalho e saúde ocupacional). Diante disso, o objetivo desse artigo consiste em refletir sobre os limites científicos do “campo” na apreensão da “questão”.

Como parte da referida tese de doutorado, o artigo, metodologicamente, possui caráter teórico, uma vez que propõe a (re)formulação teórica a respeito de um determinado processo social. A pesquisa bibliográfica comparece como procedimento técnico que reuniu os textos necessários ao debate aqui proposto. Além das referências da “saúde do trabalhador” já mencionadas, merece destacar o diálogo (crítico) estabelecido com a categoria campo de Bourdieu (1976; 1978) e paradigma, de Kuhn (1978), contrapostos pela perspectiva da totalidade social presente na abordagem de Marx, segundo Lukács (2012).

“O campo da saúde do trabalhador”: construindo (os seus limites)

Inicialmente, é necessário esclarecer que o “campo da saúde do trabalhador” distingue-se dos tradicionais campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, embora seja fruto da incorporação/superação destes. Vasconcellos (2011) ressalta que as diferenças entre medicina do trabalho, saúde ocupacional e “saúde do trabalhador” não são meramente semânticas, mas possuem determinações históricas concretas bem específicas, inclusive com posições ideológicas distintas.

Consoante apontam Mendes e Dias (1991), a Medicina do Trabalho surgiu na Inglaterra do século XIX, em meio à Revolução Industrial, para suprir demandas bem específicas, tais como: o controle direto da força de trabalho, a diminuição do prejuízo gerado pelo absenteísmo por motivo de doença e a seleção de força de trabalho menos propensa ao adoecimento. Isto é, surge como proposta do capital para a intervenção na “questão”, na tentativa de remediar o irremediável antagonismo consubstanciado na “questão”.

Nesse mesmo sentido, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) destacam que, na lógica da medicina do trabalho, o adoecimento do trabalhador é visto pela unicausalidade, ou seja, para cada doença ou acidente, um risco ou agente etiológico. Nessa perspectiva simplista, esse campo científico se desenvolve centrado na figura do médico, com a tarefa de

atuar nas consequências da relação trabalho-saúde. Além disso, consoante Berlinguer (1983), do ponto de vista ideopolítico, também se constata o caráter pró-capital, tomando o trabalhador como objeto de intervenção e mera engrenagem da produção.

No período Pós-Segunda Guerra Mundial, a atenção à saúde dos trabalhadores constituída exclusivamente da figura do médico se mostrou insuficiente para as novas demandas, o que exigiu a incorporação de novas disciplinas científicas e profissões, marcando o surgimento da saúde ocupacional (TAMBELLINI et al., 1986). Para Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), esse novo campo traz a proposta da interdisciplinaridade e preocupa-se com os vários fatores de risco do ambiente, mas ainda mantém a essência do referencial da medicina do trabalho, confina-se nas relações estabelecidas no âmbito privado e alija os trabalhadores do processo, tomados como objetos de intervenção.

Ao contrário desses dois modelos, a proposta do “campo”, oriunda das lutas sociais dos próprios trabalhadores, propõe ir além do âmbito contratualista estabelecido entre patrão e empregado e, principalmente, romper com a delegação da saúde ao capital (ou aos técnicos a seu serviço). Até mesmo porque o “campo” surge a partir da contestação desses modelos tradicionais, originalmente feita pelo movimento operário italiano, mas também, posteriormente, incorporando contribuições da medicina social latino-americana.

Constata-se que a incorporação da concepção de não delegação da saúde é o ato de o trabalhador não delegar, seja ao empresariado, seja ao profissional de saúde, a autoridade sobre seu processo saúde-doença. Assim como em consequência da não delegação, a incorporação do saber operário, como protagonista, sobre as relações trabalho-saúde, constitui o eixo teórico-prático do novo “campo” (princípios estes oriundos da experiência italiana). A principal implicação desta condição será a elevação do trabalhador a sujeito ativo do processo, em contraposição à sua passividade no modelo de medicina do trabalho/saúde ocupacional (LAURELL; NORIEGA, 1989; MINAYO-GOMEZ; LACAZ, 2005).

Diante de tudo isso, a construção (ainda em andamento) do “campo da saúde do trabalhador” expressa uma tentativa de produzir um tipo de conhecimento que, além de ser dos trabalhadores, seja para os trabalhadores. Isto implica outra tentativa: a de apreensão do processo saúde-doença dos trabalhadores (e das relações trabalho-saúde como um todo) como uma “questão” integral, o que requer desconstruir os limites rígidos de um campo pertencente à ciência vigente, constituindo-se num paradoxo ante a dinâmica inerente ao referido processo de construção, por dentro desta ciência.

Desse modo, a tentativa de construção do “campo” é limitada à lógica imanente de uma determinada divisão científica, o que implica a apreensão parcial da “questão”. Assim como a apreensão da “questão” pelo

"campo" é parcial, a crítica feita por este à ciência do capital (e ao próprio capital) é limitada, em grande medida, por sua condição de fazê-la por dentro da divisão científica (e da divisão do trabalho) imposta pelo próprio capital – ou seja, enquanto um campo científico. Especificamente sobre os limites da seara científica, trataremos a seguir.

O campo científico: limitação para a apreensão da "questão" em sua "totalidade"

Bourdieu (1976) desenvolve uma análise sobre a ciência oficial tendo em vista a dinâmica universal do capitalismo. Em linhas gerais, ele constata que a lógica de acumulação – estabelecida mediante concorrência – é reproduzida no interior dos campos científicos. Para tanto, este autor aplica os fundamentos de sua teoria social para o caso específico da ciência, apreendida por meio de seus recortes singulares, por ele denominados de campos científicos³.

Convém observar que a teoria social de Bourdieu (1976) se notabilizou pela sua concepção peculiar da categoria capital, com suas formas variantes – capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico –, por meio da qual ele fundamenta a explicação de campo, ao passo que este, concomitantemente, complementa a concepção de capital. Portanto, capital e campo são categorias indissociáveis na teoria de Bourdieu (1976).

Para esse autor, capital corresponde ao acúmulo de recursos (materiais ou não) que propiciam o poder dos seus possuidores sobre os não possuidores, implicando posição privilegiada dentro de determinados espaços. Tais espaços são, genericamente, chamados de campos, com natureza heterogênea: esferas econômica, política, escolar, familiar etc. Diante disso, o capital pode se manifestar de diferentes formas, a depender do tipo de força acumulada e da natureza do campo.

No caso da ciência, Bourdieu (1976) problematiza a dinâmica dos campos científicos, concebendo-os como espaços de relações objetivas entre sujeitos com posições adquiridas em lutas anteriores. O campo científico se configura em um espaço objetivo no (e do) qual é suscitado um conjunto de questões científicas. Sobre esse espaço os pesquisadores divergem e, portanto, competem para conferir legitimidade às respostas que propõem, implicando, inclusive, que os seus opositores as aceitem. Da competição se origina a autoridade científica do polo vencedor, autoridade esta que só possui legitimidade considerando-se a rede de relações

³ Para Bourdieu (1976), no sentido genérico, pode-se compreender o campo científico como o conjunto do espaço social ocupado pela ciência. Porém, considerando a divisão científica moderna, ele também utiliza o termo campo científico no sentido mais restrito, designando as várias áreas de conhecimento oriundas desta divisão.

instituídas por pesquisadores que possuem problemas de pesquisa em comum.

No interior do campo da ciência desenvolve-se um tipo específico de luta, movido pela obtenção do monopólio da competência científica, colocando aqueles que a conquistam em uma posição de dominação na rede de relações estabelecida por aquele delimitado grupo de cientistas. Trata-se, segundo o pensamento de Bourdieu (1976, p. 6 – grifo no original), de um processo de acumulação de capital científico, “[...] espécie particular de *capital social*⁴ que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital [...]”.

A competição desenvolvida no campo científico implica diferentes posições a respeito de um conjunto de questões comuns, bem delimitadas e, por conseguinte, de natureza distinta em relação aos outros campos científicos. É importante observar, assim, que o campo científico põe limites em relação às questões que devem ser respondidas, apesar de aceitar posições diferentes sobre as respostas, desde que obedecendo a uma lógica geral apriorística. O campo recorre à sua lógica imanente para julgar seus méritos; faz uso dos parâmetros produzidos por ele mesmo para julgar a validade das descobertas dos pesquisadores que o compõem. Há, portanto, uma definição prévia de ciência que determina o que pesquisar, como pesquisar e quais respostas aceitar, sob pena de perda, consoante Bourdieu (1976), de lucro material e/ou simbólico para os pesquisadores que afrontem estas determinações.

Nas palavras de Bourdieu (1976, p. 18),

[...] a invenção segundo uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas susceptíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida [...] tende a fazer esquecer que ela só resolve os problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver.

Ou seja, trata-se de uma ciência que se sustenta nela mesma, não aceita passar pelo crivo de parâmetros que não sejam os seus e, desse modo, não permite o alcance de problemas que, apesar de terem uma importância concreta, escapam às suas possibilidades. O campo científico, nestas condições, obedece a uma lógica hermética que o impede de problematizar a realidade na sua totalidade, porquanto os problemas daí suscitados não são convenientes à competição por aquilo que Bourdieu (1976) chama de capital científico.

Em alguma medida, a discussão feita por Bourdieu (1976) se aproxima da concepção de paradigma de Thomas Kuhn (1978). Para este

⁴ “O capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados ao poder em uma rede consolidada, de convivência mais ou menos institucionalizada; ou, em outras palavras, refere-se à participação em um grupo que, além de representar um conjunto de agentes com propriedades comuns [...], também estão unidos por relações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1978, p. 2).

autor, a ciência normal se estabelece mediante a adoção de um paradigma por parte da comunidade científica; ou seja, respostas ou soluções exemplares (modelos a serem seguidos) para os problemas considerados científicos e que, por conta disto, orientam os pesquisadores na resolução de novos problemas (KUHN, 1978).

Observemos que a ciência normal equivale ao que Bourdieu (1976) designa de ciência oficial, consolidada pela instituição de um paradigma, o que é representativo do monopólio da competência científica, nos termos de Bourdieu (1976). Assim, na perspectiva de Kuhn (1978), a ciência normal tende a encaixar a realidade nos critérios do paradigma, modelando novos problemas científicos segundo as respostas exemplares. Como já vimos, Bourdieu (1976) também aponta que a invenção de uma arte de inventar já inventada só coloca questões elaboradas segundo seus critérios, os mesmos que são utilizados para descobrir as respostas.

Para Kuhn (1978), a ciência apresenta um padrão de desenvolvimento no qual se alternam períodos de ciência normal (estabelecimento de um paradigma) e de ciência extraordinária, consubstanciada por uma revolução científica aberta pela crise do paradigma. Esse padrão apresenta uma natureza cíclica que coloca as revoluções como inevitáveis e intrínsecas ao processo, uma vez que o desenvolvimento do paradigma estabelece critérios cada vez mais rigorosos, sofisticados e precisos que, por conta disto, acabam detectando inconsistências e equívocos do próprio paradigma, desencadeando as crises.

Nesse quesito, Bourdieu se opõe a Kuhn, porquanto julga que o processo descrito por este último possui caráter mecânico. Bourdieu (1976) contesta a natureza cíclica e mecânica da ciência, concebendo-a de forma dinâmica, em um processo no qual as revoluções científicas dependem do *quantum* de capital científico acumulado e do caráter e direcionamento dos conflitos externos e internos do(s) campo(s) científico(s). Vale destacar que, para este autor, o fato de os dominados e/ou novatos de um campo serem opositores dos detentores do monopólio da competência científica não implica necessariamente a contestação dos fundamentos gerais do campo (ou do paradigma – na linguagem de Kuhn); em vez disso, eles podem vislumbrar, apenas, a mudança de posição na estrutura hierárquica do campo, o que pressupõe a manutenção e a reprodução dos métodos e valores científicos já estabelecidos.

Para Bourdieu (1976), portanto, estabelecem-se relações objetivas de adversários cúmplices que reproduzem o campo científico, no seu conjunto. Isto não implica, em absoluto, a impossibilidade de uma redefinição dos pressupostos científicos instituídos, mas apenas que esta redefinição depende de uma série de fatores e circunstâncias (internos ou externos ao campo). Portanto, a ciência não se desenvolveria segundo um padrão de alternância fundado na evolução imanente do paradigma, mas na síntese de conflitos que são perpetrados por elementos internos e externos ao campo.

Com base nisso, constatamos que, na teoria de Bourdieu, seja para sucessão, seja para subversão, as estratégias estão sob a determinação do campo científico (e do capital científico). Isso pressupõe uma estrutura hermética dos campos, mas no sentido de não se submeterem ao crivo de parâmetros de outros paradigmas e/ou de outros campos (exceto nas crises), e não no sentido de estarem imunes a conflitos e a transformações sociais. Por conta desta estrutura hermética é que o “campo da saúde do trabalhador” (enquanto campo científico) não consegue superar algumas insuficiências na apreensão da “questão”. A possibilidade de o “campo”, cientificamente, apreender as relações trabalho-saúde na sua integralidade depende da sua desconstrução enquanto campo (enquanto espaço fechado), no sentido da ruptura com o modelo vigente de ciência, que fragmenta a realidade e a produção de conhecimento.

Quando se menciona a existência de um campo em construção, vai-se no sentido de se aproximar de um genuíno espaço científico hermético. Portanto, quando Tambellini et al. (1986) e Minayo-Gomez (2011) advogam a necessidade de um campo mais amplo do que a própria “saúde do trabalhador” (o campo das relações trabalho-saúde), o fazem com significados diferentes, mas não necessariamente equivocados. O significado apontado por Tambellini et al. (1986) é de uma ruptura com a fragmentação científica, ainda que eles usem o termo campo para designar algo mais amplo e posterior à “saúde do trabalhador”. O significado apontado por Minayo-Gomez (2011) é o da existência de um campo em construção (a “saúde do trabalhador”) e de outro que engloba o primeiro (enquanto ele for uma proposta sem coesão), mas que é campo no sentido mesmo de espaço hermético.

Os autores apontam significados diferentes e ambos corretos, pois tanto é verdade que o “campo” é limitado quanto que não tem coesão. Contudo, Minayo-Gomez (2011) não avança para uma posição de ruptura radical, conforme Tambellini et al. (1986) fazem. O fato de ele constatar a falta de coesão do “campo” e, com isso, demonstrar que outro campo, mais amplo, comparece para supri-la, consiste numa etapa da análise. A etapa seguinte seria a de demonstrar que o “campo” possui uma natureza limitada, embora consiga avanços – o que significa que Minayo-Gomez (2011) não está equivocado por apontar a falta de coesão do “campo”, mas por realizar uma análise parcelar. Por conseguinte, este autor apenas observa uma das facetas do avanço do processo de construção do “campo”, mas não a desconstrução (de seus limites) enquanto espaço hermético, o que implicaria aproveitar as suas contribuições teórico-práticas, de postura contra-hegemônica, mas também, e sobretudo, romper com os limites que as confinam. No caso de Tambellini et al. (1986), constatamos a presença dessa segunda perspectiva, mesmo utilizando o termo campo.

Com efeito, a discussão sobre a construção do “campo”, sua inserção na ciência e a definição de seu instrumental teórico-metodológico se

faz viva entre os seus teóricos pioneiros, a exemplo de Minayo-Gomez (2011) e Tambellini et al. (1986). Em geral, a discussão vai na direção da “construção do campo da saúde do trabalhador”⁵ e, mais recentemente, a perspectiva de Bourdieu tem comparecido no debate (MINAYO-GOMEZ, 2011).

Apesar de essa perspectiva trazer contribuições à análise, algumas ressalvas críticas em relação à argumentação de Bourdieu (1978; 1978), em especial quanto ao uso generalizado da categoria capital, podem contribuir na análise do próprio “campo” em sua relação científica com a “questão”. O confronto dela com a perspectiva de ciência de Marx (1988a; 1988b) oferece os fundamentos para a crítica ao próprio Bourdieu e, de algum modo, à teoria de Kuhn (1978), aproximando-nos de uma abordagem que considera a totalidade social, conforme apresentado a seguir.

A perspectiva da totalidade social: bases para a ruptura dos limites do “campo”

Marx (1988a; 1988b) esclarece que o capital representa uma relação social de antagonismo entre duas classes sociais, consubstanciado na esfera da produção, tendo, assim, caráter econômico. O capital, na acepção marxiana, explica-se pela teoria do valor, quando da subsunção do trabalho à produção de valores de troca que satisfazem as necessidades do mercado e, portanto, do próprio capital. Ademais, o capital, além de ser produzido (mediante a exploração do proletariado), precisa se reproduzir, o que exige a universalização de sua lógica em todas as esferas da vida (política, educação, arte, filosofia, ciência etc.), garantindo que as relações sociais de produção sejam legitimadas ideologicamente.

O fato de o capital dominar, também, a esfera da reprodução não implica que toda forma de dominação (ou, ainda, que todo produto de uma competição) seja indiscriminadamente reconhecida como capital, tal como coloca Bourdieu (1978). Para Marx (1988b, p. 252),

a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. [...] um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Sempre que utiliza a categoria capital, Marx está se referindo à esfera produtiva. Quanto às outras dimensões da vida, nas quais, obviamente, também se estabelecem conflitos, tanto Marx quanto a maioria dos

⁵ Alusão ao título do artigo de Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), *A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas*.

marxistas tratam com categorias como superestrutura, ideologia e hegemonia.

Assim, a teoria marxiana não ignora os diversos tipos de dominação que se estabelecem no capitalismo, porém reconhece a prioridade da questão de classe para explicá-los, assim como reconhece a centralidade da esfera econômica em relação às demais. Diante disso, a generalização da categoria capital que faz Bourdieu não só abandona a concepção marxiana, como compromete a compreensão do antagonismo sobre o qual se funda a sociedade, diluindo ou, ao menos, dificultando a apreensão do que sejam as classes sociais.

Quando Bourdieu (1978) propõe formas de capital que se engendram (e que podem ser acumuladas) a partir de conflitos não econômicos (sociais, culturais etc.), ele confere a estes conflitos um *status* igual ao do antagonismo entre capital e trabalho. Contudo, este antagonismo não pode ser concebido como um mero conflito passível de conciliação ou de caráter fugaz (como, em alguns casos – mas não em todos – podem ser os demais conflitos do capitalismo). Ao contrário, expressa uma contradição irremediável e permanente sob a égide capitalista, porquanto a existência do capital depende da contínua exploração dos trabalhadores, ao passo que para estes interessa emancipar-se do capital.

É preciso, portanto, considerar que a sociedade capitalista é repleta de conflitos de diversas ordens, que resultam em posições de poder em várias instâncias da vida, mas que estão subordinados a uma contradição máxima, irremediável: o antagonismo entre capital e trabalho. Caso a proposição de Bourdieu (1978) seja verdade, os indivíduos poderiam acumular capital simbólico, social ou cultural sem serem possuidores de um *quantum* sequer de meios de produção, nem empregar um trabalhador que seja, mas apenas sendo hegemônicos em alguma dimensão ideológica.

Ao se fazer essa generalização: 1) o capital passa a ser tudo e, ao mesmo tempo, nada; 2) a relação-capital deixa de expressar a relação entre duas classes sociais antagonônicas para representar relações entre moradores de um bairro, membros de uma família, cientistas de um mesmo campo etc.; 3) o capital deixa de apresentar um caráter destruidor e passa a representar relações que, apesar de desiguais, possuem algum grau de solidariedade, como no estabelecimento das redes, como pressupõe a concepção de capital social – a exemplo do campo científico, que é constituído por adversários cúmplices; 4) o capitalismo passa a ser uma sociedade fundada em relações de dominação as mais diversas (com o mesmo *status*), e não em relações sociais de produção (cujo cerne está na exploração do trabalho).

É preciso cautela com as categorias teóricas, de modo a explicar a realidade, e não a confundi-la. É extremamente válido considerar o caráter competitivo e hermético dos campos científicos, tendo em vista que estes se inscrevem na dinâmica capitalista; porém, não se pode fazer isto ao ponto de as competições específicas do campo científico tomarem a centra-

lidade das relações sociais de produção e concederem ao capital um caráter indiscriminado.

Apesar disso, a proposição feita por Bourdieu (1976) a respeito do caráter hermético dos campos científicos é pertinente para demonstrar que o “campo” trata das relações trabalho-saúde de forma insuficiente. Mas apenas a ruptura com a ciência burguesa pode superar as limitações das formulações até então realizadas pelo “campo”, e isso requer a exata apreensão do antagonismo entre capital e trabalho e sua relação com outras formas de contradição.

Nesse ínterim, a perspectiva marxiana prioriza a totalidade como o pano de fundo de qualquer abstração singular, por mais específica que seja, o que põe um caminho metodológico distinto do adotado pela ciência moderna (e pós-moderna). Marx (1988a; 1988b) demonstra a aplicação de tal método ao analisar as diversas leis que regem o capital (considerando o antagonismo primordial entre capital e trabalho), mas sempre as abstraíndo sem desconectá-las da totalidade. Para Lukács (2012, p. 381),

Se considerarmos abstratamente setores isolados, chegaremos a uma complexa contraposição entre aumento e decréscimo na capacidade de observação, de modo que todo progresso singular numa área será acompanhado por retrocessos simultâneos em outra área. [...] momentos singulares – muitas vezes, todavia, importantes – são amplificados em critérios únicos da totalidade do processo; que, no entanto, permanecem como seus momentos singulares.

A análise do momento singular, de modo isolado, resulta em uma regressão contínua em relação à totalidade, podendo implicar mistificações a respeito do objeto investigado, conferindo caráter transversal a algo que é histórico ou limitando-se à esfera das aparências, por exemplo. Os campos científicos caem justamente neste equívoco, porquanto isolam um território, analisando-o por uma lógica endógena, restrita ao paradigma instalado. Apesar de Bourdieu apreender tal caráter, é Lukács, após Marx, quem consegue fazer a crítica precisa e objetiva do caráter hermético (que é, ao mesmo tempo, imediatista) da ciência vigente, uma vez que aponta para outro horizonte, pautado pela totalidade complexa e histórica.

Isso requer, portanto, uma ciência de caráter ontológico (preocupada, sobremaneira, com as questões do ser). Obviamente, diante do predomínio de outro padrão científico, um ponto de partida para uma abordagem ontológica é fazer a crítica das concepções vigentes. Tal tarefa (a da crítica) pode ser realizada, embora sem plenitude, por dentro dos campos científicos, o que constatamos no “campo da saúde do trabalhador” em relação à medicina do trabalho e à saúde ocupacional. Contudo, a crítica por dentro é insuficiente e logo esbarra nos limites impostos pela natureza de um campo da ciência vigente. O resultado mais importante a que um campo, que se coloque crítico à ciência da qual ele mesmo faz

parte, pode chegar é a necessidade de ascender a um padrão científico que desconstrua seus limites, incorporando dialeticamente suas contribuições, mas apontando para uma ruptura. Assim,

[...] seu [de Marx] espírito científico passou pela filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda verificação de um fato e toda apreensão de um nexos, não simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daí para ir além, para investigar ininterruptamente toda factualidade na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. (LUKÁCS, 2012, p. 292-3).

Se a crítica factual, embora seja importante, não é suficiente, a mera manipulação da realidade empírica não alcança sequer o âmbito dos questionamentos a respeito do estado das coisas, inclusive na sua manifestação empírica. “Só no empirismo que nasce sobre uma base positivista ou mesmo neopositivista é que essa ontologia ingênua, acrítica, desaparece para dar lugar a categorias manipulatórias construídas abstratamente” (LUKÁCS, 2012, p. 292). Tal direção – a de manipulação abstrata de dados empíricos – é a tomada pela ciência vigente, como observamos, por exemplo, no caso das investigações e das práticas propostas pelos campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, extremamente mergulhados na interação risco-limite de tolerância. O “campo da saúde do trabalhador”, fazendo a crítica a estes últimos, consegue avançar, tangenciar a totalidade; mas enquanto se mantém campo, esbarra na sua própria dinâmica, sendo impelido a utilizar, por vezes, fundamentos científicos dos velhos paradigmas.

A ciência vigente finca-se na organização do mundo fenomênico (empírico) sob uma lógica que é definida pelo próprio sujeito. Uma vez que se mudou o processo de trabalho (direcionado, a partir do capitalismo, à acumulação de riqueza), o homem precisou aprofundar seus conhecimentos sobre as qualidades da natureza, formulando novos saberes. A partir daí, aquela concepção de um mundo estático e imutável – das sociedades anteriores – se dissolve, dando lugar a um mundo dinâmico, passível de ser transformado pela ação humana. O homem passa a se ver numa posição ativa ante o mundo, precisando produzir um saber que permita transformá-lo (TONET, 2013).

Essa condição gera, porém, de um lado, uma grande insegurança para o homem, em face de um mundo totalmente novo, dinâmico e complexo; e, de outro lado, possibilita que o sujeito tenha posição ativa para dar-lhe uma ordem mínima que seja. Mas se não se pode negar que o sujeito cognoscente (ou histórico em geral) é ativo no processo e, portanto, capaz de transformar os objetos (o que a ciência vigente ajudou a revelar, refutando velhos paradigmas metafísicos), tampouco se pode atribuir ao sujeito o poder de estabelecer idealmente, a seu bel-prazer, uma ordem

aos objetos, como se estes não fossem portadores de uma existência autônoma, logo, objetiva. A ciência surgida com o capitalismo corresponde ao gnosiologismo (ponto de vista gnosiológico), que sai de um extremo (da concepção de sujeito passivo ante o mundo) para outro, no qual a realidade se limita à aparência, organizada subjetivamente (LUKÁCS, 2012; TONET, 2013).

Contrariamente ao ponto de vista (abordagem) ontológico, o ponto de vista gnosiológico é “[...] a abordagem de qualquer objeto a ser conhecido que tem como eixo o sujeito. [...] Enfatiza-se [...] especialmente, o fato de que ele [o sujeito] é que constrói (teoricamente) o objeto” (TONET, 2013, p. 13). Também é preciso esclarecer que o ponto de vista gnosiológico não é o mesmo que gnosiologia: “Como se sabe, gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento. Nesse caso, portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, [que] pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico” (TONET, 2013, p. 12).

Com esse referencial, é necessária uma divisão científica da realidade em territórios, em áreas, enfim, em campos de investigação/intervenção que levam em conta critérios subjetivistas apoiados, quase sempre, na evidência empírica. Nesse sentido, os campos se constituem em espaços fechados porque se apoiam sob um ponto de vista gnosiológico, que ignora a categoria essência, determinando, por exemplo, o fato de que a saúde dos trabalhadores seja estudada por cientistas da saúde ocupacional, com pouca ou nenhuma interferência de outros campos (filosofia, sociologia, direito, ciência política etc.). Os objetos, segundo esta lógica, são fragmentos da realidade, e os campos se apropriam deles como algo que deve permanecer confinado aos seus limites, livre das interferências alheias que possam ameaçar a legitimidade científica do próprio campo.

Ao compor essa lógica fragmentadora, ou seja, ao se constituir enquanto “campo”, a “saúde do trabalhador” assume um corte gnosiologista, entrando em contradição com a própria perspectiva teórica que o influenciou na sua origem. Desta maneira, ele precisa definir um objeto de investigação/intervenção que seja seu, hermeticamente acondicionado nos seus limites, para, assim, legitimar-se perante a ciência vigente. Nestes termos, fica suscetível a uma inversão forjada subjetivamente, como se a “questão” (seu objeto) fosse sua propriedade inalienável, alheia a outros campos, uma invenção gnosiológica. Trata-se de uma inversão, pois, como já vimos, é a “questão”, na sua dinamicidade, que demanda o surgimento do “campo”, e não este último que a inventa, define e/ou formula.

Esse tipo de inversão, como argumentamos, tem seu fundamento na nova forma como o homem passa a transformar a natureza, logo, a se relacionar com o mundo. Essa nova forma de produzir conhecimento está em determinação recíproca para com esse modo de produzir o mundo, soerguido a partir do antagonismo entre capital e trabalho. Apesar de outras

formas de conflito e contradições se colocarem como mediações importantes, não podem ser consideradas com sobreposição a esse antagonismo.

Assim, quando se fala em perseguir a construção do “campo”, de-ve-se considerar em que consiste, essencialmente, a natureza de um campo e quais são os seus pressupostos. Uma crítica ontológica contínua de suas bases remete ao reconhecimento da virtude de alguns dos conhecimentos e das práticas que propõe (e só nesse prisma que se deve defender o “campo”), mas que implica desconstruí-lo enquanto espaço herméutico, rumo à perspectiva da totalidade e confrontando o devaneio gnosiológico da ciência burguesa.

Considerações finais

É preciso destacar a importância do surgimento do “campo da saúde do trabalhador” no bojo do enfrentamento da “questão”, no sentido de incorporar algumas demandas postas pela classe trabalhadora. Esse “campo” possui mérito na contestação de particularidades do modo de produção capitalista, sobretudo por revelar a relação deste com o processo saúde-doença dos trabalhadores. Esse mérito se estende aos questionamentos postos ao modelo de atenção à saúde proposto pela medicina do trabalho e saúde ocupacional.

Mesmo sendo tudo isso verdade, constatamos que o “campo”, para se legitimar enquanto tal, ou seja, para se inserir na ciência estabelecida e ser reconhecido como campo científico, reproduz a dinâmica geral dessa ciência, com sua estrutura fragmentária. A proposta original de cunho questionador dos teóricos e militantes da “saúde do trabalhador”, pouco em pouco, assume ares de campo científico, delimitado, com seu objeto de estudo, seu instrumental teórico-metodológico e seu paradigma. Com isso, a apreensão e transformação da “questão” pelo “campo” sempre é parcelar e insuficiente, para não dizer que, em algumas vezes, mistifica os horizontes possíveis.

Por fim, fica evidenciado que, ontologicamente, a “questão” é objetivamente existente; é dela que se desdobra o surgimento de diversos campos científicos (medicina do trabalho, saúde ocupacional e, também, a própria “saúde do trabalhador”). No entanto, a “questão” não se confina e limita a nenhum campo. Tal condição não impede que os membros do “campo” continuem tensionando o modo de produção capitalista e sua ciência, mas dentro dos limites que essa estrutura científica, da qual faz parte, permite. Por conta disso, vislumbrar uma perspectiva que desconstrua esses limites é fundamental para que seja possível uma abordagem da “questão” tendo em vista a totalidade social, com uma postura radical (no sentido de ir às raízes) e rompendo com o endogenismo da estrutura da ciência burguesa.

Referências

- BERLINGUER, G. *A saúde nas fábricas*. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.
- BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 31, 1978.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 2, 1976.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde pública*, São Paulo, v. 25, 1991.
- MINAYO-GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. de C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997.
- SOUZA, D. de O. *Saúde do(s) trabalhador(es): análise ontológica da “questão” e do “campo”*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2016. No prelo.
- TAMBELLINI, A. T. et al. *Avanços na formulação de uma política nacional de saúde no Brasil: as atividades subordinadas à área das relações produção e saúde*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES, 1. Rio de Janeiro: Cesteh-ENSP-Fiocruz, 1986. No prelo.
- TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VASCONCELLOS, L. C. F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. B. O. (org.). *Saúde, trabalho, direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

DOI: 10.12957/rep.2019.42503

Recebido em 16 de fevereiro de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

CAPS UERJ como dispositivo-acontecimento: rupturas e (des)continuidades no processo de trabalho em saúde mental*

CAPS UERJ as device-event: ruptures and (dis)continuities in the work process in mental health

Neilanza Micas Coe**

Resumo – Como modelo micropolítico da atenção psicossocial, cartografamos o CAPS UERJ como acontecimento, recorte evidenciado pelas narrativas dos sujeitos implicados com as suas emergências. O recurso genealógico, criado por Nietzsche ao final do século XIX e desdobrado por Michel Foucault no século seguinte, forneceu pistas para demonstrarmos as aproximações da pesquisa ao movimento de ruptura com o Hospital Dia Ricardo Montalban, representado pelo modelo psiquiátrico hospitalocêntrico medicalizador, para a emergência do CAPS UERJ e seu alinhamento com a estratégia da atenção psicossocial. Contudo, a tentativa de tradução da processualidade desse movimento evidencia rupturas, capturas e (des)continuidades do dispositivo-acontecimento pelo analisador supervisão clínico-institucional.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica; Estratégia da Atenção Psicossocial, Dispositivo-Acontecimento.

Abstract – We map the CAPS UERJ as a micro-political model of psychosocial care event cutting evidenced by the narratives of subjects involved into their emergencies. The genealogy resource created by Nietzsche in the late nineteenth century and deployed by the Michel Foucault in the next century, provided clues to demonstrate research approached from the rupture movement with the Ricardo Montalban Day Hospital which is represented by the psychiatric hospital centric-medicalization model from CAPS UERJ's emergency and its alignment with the psychosocial care strategy. However, the attempt to translate the processuality of this movement reveals catches and (dis) continuity of the device event by clinical-institutional supervision analyzer.

Keywords: Psychiatric reform; Psychosocial care strategy; Device-events; CAPS UERJ.

* Artigo oriundo da dissertação de mestrado *CAPS UERJ: rupturas e (des)continuidades no processo de trabalho em saúde mental*, apresentada em 2015 na Faculdade de Serviço Social da UERJ.

** Assistente Social da UERJ / Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS- UERJ / 2015. *Correspondência:* Rua Silveira Martins, 146. AP. 805. Flamengo. Rio de Janeiro. CEP 2221-000. Email: <nappre.cda@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8879-3460>>.

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manuel de Barros

Notas introdutórias

Este artigo apresenta as principais questões da dissertação de mestrado *Caps Uerj: rupturas e (des)continuidades no processo de trabalho em saúde mental*, com orientação dos docentes Marco José de Oliveira Duarte e Carla Cristina Lima de Almeida. O texto e a defesa oral foram apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em setembro de 2015.

A ênfase nesse artigo está no método genealógico (NIETZSCHE, 1990), possibilitando cartografar o Centro de Atenção Psicossocial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa - pesquisa-interferência¹. Neste sentido, a delimitação do campo da pesquisa apresenta a cartografia deste programa para sua analítica como dispositivo-acontecimento e os territórios existenciais que atravessam e são atravessados pelo Caps Uerj.

Esta analítica faz aqui um recorte, trazendo para a cena investigativa os sujeitos, a práxis e a transversalidade do processo de trabalho em saúde mental. Portanto, a pesquisa opera na perspectiva do sujeito pesquisador-implicado com o objeto de produção do conhecimento à medida que ocupamos o lugar de gestora-pesquisadora (mestranda e coordenadora do Caps Uerj no período 2009-2017), imersa na complexidade e no caos, na alegria e no desassossego, iluminada pelos fundamentos do paradigma ético-estético-político (GUATTARI, ROLNIK, 2007).

O Caps Uerj como dispositivo-acontecimento: a instituição em análise

Revel (2005) apresenta a categoria *dispositivo* no pensamento foucaultiano como operadores materiais do poder, estratégias e formas de assujeitamento, mecanismos de dominação, utilizados pelo biopoder. Agamben (2009) recorre ao mesmo conceito ampliando-o, apontando um certo modo sobre o “governo dos homens”, de modo a determinar um processo de subjetivação. Quanto mais os *dispositivos* difundem seu biopoder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante do inapreensível, quanto mais os corpos dóceis a este se submetem.

¹O estudo utilizou diversas fontes e técnicas de pesquisa junto aos diferentes sujeitos que operavam no referido dispositivo, submetido à Plataforma Brasil, em 2013, obteve a certificação CAAE 39077314.5.0000.5282. As entrevistas e os grupos focais foram realizados em 2014.

Agamben, nesta perspectiva, reúne à categoria *dispositivo* o conceito de *acontecimento*, utilizando o método arqueológico que reconstrói, por trás dos fatos, toda uma rede de discursos, poderes, estratégias e práticas, correlacionando os *acontecimentos* discursivos e os *acontecimentos* de outra natureza. Na dimensão histórica, define a *acontecimentalização* como a tomada de consciência das rupturas da evidência induzida por certos fatos, mostrando a irrupção de uma singularidade histórica.

Esses conceitos fundamentaram a analítica da emersão do Caps Uerj. Assim, esta genealogia evidenciou a processualidade da transição paradigmática da psiquiatria hospitalocêntrica medicalizadora (PPHM) para a estratégia da atenção psicossocial (COSTA-ROSA, 2013) no estudo realizado.

Cabe destacar que a Uerj é uma universidade pública, inaugurada em 1950, que apresenta particularidades: vinculada ao governo do estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). É uma microuniversidade urbana, implantada para a formação de alunos trabalhadores, funcionando em horário noturno prioritariamente. Sua ascensão aos programas de mestrado e doutorado ocorreu em 1985, após uma conferência interna. É a primeira universidade pública brasileira a vivenciar a experiência de alunos por duas ações afirmativas. Uma de caráter social, destinada aos alunos provenientes das escolas públicas (Lei Estadual n. 3.524/2000) e outra de caráter racial, voltada aos alunos afrodescendentes e indígenas (Lei Estadual n. 3.708/2001). Desse modo, tendo em vista o contexto da universidade pública do estado do Rio de Janeiro, ela é compreendida aqui como instituição social (CHAUÍ, 2003).

No que se refere à produção dos dados e suas análises, estes apontam para o modo de produzir a inflexão paradigmática do Caps Uerj através da narrativa dos sujeitos entrevistados, divididos por núcleos de segmentos expressivos para esta pesquisa-interferência. A consulta documental remontou os acontecimentos no período 2007-2014, quando a Uerj abriu a campanha eleitoral para a reitoria.

Cinco candidaturas foram lançadas para o quadriênio 2008-2011². Dessas, seguiram, para o segundo turno, as chapas 20 e 40, vencendo com 57,53% dos votos válidos, a candidatura de Ricardo Vieiralves de Castro e Maria Cristina Maioli. Assim, os reitores eleitos passaram a representar os interesses da Uerj, cabendo-lhes o planejamento das atividades nas áreas de sua competência, juntamente com aprovação das instâncias da universidade. Destaca-se, nesta gestão, o *Complexo Saúde* - Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) e a Policlínica Piquet Carneiro (Ppc), buscando modelos inovadores para o Sistema Único de Saúde (SUS), a lógica era o

² Chapa 10 Paulo Pavão (Ciências Médicas) e Alberto F. de Sá Santoro; Chapa 20 Ricardo Vieiralves de Castro (Psicologia) e Maria Christina P. Maioli (Ciências Médicas); Chapa 30 Antonio Carlos M. da Rocha e Carlos Eduardo de A. Coelho (Ciências Médicas); Chapa 40 Albanita V. de Oliveira (Ciências Médicas) e Maricélia de A. Bispo e Chapa 50 Ronaldo Lauria (Ciências Médicas) e Nilda Alves.

ensino-serviço de saúde, sobretudo para uma nova dinamização da Ppc no contexto da universidade, incorporada ao seu patrimônio, mas ainda sem efetividade institucional para a integração docente-assistencial.

Neste contexto, abre-se um caminho possível para a ruptura com o modelo biomédico da Unidade Docente Assistencial de Psiquiatria (Udap) da Fcm-Hupe/Uerj e uma inflexão ético-política para a saúde mental no ensino público superior e para a Reforma Psiquiátrica no âmbito estadual. Esta ruptura fundamentou o processo de emergência do Caps Uerj a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão-serviço, haja vista que este elemento tem comparecido na centralidade da formação no/para o SUS e vem demonstrando rompimentos com a formação baseada no modelo biomédico hegemônico.

Dessa forma, a particularidade dessa cartografia favoreceu o deslocamento da formação para outros campos de necessidades do SUS/Saúde Mental, isso tem implicação concreta nas políticas de educação para a saúde, afirmando que o SUS é o cenário de aprendizagem e o ordenador da formação em saúde, não de forma abstrata e idealizada de como “deve ser” o exercício profissional na saúde, mas no cotidiano micropolítico. É ali que acontece o trabalho em saúde, o encontro de usuários, alunos, residentes, profissionais e docentes (COE; DUARTE, 2014).

A lógica do Hospital Universitário (HU), como único espaço de formação, exige críticas à formação em saúde, suscitando a emergência de modelos inovadores para *complexo saúde* da UERJ no âmbito do SUS. A analítica cartográfica do Caps Uerj nesse sentido é uma inflexão desta indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-serviço. Soma-se a isto o potencial do *complexo saúde*, elemento dessa genealogia, tecendo linhas de segmentaridades territorializadas, desterritorializadas e linhas de fuga, expressando os dispositivos-acontecimentos que traduziram as institucionalidades inovadoras na universidade, sobretudo no campus da Ppc (FEUERWERKER, 2014).

Converge nesta analítica o encontro com o diretor do Hupe, professor Rodolfo Acataúassu, o diretor da Ppc, João José Caraméz, ambos professores da Fcm, com os gestores da política de saúde mental e os diretores das Unidades Acadêmicas que compreendem as áreas da saúde. Desse encontro acontecem novos consensos entre os diretores do Instituto de Psicologia (IP), Ademir Pacelli Ferreira e o diretor da Faculdade de Serviço Social (FSS), Marco José de Oliveira Duarte, ambos professores com longo percurso na área da saúde mental da Uerj, envolvendo formação, trabalho e pesquisa na Udap/Hupe, desde os anos 1990, especialmente, no Hospital Dia Ricardo Montalban (HDRM).

Acolhi a demanda de crise da equipe, (...) eu era o diretor da Faculdade de Serviço Social em 2008 e tinha uma nova direção na Policlínica (...) daí partiu a pactuação de nos tornarmos um Caps (...) tomando como referência o *complexo saúde* (...) a gente conversa com os

setores da universidade (...) isso de certa forma correspondeu a demanda da AP. 2.2 de ter um Caps (Núcleo Docente – FSS).

Meu compromisso com esse trabalho é antigo, desde a implantação para a criação do Hospital Dia (...) a gente observava que não tinha mais condições de levar aquele projeto em 2008, algo que não ficasse reduzido ao projeto de uma pessoa (...). Com a abertura do *Complexo Saúde* da Uerj havia uma conjuntura na universidade e um grupo favorável a esse movimento (Núcleo Docente – IP).

O HD chegou num ponto em que as práticas deveriam ser repensadas, (...) vivia uma crise pela deterioração das instalações físicas, precisava de obra (...) vem também a Luta Antimanicomial, os movimentos todos que surgiram em paralelo e fora da universidade (Núcleo Docente – FCM/UDA de Psiquiatria).

Um grupo tinha um trabalho no Hospital Pedro Ernesto com dificuldades na relação com a direção da UDA de Psiquiatria, buscava um espaço na Policlínica, pensando em fazer uma interface com o município, optamos por esse caminho (...) com a participação das unidades acadêmicas (Núcleo Docente – FCM).

Para a analítica dessas narrativas, diferentes posições frente à Reforma Psiquiátrica brasileira em curso e seus rebatimentos no segmento docente, algumas mais alinhadas à militância no Movimento da Luta Antimanicomial, outros reconhecendo este movimento e possíveis aberturas para conexões. Outros ainda ressaltam a experiência do HDRM e sua supressão, mencionada tão somente pela precarização do espaço físico.

Estas discursividades também demonstraram posições distintas na universidade na perspectiva dos segmentos docente-assistenciais da Fcm, que já demonstravam sua ruptura interna em termos de formação, organização de serviço e pesquisa, enquanto percepção da Reforma Psiquiátrica. Neste aspecto, os sujeitos entrevistados narraram os limites estruturais do projeto HDRM. Contudo, essa precariedade física não elucidou por si só a inflexão ético-política para a emersão do Caps Uerj enquanto dispositivo-acontecimento.

Quando entrei para FCM em 1996 [...] haviam dois serviços, a UDA de Psicologia Médica, fazendo o cuidado no Hupe e no Ambulatório do AMI, e a UDA de Psiquiatria onde estava o Hospital Dia. Não havia contato nenhum. De 1996 a 2003 funcionávamos juntos através do hospital na supervisão dos residentes de psiquiatria e especializando da psicologia médica, mas houve um reafastamento quando a UDA de Psiquiatria disse que não precisava da ajuda da psicologia médica para as supervisões. Então, a partir de 2003, novamente os serviços funcionam estanques (Núcleo Docente – FCM/ UDA Psicologia Médica e Saúde Mental).

A enfermaria ficava entre o ambulatório e o Hospital Dia e a gente circulando nisso tudo, mas eu tinha aquela reserva com aquela coisa de ficar internado, o que mais me agonizou foi eu ter estudado tanto e cair

no tratamento psiquiátrico. A médica me disse que eu tinha doença crônica. Eu não tô sentindo nada e tô com esquizofrenia paranoide, aí me aposentaram, tinha 25 anos. Agora faço Teatro Amador na Unirio, no meu caso o diagnóstico psiquiátrico é o menos importante (Núcleo Usuário).

A emergência do Caps Uerj parte da analítica do dispositivo-acontecimento que conceituamos aqui como *coletivo-molecular* na perspectiva de Guattari (2007). Um coletivo engajado na micropolítica da produção desejante, em constante devir, contra territorializações, explorações e normatizações. Uma revolução micropolítica, incluindo seus trabalhadores, estagiários-residentes e professores, o questionamento de usuários sobre o saber psiquiátrico na enunciação de vivências por outros territórios existenciais.

Para a gênese desta emersão, cabe uma captura ao tempo de existência do *Projeto de Extensão Hospital Dia Ricardo Montalban*, inscrito na Sub-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (SR-3) da Uerj, período 1993-2001. O projeto desenvolvia abordagens centradas em oficinas terapêuticas para usuários adultos com transtornos mentais graves que circulavam entre a internação e os cuidados no ambulatório da UDAP/Hupe localizada na A.P 2.2 encontrava-se alheia ao movimento e interlocução com as demandas dos serviços de saúde mental dessa área programática. As formas de acesso não utilizavam o critério de regionalização, subalternizando as demandas externas da área adscrita ao HDRM, típico clássico de um HU, visando restritamente à formação de alunos, residentes e docentes no enfoque flexneriano médico-centrado (VASCONCELOS, 2010).

A primeira equipe (1993-2001), portanto, foi formada por profissionais contratados por tempo determinado e teve sempre um coordenador psiquiatra. Em síntese, havia uma equipe mínima, constituída por contratos temporários e precários, geralmente profissionais remanescentes dos programas das Residências Uniprofissionais em Saúde do Hupe que se inseriam neste campo de formação.

A pesquisa documental³, no período entre 1993-2001, constituiu o primeiro ciclo desse projeto, apontando a redução do número de internações psiquiátricas dos usuários em acompanhamento no HDRM. No entanto, outros fatores demonstraram baixa efetividade para os atendimentos ao público-alvo, confirmando a seletividade e as barreiras para o acesso em resposta às diretrizes do SUS. A alegação da autonomia universitária, enfatizada pelos docentes da Udap e registros documentais, identificaram a desarticulação da unidade com a rede municipal de saúde mental na AP 2.2. Esses fatores explicam o desalinhamento do HU às novas legislações do campo da saúde coletiva/saúde mental no âmbito do SUS. Assim, a Udap-HDRM enfatizava o ensino como finalidade do projeto, alheio à

³ Prontuários clínicos com matrícula no HUPE, Livro-Ata de Reuniões de Equipe, Livro-Ata de Assembléias do HDRM e o Perfil dos Usuários do HDRM e da Enfermaria de Psiquiatria.

tomada de responsabilidade ético-pública e todos os desafios para a formação na política pública de saúde mental.

Soma-se a isto o desalinhamento-desinvestimento da Udap-HDRM para captação de financiamento público para os serviços extra-hospitalares, a exemplo dessas possibilidades através das Portarias do Ministério da Saúde GM/MS n. 224/1992 e GM/MS n. 336/2002. A Portaria n. 224/1992 respaldava o financiamento da modalidade Hospital Dia através do procedimento médico-centrado por Autorização de Interações Hospitalares (AIH), suprimida nos anos subsequentes, haja vista a expansão das experiências exitosas de CAPS pelo Brasil, na perspectiva extra-hospitalar de base comunitária, o que, entre outros aspectos, favoreceram a promulgação da Lei Federal n. 10.216 de 2001, avançando na Portaria MS/GM n. 336/2002 que enuncia as tipologias de CAPS.

O *segundo ciclo do HDRM*, período entre 2002-2007, marcado pelo concurso público de 2002, possibilitou a reabertura do HDRM com a inserção de seis trabalhadoras, das quais três provenientes desse concurso: uma assistente social, Neilanza Micas Coe; uma psicóloga, Naiara Castellar da Costa; e uma terapeuta ocupacional, Kátia Maria Cursino de Freitas. A técnica de enfermagem já trabalhava na Udap, cedida pelo Ministério da Saúde, Anna Angélica Domingos Elliot; e uma psicóloga contratada por tempo determinado. A coordenação do projeto neste ciclo foi feita por uma docente da Udap/FCM, Silvana Araújo Tavares Ferreira, também concursada.

Com esta equipe mínima, reorganizou-se o HDRM e suas rotinas semanais, incluindo a recepção de estagiários e residentes de enfermagem, psicologia, psiquiatria e serviço social. A proposta tinha como objetivo a assistência intensiva à clientela adulta com diagnóstico de transtornos mentais graves e moderados, acompanhados intensivamente pelo enfoque multidisciplinar. Além disso, também visava, à promoção do ensino de graduação e pós-graduação a partir de referenciais múltiplos, integrando teorias oriundas de diversos campos do saber, ampliando os limites da formação pautada no modelo biomédico, tradicionalmente marcada pela visão biológica reducionista, constituindo-se como facilitador de pesquisa e produção científica no campo. Entretanto, este reordenamento tencionou várias instâncias da Udap, paradigmaticamente psiquiátrica hospitalocêntrica medicalizadora.

Para as servidoras, oriundas do concurso Uerj em 2002, a imersão no *coletivo-molecular* foi decisiva para o fortalecimento da emergência do Caps Uerj, considerando-se a experiência biográfica entre elas. Duas destacaram-se neste coletivo em razão da práxis na Reforma Psiquiátrica no âmbito do SUS. Perfis profissionais contrastantes com a predominância do paradigma psiquiátrico desta UDA. Destas biografias apreende-se a influência da Reforma Psiquiátrica brasileira nas cidades onde se materializou, a exemplo da assistente social e da psicóloga, respectivamente, que atuaram

nos programas municipais de saúde mental; uma na cidade Angra dos Reis (1996-2002) e a outra no município de Niterói (1992-2002).

Assim, o *coletivo-molecular* gerou potências institucionais e discursivas para a emergência do Caps Uerj, fundamentando a ruptura com PPHM-HDRM. O coletivo buscava engajamento ético-político com o movimento da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, pela defesa da política pública de saúde. Dessa forma encontraram ressonâncias junto a trabalhadores, alunos-residentes, usuários, professores e gestores, amadurecendo este processo na universidade e na rede municipal de saúde mental. Um movimento fortalecido pelo *complexo saúde* da Uerj, visando o indissociável ensino-serviço-pesquisa e o engajamento nas lutas populares-democráticas em torno de questões sociais.

A gente deixa de ser um projeto e vira um serviço, a gente se vincula à rede pública, tem uma pactuação e um trabalho por conta do trabalho coletivo. Muito interessante, porque elaboramos um projeto assistencial do Caps, um projeto que sistematiza todo o trabalho coletivo e assistencial. Coisa que os outros Caps não têm. O Caps Uerj é um acontecimento que emerge de uma ruptura, e instaura o novo com direção política e clínica para o trabalho que se pretende através desse coletivo (Núcleo Docente – FSS).

Deste modo, o *segundo ciclo* encerrou definitivamente o HDRM, atravessado por inflexões e culminando com a saída da docente coordenadora da Uerj em 2007. Diante disso, o *coletivo-molecular* se reterritorializou num movimento de autogestão⁴, produzindo um *saber militante e uma gestão compartilhada* para emergência do dispositivo-acontecimento.

Assim, processamos a análise crítica a respeito da hierarquização do discurso dos mestres de psiquiatria desta Uda que respaldava o procedimento médico-psiquiátrico centrado, subalternizando o saber de outras áreas do campo da saúde, despotencializando a produção do cuidado em saúde mental na lógica centrada no usuário e suas necessidades sociais. Tudo isso marcado pelos princípios tayloristas-fordistas, com a organização verticalizada que alienava o potencial criativo e a subjetividade do *coletivo-molecular* em questão (CAMPOS, 2000; DUARTE, 2012).

Por outro lado, os sujeitos entrevistados explicitaram o consenso que se formava em torno do limite político-institucional e ético-político do HDRM.

Em 2008, no fórum de saúde mental da AP 2.2 a gestão municipal explicitou a necessidade de um Caps nessa área. Tínhamos uma demanda enorme de casos graves, exigindo manejo diferenciado. Concomitantemente, crescia o protagonismo da equipe do HD. Havia

⁴ A categoria análise institucional é o processo de produção e re-apropriação dos coletivos autogestionários de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, demandas, problemas, soluções e limites. Esse saber em geral se acha subordinado pelos saberes científico-disciplinares-dominantes, como Estado e o Capital. (BAREMBLIT, 1992).

um, sentimento de que mudanças precisariam acontecer, já que havia condições físicas eram muito precárias. Houve também a saída da coordenadora, ocasionando a gestão colegiada que apoiamos. O movimento de transferência de serviços do Hupe pra PPC também ajudou nesse processo e também muitas divergências dessa equipe com a direção dessa UDA, promovendo injunções complexas (Núcleo Agentes Externos).

Como visto, a emergência do Caps Uerj operou a crítica ao saber psiquiátrico, organizado segundo o Modo de Produção Capitalista (MPC), cujos dispositivos-estabelecimentos (arcaicos ou modernos) estão sintonizados com o PPHM, materializados pelo mandato social do hospital psiquiátrico, pelo discurso médico, pelo discurso do mestre e o pelo discurso da universidade (CLAVREUL, 1983).

Desta analítica irrompem crises, rupturas, capturas e (des)continuidades do *dispositivo-acontecimento* na genealogia do Caps Uerj. Isto traduziu a *transição paradigmática* para a micropolítica do Caps Uerj como acontecimentalização para universidade na perspectiva paradigmática da Atenção Psicossocial. Nesse sentido, os sujeitos implicados conectaram os interesses coletivos dentro e fora deste campo em devires. Esta micropolítica iniciou disparos frente à dimensão teórica, técnica e ético-política na transição paradigmática, evocando materialidade para a estratégia da Atenção Psicossocial no espaço universitário.

O Caps Uerj foi um rompimento com aquela estrutura da psiquiatria da vila do Hupe que é mais hospitalar mesmo. Esse Caps melhorou muito a situação da gente, porque a Uerj tem essa história de ser restrita, mas a gente viu que nesse Caps é de outro jeito; é portas abertas como deve ser (Núcleo Agentes Externos).

Meu irmão foi pro HD quando saiu da Clínica de Paracambi, ficou internado lá mais de 30 anos, ele é um sobrevivente, depois que saiu de lá nunca mais internou, isso foi uma vitória. Passei a acreditar na proposta porque vi que os profissionais estavam empenhados em fazer as coisas que aprenderam e passavam à realidade dos usuários que já tínhamos vivido muito descaso nessas internações (Núcleo Familiar).

Achei que as pessoas nos receberam muito bem, entendiam nossa saúde mental. São pessoas estudiosas e inteligentes, tiveram sensibilidade com a causa da luta, analisamos que ia ser ótimo esse Caps pra todos, ótimo também para os profissionais que ficam muitas horas trabalhando (Núcleo Usuário).

Os encontros produziram a institucionalização de um *Caps Universitário* na Ppc. Este dispositivo seria a tradução inicial da produção do *coletivo-molecular*. No entanto, haviam questões para essa operacio-

nalização: a gestão dos processos de trabalho, o financiamento público, as diretrizes para a formação, a necessária expansão do número de trabalhadores para compor a equipe multiprofissional. Apesar dessas indagações, elas não constituíram impasses para o movimento processual do Caps Uerj como *dispositivo*.

Conhecendo o território da PPC, tecemos um planejamento estratégico, ocupando espaços e trabalhando com diferentes coletivos, sob assessoria da Coordenadora do Serviço Social da unidade, professora Eliana Mendonça. Os espaços ocupados produziram discussões muito interessantes sobre a pauta Reforma Psiquiátrica. As narrativas que seguem abaixo demonstram a singularidade deste território existencial:

Na Policlínica estranhavam que a loucura pudesse frequentar seu território, foram muitas conversas e reuniões. A gente chegou meio movimento sem terra, eles tinham um latifúndio improdutivo, que era a creche, e a gente um número razoável de pacientes que precisavam de assistência e ainda tínhamos a intenção de abrir a recepção pra fazer um trabalho regionalizado com A.P 2.2 [...]. A gente percebia a resistência da universidade, temos tudo filmado e fotografado, trouxemos o debate da reforma psiquiátrica, pessoas que atravessam crises nervosas, que suportam diagnósticos psiquiátricos, mas que não se reduzem a ele e, no bojo, carregamos nos braços a mudança do nosso material num caminho aberto (Núcleo Trabalhador). Fizemos uma ocupação estratégica, atos no hall da Policlínica, muito interessante, eu acho que raras foram as oportunidades dos servidores da Piquet Carneiro, sua clientela, os usuários, experimentando a convivência com o portador de sofrimento psíquico, primeiro muito arreios, hoje em dia temos aliados (Núcleo Trabalhador).

Fazíamos o trajeto de Van pra chegar na policlínica. Apresentamos a peça “Nó cego” do Teatro – *Os Nômades*, fizemos ciranda, assistimos juntos o filme “Bicho de sete cabeças”, eu me identifiquei muito com o personagem do filme e depois debatemos, teve treinamento com seguranças, enfermeiros e administrativos da Piquet Carneiro e nós usuários participamos dessa capacitação também (Núcleo Usuário).

Fazíamos muitas assembléias, no começo a gente ficou meio cabreiro, teve teatro, música, uns quadros bonitos, pegávamos a van pra ir aprendendo o caminho, depois foi ficando gratificante (Núcleo Familiar).

As narrativas explicitam uma transição processual e pactuada coletivamente. A estratégia da Atenção Psicossocial materializou-se através dos dispositivos-acontecimentos em sua discursividade e agenciamentos político-institucionais, seja através da ocupação estratégica de espaços-encontros, sejam por reuniões com atores institucionais para pactuações formais entre os gestores PPC-Gestor Municipal de Saúde Mental.

Esta cartografia também rebateu nos fluxos de desterritorialização, deslocando a singularidade dos sujeitos para outro lugar, em movimentos

compensados por reterritorializações, e, ao mesmo tempo, configurando linhas de fuga, compondo o instituinte, a invenção, uma aposta em agenciamentos permanentes de multiplicidades.

A absorção desse trabalho por toda a Policlínica foi um desafio, mas tensões e conflitos na convivência com pacientes psiquiátricos não se evidenciaram. Esse serviço ajudou a humanizar nosso convívio no atendimento a população [...]. Foi um dos primeiros trabalhos com visão multiprofissional dentro da Policlínica, criando interfaces com as unidades acadêmicas que até então não estavam associadas à integração de um trabalho desse tipo (Núcleo Docente-FCM).

Nesse sentido, sintetizamos o dispositivo-acontecimento Caps Uerj como um novo radical, através da tomada de consciência da irrupção de uma singularidade coletiva em dado momento da história. Para esta *acontecimentalização*, programamos uma cerimônia inaugural em 28 de maio do ano 2009, documentada pelos meios de comunicação da Uerj da Ppc e pelas redes sociais dos sujeitos implicados.

Estes acontecimentos conectaram o Caps Uerj à rede Caps do município do Rio de Janeiro⁵, como serviço de portas abertas e referência para os casos de pessoas adultas com transtornos mentais graves residentes na AP 2.2. Um registro da micropolítica traduzida por novas redes conectivas com a Uerj, afirmando seu mandato no território de cobertura assistencial e na lógica da formação e trabalho em saúde mental no âmbito do SUS.

Rupturas e (des)continuidades no processo de trabalho em saúde mental

Para esta *acontecimentalização* (AGAMBEN, 2009), houve uma cerimônia no Centro de Estudos da PPC concomitante à ocupação do hall da recepção com exposição de peças em mosaico, pintura em tela e banners instalados. O *coffee break* e o show da *Banda Harmonia Enlouquece* aconteceram no Caps Uerj. Este marcador foi documentado pelos meios de comunicação da Uerj, PPC e pelas redes sociais dos sujeitos implicados.

A inauguração foi com muita alegria, teve muito entusiasmo, e a gente vê isso até hoje, muito compromisso e a capacidade pra desenvolver esse trabalho, com envolvimento dos trabalhadores, de professores, usuários e alunos em formação [...] é isso que a gente espera de um serviço universitário (Núcleo Docente-FSS).

⁵ A rede Caps do Rio de Janeiro assim se apresentava à época: cinco Caps III, um Caps Ad III, dois Caps Ad II, seis Capsi, dez Caps II; desse total, havia, até então, estas modalidades universitárias: um Caps II vinculado à Uerj, um Capsi vinculado à UFRJ e um Caps Ad (Centra-Rio) vinculado à Secretaria de Estado de Saúde, totalizando, portanto, 27 tipologias de Caps no município.

Tivemos inauguração no anfiteatro, tipo festa, várias pessoas de dentro e de fora da luta, teve nota no jornal e no site da Uerj. Ficamos maravilhados com essa experiência toda. Naquela época ainda não estava claro como seria a vivência num Caps (Núcleo Usuário).

O processo de trabalho em saúde mental foi articulado à analítica cartográfica do Caps Uerj. Partimos do primeiro grupo-sujeito: trabalhadores do *coletivo-molecular*, redesenhado e expandido, conforme as recomendações da Portaria MS/GM n. 336/2002, que estabelece para modalidade Caps II⁶ a formação de uma equipe mínima composta por um médico psiquiatra, um enfermeiro com especialização em saúde mental, quatro profissionais de nível superior e seis de nível médio, para o atendimento de trinta pacientes por turno de trabalho em regime intensivo, semi-intensivo e não-intensivo.

Para a gestão do processo de trabalho inicial foi autorizada pela direção da Ppc a contratação, por tempo determinado, dos profissionais necessários para o credenciamento do serviço, com vistas à consolidação, e posteriormente a realização de concurso público para tipologia Caps II para suprimento dessas vagas-cargos-categorias profissionais. Assim, uma banca examinadora constituiu-se para a seleção de um médico psiquiatra, um enfermeiro de saúde mental, dois nutricionistas, um psicólogo, um assistente social, dois artesãos, um administrativo, um auxiliar de cozinha e um auxiliar de limpeza.

Somando-se aos *trabalhadores do coletivo-molecular* estabeleceu-se um modelo de *gestão descentralizada-participativa*, incluindo os docentes neste novo coletivo: dois professores de psicologia, um professor de serviço social e saúde mental, um professor de nutrição e outro de enfermagem, bem como estagiários e residentes de medicina-psiquiatria, psicologia, enfermagem, serviço social e nutrição. Entretanto, o lugar da Coordenação Geral do Caps Uerj instituiu-se a convite do diretor da Ppc e foi aceito pela assistente social do *coletivo-molecular* e um supervisor clínico-institucional, lugar ocupado pelo professor do Serviço Social até dezembro de 2013.

Os primeiros anos de funcionamento no período de 2009 a 2012, apontaram a radicalidade de uma nova institucionalidade pela via do processo da habilitação do Caps Uerj na tipologia Caps II. O espaço físico Caps Uerj está localizado no primeiro andar da PPC composto por uma sala de espera, uma sala para administração/faturamento SCNES, uma sala multiuso para equipe, dois consultórios, dois banheiros para usuários, um banheiro para trabalhadores, uma cozinha, um refeitório, um salão para oficinas terapêuticas, dois corredores para conexão dos ambientes, um grande pátio funcionando como biblioteca, mesas de jogos, diversos bancos

⁶ Tipologias - Caps I, Caps II, Caps III, Capsi e Caps Ad, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. As modalidades tem capacidade de atender pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área, em regime de cuidado intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Caps II tem a capacidade operacional para atender em municípios de 70.000 a 200.000 habitantes.

para a convivência, uma área de serviço e um jardim com plantas ornamentais e fruticultura para consumo coletivo.

O processo de *credenciamento* constituiu-se como um *dispositivo-acontecimento híbrido*, articulando o mandato universitário e a política de saúde mental territorializada. Nesta analítica registramos um modelo de gestão dos processos de trabalho que representaram uma linha de fuga, produtora de inovações para Uerj e um novo radical para a tomada de consciência da irrupção de uma singularidade afetada neste coletivo e a partir do mesmo.

Organizou-se processualmente a gestão do trabalho em saúde mental pela analítica do espaço-dispositivo – o lugar por onde tudo passa: as *supervisões clínico-institucionais*⁷. A supervisão, juntamente com *assembleia geral*, constituiu-se como o principal analisador desta pesquisa-interferência. Por este analisador foi possível capturar a processualidade do *dispositivo supervisão-assembleia* em toda sua complexidade, analíticas registradas no capítulo quatro da dissertação e, neste artigo, destacamos os pontos deste processo de trabalho, como a *dispositivo-acolhimento*, pensado a partir dos princípios da Reforma Sanitária.

A porta de entrada aberta, neste caso, significa o *acesso* operando como mecanismo do SUS e inventando novos operadores instituintes, dado os desafios colocados pela esfera pública universitária no movimento de redes complexas. Nesse percurso passamos de quarenta usuários em acompanhamento no HDRM em 2009, matriculados no Hupe para o *dispositivo-acolhimento* do Caps Uerj a duzentos usuários em acompanhamento com matrícula neste serviço, com cadastro nacional de saúde na plataforma DataSUS, e matrícula na Ppc, dados coletados em 2013.

O *dispositivo-acolhimento* constituía um campo de apostas e riscos estético-ético-político, uma remodelagem que partia da concepção ampliada de saúde, do trabalho vivo em ato e clinicamente implicado (MERHY, 1996). Dessa maneira, produzia o cuidado em saúde mental na micropolítica do cotidiano, desarranjando as posições profissionais diante dos desafios frente às demandas espontâneas ou referenciadas pela rede e as intercorrências cotidianas.

O *público-alvo para acompanhamento* foi pactuado com o gestor de saúde mental municipal, em conformidade com a legislação, ou seja, usuários adultos com transtornos psíquicos graves, residentes na A.P 2.2. Essa população é marcada por sucessivas ou longas internações psiquiátricas, causando severos prejuízos para a autonomia pessoal e para o exercício dos direitos.

Um estudo preliminar desta população foi realizado em 2013 e apresentado no Seminário Anual do Caps Uerj. O perfil retratava: 57%

⁷ Portaria MS/GM Nº 1.174/2005 direciona incentivo financeiro para a qualificação do atendimento e da gestão dos Caps. Dentre tais ações consta a supervisão clínico-institucional semanalmente junto aos trabalhadores das equipes multiprofissionais de saúde mental.

homens e 43% mulheres; 78% são solteiros; 37% estavam na faixa-etária de 30-45 anos e 34% entre 46-59 anos; 17% eram interditados civilmente; 20% se declararam negros e 20% pardos; 46% tinham o ensino fundamental incompleto, seguido de 26% com o ensino médio completo; 76% residiam na área programática adscrita para a cobertura assistencial, e o restante são os usuários do coletivo-molecular que permaneceram entre nós; 31% não apresentavam vínculos familiares e os demais apresentaram famílias monoparentais; 20% tinham um cuidador de saúde mental contratado para acompanhamento terapêutico; 27% recebiam de um a dois salários mínimos, renda proveniente de pensões por morte em 11% dos casos; 19% pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC (Lei Orgânica da Assistência Social); 8% eram aposentados por invalidez e 5% foram inseridos no Programa de Volta para Casa e Auxílio Reabilitação Psicossocial do município do Rio de Janeiro. Apenas 2% acumulavam os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez e pensão por morte; e 40% desses usuários estavam sem renda, sem emprego e sem vínculo previdenciário e/ou suporte da política de assistência social.

O expressivo universo de usuários adultos sem renda e sem trabalho constituiu o campo da *arte, trabalho e geração de renda em saúde mental* na micropolítica do Caps Uerj, chegando a 82% da adesão-participação significativa dos usuários e fortalecendo, ao mesmo tempo, a desinstitucionalização da loucura desses sujeitos e da sociedade. Nesse sentido, o campo da saúde mental, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica, reconhece as barbáries produzidas pelo capitalismo e busca o encontro com outros coletivos para invenções democráticas na luta por uma outra sociedade mais justa e livre, resistente aos arbítrios do sistema financeiro e à mercadorização da vida.

Diante deste perfil comparecem novos desafios para a gestão do processo de trabalho diversificando-se suas ofertas assistenciais e também para o ensino e pesquisa. Desenhou-se a linha do cuidado a partir de ferramentas como o Técnico de Referência (TR) e a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), analisado e pactuado caso a caso, bem como o suporte para atenção à crise, interconsultas, psicoterapias, medicação assistida e oficinas terapêuticas.

Nesta cartografia, apreendemos um processo de trabalho que deslocou o procedimento médico centrado para o trabalho multiprofissional, como também nas necessidades do usuário. Este é o protagonista da existência-sofrimento, de modo que o procedimento médico era pactuado entre trabalhadores-usuários com a rede de cuidado interna e o território inter-setorial (MERHY, 1996).

Na perspectiva da formação, o Caps Uerj, em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Neps) da Faculdade de Serviço Social da Uerj, organizam o Curso de Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, em 2009. Seus alunos,

residentes, profissionais e docentes foram incluídos no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no Complexo do Borel, entre 2011-2012.

A analítica, portanto, apontou outras processualidades nessa gestão, como os seminários anuais temáticos, aprofundando questões relevantes para os processos de trabalho em saúde mental, tais quais o matriciamento psicossocial do Caps na atenção primária, serviços residenciais terapêuticos (SRT), dentre outros. Ademais, houve acontecimentos marcantes na rede, pela via do controle social do SUS, na eleição de delegados do Caps Uerj à *IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial* (2010). Além desse, mais acontecimentos nos atravessaram, como a reeleição do reitor Ricardo Vieiralves para o quadriênio 2012-2015, permanecendo João José Caraméz na direção da PPC e mantida a autonomia da gestão do Caps Uerj.

A publicação em Diário Oficial sobre o *credenciamento do Caps Uerj* tipologia Caps II, ocorreu através da Portaria MS/GM n. 649 de julho de /2012. A habilitação, solicitada em 2009, contudo, constituiu-se como ferramenta importante nessa cartografia, e provocou novas inflexões no trabalho, ensino e pesquisa, bem como nas linhas de segmentaridades do dispositivo-acontecimento em análise. As exigências legais foram atendidas. Passamos a outra condição de território existencial, agora capturados pelas normatizações e regulações externas do SUS.

Acompanhei com vocês uma outra coisa digna o processo mais formal de construção do Caps, não do Caps físico, mas do Caps enquanto unidade de saúde, concebida dentro do SUS, processo longo, penoso, com percalços para a habilitação do Caps Uerj, tem que passar no Conselho Municipal de Saúde, no Estadual, na CIB, tem que ser homologado pelo Ministério da Saúde, um percurso formal (Núcleo Agente Externo).

Como visto, mesmo atendendo às normativas exigidas para habilitação, o subfinanciamento do Caps Uerj persistia. A Verba Incentivo para Implantação de Caps II (Portaria GM/MS n. 245/2005) não se efetivou, nem o *custeio mensal* do serviço, conforme publicação do Ministério da Saúde pela Portaria GM/MS n. 3.089/2011. Algo que viria a acontecer mediante judicialização da Uerj *a posteriori*.

O subfinanciamento só pode acontecer se tiver uma ficha de programação orçamentária restrita para a programação físico-orçamentária, a gente fez para o Caps Uerj uma série histórica palpável. Do ponto de vista político isso compõe a política pública e coloca o Caps com visibilidade e condições de pactuações financeiras interessantes (Núcleo Trabalhador).

Dentro desse percurso tem alguns aprendizados importantes, o principal é articulação entre setores distintos da estrutura do Estado, se temos um incentivo que foi depositado, na época era R\$ 30.000,00, o município do RJ em gestão plena, esse incentivo foi para o Fundo Municipal de Saúde e não repassaram para esse Caps porque está ligado à estrutura da Uerj, que por sua vez está ligado a Secit, [...] o financiamento da saúde é extremamente subdimensionado, mas é fato lamentável (Núcleo Agente Externo).

A despeito do subfinanciamento, isto não formou barreiras para seu avanço e consolidação. Novos arranjos institucionais foram montados com pactuações do gestor do Caps Uerj junto à direção da Ppc; ao contrário, novas linhas de fuga possibilitaram a existência do serviço, a formação e novos arranjos institucionais, como: *pactuações* com a gestão municipal de saúde mental, implantação da tecnologia de informação em saúde do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclusão de quatro SRT⁸ ao Caps Uerj – residências terapêuticas já funcionando na A.P 2.2, entretanto até 2013 vinculadas ao Hospital Dia na base SNES-Instituto Municipal Phillipe Pinel (IMPP). Tudo isto marcou desarranjos e novos arranjos nos processos de trabalho no encontro entre profissionais e usuários do Caps Uerj e das SRT intensamente.

O tema *desinstitucionalização* ganha centralidade nas supervisões clínico-institucionais e assembleias gerais. Usuários dessas residências agudizam em sua experiência-sofrimento nesta transição; desse modo houve tensões e resistência dos trabalhadores frente ao manejo do processo de trabalho da “*desins*”, ao mesmo tempo em que os residentes estavam ávidos pela experiência do acompanhamento terapêutico-territorial proporcionado pelos operadores do cuidado nas SRT.

Paralelamente à conexão do Caps Uerj – SRT ocorreu a celebração do convênio da Uerj (gestão acadêmica da Faculdade de Serviço Social e Instituto de Psicologia) com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) do Rio de Janeiro⁹, assinado em 2012 para a implantação do Curso de Especialização Integrado em Saúde Mental na Modalidade Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental. Os residentes, assistentes sociais, enfermeiros e psicólogos percorreriam novos fluxos que passaram a constituir o processo de trabalho do Caps Uerj e SRT. Soma-se a esta indissociabilidade, a participação de trabalhadores, estagiários, residentes e professores na segunda edição do *PET-Saúde-Redes-Rede de Atenção Psicossocial (Raps)*, de 2013-2015.

⁸ A Portaria MS/GM n. 3.090/2011 trata das tipologias de SRT como ponto de atenção à desinstitucionalização, estratégia de desospitalização e reinserção social de pessoas com longas internações em hospitais psiquiátricos e hospitais de custódia para cumprimento de medida de segurança.

⁹ Cenários de ensino-aprendizagem do trabalho em saúde mental, a rede – Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ), Caps Uerj, Caps Ad Centra-RIO e CAPSi. - serviços instalados no município do Rio de Janeiro.

Esta cartografia sintetizou o processo de trabalho em suas múltiplas dimensões e em constantes devires. Da ruptura com o modelo HDRM-PPHM à institucionalização do Caps Uerj-SRT na perspectiva da estratégia atenção psicossocial, dando lugar a outras capturas e (des)continuidades das redes de conexões do trabalho e seus efeitos-subjetividade.

Considerações Finais

Colocamos em cena o *agir em saúde*, operado nessa micropolítica, constituída por dispositivos-acontecimentos no universo do trabalho vivo em ato, expressando múltiplas contradições. Nesse sentido, a pesquisa-interferência recortada neste artigo cartografa o Caps Uerj pela enunciação de narrativas e da narrativa de si. Portanto, uma complexidade de conexões produzidas e capturadas pela analítica dos dados coletados, marcados por encontros da pesquisa-interferência com diferentes núcleos e pela implicação da gestora-pesquisadora.

Dessa radicalidade, a emergência e a micropolítica do Caps Uerj constituíram seu próprio analisador com efeitos significativos para o Movimento Antimanicomial na Uerj. Um efeito-demonstração que materializa a indissociabilidade ensino-serviço-pesquisa no âmbito do SUS em sua transição paradigmática.

Contudo, os dados-fontes analisados demonstraram também a co-existência do PPHM, pautado na racionalidade taylorista-fordista, ainda vigente na formação das profissões da saúde, e o modelo da estratégia da atenção psicossocial com potência na produção de novos caminhos para a gestão e a formação em saúde mental. Tudo isto, favorecendo a participação e tomada de decisões coletivas nesse processo, como também o deslocamento do paciente passivo para o usuário-sujeito-protagonista-da-existência-sofrimento.

Nesse sentido, a analítica desta micropolítica aproximou a universidade, a sociedade e a realidade social em seus múltiplos desafios. Com isso, apontamos a relevância do significado social da dissertação sintetizada neste artigo. Esta analítica desenha uma assertiva: o processo de trabalho em saúde no Caps Uerj opera entre o encontro do trabalhador, o trabalhador em formação e o usuário, mediado pela gestão do trabalho e da educação na saúde, no qual se localiza a produção do cuidado na política de saúde brasileira.

Referências

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* Santa Catarina: Argos, 2009.
- BAREMBLIT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CHAUÍ, M. A universidade brasileira sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. n.24. Rio de Janeiro, 2003.
- COE, N. M.; DUARTE, M. J. O. Formação integrada em saúde mental: a indissociabilidade entre ensino/estágio-pesquisa-extensão. In: ALMEIDA, N. L. et. al. (Org.) *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.
- COE, N. M. *CAPS UERJ: rupturas e (des)continuidades no processo de trabalho em saúde mental*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2015.
- COSTA-ROSA, A. *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- FEUERWERKER, L. C. M. *Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MERHY, E. E. et al. (Org.) *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral*. Lisboa: Guimarães, 1990.
- REVEL, J. *Michael Foucault: conceitos essenciais*, São Paulo: Claraluz, 2005.
- VASCONCELOS, E. M. *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.

DOI: 10.12957/rep.2019.42504

Recebido em 20 de fevereiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Questão social e criminalização da pobreza: o senso comum penal no Brasil*

Social question and criminalization of poverty: penal common sense in Brazil

Laura Freitas de Oliveira**

Resumo – A política social tem funcionado como uma espécie de gerenciamento da pobreza, envolvendo um controle cada vez maior da pobreza em si e dos próprios pobres, legitimada no pensamento hegemônico pela instrumentalidade histórica da elaboração de determinados conceitos e mitos com o apoio da indústria midiática, como o de classes perigosas. Neste sentido, a análise da questão social e sua relação com a criminalização da pobreza ajudam a compreender a construção do senso comum penal nos últimos tempos, sob a luz dos conceitos historicamente levantados, revelando suas rupturas e continuidades. O assistente social no campo do sistema penitenciário, enquanto trabalhador assalariado que possui relativa autonomia, encontra inúmeros desafios que o convidam a explorar as possibilidades que o cotidiano, tomado criticamente, apresenta, e assim a fazer do seu exercício profissional uma práxis propositiva, consonante o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: política social; pobreza; sistema penitenciário.

Abstract – Social policy has functioned as a kind of poverty management, involving increasing control of poverty itself and of the poor themselves, legitimized in the hegemonic thinking by the historical instrumentality of elaborating certain concepts and myths, such as that of dangerous classes, with the support of the media industry. In this sense, the analysis of the social issue and its relation to the criminalization of poverty help to understand the construction of criminal common sense in recent times, in the light of historically raised concepts, revealing their ruptures and continuities. The social worker in the penitentiary system, as a salaried worker with relative autonomy, encounters innumerable challenges, which invite her/him to explore the possibilities that everyday life, taken critically, presents, and thus make of his professional practice a propositive praxis, consonant with the Ethical-Political Project of Social Service.

Keywords: Social Policy; Poverty; Prison System.

* O presente artigo é uma versão resumida e atualizada da dissertação de mestrado apresentada para fins de obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

** Assistente Social do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA; mestre e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Praça da Cruz Vermelha, 23 – Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20230-130. *E-mail:* <laurafrei2009@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5114-8844>>.

Violência como expressão da questão social e a criminalização da pobreza

A violência tornou-se um tema de destaque nos últimos tempos, como se pode verificar nos noticiários televisivos, na mídia impressa e mesmo nas falas e discursos com que nos deparamos nos ambientes de convívio. Esta onda de notícias, informações e histórias termina por apresentar uma realidade marcada por diversas formas de violência, o que faz com que a sociedade seja permeada pelo medo e insegurança. Discursos e práticas que legitimam diferentes formas de violência sobre a população que vive em situação de pobreza – sem mencionar a população feminina, negra e LGBTQI, por exemplo – são ainda mais reforçados na atual conjuntura, quando o conservadorismo que marca o pensamento das elites no nosso país culmina na escolha de representantes da extrema direita, tanto para a presidência da república quanto em diversos outros cargos públicos nas últimas eleições.

Desde a segunda metade do século XIX, quando Engels (2019, p. 91) entrevê o perecimento da própria sociedade, caso não sejam suprimidas todas as diferenças de classe, a partir do acirramento das contradições próprias do sistema capitalista, pode-se perceber uma compreensão da tendência da sociedade capitalista ao irracionalismo, ao caráter antinômico desta sociedade. Menegat (2004, p. 147) traz como elemento distintivo da sociedade capitalista, em comparação a todas as sociedades anteriores, o fato de que, mesmo sendo uma sociedade antinômica como as outras, é a única em que “a destruição das forças produtivas faz parte do próprio modo de produção, e isto demonstra por si mesmo a irracionalidade desta estrutura social”.

A imobilização, porém, “dos aspectos criativos da vida social [...] impele todos a uma aceitação passiva deste processo” (MENEGAT, 2004, p. 148). A sociedade capitalista, assim, constitui-se como uma estrutura social amparada por um aparato jurídico que lhe permite esconder sua congênita intenção de eliminação pela violência. Ao contrário, portanto, do que se pode imaginar a partir deste cenário que se desenha, a violência não é novidade, não é um fenômeno recente, mas é parte e apenas uma das expressões de um processo inerente à sociedade capitalista: a questão social.

A concepção de questão social é tomada aqui como expressão de “uma *arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 156 – grifos no original). Conforme indica a mesma autora (IAMAMOTO, 2008, p. 161), trata-se de uma “velha questão social”, que tem origem na própria natureza das relações sociais capitalistas, cujas determinantes se expressam sobretudo pela lei geral da acumulação capitalista.

Essa natureza das relações sociais no capitalismo traduz-se pelo “caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2008, p. 156) e na tendência do crescimento populacional em seu âmbito. Desse modo, a lei geral da acumulação capitalista é apresentada por Marx (1985, p. 210) como aquela que “ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”, caracterizando o antagonismo da acumulação capitalista, ou seja, do próprio modo de produção capitalista.

Hoje, a questão social apresenta novas expressões. São exemplos o aumento da pobreza e do desemprego e a crescente precarização das condições de trabalho, a partir de um processo que se inicia no final dos anos 1970. Nesta época, se esgota a longa onda expansiva do capital e desenvolvem-se propostas de “políticas de ajuste estrutural”, que alteram profundamente as relações entre o Estado e a sociedade.

Além destes processos que conformam a “nova roupagem” da questão social, destacamos – e sobretudo aqui nos interessa – uma outra expressão, outro aspecto desta questão social: sua criminalização. A criminalização da questão social, não sendo um fenômeno atual, tem profunda conexão, no Brasil, com a construção da noção de “classes perigosas” associada à pobreza. Coimbra (2001) oferece uma importante contribuição ao debate sobre o tema.

A autora retoma o caso brasileiro a partir da época da escravidão, quando se dava o controle das virtualidades – controle não somente sobre o que se é, mas também sobre o que se poderá vir a ser. Neste caso, terá como aliadas as teorias racistas do período, cujo apogeu se deu na Europa da segunda metade do século XIX. Segundo elas, o tratamento vil a que eram submetidos os negros poderia ser justificado simplesmente por sua “natureza”, sua “índole preguiçosa e negligente”. Pregava-se, assim, a superioridade dos brancos.

No início do século XX, a partir dos ideais eugênicos, que trazem propostas de formação de “uma raça pura e forte”, muitas dessas teorias ganham peso no Brasil. Cresce, portanto, no imaginário social a crença nas “classes perigosas”, termo utilizado já em 1857, por Morel (apud COIMBRA, 2001), em seu trabalho *Tratado das degenerescências*. Com isso, ele designava aqueles que não possuiriam “nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa” (apud COIMBRA, 2001, p. 88).

Ancorado nestas teorias, surge o movimento higienista no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, penetrando em toda a sociedade. A pobreza era associada a uma “degradação moral” e vista como uma epidemia cujo contágio era considerado inevitável, “pois está presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda a sociedade” (COIMBRA,

2001, p. 89). Este movimento irá redefinir, segundo a autora, os papéis que devem desempenhar, em um regime capitalista, a família, a criança, a mulher, a cidade, as classes pobres.

Uma dualidade se constrói a partir desta redefinição de papéis: surgem os “pobres dignos”, que trabalham, mantêm a família unida, observam os costumes religiosos; e os pobres considerados “viciosos”, que, “por não pertencerem ao mundo do trabalho [...] e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios” (COIMBRA, 2001, p. 91). Para ambos os “tipos” de pobres são utilizados dispositivos disciplinadores e moralizantes.

Chalhoub (1996) traz uma importante colaboração sobre a constituição do conceito de *classes perigosas* e sobre como este conceito é adotado no Brasil. O autor realiza esta reflexão a partir da reconstrução da experiência dos negros escravos, libertos e livres nos cortiços cariocas. Dessa maneira, um dos objetivos principais de sua pesquisa era “explorar os cortiços como esconderijos dentro da cidade, fatores de embaralhamento de livres e cativos e, portanto, como rede de proteção a escravos fugidos e elemento desagregador da instituição da escravidão” (CHALHOUB, 1996, p. 7). De acordo com este autor, que se propõe a pesquisar, ainda, a suposta relação entre os cortiços e as epidemias de febre amarela:

os cortiços supostamente geravam e nutriam ‘o veneno’ causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as ‘classes perigosas’ que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano. (CHALHOUB, 1996, p. 8 – grifos no original).

Aí está um dos principais elos entre o combate às *classes perigosas* e o higienismo mencionado acima: “A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população” (CHALHOUB, 1996, p. 9). Assim, conforme destaca o autor, “higienistas e autoridades policiais estarão quase sempre do mesmo lado da trincheira em se tratando de cortiços” (CHALHOUB, 1996, p. 37). Vejamos como se desenvolveu, aqui no Brasil, esta lógica:

os pobres carregam vícios, os vícios produzem malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos. Por conseguinte, conclui decididamente a comissão: ‘as classes pobres [...] são [as] que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas’. (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Desta forma, conclui o autor, “é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial

teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país” (CHALHOUB, 1996, p. 23). Pode-se dizer que é a partir daí, inclusive, que se desenvolveu aquilo que o autor descreve como a “teoria da suspeição generalizada”, que seria, segundo o mesmo, a essência da expressão “classes perigosas”.

Neste passado de segregação no Brasil já se verifica uma busca pela construção de uma cultura que legitima as políticas de controle, ou mais, que as leva mesmo à defesa. Por isso a necessidade de refletirmos sobre a construção da chamada “cultura do medo” na sociedade e sobre a mídia enquanto instrumento determinante neste processo.

Se afirmamos que a construção de uma cultura do medo está – e sempre esteve, no Brasil – intimamente ligada e motivou, ainda, processos de “*intervenção cirúrgica*” do espaço urbano, nas palavras de Neder (2009), entendemos que hoje também isto ocorre. Torna-se mais fácil verificar, então, como são reeditadas políticas com cunho punitivo, policialesco e segregacionista na atualidade. Assim, aqui buscamos demonstrar como as políticas de segurança elaboradas são legitimadas pela população (não só a com maior renda, mas também as populações pobres, principais alvos destas políticas), através de uma cultura do medo.

Neste sentido é que Malaguti Batista (2003, p. 34 – grifos nossos) afirma que “a ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas produz fantasias de pânico do ‘caos social’, que se ancoram nas *matrizes constitutivas* da nossa formação ideológica”. A autora expõe, ainda, que “no Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento das massas empobrecidas”; as ondas de medo “são necessárias para a implantação da política de lei e ordem” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 21). Estes tipos de política são, segundo a autora, frutos das matrizes ibéricas do nosso país, e “nem o fim da escravidão e nem a República romperam com o legado da fantasia absolutista do controle social, da obediência cadavérica” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 32). Assim é que ela afirma que a atuação da polícia nas favelas cariocas nos dias de hoje seria a prova viva deste legado.

A mídia, neste processo, trabalha em prol da formação de um ideário que justifique a formulação de políticas voltadas ao controle social das chamadas “classes perigosas” – perigosas, como visto, porque pobres. Esse processo culminará nas propostas de encarceramento, que levam ao limite a segregação destas populações.

A atual política de encarceramento no Brasil: a radicalização da segregação

De acordo com Iamamoto (2008, p. 163), a noção de “classes perigosas” é retomada na atualidade, e estas estariam sujeitas à repressão e à extinção. Com isso, as classes subalternas passam a ser alvo tanto de pro-

gramas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” – que se efetivam, como lembra Freire (2007, p. 147), como “políticas pobres para pobres” –, quanto de políticas de “segurança pública”. Essas se manifestam através da repressão e mesmo do extermínio, que aparece como face de uma concepção de “limpeza social”; ao eliminar os “bandidos”, promove-se o bem da comunidade.

Em sua pesquisa sobre a ação policial no Rio de Janeiro e o pensamento jurídico-penal da época, em inícios do século XX, Rolim (2007) afirma, referindo-se ao local de moradia das classes populares, que a ideia de situação de déficit cultural das classes empobrecidas, segundo a qual se acreditava que as mesmas estavam fadadas a viver na criminalidade, acabava por resultar “em comportamentos e condutas anti-sociais e anti-jurídicas”. De acordo com o autor, um dos mais importantes criminalistas do período “afirmava enfaticamente que esses segmentos sociais viviam em perenes focos criminógenos e áreas de delinquência endêmicas” (ROLIM, 2007, n. p.). Portanto, ele destaca que havia a pregnância de culpabilizar fortemente estas classes pelas suas condutas e comportamentos, além da menção frequente aos locais de origem destes indivíduos.

Ainda nos dias atuais (e com uma força renovada pelos meios de comunicação), a tese de que a miséria gera violência vem sendo defendida e disseminada. O sentimento de medo e insegurança para as chamadas classes médias e para a classe trabalhadora em geral está diretamente ligado, na atualidade, ao modelo neoliberal, de acordo com Coimbra (2001). Ao mesmo tempo e na mesma medida, produz-se mais desemprego, pobreza e miséria. Sendo assim, retoma-se a ideia de que questão social é “caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

Na formulação e condução das políticas públicas se pode perceber a marca do modo como é tratada a questão social pelos setores hegemônicos: orienta-se geralmente pela teoria da integração social, o que levaria à naturalização das desigualdades sociais,

e as políticas sociais perdem seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a ‘ideologia do favor’, caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia. (PASTORINI, 2004, p. 93).

As ações estatais terão, assim, como meta primordial o enfrentamento das situações que possam colocar em xeque a sociedade burguesa. Além disso, este enfrentamento é feito de modo fragmentado, pois se orienta para manifestações específicas da questão social, como é o caso da violência urbana. De acordo com Wacquant (2001), esta violência é a manifestação

de um processo de decomposição do trabalho assalariado, desemprego e subemprego crônicos. Esses pesam sobre a juventude dos bairros pobres, que não tem acesso a uma rede de proteção social e busca no que Weber (apud WACQUANT, 2001, p. 8) denominou “capitalismo de pilhagem”, da rua, “os meios de sobreviver e realizar seus valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria do cotidiano”.

Este autor realiza um interessante estudo sobre a “reforma do bem-estar” nos Estados Unidos, onde houve uma substituição do *welfare* pela política do *workfare*. Ou seja, o Estado passou a exigir dos pobres, sob o argumento de que o auxílio material provoca uma dependência e acomodamento das populações empobrecidas, o trabalho – mesmo que seja “sujo” e mal-pago –, que deve ser uma “obrigação de cidadania”. Desta forma, “atirar os pobres à própria sorte permite às elites do Estado, portanto, reafirmar o primado ideológico do individualismo meritocrático” (WACQUANT, 2007, p. 192). Assim,

a construção do Estado neoliberal envolve a produção de dois locais, não apenas um: ao mesmo tempo em que estava convertendo o *welfare* em *workfare*, os Estados Unidos também estava ocupado em fortalecer e ampliar o braço carcerário do Estado. (WACQUANT, 2007, p.193).

Outro aspecto deste investimento em uma política de *workfare* é apontado por Forti (2010, p. 93) como parte da lógica mercantil perversa de certos países de economia avançada. Segundo ela, a questão social é encaminhada para atividades prósperas, como o mercado de segurança, “que triunfou ao longo das últimas décadas porque mercantilizou a assistência aos encarcerados e utilizou o trabalho dos presos de modo precarizado (*workfare*)”.

Em meio a este quadro se expande o sistema penitenciário brasileiro. Somente entre os anos de 1988 e 2003 a população carcerária no Brasil aumentou de 88.041 para 308.304 presos, sendo que a taxa de presos por 100.000 habitantes passou de 65,2 para 181,5, segundo dados do Ministério da Justiça (BRASIL, 2018). Esses dados também apontam que o país ocupava, em 2006, a quarta posição entre os países que mais encarceram no mundo. Atualmente, o país já ocupa a terceira posição, sendo a população carcerária, no ano de 2016 (1º semestre), de 726.712 presos (mais que o dobro do que se contava no momento de elaboração dessa investigação), e a taxa de aprisionamento passou para 352,6 no mesmo período.

O sistema penitenciário é historicamente marcado por oferecer aos presos “condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação [...], negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde [...], violência pandêmica entre detentos” (WACQUANT, 2001, p. 11). Os indivíduos envolvidos

no mundo da criminalidade convivem, assim, com a violência do Estado, como analisa Wacquant (2001).

As populações dos bairros e comunidades pobres são as mais atingidas por essa política de trato à pobreza. Quanto a isto, não é de se surpreender o fato de, nas favelas do Rio de Janeiro, serem frequentes os ingressos violentos da Polícia Militar e o investimento na “política do ‘caveirão’” (veículo blindado utilizado para incursão em favelas). Apesar das campanhas contra esta política, como a *Campanha internacional contra o caveirão* – apoiada por diversas ONGs e movimentos, como a Justiça Global e o Observatório de Favelas –, mantêm-se os investimentos neste tipo de trato à pobreza, tendo o governo do Estado do Rio de Janeiro adquirido, em maio de 2009, oito novos veículos, ampliando, assim, a frota do Batalhão de Operações Especiais da Polícia (Bope). Mais recentemente, destacam-se as propostas de combate ao crime do governador eleito no estado, que seguem no mesmo sentido. Um exemplo é sua visita a Israel para fins de obtenção de informações sobre tecnologias de segurança, que incluem drones capazes de efetuar disparos.

Além disso, há atualmente a construção de um “*novo senso comum penal visando criminalizar a miséria*” (WACQUANT, 2001, p. 18 – grifos no original), conforme apontado acima. Este consenso chega à população por meio da mídia e das novas tecnologias disponíveis para a disseminação de informações, através das quais os crimes mais bárbaros são veiculados, numa “operação planetária de marketing ideológico” (WACQUANT, 2001, p. 19) que provoca na população uma sensação cada vez maior de insegurança e medo.

Malaguti Batista (2005, n. p.) lembra, nas palavras de Darcy Ribeiro, que “os sistemas penais alimentam os moinhos de gastar gente que botam o capital para funcionar”, referindo-se, assim, à apropriação dos corpos humanos, de seu trabalho, para a produção da acumulação do capital; ou seja, à integração do sistema penal ao processo de acumulação. Este processo, de acordo com a autora, envolve o que Foucault denominou biopoder, que seria “um colossal dispositivo de apropriação que conjugaria o disciplinamento dos corpos e o assujeitamento das almas de uma forma massiva, contemporânea, mas instituída historicamente a partir da Inquisição moderna”.

Porém, nas três últimas décadas, ocorre um redimensionamento da função do cárcere, conforme lembra Amorim (2007, p. 89), segundo o qual

o ensinamento disciplinar para o trabalho perde seu sentido por não haver mais ‘ensinamento’ a propor. Os projetos de disciplinamento deixam de existir por deixar de se constituir como categoria central no processo produtivo, considerando a significativa ampliação do exército industrial de reserva (Melossi, 2006). A ação e o discurso se voltam agora para a contenção e neutralização da pobreza, de manifestações da ‘questão social’ que ‘incomodam a burguesia’, expli-

citando claramente o fim da ideologia da reabilitação/reinserção social.

Não se pode deixar de lembrar que, mesmo nos países em que não ocorreu a privatização do sistema penal – caso do Brasil –, esta cumpre um importante papel para a lucratividade da “economia lícita”. Assim, sobre a produção da criminalidade é estabelecida uma grande indústria que envolve desde a importação de armamentos, carros e equipamentos de proteção, até a fabricação de uniformes para os trabalhadores da área. Desse modo, lembra Pereira (2006, p. 340-341):

É ainda importante reconhecer que, na sociedade ocidental, mais do que serem uma grande chaga, a criminalidade e as prisões alimentam uma plena economia, geradora de riquezas, bens e serviços. Uma parcela da sociedade sobrevive e enriquece graças a esta florescente atividade econômica. Ela se objetiva na criação de maior número de empregos nos poderes executivo, legislativo ou judiciário. [...] No sistema prisional, este mercado se expande pela demanda contínua por aumento de vagas, o que se traduz na construção e remodelação de estabelecimentos penais, na contratação de pessoal, na realização de contratos com empresas fornecedoras de serviços e produtos para reprodução da vida cotidiana de presos e funcionários. São equipamentos de segurança (camburões, algemas, armas, rádios, uniformes), assim como remédios, alimentos, roupas, material de escritório. São inúmeros os itens que necessitam de reposição para que a vida diária possa se reproduzir.

Pode-se perceber, na história do sistema penitenciário brasileiro, a marca do confinamento e do extermínio, em que mesmo o programa mínimo apontado no inciso 21 do artigo 179 da Constituição de 1824 – “As prisões serão seguras, limpas e arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes” – até hoje não se conseguiu cumprir, conforme indica a autora. Neder (2009, n. p.) apresenta a herança das tradições de punição ancoradas em penas muito antigas, como o degredo e a pena de morte. Nesse sentido, busca demonstrar como a violência e a crueldade presentes no sistema não se constituem como fato excepcional, mas são um acontecimento maior, que tem vínculos com a cultura jurídica e a cultura religiosa sobre punição.

Todas as demandas pelo endurecimento das penas, pela ferocidade penal e pela seletividade da clientela do sistema penal são, de acordo com Malaguti Batista (2005, n. p.), permanências históricas no país. Elas se verificam desde o Brasil do início do século XIX, quando já eram editadas leis com raízes no medo branco de insurreições escravas. Numa delas, a lei de 1835, impunha-se que qualquer delito contra o senhor, o feitor ou seus familiares deveria culminar em pena de morte para o escravo.

Nesta conjuntura histórica, marcada por este tipo de tratamento aos escravos que cometiam determinados crimes, Malaguti Batista e Zaffaroni (apud MALAGUTI BATISTA, 2005, n. p.) apontam as raízes das matrizes daquele autoritarismo policial apontado anteriormente e do vigilantismo brasileiro, além “do sentido histórico da crueldade de um conjunto de leis liberais que permitiam ‘o retorno ao poder de uma senhora, de uma escrava achada com a língua cosida com o lábio inferior’”. Esses elementos ajudam a compreender como o novo senso comum penal traz em suas raízes uma herança que é permanentemente acionada na construção de novos consensos.

Não é demais destacarmos quatro objetivos ou motivações que justificam a existência das prisões como as conhecemos na modernidade: 1) ético-teleológica, segundo a qual através do castigo recorda-se a lei, educa-se o criminoso, protege-se a sociedade; 2) econômica, na medida em que se utiliza o trabalho dos condenados para fins econômicos; 3) política criminal e penalógica, de acordo com a qual é elaborada uma “nova economia dos castigos”, capaz de torná-los mais toleráveis sem que se perca a capacidade de contenção das “classes perigosas”; 4) enfim, a motivação disciplinar, que, conforme apontado anteriormente, envolve um adestramento da mão de obra.

Os objetivos declarados da prisão, como se sabe, são a retribuição, a prevenção, e a promoção da (re)inserção harmônica. Para tal, submete-se o indivíduo a um controle total, ou quase total, em que há uma impossibilidade de fuga, que não é somente física; uma imobilidade vertical e a limitação do número de papéis que um indivíduo pode assumir, além da limitação e condicionamento das possibilidades que este tem para selecionar o seu papel. Todos estes processos acabam por gerar a “desindividualização” dos sujeitos, que terminam por se adequar à cultura prisional (“prisonização”).

O sistema penal, hoje, parte então do princípio do “controle social punitivo institucionalizado”, cuja expectativa de racionalidade se dá a partir do desenvolvimento do fluxo: aparato legislativo – aparato policial, aparato judicial, aparato prisional –, mas que acaba por apresentar no seu real funcionamento um excesso de burocracia, seletividade, rotulagem etc. Esta realidade remete ao fato de o discurso jurídico-penal revelar-se como falso, sendo inclusive reproduzido por aqueles que se colocam em posições “progressistas”, conforme elucida Zaffaroni (1991, p. 14). Isso acontece na medida em que é sustentado, em boa parte, “pela incapacidade de ser substituído por outro discurso em razão da necessidade de se defenderem os direitos de algumas pessoas”. Segundo este mesmo autor,

a realidade operacional de nossos sistemas penais jamais poderá adequar-se à planificação do discurso jurídico-penal, e [...] todos os sistemas penais apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico-penal e que,

por constituírem marcas de sua essência, não podem ser eliminadas, sem a supressão dos próprios sistemas penais. (ZAFFARONI, 1991, p. 14).

Assim, destacamos:

a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias *não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais*. (ZAFFARONI, 1991, p. 15 – grifos no original).

As características apontadas acima são inerentes ao sistema de justiça criminal, cujo papel, no Brasil, apresenta como um dos fatores que põem em relevo esta imanente contradição aquela “inclusão às avessas”, conforme explica Pereira (2006, p. 340):

mesmo as ações frágeis e pontuais da política governamental penitenciária podem ser vistas como uma forma de operacionalizar, às avessas, a ‘inclusão’ daquela parte dos presos que, minimamente, passa a usufruir de serviços médico-odontológicos, profissionalização, alimentação necessária e suficiente, oferecidos por uma parte das prisões brasileiras.

Assim, propostas que estão legalmente presentes no discurso jurídico-penal, como a da Assistência Penitenciária, prevista pela Lei de Execução Penal, ou institucionalmente definidas, como a Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário (no âmbito do Sistema Penitenciário Federal), fazem com que, dentro de uma unidade penal, o preso se sinta de certo modo mais protegido. Esse sentimento se dá uma vez que ele não está sujeito aos riscos a que se expõe na rua, além de ter acesso a políticas às quais não teria acesso extramuros, como saúde, educação etc. Sendo assim, é preciso levar em conta o fato de que, mesmo tendo como funções principais a segregação e a punição, demandas emergem do ambiente carcerário, na medida em que é composto por indivíduos com necessidades humanas e sociais.

Em meio a esta realidade, quando refletimos sobre o trabalho do assistente social na área, podemos perceber a importância de um profissional que esteja atento às possibilidades em meio a tantos desafios impostos pelo cotidiano. Conforme afirma Pereira (2005, p. 13):

O contato diário com a população presa nos remete às questões mais gerais debatidas noutros campos, quando se discute a vulnerabilidade da população, a face amarga do escasso acesso aos direitos sociais; é quando se percebe a inserção dos jovens no crime, desprovidos de uma leitura da correlação de forças, o instrumento

útil que cada jovem representa para os dois lados da indústria citada. Esta discussão é longa, especialíssima, que devemos aprofundar, para que tenhamos cada vez mais claro este movimento de forças – Estado/sociedade, exclusão/penalidade, penalidade/produção do clamor público, coerção/repressão/aprisionamento.

Consideramos, de fato, a importância de se ter em mente a realidade que envolve não só o momento do cárcere na vida dos sujeitos ali presentes, os presos, mas também o período que antecedeu o aprisionamento. Ademais, deve-se fazê-lo numa perspectiva crítica e propositiva, que leve a uma atitude contrária ao que se verifica nas posturas adotadas pela maior parte dos funcionários das instituições penais, negadoras do acesso a direitos como extensão da punição. Assim, considerando que toda prática social é determinada, a diferença pode – e deve – estar na direção desta prática profissional, que pode tomar “uma direção mais profunda e global” (CARVALHO; NETTO, 2007, p. 59). É aí que ela passa a ser denominada *práxis social*.

O assistente social que trabalha nesta área precisa, portanto, estar ciente das questões que se apresentam cruciais para dar legitimidade às ações de gerenciamento da pobreza com as quais nos deparamos na atualidade, pois são estas questões que constroem o senso comum penal na contemporaneidade.

Conclusão

O que ocorre na atualidade é uma reedição perversa do ideário que constituirá as bases de legitimação de determinadas políticas de controle social das classes subalternas. Nos dias atuais, a construção daquele ideário, como tentamos demonstrar, tem como forte aliada uma mídia que traduz os anseios da classe dirigente, atuando como instrumento para a obtenção do consenso da população. Ou seja, a instrumentalidade histórica da elaboração de conceitos, como o de classes perigosas, e de mitos que garantiram e ainda garantem o encaminhamento de políticas higienistas no Brasil, tem, como vimos, o apoio determinante da indústria midiática, que alimenta no pensamento hegemônico as suas bases de legitimação.

Para compreender a ofensiva do Estado no investimento em construção de novos presídios e penitenciárias, em instrumentos e equipamentos de segurança, como armas, algemas, camburões e “caveirões”, entre outros, é imperativo desvelar as reais dificuldades enfrentadas pela população-alvo das políticas de controle social. Além disso, deve-se tomar um viés crítico, que leve em conta os aspectos políticos, econômicos e sociais permeados pelos processos que engendram as situações que levam esta população a se constituir como principal destinatária deste tipo de intervenção do Estado. Assim, a partir do resgate destas novas formas de criminalização

da pobreza, procuramos desvelar a sua relação com o sistema penal, enquanto parte deste aparato de controle social dos pobres; com isto, intentamos localizar neste mesmo sistema as contradições entre as previsões legais e propostas, bem como o modo como de fato é conduzido o aparato penal.

Consolida-se com a construção do Sistema Penitenciário Federal e com as penitenciárias federais de segurança máxima a proposta de segregação radical de determinados indivíduos. Ao mesmo tempo, revela-se a situação caótica do sistema penitenciário na maior parte dos estados brasileiros. Este processo está diretamente ligado, e encontra a sua viabilidade, sobretudo, a partir do novo senso comum penal, que visa criminalizar a miséria e banalizar a violência.

Referências

AMORIM, P. K. *Neoliberalismo e Criminalização da Pobreza*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Mimeo.

BRASIL. *Infopen*. [2017]. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/apresentacao-coletiva-08-12-2017.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CARVALHO, M. do C. B. de; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

ENGELS, F. *Anti-Düring*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_12.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FORTI, V. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FREIRE, S. de M. O fetiche do enfrentamento da pobreza no Brasil: nem direitos, nem humanos. In: FREIRE, S. de M. (org.). *Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

MALAGUTI BATISTA, V. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MALAGUTI BATISTA, V. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. *Revista da Escola Superior Dom Elder Câmara: veredas do Direito*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENEGAT, M. A atualidade da barbárie. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, n. 14, 2004.

NEDER, G. Cultura, poder e violência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 1, 2009.

PASTORINI, A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, T. M. D. *O guarda espera um tempo bom: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, T. M. D. *Identidade profissional do assistente social no sistema penitenciário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

ROLIM, R. C. *Justiça criminal e ação policial: Rio de Janeiro em meados do século XX*. In: CONGRESSO EUROPEU DE LATINOAMERICANISTAS, 5, 2007, Bruxelas. [Anais...]. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESyP/ESyP-6-CARVALHO%20ROLIM%20Riva il.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2010.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria no Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

DOI: 10.12957/rep.2019.42505

Recebido em 28 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Maioridade penal no Brasil e na Espanha: o pêndulo punitivo sobre os adolescentes infratores

**Criminal majority in Brazil and Spain:
the punitive pendulum under the juvenile offenders**

Roberto Bassan Peixoto*

Resumo – A abordagem recai em discussão acerca da redução da maioridade penal na Espanha e no Brasil, com base nos dados e estudos realizados durante o estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona, sendo fruto da pesquisa junto ao Doutorado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, busca-se a compreensão das alternativas para a privação de liberdade: princípio educativo x punição, reforçando os conceitos e a necessidade da luta em defesa da não punição e encarceramento em massa da juventude. Nesse contexto, são apresentadas discussões e argumentos contrários à redução da maioridade penal, com demonstração de dados e estudos nos dois países, em que se evidencia que a maioridade penal no Brasil e na Espanha abarca um pêndulo punitivo sobre os adolescentes infratores.

Palavras-chave: redução da maioridade penal; medidas socioeducativas; adolescentes infratores; socioeducação; políticas públicas; Brasil; Espanha.

Abstract – The approach falls on the discussion about the reduction of the penal age in Spain and Brazil, based on the data obtained during the doctoral training at the Autonomous University of Barcelona as a result of the research with the PhD in Social Work of the State University of Rio de Janeiro - UERJ, and seeks to understand the alternatives to deprivation of liberty: an educational principle x punishment. It reinforces the concepts and the necessity of the fight in defense of the non-punishment and mass incarceration of the youth. In this context it is presented the discussions and arguments against the reduction of the criminal majority, with presentation of data and studies in both countries, where it shows that the criminal majority in Brazil and Spain covers a punitive pendulum under the juvenile offenders.

Keywords: Reduction of the Penal Majority; Educational measures; Adolescents Offenders; Socioeducation; Public policy; Brazil; Spain.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/RJ). Doutorado Sanduíche junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona - UaB, na Espanha. Atualmente é Coordenador de Gestão e Comunicação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) do Governo do Estado do Ceará. E-mail: <robertobpeixoto@uol.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5554-7842>>.

Para efetuarmos uma análise referente ao contexto das mudanças e discussões sobre a redução da idade penal e os modelos de política pública espanhola de atendimento ao adolescente infrator frente ao modelo de atendimento socioeducativo a adolescentes infratores no Brasil, houve um cuidado para que não fosse estabelecido um estudo comparativo. É preciso levar em consideração que estamos diante de contextos históricos, modelos políticos e práticas estatais completamente diferentes. Nesse sentido, desafiemo-nos a renunciar a definições anteriores e generalizadas, e partir para uma análise que referencie as experiências nos diferentes contextos, a partir das suas realidades.

Tal pesquisa é encontrada na íntegra na tese de doutorado em Serviço Social intitulada *Socioeducação e violação de direitos: o simulacro do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) no Brasil do século XXI*, publicada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esse estudo contou com a realização de estágio doutoral sanduíche, feito pelo autor, junto à Universidade Autônoma de Barcelona, e possui um capítulo sobre o atendimento a adolescentes na Espanha e convergências. Desse modo, aponta contradições, limites e mediações entre a política de atendimento a menores infratores na Espanha e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil, aqui com o recorte sobre a temática central da maioridade penal, ou da redução da idade penal, a partir da abordagem da justiça juvenil nos dois países.

As alternativas para a privação de liberdade: princípio educativo x punição

Para além das terminologias, o elemento-chave que merece destaque é a maior quantidade de alternativas de intervenções técnicas previstas na legislação para responsabilização do menor infrator, que vão para além do universo punitivo, como no Brasil. Logo, na prática, a grande maioria dos adolescentes não é privada de liberdade pelo cometimento de atos infracionais; antes, porém, são privilegiadas outras alternativas, utilizando a internação do adolescente em regime fechado somente em casos extremos.

No Brasil, as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 112, são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). Dentre o arcabouço de possibilidades previstas na LORPM n. 5/2000 (ESPANHA, 2000a), destacamos 13, a saber:

- 1) internamiento en régimen cerrado; 2) internamiento en régimen semiabierto; 3) internamiento en régimen abierto; 4) internamiento

terapéutico; 5) tratamiento ambulatorio; 6) asistencia a un centro de día; 7) permanencia de fin de semana; 8) libertad vigilada; 9) convivencia con otra persona, familia o grupo educativo; 10) prestaciones en beneficio de la comunidad; 11) realización de tareas socioeducativas; 12) amonestación; 13) privación del permiso de conducir ciclomotores o vehículos a motor.

Além do número superior de alternativas à privação de liberdade, conceitualmente, a própria legislação LORPM n. 5/2000 (ESPANHA, 2000a) estabelece que as medidas de privação de liberdade são: a internação em regime fechado, a internação em regime semiaberto, a internação em regime aberto e a permanência de fim de semana, deixando claro o caráter sancionatório e de responsabilização dessas medidas. Ou seja, não se fala em restrição de liberdade, ampliando o conceito de regime de privação de liberdade para toda e qualquer ação que exerça coerção no direito de ir e vir em qualquer circunstância, e não somente a privação de liberdade quando o adolescente estiver internado, como é tratada no Brasil. Essa mudança de concepção reforça o discurso e a prática de que o adolescente é responsabilizado pelos seus atos em todas as modalidades de medidas, e não somente quando privado de liberdade em regime de internação.

As medidas não privativas de liberdade, como são identificadas na Espanha, seriam no Brasil o que chamamos de medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade). Para além dessas duas, que também são previstas e executadas no território espanhol, há a previsão de: “asistencia a un centro de día; convivencia con otra persona, familia o grupo educativo; realización de tareas socioeducativas; amonestación; privación del permiso de conducir ciclomotores o vehículos a motor” (ESPANHA, 2000). Aqui, pode-se identificar que algumas dessas alternativas se aproximam a medidas protetivas (art. 101 do ECA), porém, há uma distinção clara, nesse caso, que pressupõe responsabilização do adolescente (BRASIL, 1990). Ao tratar como medida sancionatória, e não protetiva, é também realizado o efeito da resposta social ao delito cometido.

Outro elemento determinante e diferencial não observado no componente legislativo brasileiro é a previsão de tratamento terapêutico como medida de intervenção ao delito. O registro aqui é o tratamento tanto a partir do diagnóstico de doenças e transtornos mentais quanto com relação à toxicodependência.

Enquanto no Brasil não há alternativas para esse atendimento e se referencia na rede de saúde pública o método de atendimento especializado para esses casos, na Espanha há previsão legal e unidades apropriadas para as medidas terapêuticas, sendo previsto o internamento terapêutico em regime fechado, semiaberto ou aberto, e ainda o tratamento ambulatorial. Essa não especialização no atendimento para adolescentes que cometem atos infracionais em virtude de transtornos/doenças mentais e/ou em decorrência do uso abusivo e dependência de drogas faz com que, nos

casos mais graves, a única opção seja a internação. Ficam, assim, nas mesmas unidades os adolescentes com transtornos mentais e aqueles com dependência química, de modo que não é possibilitada uma especialização adequada do atendimento.

Toda essa estrutura ampla de possibilidades de intervenção com adolescentes infratores na Espanha evidencia uma clara opção pela alternativa da educação, em detrimento das práticas punitivas. O ECA pede a observância do princípio da brevidade e da excepcionalidade (BRASIL, 1990), e o Sinase (BRASIL, 2006), enquanto resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), aborda a necessidade de prevalência das medidas socioeducativas em meio aberto, em detrimento das medidas de restrição e privação de liberdade. Apesar disso, no que se refere à medida socioeducativa, ao que se assiste no Brasil é a prevalência da utilização da internação provisória e da internação.

Se realizarmos um recorte nos dados referentes às duas medidas similares de intervenção no Brasil e na Espanha – a internação em regime fechado (medida socioeducativa de internação) e a internação em regime semiaberto (medida socioeducativa de semiliberdade) –, fica demonstrado o real sentido de encarceramento de adolescentes para cada país:

Tabela 1 – Medidas de internação e semiliberdade na Espanha e no Brasil

País	Espanha				Brasil			
	2012		2013		2012		2013	
	Ad.	%	Ad.	%	Ad.	%	Ad.	%
Semiliberdade	3.692	84%	3.887	85%	1.860	9%	2.272	10%
Internação	713	16%	704	15%	18.572	91%	20.794	90%

Fonte: dados compilados pelo autor, 2016.

Torna-se evidente a prevalência da alternativa mais grave no Brasil; já na Espanha, a privação de liberdade é utilizada somente em casos extremos. Por mais que no Brasil a previsão legal também defina isso, na prática há uma inversão. Na realidade espanhola, se considerados só os adolescentes em internação e semiliberdade, 84% das medidas aplicadas são de semiliberdade e 16%, de internação em regime fechado. No Brasil, essa lógica se inverte: para cada dez adolescentes com medidas socioeducativas de internação, nove estão em restrição total de liberdade (internados) e um está em semiliberdade, ou seja, a opção é o encarceramento.

Outro dado preocupante que pode ser constatado no quadro é o aumento contínuo no número de internações no Brasil entre os anos de 2012 e 2013, enquanto que na Espanha os dados são de estabilidade. Pela falta de dados técnicos no Brasil não é possível compreender se há um real aumento no número de atos infracionais ou somente um aumento no número de medidas aplicadas.

Outra impossibilidade percebida na análise no Brasil, tendo em vista a falta de dados confiáveis, é a relação entre as medidas socioeducativas em meio aberto e as medidas de restrição e privação de liberdade. Nesses casos, não existem dados sistematizados com metodologia científica confiável relativos às medidas socioeducativas em meio aberto. Esse elemento, por si só, já é fator determinante que prejudica a avaliação sistemática dessa política pública.

Enquanto isso, na Espanha, a Dirección general de servicios para la familia y la infancia, dependente do Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad del Gobierno de España, através do Observatório da Infância, emite boletins anuais com os dados estatísticos concernentes aos menores infratores. Nesse levantamento, já citado anteriormente, podemos constatar ainda que, do total das medidas judiciais executadas, a privação de liberdade (considerando os regimes fechados espanhóis) não passa de 13% das medidas aplicadas. Ou seja, há de fato a prevalência das medidas menos graves e alternativas à privação de liberdade, em detrimento da alternativa punitiva:

Gráfico 1 – Porcentagem por tipo de medida aplicada a menores infratores na Espanha – 2013



Fonte: OBSERVATORIO DE LA INFANCIA, 2013.

No que se refere ao panorama legal normativo, a legislação brasileira tem registros bastante progressistas e inovadores, como por exemplo a previsão dos princípios que devem reger a medida socioeducativa (art. 35 da Lei do Sinase 12.594/2012) (BRASIL, 2012). A legislação, além da individualização do atendimento, prevê a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA); porém, há um distanciamento entre essas previsões e as práticas no cumprimento das medidas socioeducativas. No referencial

legal espanhol, por sua vez, há registros de avanços quanto à individualização nas normativas dos centros de internação:

Los centros estarán divididos en módulos adecuados a la edad, madurez, necesidades y habilidades sociales de los menores internados y se regirán por una normativa de funcionamiento interno cuyo cumplimiento tendrá como finalidad la consecución de una convivencia ordenada, que permita la ejecución de los diferentes programas de intervención educativa y las funciones de custodia de los menores internados. (FUNDAÇÃO ATENEA, 2014, p. 13).

Há, então, o respeito às práticas quanto a essa normativa legal, enquanto que no Brasil as unidades não conseguem sequer garantir direitos à divisão dos adolescentes internados no interior das unidades, como separação por critérios de idade, compleição física e gravidade na infração (art. 123 do ECA – BRASIL, 1990), nem mesmo garante atividades pedagógicas. Quiçá um dia veremos a consolidação de uma metodologia que efetive os planos individuais de atendimento.

Ainda nessa lógica da previsão legal, a Lei do Sinase No. 12.594 de 2012 (BRASIL, 2012), assim como a LO n. 5/2000¹ (ESPANHA, 2000a), prevê que os adolescentes deverão cumprir medidas em meio aberto quando não houver vagas de internação em centros de privação de liberdade. Entretanto, no Brasil, mesmo quatro anos após a aprovação da lei, ela não foi colocada em prática. O que se assiste é ao inchaço do sistema, com unidades superlotadas.

Na Espanha não há unidades superlotadas. O critério legal para cumprir a medida socioeducativa alternativa de privação em caso de não haver vagas é respeitado. Apesar disso, o dado mais importante é que esse critério é muito pouco utilizado, considerando dados da Dirección general de servicios para la familia y la infancia (FUNDAÇÃO ATENEA, 2014), que dizem que, em 2012, existiam na Espanha 90 centros de internação de menores com 2.944 vagas.

No Brasil, outro dado preocupante, como prioridade clara para a opção de encarceramento, é que, no contexto do atendimento socioeducativo a partir do levantamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2012a), todo o reforço do investimento foi realizado na construção de unidades de privação de liberdade (internação provisória e internação), em detrimento da construção de espaços de restrição de liberdade (semi-liberdade) (Tabela 2).

Para além desses dados, o que se evidencia como grande avanço na política de atendimento a adolescentes infratores na Espanha são os programas oferecidos no contexto das Comunidades Autônomas, que propõem alternativas e tratamentos que priorizam ainda mais a individualização

.....
¹ LEY ORGÁNICA 5/2000, de 12 de enero, reguladora de la responsabilidad penal de los menores.

Tabela 2 – Unidades socioeducativas no Brasil – 2010/2011
Unidades Socioeducativas

Unidades Socioeducativas			
	Programas	Instituições	
		2010	2011
Exclusivas	Internação	124	123
	Internação Provisória	55	43
	Semiliberdade	110	110
	Atendimento Inicial	16	10
Mistas	Internação, Internação Provisória e Atendimento Inicial	130	162
		435	448

Fonte: BRASIL, 2012^a.

no atendimento. Em visita do pesquisador à Agencia de La Comunidad de Madrid para La Reeducación y Reinserción del Menor Infractor, órgão responsável pela política de atendimento a adolescentes infratores da Comunidade Autónoma de Madrid – organismo autônomo, dependente da Consejería de Presidencia, Justicia e Interior de la Comunidad de Madrid –, foi possível conhecer o *Programa Central de Tratamiento Educativo y Terapeutico para Menores Infractores*. Nesse documento, que reflete as práticas do órgão em questão, fica evidenciado o desenvolvimento de numerosos programas e autuações, entendendo que só com o avanço da investigação e dos conhecimentos científicos atuais pode-se obter maior garantia de alcançar os objetivos.

Muitos desses programas desenvolvidos são pioneiros não só na Espanha, como também internacionalmente:

[...] firmándose numerosos Convenios de colaboración con diferentes países europeos e hispanoamericanos, con Universidades y organismos académicos y con asociaciones sinánimo de lucro que apoyan la labor con los menores infractores. Los programas desarrollados desde la Agencia en colaboración con universidades o asociaciones de reconocido prestigio, expertas en la materia de que se trate, van dirigidos, entre otros, a menores que cumplen medida judicial por delitos de agresión sexual, a aquellos que han cometido violencia

filioparental, que presentan problemas de consumo de drogas o trastornos significativos de la conducta. (GOMEZ; BIEZMA, 2014, p. 5).

A parceria com universidades possibilita a construção de programas que especifiquem o tratamento mais adequado para cada tipo de intervenção com os adolescentes. Além disso, retrata que a atuação com os menores infratores deve se apoiar em três bases fundamentais de intervenção, bem como numa quarta, que atende ao contexto familiar:

1. La intervención educativa y formativa en todos sus amplios contenidos: escolarización, formación profesional, deporte, educación no formal con las rutinas de la vida cotidiana, actividades de educación en valores y desarrollo personal.
2. La inserción laboral, como eje fundamental de inserción social, que comprende tanto desde el primer momento de búsqueda de empleo y desarrollo de las aptitudes para conseguirlo como el mantenimiento y el apoyo al menor durante el desarrollo y consolidación en el mismo.
3. La intervención terapéutica y profesional que atiende las necesidades criminógenas específicas, es decir, los factores de riesgo dinámicos presentes en cada caso. En este sentido, la Agencia desarrolla trabajos pioneros y, entendemos, de especial interés como el desarrollo de Programas Generales y Especializados de Tratamiento.
4. Debemos añadir a estos tres ejes un cuarto aspecto, que si bien ya se abordaba, sigue cobrando vital importancia a medida que avanzamos en el trabajo investigador y en la recogida de datos, y éste no es otro que la intervención con la familia. La información que obtenemos desde diferentes ámbitos, corrobora el papel fundamental de la interrelación familiar: el maltrato familiar ascendente o violencia filioparental, la pertenencia a grupos violentos o su influencia en el desarrollo de las carreras delictivas de los menores son algunos aspectos en los que la ascendencia de la familia se revela como fundamental. (GOMEZ; BIEZMA, 2014, p. 5).

A individualização do tratamento é um dos eixos fundamentais desses programas de intervenção. O art. 27.1 da LO n. 5/2000 aponta “sobre la situación psicológica, educativa y familiar del menor, así como sobre su entorno social, y en general sobre cualquier otra circunstancia relevante a los efectos de la adopción de alguna de las medidas prevista” (ESPANHA, 2000a). Nessa previsão, há um valor fundamental, não só no sentido de personalizar o tratamento, mas também no de entender o ato delitivo como uma compreensão e resposta específica. Considera-se, assim, que as circunstâncias a que se referem a prática do ato infracional devem marcar a especificidade tanto do menor sujeito da intervenção como do delito, que, finalmente, não é senão uma atuação concreta e determinada da pessoa.

Nesse sentido, ficou evidenciado que as oportunidades a alternativas para o atendimento aos adolescentes infratores vão além das previsões legais. É reforçado o papel do Estado na busca de alternativas para amenizar o efeito punitivo e a utilização das medidas mais graves,

além de ficar manifestada a necessidade da construção de propostas metodológicas de intervenção que privilegiem o atendimento individual. No contexto do Sinase, somente a previsão legal para a realização dos planos individuais de atendimento não tem sido suficiente para garantir a realização dos mesmos. É, portanto, uma alternativa para sua concretização a parceria com as universidades, como acontece no caso da Comunidade Autônoma de Madrid.

Maioridade penal no Brasil e na Espanha: o pêndulo punitivo sobre os adolescentes infratores

É importante salientar que Brasil e Espanha respeitam os princípios das normas preconizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que regulamenta a atuação com adolescentes infratores, da qual os dois países são signatários. Porém, o Brasil adota um modelo de proteção integral, que teve início com o ECA, em 1990; já a Espanha adota um modelo de responsabilidade penal juvenil. Ambos os modelos obedecem a uma perspectiva sancionatória-educativa, considerando sempre o superior interesse do menor. A adoção desses dois modelos diferentes será determinante para subsidiar a discussão acerca da redução da maioridade penal nesses dois países.

Na Espanha, até a entrada em vigor do novo Código Penal de 25 de maio de 1996 (ESPANHA, 1996), a idade penal estava situada em 16 anos, mas foi elevada para 18 anos. Ou seja, considerava-se imputável um menor a partir dessa idade, capacitando-o a ser submetido ao processo incriminador de caráter penal a partir dos 16 anos. Na prática, a elevação da idade não entrou em vigor em 1996, mas se efetivou somente em 2000, com a lei que regulamentou a responsabilidade penal dos menores de 18 anos.

Assim, a maioridade penal na Espanha pode ser compreendida, como estabelecem Cuesta e Blanco (2006, p. 7), da seguinte forma:

En primer lugar, se han elevado los límites de edad y, tras la última reforma, la jurisdicción de menores sólo se ocupa de hechos y conductas cometidos por personas entre 14 y 18 años. Además, el límite de 18 años no puede ser considerado ya un límite absoluto de responsabilidad penal, puesto que el nuevo sistema es un sistema de 'responsabilidad penal': los menores de 18 años pueden ser también declarados responsables si cometen una de las infracciones tipificadas por la legislación penal. Con arreglo al nuevo modelo, los menores de 14 son los únicos que no pueden ser penalmente responsables (art. 4). Por consiguiente, la minoría de edad (18) sólo impide la aplicación del CP de adultos; pero la declaración de responsabilidad penal únicamente puede darse en ausencia de causas de justificación, inimputabilidad o exculpación; requisito necesario para ser penal-

mente responsable es, pues, también la culpabilidad, y los menores de 18 (pero mayores de 14) pueden ser imputables, capaces de culpabilidad. En definitiva, ha de entenderse que, a pesar de las apariencias, la LO 5/2000 rebajó a 14 el límite mínimo de la imputabilidad, si bien, entre 14 y 18 años, el sistema establecido para declarar la responsabilidad penal es un sistema sustantivo, procesal y ejecutivo especial.

Atualmente, a idade penal mínima é de 14 anos. Contudo, há uma lei específica para menores entre 14 e 18 anos, diferente do que é estabelecido para os adultos, ou seja, podemos falar em direito penal juvenil. A idade máxima estabelecida para que se aplique a lei aos menores que cometem delitos está pautada em 18 anos, mas a lei pode ser aplicada a pessoas maiores de 18 e menores de 21 quando o juiz de instrução assim o considerar. Nesse sentido:

Los menores de 18 años no son responsables conforme a éste, sino de acuerdo con la Ley de responsabilidad penal de los menores (que no habla de responsabilidad personal ni social, sino claramente penal). En lo relativo a la edad inferior (actualmente, los catorce años), no siempre ha sido la misma; incluso, en el momento presente, un sector social aboga por su establecimiento en los doce años, a diferencia de por arriba, en que el límite de los dieciocho años no encuentra crítica alguna (una vez derogada definitivamente la posibilidad contemplada en la LO de 2000 de extender su competencia a los jóvenes de edad comprendida entre los dieciocho y los veintidós años, posibilidad que nunca entró en vigor, tras sucesivas suspensiones legales). (OSTOS, 2011, p. 38).

É interessante a constatação de que a evolução legal na Espanha, em relação ao atendimento a adolescentes infratores, experimentou o rebaixamento da maioridade penal para 16 anos (em 1992) – clamor a que se assiste no Brasil e na América Latina –, e voltou para 18 anos (em 1996, entrando em vigor somente em 2000, com a LO n. 5/2000), como uma tendência internacional. Porém, ao estabelecer em 14-15 anos ou 16-17 anos, cria-se um paradoxo de direito penal juvenil, utilizando as mesmas terminologias do sistema penal adulto, mas com diretrizes de atendimento próprias. O que ocorreu na Espanha também foi a passagem da doutrina de situação irregular para a doutrina com princípios da proteção integral, contudo, sob a normativa do direito penal juvenil.

No entanto, a Espanha cede aos clamores sociais quanto ao endurecimento da normativa penal em relação aos menores, que se manifestou com a reforma legal de dezembro de 2006. Tais mudanças na legislação atenderam a anseios populares e reforçam o caráter punitivo do Estado penal da política espanhola. Deste modo, essa reforma é posterior às sucessivas reformas (ESPANHA, 2000b; ESPANHA 2000a; ESPANHA, 2006), promovidas com o objetivo de prover à nova lei ferramentas necessárias

para adaptar-se à realidade dos menores que cometem atos delitivos considerados graves. Nesse sentido, ficou evidente que a mudança do panorama legal, elevando a idade penal de 16 para 18 anos, ocorreu por pressão da comunidade internacional, e não por uma preocupação com a melhor forma de responsabilização desses sujeitos. Essa constatação se dá a partir do momento em que, na primeira oportunidade, é realizada uma reforma aumentando o tempo de privação de liberdade para esses adolescentes.

Observamos a construção de uma resposta mais contundente à delinquência juvenil de especial intensidade, que foi intitulada por alguns autores como excessiva (BERNUZ; FERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008) e acabou por tomar parte do todo da legislação. Apresenta-se na prática como ineficaz, do ponto de vista da intervenção educativa, já que existe a crença generalizada entre os agentes do sistema de justiça de menores de que os avanços que se conseguem em um ano, na soma dos demais anos de intervenção e privação de liberdade, dificilmente serão novamente alcançados (GARRIDO GENOVÉS; MONTORO GONZÁLEZ, 1992). Assim, trata-se de uma medida simbólica, porque muitas de suas premissas não intentam acalmar o alarde social promovido pela delinquência juvenil violenta (FERNÁNDEZ MOLINA, 2012).

Essas mudanças na regulamentação, efetuadas a partir de 2006, não são só excessivas, ineficazes e simbólicas, mas também promovem, em algumas previsões legais, uma clara violação dos tratados internacionais ratificados pela Espanha, mais concretamente o da Convenção de Direitos de Crianças e Adolescentes de 1989 (FUNDAÇÃO ATENEA, 2014). As recomendações que realizam as Nações Unidas aos Estados firmam que a privação de liberdade deve ser sempre a última medida, executada quando sejam esgotadas todas as possibilidades anteriores (FERNÁNDEZ MOLINA, 2012), incluindo aqui uma medida menos grave do que a aplicada aos adultos.

Assim, é possível compreender essas mudanças legais a partir da tabela que segue com o registro da aplicação de medidas em função da idade. Em comparação entre a LO n. 5/2000 de 12 de janeiro de 2000 (ESPANHA, 2000a), e a LO n. 8/2006, de 5 de dezembro de 2006 (ESPANHA, 2006), podemos estabelecer as seguintes conclusões (tabela 3).

Esse endurecimento na norma fez com que os prazos de cumprimento das penas, em regime aberto ou fechado, fossem alterados. As penas aplicadas a jovens de 14 a 15 anos, que eram de no máximo dois anos, foram alteradas para até cinco anos. Para os jovens de 16 a 18 anos, as penas máximas passaram de cinco para oito anos. Entretanto, a mudança mais polêmica é o conceito de “período de seguridade”, que prevê, para crimes de extrema gravidade (assassinato ou terrorismo), a possibilidade de o adolescente jovem, ao completar 18 anos, mesmo já tendo cumprido um período da medida no sistema penal juvenil, ser transferido para um presídio comum, de acordo com a decisão do juiz.

Tabela 3 – Registro da aplicação de medidas em função da idade

Edad-Ley/ Delito	14-16 años LORPM	14-16 años LO 8/2006	17-18 años LORPM	17-18 años LO 8/2006
Con violencia o intimidación o con grave riesgo	2 años máximo. Puede aplicarse régimen cerrado	3 años máximo. Puede aplicarse régimen cerrado	Hasta 5 años. Puede imponerse régimen cerrado	Hasta 6 años. Puede imponerse régimen cerrado
Extrema gravedad	2 años máximo. Puede aplicarse régimen cerrado	3 años máximo. Puede aplicarse régimen cerrado	Régimen cerrado de 1 a 5 años. Periodo de seguridad hasta transcurrido 1 año de cumplimiento.	Régimen cerrado de 1 a 6 años. Periodo de seguridad hasta transcurrido 1 año de cumplimiento
Asesinato, violación, terrorismo	Necesariamente régimen cerrado de 1 a 4 años. En concursos de delitos hasta 5 años	Necesariamente régimen cerrado de 1 a 5 años. En concurso de delitos hasta 6 años	Necesariamente régimen cerrado de 1 a 8 años. Periodo de seguridad la mitad de la medida. En concurso de delitos (necesariamente uno de ellos terrorismo) hasta 10 años	Necesariamente régimen cerrado de 1 a 8 años. Periodo de seguridad la mitad de la medida. En concurso de delitos hasta 10 años
Delitos graves o delitos actuando en banda, organización o asociación		3 años máximo. Puede aplicarse régimen cerrado		Hasta 6 años. Puede imponerse régimen cerrado. En caso de extrema gravedad necesariamente régimen cerrado de 1 a 6 años

Fonte: FERNÁNDEZ; TARANCÓN, 2010.

No Brasil, assiste-se a um clamor social, motivado por sentimento de vingança e pela lógica perversa punitiva, para mudanças no panorama legal e uma maior punição para os adolescentes infratores, seja pela redução da maioridade penal, seja pelo aumento do tempo da medida socio-educativa de internação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 228, (BRASIL, 1988) deixa claro que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas da legislação especial. Atualmente, o ECA considera como sendo criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade. Os adolescentes autores de atos infracionais são passíveis de receber as medidas socio-educativas, sendo a mais grave a medida socioeducativa de internação. De acordo com esse estatuto, em nenhuma hipótese o período máximo de internação deverá exceder a três anos.

Em 2015 voltaram à tona no Congresso Nacional votações de projetos de lei que diminuem a maioridade penal de 18 para 16 anos, sendo na verdade uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Inicialmente, a proposta de redução da maioridade para 16 anos foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, porém, houve uma manobra por parte do

presidente da Câmara para que o projeto inicial voltasse para votação, dessa vez, sendo aprovado.

O texto aprovado sugere que adolescentes a partir de 16 anos podem receber pena e ser julgados como adultos, mas somente em casos nos quais os crimes forem cometidos com violência ou grave ameaça, tais quais crimes hediondos, homicídio doloso, lesão corporal grave ou lesão seguida de morte. A diferença em relação ao texto que foi reprovado pela Câmara no dia anterior é que foram excluídos da redução os crimes de tráfico e roubo qualificado. Entretanto, para que essa medida avance necessita-se ainda de análise de comissões internas da Câmara, votação em segundo turno e posterior votação no Senado.

Ainda têm surgido discussões que apontam como alternativa a necessidade de se ampliarem os estudos acerca do aumento do tempo da medida socioeducativa de internação, que hoje tem como limite máximo três anos. Nessa lógica, são apontadas variáveis que levam em consideração a idade do adolescente (alternativas diferentes para quem tem 12 anos e para quem tem 16 ou 17 anos) e, ainda, a natureza do ato infracional cometido. Não é, assim, uma mudança que afeta todo o sistema de atendimento socioeducativo, mas sim uma parcela de adolescentes que cometem atos infracionais com violência ou grave ameaça à pessoa, aumentando o tempo de internação para esses atos de natureza grave.

A questão é que essa “pseudoalternativa” continua agindo no efeito, e não na causa. Reforça e atende aos clamores sociais de que a imposição de uma lei mais rígida possa influenciar na redução dos índices de violência, mas que, na verdade contempla o desejo de vingança (travestido de justiça) de uma parcela significativa da sociedade. Tal possibilidade só reforça a atual lógica punitiva perversa, na qual o que impera é a vontade de “dar o troco”, estigmatizar e segregar, reproduzindo historicamente uma tradição da sociedade burguesa de sempre eleger os “inimigos da ordem” entre os membros das classes subalternizadas pelo capital.

Há uma necessidade urgente de melhor qualificar essa discussão. Não se trata apenas de defender uma posição contrária à redução da maioridade penal pura e simples; temos que sair do superficial e analisar a complexidade desse fenômeno. Faz-se mister enxergar que estamos falando da responsabilização penal de adolescentes e jovens pobres, parcela excluída até do trabalho formal exercido pela classe trabalhadora, pauperizada e que, muitas vezes, não é considerada nem para o exército industrial de reserva.

Tem que haver mudanças de paradigmas para que haja mudanças na prática. O que deve ser abordado é o controle social imposto; não só o controle estatal, mas aquele a serviço do capital, mediado pelas relações de poder estabelecidas pela sociedade capitalista, do Estado e da sociedade. Estamos falando de regulação e de dominação, uma reprodução da lógica do capital. Se ainda ficarmos inventando alternativas, só estaremos a serviço dos ideais da classe dominante.

É possível observar, assim, que se trata de um movimento do mesmo pêndulo burguês que tende ao cerceamento de direitos e à punição que ocorreu na Espanha. No Brasil, essas mudanças no panorama legal tendem a demorar mais para acontecer; contudo, o movimento hegemônico, essa construção de cima para baixo, com viés punitivo do aparato de controle social, continua a aumentar, a fim de punir os “eleitos” como inimigos da ordem: esses adolescentes, que acabam por serem acorrentados à cultura da punição. São os condenados historicamente ao que Freire (2007) definiu como “pena de morte social”.

Para concluir essa análise, é preciso ressaltar a opção da normativa da Espanha pelo Direito Penal Juvenil, ou seja, o conceito central é o de aplicação de uma pena. No caso brasileiro, pela adoção do ECA como um modelo de proteção integral, é utilizado o termo medida socioeducativa. Essa sutil, porém determinante diferença conceitual, aponta para outra contradição evidenciada no presente estudo: enquanto a Espanha utiliza o termo pena, são as formas de aplicação e execução das medidas socioeducativas no Brasil que realmente punem os adolescentes. Ou seja, aqui assistimos a um sistema majoritariamente punitivo, no qual a principal alternativa é o encarceramento. Apesar disso, não são poucos os reforços de um discurso positivo de “internação em centros de socioeducação”, que mascara o que realmente acontece com esses adolescentes.

Não há aqui a defesa ingênua de que a simples mudança de normativa para a adoção do direito penal juvenil seja capaz de superar os estigmas e discussões acerca da redução da maioridade penal. Entretanto, como discutido anteriormente, sem o necessário debate acerca de como o adolescente autor de ato infracional no Brasil tem sido responsabilizado e penalizado não será possível conter essa gana por vinganças, que tem no discurso da redução da maioridade penal um mantra a favor do controle social e de um Estado cada vez mais punitivo.

Torna-se necessária a compreensão desse contexto a partir do conceito de questão social, como resultado das contradições inerentes à sociabilidade do capital, bem como do contexto da delinquência juvenil e da consequente política de encarceramento em massa dessa juventude pobre como uma “nova” face da questão social.

Em outras palavras, tratamos de uma questão inscrita na dinâmica de classe e circunscrita ao âmbito do capital, como já dito. Ela é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais, fundadas pela sociabilidade do capital. O que se assiste é a um discurso preocupado em gerenciar as mazelas da questão social, sem problematizar a sociabilidade do capital e, com ela, a ordem econômica estabelecida, da qual não é senão sua expressão.

No âmbito do pensamento liberal, a objetividade da ‘questão social’ é dissolvida em torno da polêmica entre a responsabilidade pública

de resolvê-la através do Estado ou da sociedade civil e da responsabilidade individual daqueles que sofrem o tormento da miséria. Essa polêmica continua muito presente na atualidade, principalmente por parte dos representantes do neoliberalismo que defendem a desresponsabilização do Estado ante as sequelas da ‘questão social’. (PIMENTEL, 2012, p. 16).

Fica evidente, tanto no Brasil quanto na Espanha, a percepção de que na raiz da “questão social” encontram-se políticas governamentais favorecedores da esfera financeira e do grande capital produtivo. Além disso, que a execução de uma política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei nada mais é do que a reprodução dessa mesma lógica. Se não houver uma discussão pormenorizada do papel do Estado na execução de políticas públicas, sem antes compreender e apreender a lógica implicada pelo capital, haverá um reforço do favorecimento do grande capital produtivo.

Referências

BERNUZ, M. J.; FERNÁNDEZ, E.; PÉREZ, F. Educar y controlar: la intervención comunitaria en la justicia de menores. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 2008.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)., Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2012.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Levantamento Nacional do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: SDH, 2012a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. Constituição (1888). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 08 out. 1998.

BRASIL. *Lei Federal n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 13 jul. 1990.

CUESTA, J. L.; BLANCO, I. *El enjuiciamiento de menores y jóvenes infractores en España*. Barcelona, Editora Única, 2006.

ESPANHA. *Ley Orgánica n. 8/2006*, de 4 de diciembre, por la que se modifica la Ley Orgánica n. 5/2000, de 12 de enero, reguladora de la responsabilidad penal de los menores. *BOE*, n. 290, 5 dic. 2006.

ESPANHA. *Ley Orgánica n. 5/2000*, de 12 de enero. Regula la responsabilidad penal de los menores. *BOE*, n. 11, 13 ene. 2000a.

ESPANHA. *Ley Orgánica n. 7/2000*, de 22 de diciembre. Modifica la Ley Orgánica n. 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal, y de la Ley Orgánica n. 5/2000, de 12 de enero, reguladora de la Responsabilidad Penal de los Menores, en relación con los delitos de terrorismo. *BOE*, n. 307, 23 dic. 2000b.

ESPANHA, *Ley Organica*, el Código Penal. *BOE* nº 283, 25 de maio de 1996.

FERNÁNDEZ MOLINA, E. El internamento de menores: una mirada hacia la realidad de su aplicación en España. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, n. 14-18, 2012.

FREIRE, S. M. O fetiche do enfrentamento da pobreza no Brasil: nem direitos, nem humanos. In: FREIRE, S. de M. (org.). *Direitos humanos: violência e*

pobreza na América Latina contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

FUNDAÇÃO ATENEA. *Desarrollo de programas de prevención en centros de internamiento de menores*. Madrid, jun. 2014.

GARRIDO GENOVÉS, V.; MONTORO GONZÁLEZ, L. *La reeducación del delincuente juvenil*. Los programas de éxito. Valencia: Tirant lo Blanch, 1992.

GOMEZ, J. L.; BIEZMA, M. J. R. Programa central de tratamiento educativo e terapêutico para menores infratores. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014.

OBSERVATÓRIO DE LA INFANCIA. *Estadística básica de medidas de protección de la infancia*. Boletín 14. España: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad, 2013.

OSTOS, J. M. Noventa años de justicia penal de menores en España. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, n. 5, 2011.

PIMENTEL, E. *Uma “nova questão social”?* Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

DOI: 10.12957/rep.2019.42508

Recebido em 18 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam

Structural violence against women in Belo Monte: what official data does not reveal

Milena Fernandes Barroso*

Resumo – A experiência de Belo Monte é emblemática por explicitar a violência contra as mulheres como condição. Neste sentido, o presente artigo trata de uma aproximação às expressões da violência de gênero neste contexto, a partir da análise dos registros oficiais de violência contra as mulheres antes e depois do início das obras da UHE de Belo Monte. São problematizadas, assim, as análises que percebem o aumento dos registros como mera coincidência ou buscam uma explicação na condição masculina – no sentido de uma essência ou estrutura psicológica masculina naturalmente violenta e inabalável. A análise aponta para o distanciamento entre os dados oficiais e a realidade concreta, posto que os registros não alcançam a multiplicidade de expressões da violência no cotidiano das mulheres. Afirma-se também que a violência contra as mulheres não figura apenas como consequência ou resultado desses projetos: ela é determinante para que esses projetos possam se constituir como tal.

Palavras-chave: violência contra as mulheres; violência estrutural; Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Abstract – Belo Monte's experience is remarkable because it exposed violence against women as a condition. Therefore, this article is about an approximation to the expressions of violence against women before and after the beginning of the work at the Belo Monte Dam. Analyses that perceive the increase in reports as simple coincidence or that seek an explanation in the male condition – understood as a naturally violent and unyielding essence or psychological structure – are problematized. The conclusion points to a divergence between official data and concrete reality, since records do not reflect the multiplicity of expression of violence to which women are routinely subjected. It also states that violence against women does not appear only as a result or consequence of these projects, it is necessary to their very establishment.

Keywords: violence against women; structural violence; Belo Monte Hydropower.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), com estágio doutoral na Universidade do Québec, Canadá (2015). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais e Zootecnia- ICSEZ. E-mail: <mibarroso@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8349-1508>>

Introdução

Maria, negra, doméstica, mãe solteira de três crianças. Foi obrigada a sair da casa onde morava porque não conseguia mais pagar as contas de energia e o aluguel, que ficou três vezes mais alto nos últimos meses. Foi morar em um dos “baixões”¹ da cidade porque se tornou inviável morar na mesma região. Os filhos estão sem estudar porque próximo à nova moradia não existe escola e, desse modo, teve de sair do emprego, já que não tinha com quem deixar as crianças. Entre tantas dificuldades, descobriu-se com câncer e não faz tratamento por falta de atendimento especializado na cidade. Atualmente, pede esmola na rua com as crianças para sobreviver. O relato, longe de ser uma excepcionalidade, demonstra o estado normal de coisas (ZIZEK, 2014) e pode tanto representar um fato ocorrido em um grande centro urbano brasileiro como em qualquer rincão desse país.

O caso de Maria, cada vez mais comum em Altamira², após a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, traz elementos importantes para a análise da violência estrutural. É emblemático, pois articula questões determinantes para a existência dessa violência e expõe a “normalidade” e a *impessoalidade* como uma de suas particularidades. O caso de Maria não se relaciona “a vantagens que uma ou outra pessoa busca extrair diretamente dela”, mas se revela na “opção impraticável” ou “ausência de opção” (MIGUEL, 2015, p. 33). Diz respeito à forma como a sociedade se organiza, as cidades se organizam, ou seja, como se dá a produção e a reprodução da vida. É a *própria violência como modo de vida*.³

Isto posto, neste artigo⁴ buscamos relacionar a violência contra as mulheres, particularmente no contexto de Belo Monte, às determinações estruturantes da sociabilidade patriarcal-capitalista.⁵ Os dados oficiais confirmam o aumento da violência contra as mulheres no período da construção da UHE Belo Monte? Para isso, foram observados dados documentais sobre a violência contra as mulheres na região oriundos do levantamento realizado nas instituições de segurança pública do município de Altamira, a partir de uma análise comparativa entre os anos anteriores à obra e o período de sua construção e anotações do Diário de Campo.

¹ Áreas periféricas e alagadiças.

² Maior município do Brasil em extensão territorial, onde o Rio Xingu faz a maior parte de seu curso, área mais influenciada pelas obras da usina. O município é também referência para outras cidades da região. Além disso, com o início das obras da UHE Belo Monte, constituiu-se como espaço que atrai migrantes, de dentro do Pará e de outros estados brasileiros, em busca de trabalho ou investimentos.

³ A violência estrutural é aqui compreendida além dos seus fundamentos, pela função que possui na produção e reprodução da vida contemporânea, diga-se, não limitada à atividade econômica imediata, mas que abrange a totalidade da vida social, ou todo o modo de existência (FONTES, 2010).

⁴ O texto é parte da tese de doutorado intitulada “O começo do fim do mundo”: *violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Amazonas (Uerj), em 2018.

⁵ A tentativa de deslocar a análise da violência contra as mulheres das relações individuais (agressor-vítima) não é recente. Em 1979, Gelles e Straus, no artigo intitulado *Determinants of violence in the family: towards a theoretical integration*, sistematizaram 15 notas explicativas da violência na família, enfatizando questões de ordem estrutural.

Não acreditamos no acaso ou na mera coincidência no aumento dos registros de casos oficiais de violência direta contra as mulheres desde o início das obras de construção da UHE Belo Monte, tampouco buscamos uma explicação na condição masculina – no sentido de uma estrutura psicológica masculina naturalmente violenta e inabalável. Longe de ser algo esporádico ou excepcional, a violência contra as mulheres atravessa toda a sociedade e é reproduzida através de mecanismos que não podem ser analisados unicamente no plano individual ou limitado às relações interpessoais. Por isso, almejamos apreendê-la a partir das relações de poder patriarcais, racistas e classistas que dão sustentação às instituições, às políticas governamentais e aos comportamentos e modos de ser e estar no mundo. A simbiose entre essas estruturas complexas, históricas e contraditórias solidifica “a ideia de que as relações de produção não estão limitadas ao ‘domínio público’, mas invadem a ‘esfera privada’”, e, concomitantemente, “as relações sociais de reprodução expandem-se do ‘terreno privado’, penetrando no plano da produção ‘pública’” (SILVA, 1992, p. 29).

Partimos do pressuposto da violência contra as mulheres como um complexo social que tem efeitos concretos na vida das mulheres, ou seja, possui uma existência real e, por sua vez, também é um fenômeno de múltiplas significações, explicitado conforme determinadas condições sócio-históricas. Essa violência se manifesta no controle social do corpo feminino e das mulheres, e tem como alicerce primeiro (no sentido temporal) o *patriarcado*, sistema de opressão e dominação fundamentado na hierarquia, na desigualdade, no privilégio e na discriminação, através da persistência de valores, comportamentos, normas e leis.⁶ Esse sistema de opressão, assim, tem como premissa a divisão sexual do trabalho que se desdobra na existência de uma inferioridade natural das mulheres, base da hierarquia presente nas relações sociais de sexo/gênero.

Na sociedade de classes, a violência contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado,⁷ mas da imbricação com outros sistemas de hierarquia e dominação ou sistemas estruturantes: o racismo e o capitalismo. Nessa perspectiva, tais sistemas se consubstanciam na chamada sociedade *patriarcal-racista-capitalista*, que produz as *relações sociais de sexo/gênero, classe, raça/etnia* e, conseqüentemente, a *exploração-opressão* que dela deriva. Logo, a violência contra as mulheres não é apenas produto: é, do mesmo modo, condição para tais relações e, portanto, condiciona a experiência feminina. O estupro, como fato ou ameaça na vida das mulheres, é ilustrativa disso.

⁶ Conforme destaca Silva (1992, p. 26), “[p]ode-se verificar a presença, a partir da literatura, dos meios de comunicação, dos textos literários, dos livros didáticos, das práticas pedagógicas, das indústrias de brinquedo, da legislação discriminatória, enfim, dos mais diferentes domínios da vida social, de valores patriarcais permeando as diversas camadas e categorias sociais”.

⁷ Aqui entendido como uma categoria histórica, com particularidades distintas em cada modo de produção e, por isso, não deve ser analisada isoladamente.

Assim sendo, a partir desses pressupostos, empreendemos uma síntese conceitual sobre a categoria violência contra as mulheres desde a teoria feminista e, por fim, apresentamos alguns apontamentos sobre a violência estrutural contra as mulheres em Belo Monte, levando-se em consideração as informações oficiais que foram acessadas no âmbito da pesquisa.⁸

A violência contra as mulheres na sociedade classista, patriarcal e racista⁹

É fato que a violência contra as mulheres não é mais um “segredo”. Não sem tensionamentos e constrangimentos, a questão tem sido reconhecida e seus efeitos e consequências foram denunciados pelos movimentos de mulheres e feministas. Assim, esses movimentos produziram consciência, conhecimento e resistência, e revelaram a teia de complexidade, muitas vezes institucional, que permitiu/permite a sua persistência, concebendo propostas para preveni-la ao longo dos últimos 40 anos (ROMITO, 2008). Apenas na década de 1970 o fenômeno deixa de ser uma experiência estritamente individual e passa a ser considerado coletivo, nomeado como tal. Entretanto, apesar da mobilização social em torno da questão, das mudanças nas legislações, das novas práticas sociais de prevenção à violência e proteção às vítimas, a violência contra as mulheres “parece” não dar tréguas.

De forma geral, é prudente reconhecer que os dados só existem pelo crescimento de estudos e pesquisas quantitativos e qualitativos sobre o tema, que passaram a contribuir para tornar algumas expressões mais visíveis e revelar novas, como a violência sexual no casamento; o assédio moral e sexual nos espaços de trabalho; o tráfico de meninas e mulheres; a violência no contexto indígena; a violência sexual cometida por membros da Igreja Católica; a violência contra (e entre) mulheres lésbicas; a violência digital (*cyberviolence*), com destaque para a pornografia de vingança (o *revenge porn*); para citar alguns exemplos. De outra parte, a visibilização do tema trouxe à tona práticas e discursos de culpabilização das vítimas e de negação ou desqualificação da violência como sendo algo de menor importância, revelando uma cultura de permissividade em se tratando da violência contra as mulheres.

A despeito da importância em demonstrar factualmente a existência da violência contra as mulheres, os dados carecem de uma análise

⁸ A opção pelos registros oficiais se coloca como um dado relevante na medida em que, mesmo se constituindo como base de dados dos órgãos institucionais, é reveladora das marcas estruturantes da violência na região, sobretudo considerando o período de instalação da usina. Para além da oficialidade desses dados, identificamos outras expressões em fontes distintas, como demonstramos em Barroso (2018).

⁹ Título inspirado no artigo de Angela Davis, intitulado: *Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista*, de 16 de outubro de 1985.

em termos de determinações sociais. É comum os registros serem apreendidos como resultado biológico ou psicológico de uma natureza masculina, dissociados dos seus componentes raciais e de classe (DAVIS, 2017). Angela Davis (2017, p. 48) chama atenção para a predominância desse tipo de análise e questiona os motivos que fazem os países que hoje vivem uma epidemia de estupros serem exatamente aquelas nações capitalistas consideradas desenvolvidas, que enfrentam severas crises socioeconômicas e estão saturadas de violência em todos os níveis: “Os homens estupram porque são homens ou porque são socializados pela própria opressão econômica, social e política – bem como por um grau generalizado de violência social no país em que vivem – para impor a violência sexual às mulheres?”

Para a autora, a violência sexual decorre diretamente da política oficial e das estruturas de poder existentes em determinada sociabilidade, mas ela destaca que não se trata de uma relação direta e simples. Nessa direção, Hanmer (1996) enfatiza que os homens têm podido perpetuar a sua dominação em razão de uma desigualdade de poder que lhes é favorável. Para a autora, isso permite aos homens o controle físico, emocional, sexual e econômico das mulheres (HANMER, 1996). Ademais, possibilita que as mulheres possam ser “[...] privadas do dinheiro, do direito ao trabalho remunerado, de alimentos, da liberdade e até forçadas a depender da caridade de terceiros para poderem alimentar os próprios filhos” (HANMER, 1996, p.9).

Concordamos com Davis e Hanmer, ao passo que ampliamos a análise para as diversas expressões da violência contra as mulheres. Não se trata de negarmos as subjetividades em torno da violência, mas de entendermos que *as subjetividades são forçadas pelas determinações sociais e se desdobram em desigualdades, discriminações e preconceitos diversos*. Não obstante suas particularidades, a violência sexual no contexto doméstico, praticada quase sempre por alguém da confiança das vítimas, possui a mesma lógica da violência contra as mulheres em contextos de guerra, *o controle do corpo das mulheres* – dito de outra forma, “da necessidade socialmente imposta de exercer o poder e o controle sobre as mulheres por meio da violência” (DAVIS, 2017, p. 45).

Para as autoras citadas, a ocorrência da violência não é coincidência ou resultado de um impulso incontrolável de homens ruins. É isso que buscamos aqui ao analisar os dados oficiais sobre violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte. Tirar o véu, qualificar e nos propor a galgar os fundamentos dessa questão exige também reconhecermos que a violência faz parte de um *modus operandi* da nossa sociabilidade, é construto e complexo social, e, como tal, não convém ser analisada de forma isolada ou personificada.

Partimos do pressuposto de que *as violências não resultam das relações individuais isoladamente, mas, sobretudo, são estruturadas pelas relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista*. Daí, quando os dados explicitam

que a *violência contra as mulheres* na maioria dos casos (de forma direta) é praticada por homens, não implica dizer que todos os homens sejam necessariamente violentos ou que as mulheres estejam imunes à prática dessa violência, mas que existe um sistema de *dominação masculina* que produz, reproduz e orienta práticas, comportamentos, instituições, normas etc. E, dessa maneira, molda as relações sociais de sexo/gênero de forma diferenciada, implicando a construção de padrões e modelos que vinculam as masculinidades à violência e reproduzem a dominação do “masculino” sobre o “feminino”, conforme aponta Bourdieu (2002).¹⁰

Por outro lado, esse fato também indica que a violência baseada no sexo/gênero é uma experiência praticamente comum a todas as mulheres – ou, como diz Davis (2017), a *violência misógina condiciona a experiência feminina*. Isso não implica universalizar de forma simplista todas as mulheres, tampouco homogeneizar as diversas experiências, mas sim encontrar unidade na diversidade e compreendermos a violência contra as mulheres como uma experiência que se apresenta de maneira particular e ao mesmo tempo universal para as mulheres e nos corpos femininos.

Nesta direção, partimos do entendimento de que a ordem social não se limita a uma representação: ela refere-se a estruturas duradouras de dominação, produzidas historicamente e reproduzidas objetiva e subjetivamente nas relações sociais. O patriarcado seria uma dessas estruturas, e a dominação masculina, *produto histórico* de um trabalho contínuo de reprodução com o qual contribuem, especialmente, sujeitos singulares (homens com suas armas) e instituições, tais como: família, igreja, escola, Estado. Ademais, sabe-se que o patriarcado não atua sozinho e o risco de incorrer em equívocos na análise da violência contra as mulheres a partir da sua dissociação de outras determinações – tais quais as étnico-raciais e de classe – pode implicar na construção de estratégias e ações contra a violência não adequadas na direção de sua pretensa eliminação.

Portanto, reconhecer a violência sexista (que também que é racista e classista) ou a violência contra as mulheres como *estrutural* não significa naturalizarmos a opressão-exploração de sexo-gênero que, se assim fosse, poderia contribuir sobremaneira no reforço à ideologia da inferioridade feminina em detrimento da supremacia masculina. Do contrário, significa situar a violência nas relações sociais historicamente determinadas e no contexto sociopolítico mais amplo. Em outros termos, *implica desnaturalizar as desigualdades e hierarquias* que promovem a violência estrutural contra as mulheres e entre as mulheres.

¹⁰ Cabe destacarmos que, apesar da contribuição de Bourdieu (2002) para a visibilidade das relações sociais de sexo/gênero – possibilitada principalmente pelo “lugar” de referência que ocupava no meio acadêmico francês –, é incontestável a ausência de alusão em sua obra a importantes teóricas feministas que haviam configurado o campo que permitiu o próprio autor escrever o livro *A dominação masculina*.

A violência contra as mulheres na região de Belo Monte a partir dos dados oficiais

Não era uma novidade ouvir falar de casos de violência contra mulheres em Altamira. Percebíamos, inclusive, certa banalidade nos relatos, principalmente nas situações de violência sexual, como algo comum, rotineiro, sem maiores sobressaltos. Apesar disso, não encontramos, à época do início da pesquisa, estudos que abarcassem a especificidade dessa violência no período de construção das obras, salvo um relatório de pesquisa sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes,¹¹ o que, em certa medida, nos motivou a realizar levantamento de dados quantitativos.

Portanto, mesmo que entendêssemos os limites dos dados quantitativos e da tipologização que orienta a apreensão destes nos estudos sobre violência, acreditávamos que eles podiam ser “peças” importantes no conjunto de informações disponíveis e acessíveis sobre a violência contra as mulheres, ao possibilitar a aproximação à abrangência do fenômeno e possíveis tendências num contexto mais amplo. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa documental nas instituições de segurança pública presentes no município de Altamira, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Altamira e Superintendência Regional do Xingu, para comparar os índices oficiais de violência contra as mulheres antes e após 2011 – período de início das obras de construção da UHE.

Desde 2006, os dados são informatizados no Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp) e geram relatórios mensais (que foram disponibilizados). Contudo, os relatórios não dispunham, no momento da pesquisa documental (maio de 2015), de informações qualificadas sobre os casos (apenas a tipologia das ocorrências). Na Deam há dois tipos de procedimentos-registro a partir da denúncia das vítimas: 1) B. O. de vigilância geral, que não gera procedimentos formais; 2) B. O. com procedimento. A definição por uma ou outra modalidade dá-se a partir do diálogo no momento do registro da ocorrência e da avaliação subjetiva do escrivão de plantão, sendo que, nos casos registrados como violência física (lesão corporal), os procedimentos são instaurados independentemente da vontade da vítima.

Diante dos dados fornecidos, e de acordo com a sistematização por nós realizada, identificamos uma incoerência entre os números de casos disponíveis no levantamento oficial (oriundos do sistema) e nos dados coletados artesanalmente através dos boletins impressos dos anos de 2011 a 2014 (2011 – 613/474; 2012 – 718/546; 2013 – 415/500; 2014 – 606/556). À exceção do ano de 2013, nos demais anos percebemos uma defasagem do quantitativo de registros impressos em relação àqueles inseridos no sistema; de acordo com a escrivã, pode ter ocorrido o extravio de do-

.....
¹¹ Sobre o estudo, consultar: Oliveira e Pinho (2017).

cumentos em razão da reforma/mudança de espaço físico da instituição em 2013 (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Nosso levantamento identificou também uma redução de 718 para 415 (42,20%) nos dados do Sisp entre os anos de 2012 e 2013. Ainda que os dados possam indicar uma diminuição da violência nesse período, a equipe da Deam justifica que os registros foram menores em virtude da rotatividade de delegadas no período, sendo que a maioria dos casos era encaminhada à delegacia civil geral. Para o investigador, os dados oficiais não se justificam, pois a violência em Altamira cresceu em números alarmantes, inclusive se comparados aos dados da capital, Belém, apontando para um sub-registro deles (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Além disso, é importante frisar que a Deam só funciona de segunda a sexta em horário comercial: os casos que ocorrem durante o final de semana são registrados na delegacia não especializada.

Na análise do quantitativo de ocorrências registradas no período de 2007 a 2014 pela Deam de Altamira, alcançamos os seguintes números (ano/ocorrência): 2007 – 235; 2008 – 308; 2009 – 539; 2010 – 397; 2011 – 613; 2012 – 718; 2013 – 415; 2014 – 606. Considerando o período de 2010 (ano anterior ao início das obras) a 2011 (período de início das obras da UHE Belo Monte), evidenciamos um aumento de 54,40% nas ocorrências de violência. Ademais, quando comparados os quatro anos antes do início das obras de Belo Monte (2007 a 2010) aos quatro anos após (2011 a 2014), o registro de casos de violência tem um aumento de 59,03%. O ano de 2012 registra 718 casos, o maior da série histórica no período analisado, que “coincide” com o ano de maior número de trabalhadores na obra, 35 mil. Ainda na análise comparativa entre os quadriênios que antecedem e sucedem o início da construção da UHE (2007-2010/2011-2014), em se tratando da qualificação dos casos registrados, os eventos com maior ocorrência são, respectivamente: ameaça (355-34,30% / 1106-75,70%), outros registros¹² (738-52,23% / 675-44,77%), lesão corporal (338-44,53% / 421-55,47%) e estupro (33-18,03% / 150-81,97%).

O número de casos de ameaça confirma a tendência percebida nos boletins de ocorrência impressos como o crime de maior registro na Deam. Contudo, a análise qualitativa dos boletins aponta que muitos casos registrados como de ameaça (que não exige a efetivação de procedimentos) continham relatos de outros tipos de violência, como violência sexual e física. Outro dado que merece destaque no período de 2011 a 2014 são os 150 registros de estupros, demonstrando um crescimento exponencial de 354,55% no número de casos após o início das obras. Nessa direção, os dados indicam uma “vulnerabilidade” triplicada das mulheres e meninas à violência sexual no contexto desses projetos.

¹² Foram contabilizadas mais de 99 nomenclaturas para identificação dos casos (notificações, violência patrimonial, institucional etc.).

Na análise qualitativa dos boletins foi identificado que a maioria dos registros de estupro referia-se a “estupros de vulnerável”, o que indica uma menor tolerância à violência se praticada contra crianças e adolescentes. Todavia, muitos casos de violência sexual (nas relações afetivo-sexuais) observados na leitura dos relatos das vítimas nos boletins de ocorrência foram registrados oficialmente como “comunicação”, “ameaça” e “agressão física”. Nesses casos, explicita-se uma naturalização da violência doméstica do tipo sexual, já que, na maioria dessas ocorrências, tratava-se de violências ocorridas nas relações de conjugalidade. Embora esse tipo de violência possua definição e tipificação penal, em vários casos incorre no não reconhecimento legal, como demonstram os estudos de El-Mouelhy (2004). Em outras ocasiões, esbarram na dificuldade de desvelamento dos dados estatísticos, tendo em vista a sua ocultação por meio da imputação de outros crimes, como os de lesão corporal (BRAZÃO; GROSSI, 2000, p. 48).

No período da coleta dos dados, não foram identificados casos de exploração sexual na Deam; todavia, há registros na Superintendência Regional do Xingu. Ainda entre o coletado na Deam, foram identificados apenas dois casos de assédio moral e sexual ocorridos nos sítios de Belo Monte, registrados em 2013. Contudo, os relatos do diário de campo e as denúncias dos movimentos sociais apontam para uma prática naturalizada que leva à invisibilidade dessas ocorrências dentro e no entorno do canteiro da obra. Segundo relatos, a orientação da empresa responsável pelo Consórcio Belo Monte é: “o que ocorre em Belo Monte deve ficar em Belo Monte” (BARROSO, 2018).¹³

Na visita realizada à Superintendência Regional do Xingu, foi possível também o acesso aos dados de estupros, de 2010 a 2014, de toda região impactada pela obra (que inclui os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu) e de homicídios, de 2011 a 2014. Em relação ao número de estupros, foram registrados 610 casos na região da UHE Belo Monte entre os anos de 2010 a 2014, o que significa a ocorrência em média de 122 casos por ano, ou *um estupro a cada três dias*.

Ainda sobre a gravidade desses índices, mostra-se revelador o levantamento de Reis e Souza (2016) sobre a UHE de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. Eles constatarem uma alteração significativa nos registros de estupro na região: “o número passou de 8,5 para 53,2 por 100.000 habitantes, o que indica um crescimento de 44,7 (525,9%) no período considerado, de 2007 a 2013”. Ainda segundo os autores, o crescimento na região observada é “maior que o verificado em todo o estado do Pará e em sua capital, quando analisados em separado: de 30,4, o número passou para 41,7, e de 34,2, para 45,6, respectivamente”. Isso os leva a afirmar que a região observada apresentou o maior crescimento do

.....
¹³ Ver: Barroso (2018).

índice de criminalidade no estado do Pará. Em Altamira, por sua vez, os registros de estupros relacionados com a população “aumentaram de 13, em 2007, para 65 por 100.000 habitantes em 2013, atingindo sua maior marca em 2012, quando esse número chegou a 70” – o que, para Reis e Souza (2016, p. 224), “indica o aumento acentuado desse tipo de crime no município com a implantação do projeto”.

Compreendemos também que os registros não representam a totalidade da questão, uma vez que muitas vítimas não denunciam esse tipo de violência e, em muitos relatos, principalmente no contexto doméstico, não é considerado como tal. Segundo El-Mouelhy (2004), não se tem números precisos sobre estupro e agressão sexual em virtude de três importantes motivos: o primeiro é o sentimento de vergonha e medo que impede a mulher ou a menina de denunciá-lo, especialmente quando o agressor é um parente próximo. A segunda razão é a dificuldade encontrada para provar o incidente em países onde as testemunhas são necessárias; e a terceira razão é a maneira constrangedora como as mulheres são tratadas ao relatar as agressões para os agentes de segurança nas delegacias de polícia.

Segundo dados do Ipea (CERQUEIRA; COELHO, 2014), estima-se que, a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Ou seja, se remetermos os dados da região da UHE Belo Monte a esse cálculo, *poderemos prever uma epidemia de violência sexual*. Violência que revela uma das faces mais cruéis do controle e do domínio sobre os corpos das mulheres, posto que expressa a manifestação de “estruturas de poder” naturalizadas (DAVIS, 2017). Desde a Idade Média, a legalização do estupro cria um clima profundamente misógino que degrada as mulheres e insensibiliza a população frente à violência contra elas (FEDERICI, 2017). Com o capitalismo, torna-se uma *face da mercadorização da vida*, produto e condição para a manutenção do *modus operandi* dessa sociabilidade em que *a caça às bruxas continua com outros meios*, sendo um destes o controle da sexualidade.

Os homicídios, por sua vez, são expressão máxima do controle sobre o corpo das mulheres. De acordo com levantamento por nós realizado acerca das informações registradas pela Superintendência Regional do Xingu (PA), no período de 2011 a 2014 ocorreram 18 mortes de mulheres, respectivamente 5 em 2011, 2 em 2012, 6 em 2013 e 5 em 2014, considerando as mais variadas causas, tais como vingança, agressão, rixa, ciúmes, crime passionai, cobiça (roubo) ou mesmo indefinida. Os dados indicam uma média de 4,5 casos por ano – aparentemente um número pequeno. Contudo, revelam qualitativamente características que apontam para casos de feminicídio, sendo estes comumente acompanhados de elevados níveis de tolerância e anos de sofrimento, como indica a literatura sobre o tema.

Na análise dos registros com causa indefinida, identifica-se a ocorrência de estupro seguido de morte nas quatro situações. Ademais, o “crime

passional”, como pode ser observado, apesar de todas as críticas à tendência de naturalização das mortes de mulheres, ainda figura com importante repercussão. Tais situações possibilitam aferir que a mulher se torna vítima também da violência institucional que reproduz estereótipos negativos de sexo/gênero, contribuindo para o não reconhecimento do feminicídio e, consequentemente, para a banalização da morte de mulheres. As causas citadas contribuem para justificar a violência, “[...] ora colocando a justificativa inerente à condição masculina e ou no desejo viril incondicionado, ora na natureza perigosa e atraente da mulher ou no seu comportamento provocador e desencadeador de atitudes hostis” (SILVA, 1992, p. 79).

Entre todos os registros, foram identificados apenas dois casos de violência oriundos de relações homoafetivas. Em conversa com a delegada, percebemos que não é “tranquila” a identificação da violência quando praticada por outras mulheres, e isso talvez explique o ínfimo número de ocorrências dessa natureza (BARROSO, 2018). Mas esse desconforto não é algo particular à Deam de Altamira. Até mesmo nos espaços de organização das mulheres, como no movimento feminista, há dificuldades para se reconhecer a violência entre mulheres, sendo também pouquíssimo documentada. A ausência de pesquisas e estatísticas oficiais sobre o tema reflete a crença de que a violência doméstica contra as mulheres, por exemplo, só acontece entre casais heterossexuais, em que o homem é sempre o agressor. No entanto, forjadas também por relações sociais contraditórias que reproduzem desigualdades, as relações homoafetivas são passíveis de reprodução de violências, mesmo que não vivenciem todos os privilégios da heterossexualidade compulsória. No caso da violência entre mulheres lésbicas, as expectativas negativas dos papéis de sexo/gênero apontam para diferenças entre as vivências de violência entre casais homoafetivos. Na relação entre mulheres, a relação de poder não é “naturalmente” visível, explícita ou direta: geralmente, a violência é considerada como “briga” ou algo menor, “coisa de mulher” ou de “inimizade feminina” (AVENA, 2010). Essa perspectiva reforça a ideologia sexista de rivalidade e disputa entre mulheres¹⁴.

A ausência de informações nos boletins de ocorrência também se revelou na identificação da raça/etnia. Em sua maioria, os registros trazem a identificação “pardo”¹⁵ como uma classificação previamente definida, apesar de a região contar com uma considerável presença indígena e negra em razão dos movimentos migratórios, reforçando um processo de “pardalização”. Esse processo é, expressão da ideologia da democracia racial brasileira, para a qual a mistura racial ou a miscigenação constitui o pilar

¹⁴ Não aprofundaremos essa expressão da violência, pois optamos por aquelas que se apresentaram de forma mais exasperada na pesquisa empírica. Contudo, ressaltamos a importância de estudos sobre a questão, tanto para instrumentalizar os movimentos de mulheres e feministas no trato com a questão, como para contribuir na identificação da violência e ampliar o acesso de mulheres lésbicas e bissexuais aos serviços de proteção.

¹⁵ O termo “pardo” se apresenta como um “coringa da classificação”, sujeito a diversos arranjos e variáveis. Sobre essa questão Cf. Schwarcz; Starling (2015).

racial. Porém, de fato, funciona “como instrumento ideológico de controle social, que acaba por legitimar estruturas de desigualdade, discriminação e opressão raciais, que tende a jogar para o âmbito pessoal, ou das relações interpessoais”, as contradições oriundas das relações sociais, entre as quais o racismo (MADEIRA, 2017, p. 23).

Nesses casos, apesar de estudos qualitativos sobre o tema revelarem a violência contra a mulher como um problema vivenciado pelas mulheres indígenas, não se tem dados estatísticos sobre esse fenômeno. Trata-se de um tema que não tem visibilidade nem nos institutos de pesquisa, nas estatísticas da segurança pública, nem na ciência. Os registros, em sua maioria, são pontuais e relacionam-se às denúncias realizadas pelas mulheres indígenas em eventos e encontros (BARROSO, 2015).

Considerações finais

A experiência de Belo Monte é emblemática por explicitar a funcionalidade da violência contra as mulheres como condição. Nestes termos, *a violência contra as mulheres não figura apenas como consequência ou resultado desses projetos: ela é determinante para que esses projetos possam se constituir como tal, operando como mecanismo importante para a manutenção das desigualdades.*

A análise dos dados acessados aponta para a ausência de critérios bem definidos nos registros das ocorrências, que são realizados a partir do julgamento moral e da avaliação técnica de quem os faz. Soma-se a isso a inexistência (o não registro) de dados importantes sobre o perfil das vítimas e agressores. De forma geral, é possível aferir que a apreensão da violência contra as mulheres pela Segurança Pública se atém ao contexto doméstico, o que limita a aproximação às várias determinações do fenômeno, uma vez que essa expressão da violência não encerra ou dá conta da totalidade da violência contra as mulheres não restrita ao contexto doméstico, tampouco ao espaço privado.

As dicotomias público-privado, doméstico-social, mesmo que tenham bases materiais em razão de suas particularidades, inexistem nas relações concretas. Assim sendo, o privado e o doméstico não são instâncias fechadas e autônomas; ao contrário, estão inseridas na totalidade das relações sociais em seu conjunto (SILVA, 1992). Portanto, entendemos a violência no contexto doméstico como uma violência atravessada por mediações de caráter público e estruturais.

Além disso, em razão da naturalização de algumas expressões da violência, da prioridade teórico-política sobre a violência doméstica no Brasil e da ordinária visão da violência limitada ao crime, outras violências do cotidiano das mulheres não são visibilizadas, sendo até desconsideradas como tal. Não compreender essas manifestações como violência contra as

mulheres colabora com a fragmentação do real, que é funcional à manutenção desse estado de coisas ao localizar no âmbito da natureza relações que são sociais.

Neste sentido, identificamos um distanciamento entre os dados oficiais e a realidade concreta, posto que os registros não alcançam a multiplicidade de expressões da violência no cotidiano das mulheres. Apesar disso, a comparação entre os dados de violência antes e depois da obra aponta o aumento significativo das denúncias de violência a partir do início das obras da barragem, com destaque para os registros de estupro *como uma epidemia nas regiões atingidas por Belo Monte*. As características peculiares desses projetos, que passam pelo isolamento, confinamento e ausência de medidas e políticas de proteção às mulheres, compõem o contexto que possibilita o aumento da violência.

Não diferente de outros contextos de conflitos, a violência sexual em Belo Monte explicita-se como *instrumento de guerra* – uma guerra sob outros meios –, em que estupros ocorrem sem armas de fogo e sem controle militar, mas se impõem como condição mesma não apenas do controle dos corpos das mulheres, mas dos territórios. Assim, revelam-se, por exemplo, na predominância da invisibilidade e ausência nos dados oficiais da violência sexual contra as mulheres indígenas na região atingida pela barragem.

Destacamos também outras violências subsumidas nas relações sociais, quer pelas violências mais diretas, quer pela própria dinâmica das relações que as naturalizam, entre as quais: o etnocídio; a expropriação de terras e meios de trabalho, que afeta diretamente a reprodução da vida; a exploração do trabalho; o racismo contra as mulheres indígenas, ribeirinhas e negras – em sua maioria migrantes –; e a desproteção que atinge todas as mulheres, mas, principalmente, a(s) Maria(s) referenciada(s) na introdução deste artigo.

Esse conjunto de situações, práticas e comportamentos, de forma direta ou indireta, representam em espaços e contextos diversos o *controle dos corpos e da vida das mulheres*. Além disso, aponta a abrangência e prevalência da violência contra as mulheres e revela que *a violência contra as mulheres é estrutural*.

Referências

AVENA, D. T. A violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. *Revista Aurora*, São Paulo, 2010.

BARROSO, M. F. *O começo do fim do mundo: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROSO, M. F. *Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena*. Manaus: Edua, 2015.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAZÃO, A. T.; GROSSI, M. P. (org.). *Histórias para contar: retrato da violência física e sexual*. Natal: Casa Renascer, 2000.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. de S. C. *Nota técnica Ipea: estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Brasília: Ipea, 2014.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

EL-MOUELHY, M. Violence against women: a public health problem. *The Journal of Primary Prevention*, v. 25, n. 2, out. 2004.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: ESPJV/UFRJ, 2010.

GELLES, R.J.; STRAUS, M. A. (1979). Determinants of Violence in the Family: Toward a Theoretical Integration. In: BURR, W.R., HILL, R., NYE, F.I. and R.I.L., Eds., *Contemporary Theories about the Family*, Free Press, New York, 550-581.

HANMER, J. Women and violence: communalities and diversities. In: FAWCETT, B. et al. (ed.). *Violence and gender relations: theories and interventions*. London: Sage Publication, 1996.

MADEIRA, M. Z. de A. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, jan./abr. 2017.

MIGUEL, L. F. Violência e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, A. da C.; PINHO, V. A. de (coord.). *Diagnóstico rápido participativo complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira/PA*. Altamira: UFPA, 2014. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br. Acesso em: 20 nov. 2017.

REIS, J. F.; SOUZA, J. L. Grandes projetos na Amazônia: A hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. *Dilemas*, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016.

ROMITO, P. *A deafening silence: hidden violence against women and children*. Bristol: Policy Press, 2008.

SCHWARCZ, L. M.; STALING, H. M. *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SILVA, M. V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

ZIZEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DOI: 10.12957/rep.2019.42509

Recebido em 31 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

As tramas sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras*

The social plots of the experience of street workers in Rio das Ostras

Pollyana Luz Macedo da Silva**

Resumo – O presente artigo traz reflexões sobre o trabalho informal, tendo como universo empírico a experiência profissional dos trabalhadores ambulantes integrantes do *Programa Renda Alternativa*, em Rio das Ostras (RJ). Portanto, a pesquisa foi desdobrada em levantamento bibliográfico, além de trabalho de campo com os ambulantes. Por meio desses dispositivos, buscou-se compreender os laços entre informalidade do trabalho e dinâmica capitalista. Os achados da pesquisa mostram que o trabalho ambulante acomete gerações de trabalhadores como consequência do desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo, que limita a oferta de emprego. Somado a isso temos os processos de transformações socioeconômicas das últimas décadas, que intensificam as formas de precarização do trabalho, potencializando a chamada informalidade do trabalho. A expropriação do direito ao emprego empurra os trabalhadores para experiências laborativas inseguras e sem proteção social. A repetição entre familiares amplia a percepção da perenidade da expropriação social entre gerações de trabalhadores.

Palavras-chave: modo de produção capitalista; trabalho informal; trabalhadores ambulantes.

Abstract – This article presents reflections on informal work, having as an empirical universe the work experience of the itinerant workers included in the “Alternative Income Program” in Rio das Ostras / RJ. Therefore, the research was deployed in a bibliographical survey, in addition to field work with street vendors. Through these devices, the research sought to understand the links between informality of work and capitalist dynamics. The research findings show that street work affects generations of workers as a consequence of the unequal and

* Este artigo é resultado das pesquisas de dissertação de mestrado realizadas durante os anos de 2012 e 2013 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-Uerj), tendo como apoio e financiamento a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O artigo foi submetido e aprovado pelo respectivo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, com o número de registro: CAAE: 20724513.9.0000.5282.

** Assistente social da Prefeitura de Carapebus/RJ. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ). *Correspondência:* Rua Beira Rio, 669 (fundos-sobrado). Bairro Nova Esperança. Rio das Ostras/RJ. CEP: 28893576. E-mail: <pollyanaluzmello@hotmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7497-3011>.

dependent development of capitalism that limits the supply of employment. Added to this we have the processes of socioeconomic transformations of the last decades that intensify the forms of precarization of work, enhancing the so-called informality of work. The expropriation of the right to employment pushes workers to unsafe and unprotected labor experiences. The repetition between relatives extends the perception of the perpetuation of social expropriation among generations of workers.

Keywords: Mode of Capitalist Production, informal work and mobile workers.

Introdução

O artigo em tela se insere no campo de estudos sobre o trabalho informal, conhecido, genericamente, como trabalho não regulamentado por contrato jurídico de emprego. A pesquisa adota como universo empírico de investigação a experiência de trabalhadores ambulantes integrantes do Programa Renda Alternativa, da cidade de Rio das Ostras (RJ).

Assim, na primeira parte, abordamos a formação do mercado de trabalho no Brasil e os ciclos de reatualização da heterogeneidade e precarização, sublinhando a experiência histórica da informalidade. O padrão de desenvolvimento urbano-industrial iniciado no país adotou fortes características de atraso, tanto na agricultura, quanto no processo urbano.

Por último, apreciamos, através dos depoimentos coletados, o trabalho ambulante como herança, observando que a atividade é passada de geração a geração nas famílias de trabalhadores desempregados; além disso, encaramos o trabalho ambulante como uma experiência social vivida pelos trabalhadores em sua intermitência entre trabalho formal e informal. São experiências particulares que marcam a trajetória de um grupo específico, inserido num contexto de contradições de classe.

Trabalho no Brasil: ciclos de reatualização da heterogeneidade e precarização a partir da experiência histórica da informalidade

A heterogeneidade das formas sociais de trabalho salta da história da institucionalização e expansão do trabalho assalariado como uma das principais marcas do capitalismo dependente periférico nessa latitude da América do Sul. O trabalho na forma emprego e o trabalho informal atravessam a história do assalariamento no país, após a extinção do trabalho escravo, perdurando no ciclo de modernização.

A história brasileira dos direitos do trabalho é carregada de lutas e resistências pelos trabalhadores, num país que tem características pater-

nalistas, de condução hierárquica e autoritária como carro chefe de Estado. A coerção e o consenso se misturam quando adentramos nas primeiras formas das relações do trabalho no Brasil, no qual as perdas e ganhos da classe trabalhadora em prol dos direitos trabalhistas são sentidos a cada conjuntura histórica e conforme a dinâmica das organizações políticas dos trabalhadores.

De modo geral, a informalidade perpassa a história brasileira desde seus primórdios. Na verdade, “no Brasil, fazer-se trabalhador ambulante constituía uma das estratégias mais antigas e recorrentes entre os segmentos pobres da população” (GOMES, 2006, p. 221), e essa herança atravessou os tempos.

No início do século XX, o capitalismo agroexportador brasileiro necessitava de força de trabalho livre no mercado nesse momento de expansão econômica. A grande maioria dos escravos recém-libertados foi descartada até mesmo deste intento capitalista de ser explorado e usufruído como força de trabalho. O imigrante – a população europeia excedente – virou alvo dos capitalistas nativos e, por isso, das políticas públicas para o trabalho assalariado livre no país.

Para a emergência da força de trabalho no Brasil, além de realizar a expropriação dos meios de produção através do limite ao acesso à terra e aos instrumentos produtivos, foi necessário, igualmente, segundo Kowarick (1987, p. 10), “um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos [...] não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para os outros”.

A questão residia no porquê da não utilização dos trabalhadores livres que se faziam presentes e se aglomeravam no período da escravidão, cujo contingente intensificou-se após a abolição. Dois argumentos se faziam relevantes para a formação do mercado de trabalho ainda nesse período. Um era o movimento higienista, que espalhava o discurso da não utilização da força de trabalho dos brasileiros livres, pois eram denominados inaptos para o trabalho nos moldes do capitalismo clássico, sendo considerados “vadios” e “indolentes”, ou, até mesmo, indisciplinados para o trabalho. Assim, a solução foi a migração de grande parte da força de trabalho europeia, com o intuito de “esbranquiçar” a força de trabalho brasileira, além do discurso de que os imigrantes europeus dominavam e estavam mais acostumados com a rotina do trabalho livre.

Outro ponto relevante neste argumento diz respeito à sua funcionalidade capitalista para a ascensão e acumulação do capital, principalmente se pensarmos que para tal objetivo é necessária uma força de trabalho sobrando – exército industrial de reserva – para o rebaixamento do custo da força de trabalho (KOWARICK, 1987).

Uma das mudanças relevantes a destacar, nesse período, diz respeito à Reforma Pereira Passos, que marcou um novo episódio para a atividade dos trabalhadores informais das ruas, fundamentalmente os localizados

no Rio de Janeiro. A partir de uma noção de higienização da cidade, a reforma consistia em um amplo projeto de urbanização e revitalização, apoiado na crença de que era necessário eliminar as doenças e epidemias (principalmente febre-amarela) que rondavam as ruas e vielas do Rio de Janeiro. Assim, era preciso dar um novo conceito de Brasil que despontava no panorama mundial.

A Reforma Pereira Passos, diante de várias leis e decretos baixados, interferia diretamente no cotidiano, principalmente dos ambulantes e mendigos. “A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir nos morros adjacentes, ou de deslocar-se para a cidade nova e para os subúrbios da Central” (CARVALHO, 1998, p. 40).

Nessa conjuntura, o trabalhador ambulante da época também seria alvo da reforma urbanística. O primeiro passo foi a regulamentação da atividade, que ocorreu através do Decreto nº 997, de 13 de outubro de 1904, oficializando o funcionamento de feiras nos fins de semana nas ruas e logradouros da cidade do Rio de Janeiro. Visando o controle, por parte do Estado, sobre tal atividade, “os ambulantes sofreram perseguições, controle e críticas, já que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas. Todavia, nesta época, a preocupação era com a higiene e limpeza da cidade” (GOMES, 2006, p. 221).

Nesse período, o Estado aparecia como guardião absoluto dos interesses da nação, simbolizando uma entidade outorgante de um bem – as leis sociais. Segundo Vianna (1978), entre os anos de 1891 e 1919, a República respirava a ortodoxia liberal no cenário político. O espriar ideológico liberal era sinônimo de modernidade, “acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular” (VIANNA, 1978, p. 47). Nesta época, entendia-se que o indivíduo deve prover por meios próprios sua subsistência, sendo a “questão social” entregue às parcas e fragmentadas ações filantrópicas.

Além do excedente de trabalho, a gênese do mercado de trabalho era caracterizada por “alta instabilidade do emprego, flexibilidade dos salários, ausência completa de legislação trabalhista e uso indiscriminado de mulheres e crianças perfazendo extensas jornadas” (BARBOSA, 2008, p. 210).

Diante da insegurança ocupacional do período, abundância e variedade das ocupações faziam parte do cenário do mercado de trabalho em ascensão, que se fazia heterogêneo. Proliferavam-se trabalhos autônomos das mais variadas prestações de serviços, que subsistiam numa economia de consumo que acentuava as contradições de classe.

O trabalho autônomo especialmente nessa época, não podia ser pensado fora de uma relação determinante pautada pela equação capital/força de trabalho – que permitia no máximo uma reprodução truncada

da classe trabalhadora – pois, em última instância, dependia da renda gerada nesse circuito. E mais, o crescimento horizontalizado desse amplo setor de serviços, vinculado à ‘economia de subsistência urbana’, adequava-se à expansão do setor capitalista e ampliava a sua taxa de acumulação, em vez de se opor a ela. (BARBOSA, 2008, p. 222-223).

Além disso, já se fazia presente o trabalho domiciliar, que ocupava o espaço privado da casa como forma de geração de renda, seja através de artesanato, seja de empreitadas de segmentos da produção têxtil, à qual se vincula a interposição entre a esfera pública e privada.

Em termos de acumulação e expansão do capital, Vianna (1978) ressalta que a composição orgânica do capital não se alterou entre os períodos de 1920 a 1940, décadas marcadas por intensa regulamentação do mercado de trabalho brasileiro, através de leis e resoluções trabalhistas via estatal. Para o autor,

Consequentemente, ao invés da legislação trabalhista ter operado em termos distributivistas, quanto se constituiria num entrave à acumulação, ou mesmo de se ter comportado neutralmente em relação a ela, observa-se que incrementou sua expansão. Isso se dá à disciplina que impôs no parque fabril, sujeitando politicamente o assalariado à dominação do capital, pela dissolução de suas organizações independentes de classe, e por sua contenção no sindicalismo corporativista. (VIANNA, 1978, p. 152).

Para Barbosa (2008, p. 255), a heterogeneidade do mercado de trabalho decorre da necessidade excedente de força de trabalho para a moderna industrialização, além da “ocorrência de mudanças rápidas na composição da classe, em virtude de uma estrutura industrial pautada pela descontinuidade; e [...] aceleração de crescimento demográfico a partir de 1940”.

A inserção no mercado regulado de trabalho, marcado pela desigualdade, começa pela segmentação da classe trabalhadora no início da regulamentação trabalhista, sobre a qual somente segmentos específicos da área urbana detinham direitos. Eram excluídos, assim, os trabalhadores rurais, que compunham a maioria naquele momento. Contribuiu para a intensificação dessa desigualdade a convivência, quase que harmônica, de um dinâmico capital industrial com a “reprodução das desigualdades de acesso a terra, moradia, propriedade, educação, renda, riqueza e serviços públicos” (BARBOSA, 2008, p. 257).

Barbosa (2008, p. 256) explica a informalidade do trabalho nesse período, não como “resultado de uma suposta incapacidade de industrialização, [...] ou de uma condição subdesenvolvida na qual o papel do Estado parece apenas como corretivo”, mas como resultado da ausência de uma regulação estatal universalizante, nos padrões da sociedade salarial.

Do ponto de vista da economia política da totalidade social, significa uma inserção peculiar na divisão internacional do trabalho como capitalismo dependente provedor de trabalho barato e de baixo custo de reprodução social.

Um período sombrio da história brasileira se aproxima em 1964, com forte repressão dos sindicatos e dos trabalhadores como um todo. Os espaços políticos de representação da classe trabalhadora foram esvaziados e as ações relacionadas ao trabalho retornam sua centralidade para o Estado, com um diferencial importante: um Estado autoritário e violento em suas ações.

Netto (2008) caracteriza esse período da história brasileira de “autocracia burguesa”. Para ele, instalou-se um regime político ditatorial-terrorista que marcaria o desenvolvimento político, econômico e social do país. O pano de fundo do processo ideo-político ditatorial, que se iniciava em meados da década de 1960, formava uma “contrarrevolução preventiva” a nível mundial, a fim de resguardar os interesses do capital nacional e estrangeiro. Os resultados, segundo Netto (2008, p. 17), foram:

[...] a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista.

Esse processo não se desvencilha de padrões socioeconômicos brasileiros galgados na história, mas apenas redimensiona sua dinâmica – vide o latifúndio –, sem contar com a exclusão maciça de qualquer participação política-cidadã nos processos decisórios. Assim, as classes dominantes programaram uma profunda neutralização das forças populares à base da coerção, eliminando os interesses das classes subalternas. Nesse cenário, “o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil torna-se heteronômico e excludente” (CHASIM apud NETTO, 2008, p. 19).

As consequências da racionalização da produção no mercado de trabalho, segundo Baltar (2006, p. 33), foram guiados pelo “baixo preço do dólar, mantido à custa de levadas taxas de juros”, que provocaram fortes mudanças na composição dos assalariados e na redução do número de contratos de trabalho formal, sendo este último o mais afetado. O autor afirma que “a racionalização da produção envolveu mudanças nos produtos e processos, na tecnologia e nos formatos da organização do trabalho, implicando flexibilização no uso e remuneração da força de trabalho” (BALTAR, 2006, p. 36)¹.

¹ Foi somente em 1972/1973 que os trabalhadores autônomos e as empregadas domésticas foram cobertos por parte dos direitos previdenciários. Em 1971, os trabalhadores rurais também foram incluídos nos benefícios trabalhistas através da criação do Fundo de Assistência Rural (Funrural).

Desse modo, de meados da década 1990 em diante, o enfraquecimento dos direitos sociais e trabalhistas é visível, principalmente diante da proposta de Reforma Neoliberal. Desde então, há um desmonte dos direitos relacionados ao trabalho anteriormente conquistados, evidenciando o retrocesso das lutas e reivindicações dos trabalhadores. As leis trabalhistas, conquistadas com tanto “suor” pelos trabalhadores, são desmoronadas, passando-se a flexibilizar cada vez mais as relações contratuais de trabalho. A título de exemplo dos reflexos desse processo, podemos destacar que, entre os anos de 1996 a 2001, o crescimento do desemprego triplicou, assim como as taxas dos ocupados em trabalhos informais aumentou acentuadamente (GOMES, 2002, p. 69-70).

Como se percebe, a história da formação do mercado de trabalho no Brasil coaduna com as tendências mais heterogêneas, desde o assalariamento formal, até práticas reatualizadas com um verniz mais moderno, como o trabalho domiciliar ou o trabalho informal, sendo este último com maior predominância. A exclusão de grande contingente populacional no mercado formal de trabalho relega-os a trabalhos informais, precários, sem a devida segurança social, quando não expostos ao desemprego em massa. Todo esse processo coaduna com a formação de uma superpopulação relativa que vive às margens do mercado formal de trabalho, mas não apartados do processo permanente de acumulação do capital.

Trabalho ambulante em Rio das Ostras: o trabalho como herança e como experiência²

As relações familiares e afetivas próximas são fundamentais para o ingresso em uma ocupação, principalmente numa sociedade de baixa regulação pública. Em geral, boa parte dos trabalhadores são jovens, idosos ou membros mais vulneráveis da família. Assim,

Ao que tudo indica, a rarefação da regulação formal das relações de trabalho é substituída pelo adensamento da regulação por valores como lealdade, responsabilidade (em relação a jovens e idosos), confiança e também subordinação familiar e dependência econômica dos membros mais vulneráveis ou em processo de formação educacional. (CARDOSO, 2013, p. 62).

Não foi outra a evidência com a qual a pesquisa se deparou entrevistando seis trabalhadores ambulantes. Em especial, com as três mulheres. As narrativas, marcadas seguidamente, comparam as relações sociais do passado e do presente, acentuando suas diferenças na vida cotidiana e trazendo, direta ou indiretamente, o modo de vida do trabalhador ambu-

² Os nomes citados daqui em diante são fictícios para preservar o anonimato dos sujeitos informantes da pesquisa.

lante no modo capitalista de produção, na sua versão periférica dependente. Portanto, perpassam histórias de vida repletas de exploração, sacrifício e sofrimento, mas também histórias de alegria e cumplicidade. Histórias que revelam a forma de subsistência de um grupo marcado pelo preconceito. Histórias que perpassam questões de gênero e cultura; questões socioeconômicas e políticas, entre tantas outras dimensões da vida em sociedade.

As trajetórias ocupacionais das mulheres trabalhadoras permitem identificar a sua participação expressiva na renda familiar através do trabalho ambulante. Os reflexos desse fenômeno também são externos ao grupo doméstico. Isto é, a subordinação da mulher também é transmutada para o espaço público através da baixa remuneração, se comparada à dos homens. Conforme Montali (2004, p. 201), “os arranjos familiares de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia, das relações familiares e das relações de gênero”.

Pensar a mulher trabalhadora ambulante implica considerar as nuances de gênero na sociedade capitalista e sua representação na atualidade, pois acreditou-se durante muito tempo que o lugar da rua e do espaço público era prioritariamente dos homens. Os conflitos são variados advindos dessa percepção, principalmente no tocante às características de tal trabalho, que requer uma força física relativa, a fim do transporte das mercadorias.

O que chama a atenção sobre a trajetória dos entrevistados é a descendência materna com predominância marcante nos relatos. Verifica-se que a linhagem paterna é invisibilizada nos depoimentos, principalmente no tocante ao convívio familiar. Ao analisar as trajetórias geracionais, verifica-se que a família da avó materna é o grupo familiar evidenciado, característica da mulher enquanto construtora da base cognitiva e moral dos filhos na família.

Outro fenômeno é a forte presença de uma mobilidade geográfica das famílias, vivenciando dois momentos migratórios nesse processo. A primeira migração é a da geração ascendente no contexto do ciclo desenvolvimentista brasileiro, que promoveu amplo processo de êxodo rural das famílias que migravam do interior do estado do Rio de Janeiro para a capital ou para cidades mais desenvolvidas. Até as décadas de 1970/1980, conforme Cardoso (2010, p. 253), “tivemos a perda de centralidade da agricultura como carro-chefe da economia e sua substituição pelas atividades tipicamente urbanas, em especial a indústria”. Diversos relatos nas entrevistas tratam da falência de atividades ligadas à agricultura, ou mesmo fechamento de fábricas relacionadas a este ramo da economia. O processo migratório das famílias dos ambulantes estava ligado à transição do mundo rural para o urbano, movido pelo encantamento das promessas de qualidade do trabalho urbano-industrial, o que elevou expectativas de uma possível mobilidade social, fato que não se constatou na realidade.

O segundo processo migratório é de sua geração e de seus descendentes, que experienciam a migração gradativa para a região litorânea do interior do estado do Rio de Janeiro. Essas famílias exploram essa região com o objetivo de obterem maiores rendimentos através do trabalho ambulante, mas inicialmente não fixam residência. Atrelados às características do trabalho ambulante de intensa mobilidade geográfica, essas famílias migram em busca de novos mercados em crescimento para venda e circulação de suas mercadorias. Paralelamente, Rio das Ostras recebe grande fluxo populacional atrelado à expansão da indústria do petróleo e gás na região, o que acarreta maiores circulações de produtos e serviços. Além disso, há um processo acelerado de urbanização e publicização da cidade, enfaixado no marketing da cidade-vitrine ou cidade-modelo. Assim sendo, após certo período exploratório na região, essas famílias se instalam e fixam residência.

Outra característica evidenciada nas entrevistas é a exaltação de uma moral do trabalho, forjada a partir de “mecanismos de adesão ao trabalho e a construção de um referencial ideológico que exalte e legitime o trabalho e a figura do trabalhador brasileiro” (COLBARI, 1995, p. 8). O *éthos* do trabalho se forja no seio familiar, que o transmite de geração a geração junto com as habilidades do ofício.

Maria e Joaquina são exemplos da moral do trabalho evidenciado através do esforço individual. A narrativa delas é marcada pela máxima liberal de que “se você quiser então você consegue (sic)”. O resultado é a reprodução do espírito do negociante capitalista, que mesmo precarizado se diferencia dos outros da classe que estão ao relento, e agora podem ajudá-los através da oferta de trabalho ou do testemunho de vida do “correr atrás” (sic).

Eu já ajudei muita gente aí, porque você há de convir que nesta trajetória nossa aí, tanto a gente ganha, quanto oferece. Porque são portas que abrem pras pessoas que querem trabalhar. E se você tiver disposição de trabalhar é fácil. Vai na prefeitura, abre um protocolo e coloca uma licença no seu nome. Começa pouquinho, depois você vai crescendo. Porque é assim que todo mundo começa. Você não pode ter 100 caixas de bebida em casa, você vai lá e compra 10, né? E você vai conseguindo a mesma coisa que eu (Maria).

Assim, pesquisando o ciclo geracional do trabalhador ambulante e observando a trajetória ocupacional da família, podemos apreender a experiência de vida e de trabalho. Através da investigação da reprodução social da família, com seus aprendizados e experiências, prolongados até os dias de hoje, assim como os pontos de descontinuidade, constatamos como a trajetória ocupacional dos pais – e possivelmente dos avós – influenciou nas escolhas e caminhos trilhados pelo participante, configurando uma trajetória de vida de expropriação histórica. Nenhuma política pública

ou ação do mercado (acesso a emprego) foi capaz de reverter esse quadro social, o que é digno de reflexão apurada sobre a experiência de classe.

Thompson (1998, p. 17) nos auxilia a pensar que esse “aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações”. Assim sendo, o conhecimento passado de geração a geração não se desvanece com a educação formal, pois, por mais que a futura geração apresente uma mobilidade social maior se comparado com a geração anterior, suas trajetórias ocupacionais não disporão de muitos horizontes alternativos além da de seus antecedentes. A história de vida dos sujeitos em questão, ainda que estes alcancem melhores patamares, está sobre condições objetivas e subjetivas semelhantes às inseridas num universo de exploração. Para Thompson (1998), os costumes da vida proletária são transmitidos através da história de seus antepassados, considerando as condições reais da reprodução da classe trabalhadora e as relações sociais estabelecidas, tanto social, quanto cultural, econômica e política.

A fase adulta representa um novo ciclo de vida e a formação da família tende a se apresentar como um desafio. Na pesquisa, verificamos que somente através desse novo ciclo é que são criadas maiores responsabilidades para o início do trabalho ambulante. Foi assim no caso da mãe de Joaquina, que conheceu o universo do trabalho ambulante através de seu marido.

Papai era feirante, trabalhava como feirante, ambulante, tá entendendo?! Mamãe conheceu o trabalho ambulante através de papai. Ele trabalhava na feira, no Rio Comprido. Minha mãe casou com 13 anos, entendeu?! Minha avó teve mamãe com 13 anos. Entendeu como é que foi o negócio?! (Joaquina)

Como se vê, a formação de uma nova família é um ciclo importantíssimo na história de vida do entrevistado, marcando sua trajetória ocupacional. Esse período gera responsabilidade e compromisso a partir de um novo sentido afetivo do sujeito. De uma forma incisiva, esse processo social assinala decisivamente a direção a ser percorrida em sua trajetória no trabalho ambulante: a trajetória ocupacional é transmitida por gerações.

Assim, apesar de a trajetória geracional estar atrelada ao trabalho ambulante, a identificação ou *status* de trabalhador só germina a partir da formação da família. O novo ciclo de vida é o marco da responsabilização não só enquanto indivíduo, mas enquanto família. Mais que determinante de integração, as redes sociais informais, através da família, amigos e vizinhos, constituem-se em fator importante, embora não exclusivo, de ingresso dos trabalhadores no trabalho, como viemos demonstrando.

Portanto, o novo ciclo que se inicia, na maioria das vezes, evidencia tanto o acontecimento histórico particular como também a herança

que atravessa os tempos para as gerações, traçando as marcas de expropriação social dessa camada de trabalhadores. Por isso, muitas vezes, essa transição do trabalho ambulante não é rompida, principalmente a partir desse novo ciclo.

O bico é o emprego no mercado formal ou o bico é o trabalho ambulante?

A famosa frase “fazer ‘bico’”, que se deflagra quando perguntamos ao trabalhador sobre sua ocupação, é intrigante. A primeira análise que nos aponta é a total indefinição sobre o que seria “fazer bico”. Que modalidade ou categoria de trabalho é esse, se é que existe uma classificação exata para o trabalhador que exerce tal atividade?

Antes de adentrarmos nas narrativas, faz-se necessário uma breve explanação sobre as características do que a classe proletária chama de “bico”, a fim de entendermos o sentido empregado na pesquisa que se põe às avessas pelo trabalhador ambulante. O trabalhador que faz o “bico” se encontra inserido em trabalhos que são de natureza intermitente e isolado, configurando-se pela não permanência em um mesmo ramo de atividade. O “bico” normalmente se insere em trabalhos informais, terceirizados ou algum tipo de prestação de serviço, sendo contratos por um período de tempo determinado. No caso, o trabalho ambulante se configura como um “bico”, diferentemente do trabalho formal, que tem características diferentes, pois ocorre uma continuidade do trabalho.

Nos depoimentos, encontramos essa modalidade de trabalho às avessas, ou seja, o assalariamento formal do trabalho é empregado como uma espécie de “bico”; assim, ganha centralidade o trabalho ambulante que se configura subjetivamente como trabalho formal para esse trabalhador. A ocorrência da confusão terminológica é deflagrada nos depoimentos dos trabalhadores ambulantes.

Isso nos permite indagar se a “renda é alternativa” efetivamente, ou se é o elemento mais capilar da inserção laborativa através do trabalho ambulante. Vêm à tona novos significados e implicação sobre o próprio objetivo do Programa Renda Alternativa, não sendo mais uma alternativa para o trabalhador, mas condição primordial para sua reprodução social.

Um aspecto a ser ressaltado também é o trânsito entre o trabalho formal e o trabalho informal (e vice-versa), que foi recorrente nos depoimentos dos entrevistados. Cacciamali (1994) analisa esse processo como típico da estrutura social brasileira, indicando que o alargamento ou o retraimento da absorção da força de trabalho para o ingresso no trabalho informal depende, muitas vezes, não só das políticas públicas voltadas para tal, mas também, e principalmente, da movimentação da engrenagem da produtividade do trabalho formal.

Quanto à organização política e coletiva dos trabalhadores ambulantes, em geral, verificamos a experiência vivida por alguns e sua forma de enfrentamento a fim de amenizar as condições aviltantes de trabalho, bem como suas estratégias criadas por meio das redes de solidariedade entre os próprios trabalhadores. Quanto ao seu intento, percebe-se que o associativismo significou, para alguns trabalhadores, formas coletivas diferenciadas de inserção na esfera pública, visando visibilizar as condições precárias de trabalho ambulante no município. Porém, não significou efetivamente mudanças substantivas nas relações de trabalho na prática do ambulante, tanto em sua legitimidade enquanto organização coletiva de trabalhadores, quanto no tocante à relação conflituosa com o governo local.

O que se evidencia nas falas dos entrevistados sobre a organização política dos trabalhadores é a sua externalidade. As características da forma de organização local e a reduzida mobilização fazem com que esse tipo de iniciativa seja compreendido mais pelo seu elemento assistencial ou potencialmente de ajuda do que como organização de classe. Assim, a noção de cidadania como participação é restrita, elucidando que o associativismo não é uma experiência contínua, pois um dos entraves passa pela heterogeneidade e a fragmentação dos trabalhadores informais, empecilhos para a construção de interesses comuns.

No contexto regional de depreciação econômica de outras cidades, Rio das Ostras serviu como “caminho das pedras” para trabalhadores migrantes desempregados, diante do incremento da indústria do petróleo e gás na região. As transformações socioeconômicas das últimas décadas atingem especificamente esse universo particular de trabalhadores. São apreciadas através das intermitências das trajetórias ocupacionais, principalmente diante das exigências da indústria do petróleo e gás a respeito de conhecimentos técnicos mínimos, como escolaridade e certas habilidades, o que dificulta o ingresso desses trabalhadores. Estes têm a sua “socialização” no mercado de trabalho urbano e informal por meio dos arranjos familiares para lidar com essa realidade social.

Esse processo de transformação inédita na cidade requer maior circulação de pessoas, produtos e serviços para suprir as suas necessidades. Como o trabalho informal mantém relações próximas com o trabalho formal, na maioria das vezes, o movimento das vendas do trabalhador ambulante dependerá dessa relação com os trabalhadores assalariados. Assim, as rendas adquiridas pelos trabalhadores ambulantes têm diminuído, conforme fala de alguns entrevistados, “devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados e dos desempregados [...]” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 430). Além disso, há grande concorrência entre os próprios trabalhadores ambulantes, “pois o número desses trabalhadores é cada vez mais crescente, levando-se a obter apenas o necessário para sua subsistência” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 430).

Assim, as transformações socioeconômicas da cidade expressam novos mercados de consumo para as mercadorias dos trabalhadores ambulantes advindos de outras regiões saturadas economicamente. Essas transformações absorveram pessoas de diversos lugares e, além disso, apesar do aumento relativo no nível de escolaridade nos últimos anos, esse processo não ocasionou o ingresso dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Essa dinâmica se agrava na região através dos impactos trazidos pelo intenso desenvolvimento das indústrias de petróleo e gás que resultam na não absorção da força de trabalho que advém de outras regiões, engendrando uma superpopulação relativa para o capital no município. Além de atingirem, sobremaneira, as relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores ambulantes, acirram as relações sociais com seus pares expressos no aumento de ambulantes na cidade. Portanto, a disseminação e recorrência das práticas do trabalho ambulante através do ciclo familiar é consequência dos processos de transformações socioeconômicas do trabalho das últimas décadas, intensificando as formas de precarização do trabalho.

Considerações finais

De uma forma geral, a pesquisa revelou que as gerações das famílias dos trabalhadores ambulantes são marcadas pela experiência laborativa da insegurança e da precariedade do trabalho. A reprodução da família proletária aparece nos depoimentos como testemunho vivo de expropriação social. A partir da reflexão desse vivo material, a pesquisa evidenciou que é na família, e não no mercado ou no Estado, que o modo de reprodução social é transmitido: de pai e mãe para filhos. Nesse sentido, a família aparece como a ponte para ingresso no trabalho ambulante.

Identificamos que, apesar do nível de escolaridade, de modo geral, ter aumentado entre uma geração e outra, o processo de deterioração das probabilidades de inserção ocupacional foi uma constante, restando inserções precárias e informais. Além disso, o trabalho infantil é uma constante nas trajetórias dos trabalhadores ambulantes, marcando inclusive a ruptura com a trajetória escolar dos entrevistados, dos seus antecedentes e descendentes, impossibilitando melhoria nas condições de vida.

Esse processo aproxima os ambulantes entrevistados da experiência de parcela significativa da família proletária brasileira, na qual a promessa de transição da escola para o trabalho é uma quimera distante pela inserção precoce no mercado de trabalho. As urgências básicas da reprodução da força de trabalho e da família parecem ser marcadores de classe importantes da experiência proletária. Essas talvez sejam condições materiais de existência que estimularam a mentalidade da viração, do estar por conta própria.

As relações sociais estabelecidas com seus pares, com a política local e com as formas de organização política, também foram destacadas. As correlações de forças com o governo local estão intimamente ligadas à forma de organização política dos trabalhadores ambulantes, influenciando seu exercício ocupacional. Constatou-se que a experiência de organização desses trabalhadores não operou transformações substantivas nas relações de trabalho do ambulante, tanto em sua legitimidade enquanto organização coletiva de trabalhadores, quanto no tocante à relação conflituosa com o governo local.

Nessa passagem da exposição da pesquisa apreciamos que as mudanças locais recentes trazidas pela indústria do petróleo repercutiram sobre o trabalho dos ambulantes. Enfatizamos que as transformações socioeconômicas de Rio das Ostras colocam a cidade como escoadouro de consumo para as mercadorias dos trabalhadores ambulantes advindos de outras regiões saturadas economicamente, ao passo que absorvem trabalhadores de vários lugares. Ademais, que, apesar do aumento relativo no nível de escolaridade nos últimos anos, esse processo não ocasionou o ingresso ou o melhor posicionamento dos trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Esse processo se intensifica na região através dos impactos trazidos pelo desenvolvimento das indústrias de petróleo e gás que resultam na não absorção da força de trabalho que advém de outras regiões, engendrando uma população sobrando. Isso afeta sobremaneira as relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores ambulantes, acirrando as relações com outros trabalhadores devido ao aumento de ambulantes na cidade.

Assim, o pressuposto principal da pesquisa é de que o trabalho ambulante acomete gerações de trabalhadores como consequência do desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo, que não oferta emprego para todos, e de que os processos de transformações socioeconômicas das últimas décadas intensificam as formas de precarização do trabalho. Essa dinâmica se agrava na região em estudo através dos impactos trazidos pelo intenso incremento das indústrias de petróleo e gás que não absorvem a força de trabalho disponível, criando uma superpopulação relativa para o capital no município. A expropriação do direito ao emprego empurra os trabalhadores para experiências laborativas inseguras, incertas e sem proteção social. A repetição dessa história entre familiares amplia a percepção da perenidade da expropriação social entre gerações de trabalhadores.

Em suma, como dito antes, a experiência de trabalho dos ambulantes é entrecortada por formas laborativas variadas, por baixa qualificação profissional, por dependência dos familiares e de ações públicas do Estado e por associativismo. As formas organizativas e coletivas dos trabalhadores ambulantes engendram uma nova morfologia das lutas sociais a partir da nova morfologia do trabalho. Esses espaços de reflexão e questionamento, enquanto lócus privilegiado da suspensão da vida cotidiana,

seriam uma ferramenta indispensável para a efetivação real das características objetivas e subjetivas do trabalhador ambulante no modo de produção capitalista, bem como pensar em novas estratégias de legitimação desse tipo de trabalho perante a sociedade.

Referências

- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BALTAR, P. E. de A. Racionalização da produção, emprego e trabalho. In: MORETTO, C. F. (org.). *Trabalho e trabalhadores: significados e significâncias*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BARBOSA, A. de F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. *Revista Eletrônica Indicadores Econômicos FEE*, v. 21, n. 4, 1994. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626. Acesso em: 13 maio 2013.
- CARDOSO, A. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COLBARI, A. L. *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- GOMES, A. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, M. de F. C. M. (org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista bras. est. pop.*, Campinas, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2008.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOI: 10.12957/rep.2019.42514

Recebido em 08 de dezembro de 2018.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj

University and the labor market: the social trajectory of quota graduate students from the College of Social Work at the State University of Rio de Janeiro

Clarissa F. do Rêgo Barros*

Resumo – Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa qualitativa realizada no doutorado, relacionando educação, política de ação afirmativa na universidade e inserção no mercado de trabalho com 11 alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. Os dados apresentados resultam da análise da trajetória social dos estudantes cotistas ao longo da formação na Educação Básica, do ingresso e conclusão na universidade e da inserção no mercado de trabalho. Assim, buscou-se identificar as particularidades, dificuldades, conquistas e possíveis mudanças socioeconômicas alcançadas a partir das políticas de ação afirmativa, tendo como base os princípios normativos de igualdade substancial, justiça social e de eventual mobilidade social, derivadas da profissionalização e do alcance de melhores colocações no mercado de trabalho para este grupo étnico-social específico beneficiado pelas cotas na Uerj. **Palavras-chave:** educação; trabalho; política de ação afirmativa; ensino superior.

Abstract – This article aims to present the results of the qualitative research carried out in the doctorate's research connecting education, affirmative action policy in the university, and the insertion in the job market with 11 students from the College of Social Work at the State University of Rio de Janeiro (Uerj). The data presented is based on the analysis of the social trajectory of the quota students along their formation in basic education, access to the university, graduation, and insertion in the labor market. In this way, it is sought to identify the peculiarities, difficulties, achievements, and possible socioeconomic changes achieved from the affirmative action policies, based on the normative principles of substantial equality, social justice, and possible social mobility, derived from the professionalization and the reach of better job market placements for this specific social ethnic group benefited by the quotas at Uerj.

Keywords: education; labor; affirmative action policy; higher education.

* Historiadora graduada pela PUC-Rio. Especialista em História Contemporânea. Doutora em Serviço Social/PPGSS UERJ. Correspondência: Rua Xingu, 53 (casa). Freguesia/ Jacarepaguá. RJ. CEP: 22760-070. E-mail:< clafbarros2015@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6765-4848>>.

A conjuntura neoliberal de crise na educação: breve histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil

A crise estrutural do capitalismo, a partir dos anos 1970, aprofundou, no Brasil, a flexibilização das relações de produção, determinando a reformulação do papel do Estado passou a retrair sua ação socioreguladora através da retirada do atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores. No âmbito das relações trabalhistas também ocorreram mudanças que repercutiram na instituição de novos processos de trabalho baseados na desterritorialização de parte do ciclo produtivo, na necessidade de hiperqualificação do trabalhador para desenvolver atividades e envolvendo altas tecnologias. Como consequência direta destas transformações, houve a precarização absoluta das relações de trabalho. A ampliação do desemprego, do exército industrial de reserva, dos vínculos temporários, instáveis e precários, e da perda de direitos dos trabalhadores refletem um processo de fragmentação da classe trabalhadora, cujo resultado é o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e raciais, (HARVEY, 2005).

Na conjuntura neoliberal de aprofundamento do nexo entre educação e trabalho, a ideologia do capital humano apregoa a garantia de melhores empregos, maior produtividade e ampliação do poder de compra. Sugere desta forma, que a educação formal tenha o papel de viabilizar a qualificação e os elementos necessários para competitividade e inserção no mercado de trabalho. Cabe à formação de nível básico – a escola básica – o acesso aos postos de trabalho imediatos, de baixa e média remuneração e nível técnico – já ao ensino superior, cabe a profissionalização com possibilidade de alcance dos melhores postos de trabalho através de salários mais altos, que podem ainda aumentar com a aquisição de títulos de pós-graduação. A categoria de capital humano justifica diferenças educacionais no Brasil a partir dos níveis de escolaridade. (FRIGOTTO, 2010).

As desigualdades sociais educacionais não são exemplificadas apenas pela formação, mas pela diferenciação dos processos formativos em relação às esferas pública e privada. O sucateamento das escolas públicas diante da ausência de investimento na educação básica pelo governo, nos âmbitos federais, municipais e estaduais, determinou uma lógica perversa de reprodução das desigualdades sociais para a maioria da população pobre e negra que frequenta estas instituições.

Em resposta ao corte de repasse de recursos, por parte do Estado, para as políticas sociais em geral e para a política de educação, em particular, movimentos sociais incorporaram como pauta de suas reivindicações a falta de direitos das chamadas minorias, historicamente excluídas por raça, gênero, sexualidade e classe. Como desdobramento desta atuação dos movimentos sociais, em 2001, após a Conferência de Durban contra a Xenofobia e o Racismo Mundial, começaram a serem adotadas no Brasil as políticas de ações afirmativas.

Essas políticas passaram a ser enfatizadas pelos movimentos sociais, em especial; pelo movimento negro, como uma forma de reparação das desigualdades históricas sofridas pelos grupos etnicamente e socialmente excluídos do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social. A desigualdade social como alicerce da questão racial elabora revisionismo da construção da identidade brasileira, pontuando o branqueamento como um dos responsáveis pela assimilação da cultura negra na sociedade. Além disso, atribuindo ao racismo estrutural a responsabilidade pelo vácuo da falta de oportunidades para a população negra no país, cujo pressuposto histórico encontra-se no passado escravista.

As políticas de ação afirmativas são políticas sociais voltadas para concretização da igualdade substancial ou material, que procura neutralizar os efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física. A meta das ações afirmativas é a implementação de uma certa diversidade e de uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios da atividade pública e privada. (GOMES, 2003, p.21).

A política de ação afirmativa é interpretada como uma *discriminação positiva*, tomando como alvo um indivíduo específico, a fim de concretizar a igualdade substancial ou material, em que o principal elemento é a justiça social. Compreender a justiça social materializada no alcance de direitos implica, para o entendimento das políticas de ação afirmativa, articular os campos da educação e do trabalho, como forma de refletir sobre o processo de formação profissional, viabilizado pelo acesso e pela conclusão da universidade, e o potencial do indivíduo de se inserir no mercado de trabalho.

No quadro político-econômico de precarização e descontinuidade das políticas públicas na educação, de incentivo à privatização e de sucateamento do ensino público, a desigualdade entre negros e brancos, no que se refere à escolaridade, tornou-se uma justificava fundamental para falta de mobilidade social dos negros na sociedade capitalista contemporânea. Isso acontece visto que, a relação entre educação e trabalho ganhou centralidade no processo de reestruturação produtiva. Sob este aspecto, a luta do movimento negro assumiu centralidade a partir da defesa pela adoção de cotas para garantia do acesso de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras.

Em 2012, o Projeto de Lei PL.73/99, que tramitava no Congresso Nacional desde 1999, conferiu a constitucionalidade das cotas raciais e sociais nas universidades federais brasileiras e nos institutos técnicos federais (BRASIL, 1999). A nova Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, determinou a reserva de vagas, de no mínimo 50%, para os estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas reservadas

para negros e indígenas de acordo com a população étnica existente nos estados, definida pelo IBGE, onde se localizam as instituições federais.

Os estudantes que desejarem ser beneficiados pelas ações afirmativas devem realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obter a nota mínima no vestibular para concorrer à reserva de vagas. O critério racial (para negros e indígenas) é definido pela autodeclaração no ato de inscrição no processo seletivo, e o recorte de renda é um fator determinante para definir o perfil dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas, cuja renda familiar deve ser de até 1,5 salários-mínimos *per capita*. O poder executivo estipulou o prazo de dez anos para revisão do projeto de acesso às universidades para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas, e a partir da data de vigor da lei, as instituições federais terão que preencher, pelo menos, 25% das vagas previstas, tendo um prazo de quatro anos para cumprir integralmente a lei proposta.

A experiência da Uerj: pioneira na adoção das ações afirmativas no ensino superior

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf), ao lado da Universidade Estadual da Bahia (Ueba) e da Universidade de Brasília (UNB), foram pioneiras na implementação das ações afirmativas.

Em 2003, ocorreu na Uerj o primeiro vestibular regulamentado pela política de ação afirmativa utilizando o critério de reservas de vagas – cotas, como categoria de acesso à universidade para negros, estudantes de escola pública e deficientes físicos. Porém, houve forte pressão social, com processos jurídicos encaminhados por alunos contra a universidade. Desse modo, solicitava-se a anulação do vestibular a partir de justificativas que argumentavam: a quebra de mérito; a possível queda de qualidade das universidades estaduais devido à entrada de alunos com aparente baixa qualificação por serem de escolas públicas; o privilégio aos negros; a dificuldade de averiguar a veracidade dos alunos negros autodeclarados, em virtude do histórico de miscigenação do país; e, até mesmo, a ilegitimidade das cotas raciais como uma medida para superação das desigualdades raciais no ensino superior e do racismo estrutural histórico no país.

A *racialização* do debate sobre a adoção das cotas na Uerj (SANTOS, 2003) incitou diferentes posições na mídia, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e na universidade, em dois eixos centrais e distintos de análise e discussão: os que se colocaram contra as cotas, denominados como universalistas, por privilegiar políticas de caráter universal sem especificação de cor, raça ou classe; e os defensores das cotas, que, diante das desigualdades raciais históricas, destacam a importância da implementação de políticas de discriminação positiva pelo Estado como forma de superação

do racismo estrutural, garantia da igualdade material, reparação histórica e justiça social para a população negra no Brasil.

Esta forte pressão social de entidades do movimento negro e de outros movimentos sociais (como pré-vestibulares comunitários) resultaram em reformulação das leis já regulamentadas¹ sobre o sistema de cotas no vestibular da Uerj.

A Lei n. 4.151, sancionada para o vestibular 2004, determinou mudanças nas categorias que justificavam os grupos sociais beneficiados pelas cotas. Em função de um novo disposto presente na lei, a universidade passou a trabalhar com o critério de análise socioeconômica de restrição de renda familiar para o benefício das vagas reservadas para negros, estudantes de escolas públicas, deficientes físicos e minorias.

Ademais, a Lei 4.151 estabeleceu 20% das vagas para estudantes da rede pública de ensino; 20% das vagas para negros; 5% para deficientes, nos termos da legislação, e minorias étnicas, com a necessidade de comprovação de renda *per capita* mensal no valor de um salário-mínimo como critério de carência. Desse modo, a lei de cotas na Uerj permitiu o acesso ao ensino superior a um *novo perfil*² de estudante, tornando-se necessário garantir a permanência do estudante cotista na universidade.

No ano de 2008, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou a Lei n. 5346, estabelecendo novas alterações para o funcionamento do sistema de cotas, sendo instituído o prazo de balanço e validade da política de dez anos (BRASIL, 2008). Além dos dispostos já existentes, que definem as categorias dos grupos étnicos e sociais beneficiados, a legislação incluiu nos 20% destinados às vagas reservadas para negros os quilombolas, e nos 5% remetidos às pessoas com deficiência, os filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Ainda, ratificou como dever do Estado proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes ingressos da política de ação afirmativa, promovendo a permanência na universidade e preparando o estudante cotista para o mercado de trabalho, mediante um programa de apoio aos alunos ingressantes pelas cotas, denominado Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar). O objetivo é contribuir para integração, qualificação acadêmica, permanência e desenvolvimento profissional, social e pessoal do estudante cotista. O Proiniciar atua na supervisão, acompanhamento, avaliação e atendimento aos alunos cotistas, ficando também responsável pelo apoio

¹Para o conhecimento das leis, acessar: http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/index_portal.php

²O novo perfil de estudantes é um conceito desenvolvido por Machado (2010) para analisar e compreender o perfil socioeconômico dos alunos ingressos pelas cotas. Define-se por meio do critério de carência necessário para o direito às vagas reservadas, subjacente às diferentes categorias, o que torna fundamental a garantia do acesso e da permanência do aluno cotista na universidade através de uma política de assistência estudantil.

ao estudante através do repasse das bolsas³ e auxílios extras, como: material didático, bilhete único e atividades extracurriculares de complementação acadêmica.

A política de ação afirmativa na universidade viabilizou o acesso ao ensino superior, tendo como critério o recorte de renda e a reserva de vagas para um grupo de indivíduos com perfil étnico e social específico. Para esses, a trajetória social inclui dificuldades e experiências que expressam a falta de direitos, uma formação repleta de lacunas na educação básica, uma rotina que conjuga educação e trabalho em funções precarizadas e, muitas vezes, subalternas. Permanecer na universidade e concluir o curso de graduação significa, para esse grupo de estudantes, um desafio e uma meta a ser alcançada, que pode possibilitar, com a formação acadêmica profissional, o alcance de melhores colocações no mercado de trabalho.

Na conjuntura de retrocesso dos direitos trabalhistas e da precarização das relações de trabalho, repleto de trabalhadores hiperqualificados e dispostos a entrar no mercado de trabalho a qualquer custo, é possível questionar: teriam os ex-estudantes cotistas uma trajetória de maior dificuldade em função da sua condição de raça e classe, ou o alcance do diploma de graduação, em si, já se transformaria em facilitador, colocando estes estudantes em um mesmo nível de competição com os demais? Com a inserção no mercado de trabalho, teriam os ex-estudantes cotistas alcançado empregos com relativa estabilidade e na profissão em que se formaram? A posição alcançada no mercado de trabalho permite caracterizar igualdade material e justiça social a estes segmentos étnico-sociais?

Estas questões serviram de pressupostos para o desenvolvimento de tese de doutorado⁴ cuja pesquisa procura relacionar educação e trabalho como forma de investigar as trajetórias sociais e as experiências de ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj, no contexto de crise estrutural do capital. Esse contexto impacta fortemente no campo do trabalho, a ponto de expandir a condição de precariedade para diversos segmentos e categorias sociais, sobretudo dos assistentes sociais, que operam na execução de políticas sociais na área de saúde e educação, em projetos sociais, em ONGs e nas relações de trabalho mais diversificadas e precarizadas, mesmo que em empregos públicos.

Como sujeitos da pesquisa, foram entrevistados 11 estudantes cotistas concluintes da Faculdade de Serviço Social da Uerj, ingressantes entre os anos de 2003 e 2007. O período de 2003 a 2007 segmenta o grupo de estudantes que ingressaram na universidade nos primeiros anos de adoção e reformulação das políticas de ações afirmativas na Uerj. Além

³Inicialmente as bolsas eram oferecidas apenas para alunos do 1º e 2º anos de estudos. Com a Lei n. 5346/08, foram estendidas a todos os alunos cotistas com matrícula regular e que mantivessem a situação de carência. Todos os alunos beneficiados recebem Bolsa Permanência de R\$400,00, mesmo valor da bolsa de iniciação científica. Pode ser acumulada com bolsas de estágio externo ou pode-se, ainda, optar por outros tipos de bolsas.

⁴Ver: Barros (2015).

disso, incluir um universo de ex-alunos com até sete anos de formados, tempo razoável de vivência e experiência no mercado de trabalho, fora ou na área de atuação, tendo adquirido ou não um nível de pós-graduação *latu ou stricto sensu*.

Dos 11 entrevistados, 10 são do sexo feminino e 1 é do sexo masculino. Os entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 40 anos. Em relação à identidade étnica, 5 dos entrevistados se classificaram com negros, 1 como pardo, 4 como brancos e apenas 1 não se classificou. A formação escolar básica de todos os entrevistados no ensino fundamental foi realizada em escolas públicas; 3 dos entrevistados concluíram o ensino médio em escolas particulares, 1 dos entrevistados concluiu o ensino médio em uma escola técnica e 7 concluíram o ensino médio na rede pública estadual⁵.

A finalidade do estudo sobre as trajetórias sociais dos ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj consistiu em averiguar os movimentos destes indivíduos relacionados às experiências de vida relativas à escolarização, à graduação e à entrada no mercado de trabalho. Foram observadas as dificuldades ou facilidades para conseguir o primeiro emprego, a rotina de trabalho, a existência ou não de racismo e discriminação no ambiente de trabalho, a satisfação ou insatisfação com a carreira profissional escolhida, entre outros elementos. Assim, foi possível delinear eventuais mudanças socioeconômicas que justifiquem possibilidades de mobilidade social alcançada por este grupo étnico e social a partir de políticas de ação afirmativa na universidade.

A utilização do materialismo histórico como análise das múltiplas determinações da realidade, nesta pesquisa, foi fundamental para a compreensão da relação entre as temáticas de educação, trabalho e política de ações afirmativas. Essas se colocam como um objeto concreto a ser investigado, de maneira que lidar com o concreto demanda uma síntese de suas particularidades, ou seja, das determinações abstratas. Assim, implica análises sobre: a importância das políticas de ações afirmativas para o acesso e conclusão do ensino superior, o papel da universidade na formação profissional dos estudantes beneficiados pelas cotas e a trajetória social dos ex-alunos cotistas da Uerj no mercado de trabalho.

A realização de entrevistas⁶ teve como base um questionário fechado, com dados pessoais, questões sobre a trajetória escolar, ingresso, cotidiano e conclusão na universidade, bem como inserção no mercado de trabalho e singularidades profissionais. O roteiro de entrevistas determinou a sistematização das falas dos entrevistados em três eixos centrais: 1) educação básica; 2) ações afirmativas no ensino superior; e 3) mercado de trabalho.

⁵ É importante salientar que, para adquirir benefício das cotas para estudantes de escola pública, o estudante deve ter concluído todo o ensino médio na rede pública de ensino.

⁶ As entrevistas foram realizadas em questionário aberto via Skype e WhatsApp.

Esta linha de análise teve como objetivo avaliar não só a trajetória acadêmica do entrevistado, mas também observar aspectos da formação profissional; situação do entrevistado no mercado de trabalho em relação à satisfação profissional, salarial e vínculo empregatício; inserção em cursos de pós-graduação, entre outros. Esses elementos permitiram averiguar a trajetória social alcançada pelos ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da Uerj após a conclusão da universidade e a profissionalização. Foram, portanto, identificadas nas falas dos entrevistados especificidades das relações de trabalho, assim como características e dificuldades do mercado de trabalho do assistente social contemporâneo, tendo como sujeito histórico este grupo étnico-social que categoriza o perfil do aluno de cotas⁷.

Uma breve reflexão sobre a inserção no mercado de trabalho dos estudantes cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj

Na conjuntura da reestruturação produtiva, um conjunto de transformações refletiu na organização e na gestão do trabalho, provocando alterações nas relações sociais. Novas demandas foram postas para o Serviço Social e para o mercado de trabalho dos assistentes sociais, que vivem um processo de precarização com crescente desemprego e ampliação dos processos de terceirização e flexibilização.

Essa realidade é exemplificada pelo aumento do número de contratações por ONGs, em programas de qualidade total, assim como pelo gerenciamento de mão de obra também em empresas privadas. A iniciativa privada, nesse caso, está direcionada para cumprir um papel filantrópico, desempenhando a chamada “responsabilidade social”, criando parcerias com o próprio Estado e/ou com a sociedade civil.

De acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p. 182), a esfera estatal permanece concentrando o maior número das instituições empregadoras dos assistentes sociais, o que leva a uma maior concentração desses profissionais, distribuídos sobretudo no âmbito das políticas de seguridade social, com destaque para as áreas de saúde e assistência. Esta tendência pode estar vinculada, entre outros fatores, à necessidade de administrar as contradições decorrentes das defasagens entre a redução dos gastos sociais e o aumento da demanda por serviços públicos, considerando o agravamento da questão social. Tal fato contribuiu para outra tendência: a da redução dos atendimentos estatais e do deslocamento de atribuições e responsabilidades do setor público para o privado via filantropização e

⁷Na tese de doutorado foi realizada uma matriz com o perfil socioeconômico dos 11 entrevistados, cujo modelo foi o questionário socioeconômico do vestibular da Uerj (BARROS, 2015).

mercantilização, exemplificadas a partir da institucionalização do Terceiro Setor, que contribui para o surgimento e ampliação das ONGs.

Para Abreu (2004, p. 62), essas contradições repercutem nas condições de trabalho da categoria, destacando-se a incidência de modalidades de precarização do trabalho profissional (terceirização, contratos temporários etc.), sobretudo em relação à oportunidade de trabalho em municípios, no bojo do processo de interiorização (municipalização). Essa incidência se dá mediante, principalmente, o predomínio de contratações por meio de esquemas clientelistas (indicações e convites) ou sob forma de prestação de serviços (as chamadas assessorias e consultorias). Porém, sem registro em carteira profissional (CTPS), sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração. Contudo, além da incidência de precarização do trabalho, há ainda a abertura e intensificação de formas de atuação profissional vinculadas às estratégias conselhistas, que apontam novas formas de articulação profissional com os interesses de classes e a necessidade de adequação técnico-administrativa às exigências postas pela reorganização dos serviços públicos, a partir de um novo padrão do trabalho baseado em inovações de ordem tecnológica e de gerenciamento da força de trabalho.

Com a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de assistência social. Esses avanços, segundo os autores Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), foram tecidos em uma conjuntura política adversa à expansão da assistência social como política pública, o que revelou em sua implementação uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação. Assim, como pontuado anteriormente, foram comprometidas a universalidade e a continuidade de suas ações.

Sobre a inserção dos assistentes sociais no âmbito das políticas públicas, a Nova Política de Assistência Social (PNAS), que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas), define dois patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia) e o convívio ou vivência familiar e experiências vividas enquanto profissionais.

Ainda de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), a visão crítica da realidade é fundamental para ação profissional no Suas, que define aspectos do desempenho profissional dos assistentes sociais, na multiplicidade das refrações da questão social em recortes e fragmentos das problemáticas sociais. A principal tensão presente na formação e nas competências profissionais dos assistentes sociais está na capacidade de compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência, diante do agravamento da pobreza, sem hiperdimensionar o papel da assistência social no enfrentamento da questão social.

A prática profissional requer conhecimentos específicos que deem conta das particularidades e singularidades da assistência social, em que, de forma crítica, se justifica a importância da formação profissional no

desvelamento da realidade sobre a qual incidirá a Política de Assistência Social.

Além dos campos de trabalho já apresentados, Almeida e Alencar (2011) apontam algumas das atuais áreas de trabalho do assistente social, tais como: política de assistência social, política de atenção à criança e ao adolescente, política do idoso, no campo sociojurídico, na área da educação e na área da saúde.

As entrevistas evidenciaram que a conclusão da universidade viabilizou um conhecimento crítico e social responsável por formar o assistente social enquanto profissional engajado politicamente. A inserção em grupos de pesquisa apresentou aos entrevistados um universo acadêmico importante à formação continuada do assistente social, e o estágio permitiu o conhecimento das áreas de atuação do assistente social enquanto profissional. Contudo, a inserção no mercado de trabalho assumiu uma trajetória que não foge à malha da precarização do trabalho e do medo de ficar desempregado.

Na análise de trajetórias, o nexos entre a ocupação e o nível de escolaridade demonstra que a continuidade nos estudos é uma estratégia para o aumento salarial e garantia de melhores colocações nos concursos públicos. Em alguns casos, a opção pelo mestrado com bolsa passa a ser uma alternativa de fuga ao desemprego e uma forma de manter-se atualizado no trabalho que se está realizando. As entrevistas revelaram que, para os entrevistados, o concurso municipal acaba sendo um trampolim para o alcance de melhores concursos, sobretudo após a aquisição de títulos de pós-graduação.

Observando o nível de escolaridade dos entrevistados, 5 deles possuem o grau de especialização completo, 1 está com a especialização em andamento, 1 possui uma especialização completa e está com o mestrado em andamento, e 4 possuem nível superior completo e nenhum tipo de pós-graduação. Em relação à ocupação atual, 10 dos entrevistados possuem vínculos formais; entre eles, 6 são concursados municipais, 1 pontuou ser concursado de nível médio e 3 possuem vínculos formais de CLT, sendo que 1 disse acumular os vínculos formais com outro, de prestação de serviços. Apenas 1 entrevistado mencionou estar desempregado. Dos 10 entrevistados empregados, 5 atuam na área da assistência social e 5 na área da saúde.

A permanência em vínculos precários levou os entrevistados a uma jornada de acúmulo de empregos, exemplificada na concentração de cargos públicos – de nível médio e superior, ou de empregos conjugando o trabalho formal com outros de prestação de serviço, sem direitos trabalhistas. Esta realidade também pode ser observada em relação à renda de cada entrevistado, em que aqueles que afirmam possuir o maior número de salários-mínimos costumam acumular o vínculo formal com outros vínculos empregatícios, sendo um deles informal – temporário, prestador

de serviços. Dos 11 entrevistados, 5 possuem uma renda atual de 1 a 3 salários-mínimos, 4 possuem uma renda de 3 a 5 salários-mínimos e 2 possuem de 7 a 9 salários-mínimos.

O estudo de perfil socioeconômico também mostrou a dificuldade de alcançar a autonomia financeira, visto que 2 entrevistadas disseram ser responsáveis pelo sustento da família junto do marido, 2 disseram que somente o marido se responsabiliza pela renda familiar, 4 dos entrevistados disseram que ou o pai ou a mãe são responsáveis pela renda familiar, 2 pontuaram que dividem a renda familiar com o pai ou a mãe e apenas 1 se responsabiliza pela própria subsistência.

As trajetórias sociais dos entrevistados no mercado de trabalho demonstraram que o alcance do vínculo de trabalho formal pressupõe uma ampliação no poder de compra através do alcance de bens materiais, como: aquisição de carro e casa própria, possibilidade de bancar as despesas pessoais e ajudar nas despesas da família. Mas esta melhoria relativa na situação econômica e material ainda não foi suficiente para modificar sua condição de raça e classe.

No que se refere às relações raciais no mercado de trabalho, as falas dos entrevistados não denunciam um preconceito racial direto e claro, mas também não anulam a existência do racismo no ambiente de trabalho. Em algumas falas é possível observar a existência do racismo em instituições públicas, como o caso da assistente social negra que assumiu o cargo na Defensoria Pública do Rio de Janeiro e pontuou que foi questionada por um dos funcionários sobre ser ou não servidora.

A inserção no mercado de trabalho dos entrevistados acompanha as demandas profissionais dos assistentes sociais em áreas diversas de atuação, que incluem a saúde, a assistência, o campo sociojurídico e a educação. As entrevistas demonstram que o mercado de trabalho para os assistentes sociais tem se apresentado bastante precarizado, tanto no âmbito dos vínculos empregatícios, quanto nos limites encontrados na dinâmica do fazer profissional.

Conforme a fala dos entrevistados, em relação aos vínculos de trabalho, é comum que o assistente social tenha que acumular uma jornada extensa de trabalho, concentrando vínculos estáveis com empregos temporários para aumentar seu salário-base. Além disso, ser concursado não significa estabilidade devido aos baixos salários e às condições de trabalho como funcionário público. Nesse sentido, 6 dos entrevistados mencionaram que a estrutura e as condições de trabalho nas prefeituras, hospitais e demais instituições públicas são insalubres, pois faltam materiais básicos de higiene e água potável. Ademais, os equipamentos e espaço de trabalho para realizar os atendimentos precisam ser divididos com outros profissionais, a infraestrutura é precária e faltam computadores para a realização do acompanhamento dos usuários.

As entrevistas também ilustraram o preconceito de outras profissões em relação ao assistente social no ambiente de trabalho, sobretudo na área da saúde, em que alguns profissionais negligenciam e desprezam a importância do Serviço Social. Sob estes aspectos, os entrevistados revelaram que acabam realizando funções que estão fora da área de atuação, acumulando a demanda profissional com serviços subalternos.

Dos 11 entrevistados, 10 afirmaram que há péssimas condições de trabalho, somadas à perda de autonomia devido à burocratização do fazer profissional do assistente social – através do preenchimento de fichas, da rotina sem previsão de mudança na situação do usuário e das limitações encontradas pelos assistentes sociais que atuam junto às políticas públicas do governo, sobretudo no Cras e Creas. Gera-se, assim, um sentimento comum de desmotivação profissional, no qual a maioria dos entrevistados confessou já ter tido vontade de abandonar o Serviço Social enquanto profissão.

O desejo de mudar de emprego e optar por um trabalho fora da área em que se formou pode ser justificado pelo baixo piso salarial dos assistentes sociais, pela atuação burocratizada, subalternizada, que limita a ação dos assistentes sociais conforme os pressupostos do projeto ético-político profissional e também pela dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho. De acordo com um dos entrevistados, que afirmou estar desempregado há um ano, o concurso público seria o caminho mais rápido para conseguir um emprego como assistente social. Nesse sentido, embora a área de maior absorção dos assistentes sociais seja a esfera pública, a concorrência dos concursos reforça a necessidade de continuidade nos estudos com a aquisição de títulos de pós-graduação para o alcance de melhores colocações e aumento na remuneração salarial.

Observa-se que a maioria dos entrevistados mantém vínculos familiares morando na casa dos pais. Ainda que vivam de maneira autônoma, continuam necessitando da ajuda financeira de familiares e, mesmo casados ou com uma vida independente, acabam por residir nos bairros de origem ou próximos. Ou seja, a sua condição de classe permanece a mesma, contrariando um apregoador discurso, no senso comum, de que as cotas podem realizar uma “mobilidade social”.

Neste sentido, os egressos de cotas da Faculdade de Serviço Social, de maneira comum, concordam que o alcance da profissionalização e a conclusão da graduação foram fundamentais para ampliar as oportunidades de emprego e, de certa forma, driblar as estatísticas que determinam a reprodução das desigualdades sociais e econômicas para este segmento social específico, cujo caminho natural é a ocupação dos postos de trabalho de nível baixo e médio para indivíduos com pouca escolaridade.

Considerações finais

Tendo como base as questões propostas, a pesquisa realizada concluiu que mesmo que os jovens concluintes tenham potencialmente condições de alcançar melhores oportunidades de trabalho através da profissionalização, teoricamente, adentrar o mercado de trabalho na profissão em que se formaram não significa fugir da teia que envolve as relações de subalternização e exploração existentes. As políticas de ações afirmativas, em sua condição normativa, não conseguem alcançar os pressupostos almejados para reduzir as desigualdades sociais, tendo em vista que a conclusão da universidade não isenta a relação imposta entre educação e trabalho na cena contemporânea de formação de uma massa de proletários supérfluos, escolarizados e disponíveis a se submeter às condições abusivas de empregabilidade.

Os concluintes por cotas podem até experimentar novas oportunidades, exemplificadas na continuação dos estudos e preparação para inserção em cargos públicos, além de empregos com salários relativamente melhores do que os colocados para indivíduos sem qualificação profissional. Porém, essa inserção no mercado de trabalho sugere apenas uma mudança sensível nas condições de vida, que não implica em uma mudança em sua condição de classe, muito menos a superação das dificuldades colocadas pela manutenção do racismo estrutural em nossa sociedade.

Para além da observação da inserção destes jovens no mercado de trabalho, o ponto mais interessante se traduz no papel da universidade para *além do capital*, como pontua a fala de um dos entrevistados:

Eu costumo dizer que de certa forma eu venho quebrando estatísticas, superando barreiras. Porque é muito difícil você sair de uma comunidade onde seus pais não tiveram uma formação de nível superior e diante de todas as dificuldades, das adversidades que a própria vida e esse mercado, o capitalismo e a competitividade, pensar, sair de uma favela questionando, tendo uma visão crítica e tendo essa inquietação, essa sede de sempre querer mais.

Este é um dos aspectos mais importantes das políticas de ação afirmativa; ao garantir o acesso ao ensino superior, trazem à universidade a experiência de diversidade de identidades e de trocas de saberes entre os estudantes a partir das diferenças de raça e classe. Atribui-se, portanto, à universidade o papel de educar para além das exigências do capital e do mercado de trabalho, construindo conhecimentos para a formação humana, cidadã e com consciência crítica.

Referências

- ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, 2004.
- ALMEIDA, N. L. de T.; ALENCAR, M. M. T. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARROS, C. F. do R. *Educação, trabalho e ações afirmativas no ensino superior: trajetórias sociais de alunos egressos das cotas da UERJ*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Projeto de lei n. 73, de 1999. 1999. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL. Lei n. 5346/2008. 2008. Disponível em: http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/legislacao/lei_num_5346_2008.html. Acesso em: 13 jan. 2018.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas*. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARVEY, D. *Da produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MACHADO, E. A. *Desigualdades raciais e ensino superior: um estudo sobre as leis de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros pardos e carentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)*. Tese de doutorado. UFRJ, dezembro, 2004.
- MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, R. E. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. IN: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). *Ações afirmativas*. Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DOI: 10.12957/rep.2019.42538

Recebido em 30 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 22 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Investigación y revistas en el Trabajo Social colombiano: la Reconceptualización como objeto de estudio

Pesquisa e revistas no Serviço Social colombiano: a Reconceituação como objeto de estudo

Research and journals in Colombian social work: the Reconceptualization as a study object

Sergio Quintero Londoño*

Resumen – En este artículo se indaga la diferencia y el enfrentamiento entre dos corrientes de pensamiento que han contribuido con el desarrollo de la investigación profesional. Sin que se acuda a posiciones dicotómicas, se presentan algunas diferencias entre la perspectiva que plantea prioridades epistemológicas y aquella que se esfuerza por una interpretación ontológica crítica. A partir del estudio de revistas de Trabajo Social publicadas entre 1977 y 2017, se analiza el desarrollo investigativo sobre el Trabajo Social, y particularmente sobre el Movimiento de Reconceptualización. Después del análisis cualitativo y cuantitativo se evidencia la hegemonía conservada por las corrientes epistemológicas que, de manera consciente o inconsciente, corresponden a los parámetros de la ciencia positiva. Con respecto a las investigaciones sobre Trabajo Social se demuestra la poca producción de conocimiento frente a la Historia y la Reconceptualización, que equivale a 2,6% del total de los artículos publicados en las revistas profesionales.

Palabras clave: epistemología; ontología; investigación; Trabajo Social; Reconceptualización.

Resumo – Neste artigo se indaga a diferença e o enfrentamento entre duas correntes de pensamento que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa profissional. Sem acudir a posições dicotômicas, apresenta-se algumas diferenças entre a perspectiva que propõe prioridades epistemológicas e aquela que se esforça por uma interpretação ontológica crítica. A partir do estudo de revistas de Serviço Social publicadas entre 1977 e 2017, se analisa o desenvolvimento investigativo sobre o Serviço Social, e particularmente sobre o Movimento de Reconceituação. Depois da análise qualitativa e quantitativa se evidencia a hegemonia conservada pelas correntes epistemológicas que, de forma consciente ou inconsciente, correspondem aos parâ-

* Doctor en Servicio Social por la Universidad del Estado de Rio de Janeiro. Trabajador Social egresado de la Universidad de Caldas – Colombia. Docente en la Universidad de Caldas. Integrante de Trabajo Social Crítico y del Núcleo de Estudios Estado, Clases Trabajadoras e Serviço Social no Brasil (NECLATSS). E-mail: <seranquilog@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9232-7083>>.

metros da ciência positiva. Enquanto às pesquisas sobre Serviço Social se demonstra a pouca produção de conhecimento sobre a História e Reconceitualização, que equivale a 2,6% do total dos artigos publicados nas revistas profissionais.

Palavras-chave: epistemologia; ontologia; pesquisa; Serviço Social; Reconceitualização.

Abstract – This article investigates the difference and the confrontation between two currents of thought that have contributed to the development of professional research. Without turning to dichotomous positions, there are some differences between the perspective that poses epistemological priorities and the one that strives for a critical ontological interpretation. From the study of social work journals published between 1977 and 2017, the research on Social Work, particularly on the Reconceptualization Movement, is analyzed. After the qualitative and quantitative analysis, the hegemony preserved by the epistemological currents that, consciously or unconsciously, correspond to the parameters of positive science is evidenced. The research shows a small production of knowledge on the history of social work and Reconceptualization, equivalent to 2.6% of the total published articles in professional journals.

Keywords: epistemology; ontology; research; social work; Reconceptualization.

Introducción

Desde que en Trabajo Social se identificó la necesidad de desarrollar procesos investigativos, fueron múltiples los temas, categorías e intereses los que se expresaron a través de folletos, revistas y libros. Aunque la producción de conocimiento está orientada a la comprensión de la realidad social, sean procesos fenoménicos y/o estructurales, se pueden identificar fundamentalmente dos corrientes de pensamiento. La primera ha enfocado sus esfuerzos en construir el estatuto epistemológico que legitime el ingreso del Trabajo Social a las Ciencias Sociales, y la segunda centra su atención en la construcción de conocimiento para una adecuada comprensión-transformación de la realidad social. Mientras que en la primera no se presenta cuestionamiento esencial al modo de producción capitalista, en la segunda, el aporte a la superación del capital constituye el objetivo central.

En este texto no se pretende agotar la reflexión sobre las tendencias y temáticas desarrollada en más de 40 años de producción intelectual, y mucho menos se pretende concluir la evaluación cualitativa sobre las mismas. A lo que se pretende llegar es a identificar, de manera introductoria, algunos elementos constitutivos de las dos tendencias mencionadas, y develar las categorías más indagadas por los autores que publican en revistas profesionales. También se pretende señalar la insuficiencia investigativa (por ambas corrientes de pensamiento) sobre algunos temas que suelen presentarse como “ampliamente conocidos”, tal y como sucede con el Movimiento de la Reconceitualización.

A continuación se analizará el desarrollo de la producción y difusión de conocimiento en el Trabajo Social colombiano a partir de revistas profesionales publicadas entre 1977 y 2017, llamando la atención sobre las reflexiones que tienen por objeto la misma profesión. La selección de las revistas se definió de acuerdo a tres criterios: a) que la revista fuera producida por alguna institución de Trabajo Social (programa, escuela o facultad) o que la profesión tenga participación-publicación significativa; b) que la revista contara con más de 10 números publicados; y c) que tuviera circulación activa o reciente.

Procedimiento de investigación

Este artículo surge de un análisis cuantitativo que toma como material de investigación las revistas profesionales más representativas del país. Las revistas consultadas son editadas y coordinadas por programas, escuelas y departamentos de Trabajo Social; Palobra (sin ser exclusiva de Trabajo Social) fue incluida debido a la contribución constante por parte de docentes y estudiantes en su publicación. Se tomó el universo de revistas que responden a los criterios de selección hasta finales del 2017, lo cual genera un total de 8 revistas editadas anual o semestralmente, sumando 171 números/volúmenes y 1571 artículos, como se puede ver en la Tabla 1.

No se tuvieron en cuenta las editoriales, reseñas, entrevistas y demás apéndices, por considerar que en su mayoría no son resultados de investigación, aunque son materiales fundamentales para la producción de conocimiento¹.

El acceso al material publicado fue realizado por medios virtuales y físicos a través de bibliotecas universitarias, y en la hemeroteca de la Biblioteca Virgilio Barco de la ciudad de Bogotá. De los 171 números, todos tienen edición impresa y 98 tienen edición digital publicada en sitios web.

En las revistas se identificó el total de artículos correspondiente a cada categoría, teniendo como criterio de selección el título y resumen de los artículos. Este ejercicio permitió reconocer los temas (categorías) sobre los cuales se ha producido más conocimiento en Trabajo Social, datos presentados de manera resumida en tablas y gráficas exhibidas en este trabajo.

En el abordaje de los artículos fueron definidas 21 categorías con sus respectivas subcategorías (ver Gráfica 1) que comprenden la gran mayoría de los temas tratados por los autores, y un porcentaje poco representativo fue agrupado en la categoría “Otros”. En el caso específico de la categoría “Trabajo Social”, a la cual se presta mayor atención en el presente análisis, se definieron 7 subcategorías (ver Tabla 2), a través de las cuales se logra percibir el desarrollo de la investigación que tiene por objeto la profesión.

¹ De este criterio metodológico se encuentra una excepción, con una entrevista realizada a Natalio Kisnerman, debido al protagonismo histórico que tuvo el autor en el movimiento renovador de Trabajo Social.

A pesar de los límites del presente análisis, que no permiten profundizar sobre la relación profesión-sociedad, partimos de la premisa ontológica de que la profesión se encuentra determinada por las relaciones sociales, negando cualquier postulado endógeno que pretenda explicar el desarrollo de la profesión a través de las fuerzas internas².

Con el ánimo de profundizar los conocimientos sobre la *renovación profesional* en Colombia (tema trabajado por el autor hace más de 10 años), se presentan algunos elementos fundamentales de la Reconcepción, con los cuales se demuestra la carencia de conocimiento objetivo que aún se mantiene sobre este tema, a pesar de la reiterada enunciación de su importancia histórica.

Investigación y producción de conocimiento en Trabajo Social

A partir de los años 60 del siglo XX, el Trabajo Social ha intentado desarrollar los fundamentos que le permitan cualificar la formación y el ejercicio profesional; no obstante, tales pretensiones se desarrollaron en medio de contradicciones que perduran hasta la contemporaneidad. Como cuerpo profesional (diverso y contradictorio), durante los últimos 50 años se ha buscado dar el supuesto salto cualitativo de profesión a disciplina (debate inscrito en la división epistemológica de la ciencia – las Ciencias Sociales), al tiempo que se espera cumplir una función social competente y responsable frente a las demandas de la *cuestión social* (debate que tiene sus raíces en la división social del trabajo)³.

Las transformaciones sociales de las décadas 1960 y 1970 impedían la continuidad de las estructuras clásicas de la profesión (fundamentadas en la caridad y filantropía), frente a lo cual se inaugura un nuevo ciclo en el que emergen divergentes perspectivas de análisis, todas ellas con el desafío de instalar procesos investigativos que dieran cuenta del nuevo momento histórico.

Por un lado, se puede identificar una perspectiva (hegemónica y mayoritaria) que pretendía desarrollar investigación con el marcado interés de *alcanzar un estatuto científico que garantice el reconocimiento epistemológico de la profesión en el conjunto de las Ciencias Sociales*. Un objetivo central fue alcanzar la *especificidad profesional*, respondiendo a los criterios de la ciencia positiva, para los cuales cada disciplina debe desarrollar métodos y objetos de investigación *propios*.

² Si bien la premisa ontológica se basa en la determinación social de la profesión, en nuestro análisis no se desconoce la *autonomía relativa* del Trabajo Social y el papel histórico que pueden desempeñar los individuos sociales; de esta manera, las fuerzas que determinan la profesión se encuentran tanto en las dinámicas estructurales, como en el actuar cotidiano de los sujetos.

³ Para un abordaje sobre la *cuestión social* analizada desde el Trabajo Social, ver Iamamoto (1984), Netto (2003), Motta (2009) y Mallardi (2016).

La exigencia planteada por Durkheim para que sea coronado el estatuto científico y alcanzar el grado de disciplina sociológica (o de cualquier otra disciplina de las Ciencias Sociales), se expresa en *la necesidad de construir un objeto y método propio*, renunciando a los abordajes universales. Según Durkheim, la especialización del conocimiento, se encuentra en sintonía y es consecuencia lógica de la división social del trabajo. Algunos abordajes marxistas, y la propia lectura de Marx coinciden en que la forma de desarrollo de la ciencia corresponde con la división social del trabajo; la diferencia es que para el positivismo la división del trabajo, y por tanto la especialización y fragmentación del conocimiento es un hecho social de orden natural; en tanto que para el marxismo, la división del trabajo, convertida en alienación en la sociedad capitalista, es un proceso histórico susceptible de transformaciones. Para el marxismo, la fragmentación de lo social debe ser superada con una perspectiva de *totalidad* y una *ontología crítica*. El planteamiento de la ciencia positiva, en palabras del “padre” de la sociología, es el siguiente:

Estamos lejos del tiempo en que la Filosofía era la ciencia única; se ha fragmentado en una multitud de disciplinas especiales, cada una con su objeto, su método, su espíritu [...]. No solamente el sabio ya no cultiva simultáneamente ciencias diferentes, sino que incluso no abarca el conjunto de toda una ciencia. El círculo de sus investigaciones se restringe a un orden determinado de problemas, o incluso a un único problema. (DURKHEIM, s.f. p. 30).

Autores de diversas corrientes epistemológicas en Trabajo Social, como Ander-Egg, Kruse, Kisnerman, Alayón y otros, aunque en los años 60 y 70 se caracterizaron por cuestionar el positivismo y los “métodos clásicos”, de manera consciente o no, incorporaron las exigencias positivistas del desarrollo profesional, en la idea de alcanzar un status epistemológico que superara la subordinación del Trabajo Social frente a las Ciencias Sociales. Si bien estos autores también procuraron responder a las demandas sociales de su contexto socio-histórico, el debate metodológico se tornó prioritario, extendiendo hasta la contemporaneidad principios epistemológicos de la ciencia positiva⁴. Desde la década de 1970 y hasta hoy se insiste en la necesidad de desarrollar teorías y métodos *específicos* del Trabajo Social.⁵

Por otra parte, en 1975, con la creación del Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), se potencia la fuerza emergente de la concepción profesional que prioriza el desarrollo teórico y metodológico para responder a las demandas sociales y las manifestaciones de la *cuestión social*; estos postulados disminuyen el peso epistemológico que

⁴ Un argumento compartido por la mayoría de autores no marxistas que participaron de la Reconceptualización consiste en identificar diferentes momentos históricos por los cuales ha transitado la profesión (asistencialista, técnico, profesión), sugiriendo la continuidad evolutiva, hasta alcanzar el grado de disciplina.

⁵ Ver Lima y Rodríguez (1977).

ponían otros profesionales, dejando en un segundo plano la construcción de la *especificidad profesional* y la conquista del estatuto científico-positivo.

Esta nueva perspectiva aborda la realidad social en su contexto histórico e inaugura una corriente de pensamiento que enfoca sus esfuerzos a conocer con rigor la dinámica del orden capitalista, sus particularidades territoriales (latinoamericanas), al tiempo que definen como objetivo principal aportar en la transformación del orden social establecido.

Dentro de esta perspectiva, el móvil no es buscar una metodología ‘propia’ del Servicio Social. Entiende la metodología como un modo de conocer al ser social históricamente dado – la sociedad burguesa –, lo cual orienta una modalidad de intervenir en la vida social, según proyectos sociopolíticos (que no son inmunes a las luchas de clases, a las correlaciones de fuerzas políticas), respondiendo a demandas sociales puestas por la sociedad. (IAMAMOTO, 2000, p. 97-98).

Esta concepción profesional, que en la actualidad se puede identificar como una matriz *ontológica crítica*, intenta sustentar los desarrollos teóricos y metodológicos en la teoría crítica y especialmente en la tradición marxista, incorporando la premisa de Marx expuesta en las Tesis sobre Feuerbach: “Los filósofos no han hecho más que *interpretar*⁶ de diversos modos el mundo, pero de lo que se trata es de transformarlo” (MARX, 1973, p. 10).

Así entonces, se presentan fundamentalmente, aunque no de manera exclusiva, dos perspectivas divergentes, una priorizando la concepción epistemológica (conservando aún cierta influencia de la *ciencia positiva*), y la otra haciendo esfuerzos por descifrar la ontología del Ser Social y sus particularidades en la sociedad capitalista (haciéndose partícipe del enfrentamiento político de las clases sociales). Cabe decir que no se trata aquí de establecer una relación dicotómica entre epistemología y ontología, sino de llamar la atención sobre las prioridades puestas en el debate profesional desde las diferentes corrientes de pensamiento. En la primera perspectiva, se destacan las interpretaciones *tradicionales* y *modernizadoras*, donde se hace evidente el comprensivismo y el positivismo (con todas sus derivaciones), mientras que en la segunda emerge el pensamiento crítico, en el que se inscribe el marxismo. “El primer presupuesto se refiere a la existencia de una metodología propia; el segundo postula que hay una estructura científica apropiada por el Servicio Social” (NETTO, 2000, p. 68)⁷.

Las dos perspectivas reconocen la necesidad de inaugurar y/o profundizar la investigación social, aunque cada corriente de pensamiento pretenda y realmente genere diversos desdoblamientos. Es por ello que,

⁶ El destaque es del propio Marx.

⁷ Diversos análisis sobre el estatuto científico de la profesión, como el debate de método y metodología se encuentra en Borgianni y Montañó (2000). Recomendamos la lectura de los artículos de Iamamoto y Netto.

también como consecuencia de la Reconceptualización, se amplía la producción y divulgación de conocimiento en seminarios, congresos, boletines, cuadernos especializados, revistas y libros.

Para el contexto latinoamericano, los escenarios más destacados de producción y divulgación de conocimiento fueron Los Congresos Panamericanos de Servicio Social, los Seminarios Regionales Latinoamericanos de Servicio Social, los Seminarios del Instituto de Solidaridad Internacional (ISI), y la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS); así como las publicaciones de las editoras ECRO, Lumen-Hvmanitas y CELATS. De estas editoras surgen respectivamente las revistas *Hoy en Servicio Social*, *Selecciones de Servicio Social* y *Acción Crítica*. (QUINTERO, 2019)

A pesar de que autores colombianos participaron, e inclusive lideraron algunos procesos investigativos y bibliográficos de orden latinoamericano⁸, solo hasta la década de 1970 se logran estructurar en el país algunos órganos de difusión de conocimiento que alcanzan incidencia local, regional y/o nacional. Durante 40 años de producción intelectual (1977-2017), en las revistas especializadas de Trabajo Social se ha prolongado el debate (aún no resuelto) donde se diferencia la prioridad epistemológica sobre la construcción disciplinar que busca un lugar en la división de las Ciencias Sociales, y una producción de conocimiento ontológico que responde a la división socio-técnica del trabajo, y pretende contribuir en su superación.

Las revistas profesionales en Colombia

Las revistas especializadas de Trabajo Social consolidan la divulgación del conocimiento producido, hasta convertirse en uno de los escenarios más reconocidos para el debate profesional. En una observación rápida se percibe la predominancia de la matriz de pensamiento que busca la construcción de un método y objeto *propio*, siendo radicalmente minoritaria la producción que renuncia a la concepción positivista de ciencia⁹.

En el caso colombiano, solo 2 revistas conservan su indexación, y 3 la perdieron en la calificación de Colciencias llevada a cabo en 2017. Se debe señalar que la revista que mayor calificación tuvo en 2017 (Palobra) no es editada de manera exclusiva por el programa de Trabajo Social de la Uni-versidad de Cartagena, sino por la Facultad de Ciencias Sociales y Educación.

A continuación se presenta de forma resumida una tabla con los principales datos de las revistas colombianas:

⁸ Entre los autores colombianos más destacados en la producción o coordinación bibliográfica en latinoamérica, se encuentran Juan Mojica, Jorge Valenzuela, Roberto Rodríguez, María Cecilia Tobón, Jesús Glay Mejía.

⁹ Aunque no sea posible exponer aquí la plenitud de argumentos y evidencias sobre la hegemonía de los intereses epistemológicos, es evidente que aún hoy cobra mucho interés el supuesto salto cualitativo de profesión a disciplina, no sin contestación minoritaria, pero cada vez más cualificada, por parte de algunos sectores marxistas.

Tabla 1

Revistas indexadas por Colciencias. Datos actualizados hasta octubre 2017.							
Nombre de Revista	Intitución	Nivel de Indexación	Año de creación	Números Digitales	Números Físicos	Total Números	Total Artículos
Palobra. Palabra que obra	Universidad de Cartagena	B	2000	16	16	16	202
Eleuthera	Universidad de Caldas	C	2007	16	16	16	156
Prospectiva	Universidad del Valle	Perdió	1994	10	23	23	248
Tendencias y Retos	Universidad de La Salle	Perdió	1996	16	24	24	235
Trabajo Social	Universidad Nacional	Perdió	1998	19	19	19	208
Trabajo Social	Universidad Pontificia Bolivariana		1977	11	31	31	252
Trabajo Social	Universidad de Antioquia		2005	10	21	21	122
Revista Colombiana de Trabajo Social	CONETS		1987	0	21	21	148
TOTAL DE ARTÍCULOS				98	171	171	1571

Cabe decir que, por diversos motivos que aquí no son analizados, la mayoría de las revistas han tenido lapsus temporales en los que se interrumpe su edición: La Revista de Trabajo Social de la Universidad Pontificia Bolivariana tuvo interrupción entre 1980 y 1986, además de 1989 y 2002. La Revista Colombiana de Trabajo Social, adscrita al Consejo Nacional de Trabajo Social (CONETS), ha presentado interrupciones en 1990 y en 2007. Prospectiva, interrumpió entre 1997 y 1999 y en el año 2001. La Revista Tendencias & Retos mantiene publicaciones ininterrumpidas hasta 2015. La revista Trabajo Social de la Universidad Nacional registra interrupción en 1999. La revista Palobra, Palabra que obra, interrumpe en 2011. Trabajo Social, de la Universidad de Antioquia publica sin interrupción hasta 2015. Finalmente, Eleuthera, de la Universidad de Caldas es publicada desde 2007 sin interrupción.

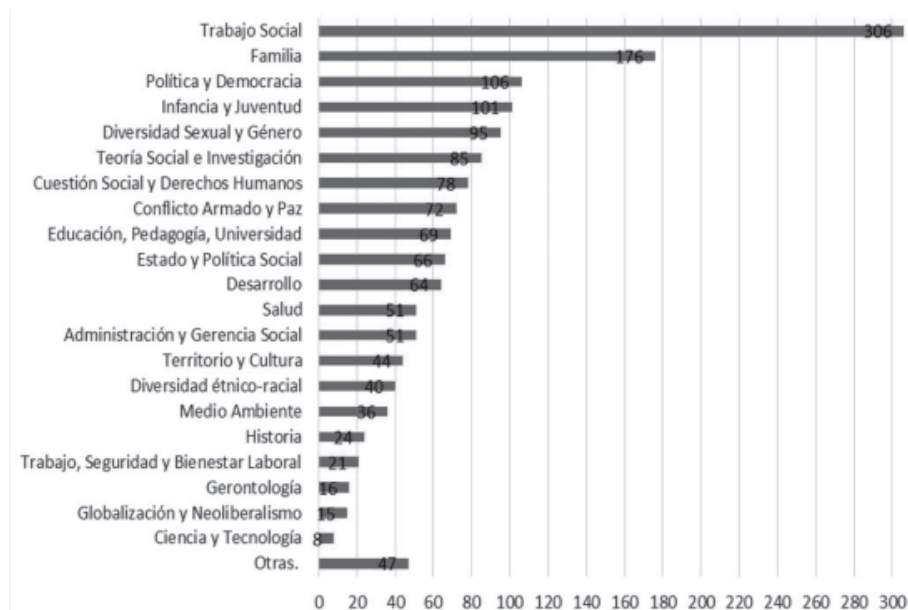
La producción de conocimiento varía de acuerdo al contexto territorial y al momento histórico; en muchos casos, la producción de los autores más destacados de cada universidad, o los resultados de grupos de investigación por ellos liderados, logra imprimir un sello identitario a cada revista.

La anterior afirmación se puede corroborar, señalando la tendencia mayoritaria del debate epistemológico para alcanzar el estatuto científico y la *especificidad profesional*. Algunos casos concretos son los siguientes: en la Revista Tendencias & Retos se destacan los desarrollos epistemológicos en procura de la construcción disciplinar, ampliamente expuestos por Rosa María Cifuentes, quien publica 11 artículos. El caso de la revista Trabajo Social de la Universidad Nacional se destacan las publicaciones de Edgar Malagón, quien junto a otras autoras (como Gloria Leal) lideran la producción de conocimiento en torno a la historia profesional, también buscando aportar en el pretendido salto cualitativo de profesión a disciplina; este autor, en la revista mencionada ha publicado 5 artículos. En la Revista Eleuthera de la Universidad de Caldas, Aura Victoria Duque, se suma a la tendencia epistemológica (construcción disciplinar), con la publicación de 9 artículos¹⁰.

¹⁰ Los artículos referenciados se produjeron de manera individual y colectiva. Aquí no se cuentan los de otros profesores o estudiantes inscritos en los grupos de investigación liderados por los autores mencionados, lo que mejor comprobaría su influencia epistemológica. El número de artículos de los autores mencionados corresponde solo a publicaciones en las revistas indicadas en este párrafo, dejando de lado publicaciones en otras revistas.

A continuación se presentan las categorías surgidas del proceso de análisis y su densidad en el abordaje de las 8 las revistas.

Grafica 1 - Datos Generales. 1571 Artículos



Como lo evidencian los datos, una primera conclusión parcial es que el *Trabajo Social* es la categoría que más ha sido investigada, con un total de 306 artículos, los cuales representan el 19,4% de total de las publicaciones.

Ahora bien, a pesar de la hegemonía de la perspectiva positivista que pretende alcanzar la *especificidad profesional*, se evidencia la imposibilidad objetiva de delimitar un *objeto propio* del Trabajo Social. Esta perspectiva se encuentra atrapada en su propia contradicción al pretender delimitar los elementos *específicos* de la profesión (teoría, método y objeto de estudios), y enfrentarse a una realidad amplia, divergente y multifacética. Además, los llamados constantes a estudios multidisciplinares, interdisciplinares y transdisciplinares, si bien aparentemente exigen la presentación de aportes específicos de cada área, en realidad dificulta aún más el logro del objetivo propuesto (especificidad), dado que la realidad social se constituye (aunque no se presente de manera inmediata) como una *totalidad concreta*.

La siguiente tabla demuestra el creciente abanico de posibilidades y necesidades investigativas con las que se ha enfrentado el Trabajo Social; es necesario mencionar que en la medida que avanza el tiempo, y la realidad

social se complejiza, la profesión cada vez se encuentra con menores posibilidades de abordar la *cuestión social* desde un método y una teoría *propios*. Por el contrario, los estudios más cualificados se caracterizan por la capacidad de incorporar el conocimiento social, sin reparar la “ciencia específica” de la cual proviene. Hoy más que nunca, con la ampliación evidente de investigaciones se torna demasiado polémico (y poco objetivo) hablar y/o buscar una *especificidad profesional*.

Tabla 2

LISTA DE CATEGORÍAS	PROSPECTIVA	T.S. UPB	T.S. U de A	T.S. UNAL	PALOBRA	ELEUTHERA	TENDENCIAS & RETOS	CONETS	TOTAL POR CATEGORÍAS
Trabajo Social	32	46	27	46	16	26	54	59	306
Familia	20	53	21	26	9	4	25	18	176
Política y Democracia	26	16	10	9	15	7	15	8	106
Infancia y Juventud	27	8	7	9	9	20	17	4	101
Diversidad Sexual y Género	21	8	6	16	18	9	13	4	95
Teoría Social e Investigación	8	24	10	8	9	7	15	4	85
Cuestión Social y Derechos Humanos	15	9	4	17	10	11	7	5	78
Conflicto Armado y Paz	17	5	5	7	13	14	9	2	72
Educación, Pedagogía, Universidad	12	10	1	3	22	10	10	1	69
Estado y Política Social	5	14	6	14	6	6	11	4	66
Desarrollo	9	10	6	8	6	9	10	6	64
Salud	13	13	5	5	1	5	3	6	51
Administración y Gerencia Social	3	10	2	4	8	3	14	7	51
Territorio y Cultura	3	3	1	7	15	7	8	0	44
Diversidad étnico-racial	10	1	1	13	10	1	3	1	40
Medio Ambiente	1	6	2	7	4	6	6	4	36
Historia	1	0	2	2	19	0	0	0	24
Trabajo, Seguridad y Bienestar Laboral	3	5	1	1	0	2	6	3	21
Gerontología	1	2	1	3	0	1	2	6	16
Globalización y Neoliberalismo	4	2	2	0	2	0	2	3	15
Ciencia y Tecnología	0	1	0	1	2	1	2	1	8
Otras	17	6	2	2	8	7	3	2	47
TOTAL ARTÍCULOS	248	252	122	208	202	156	235	148	1571

La producción de conocimiento y su divulgación a través de las revistas especializadas es el camino más abonado por medio del cual el Trabajo Social intenta construir un estatuto científico o cualificar sus fundamentos para responder de manera efectiva a las manifestaciones de la *cuestión social*. En ambos casos, la realidad social es la que establece momentos predominantes y temáticas específicas sobre las que se despliega la actividad investigativa.

Los temas abordados no corresponden de manera exclusiva a la voluntad (subjetiva) de los autores, sino que estos se ven interpelados por una realidad (o el debate profesional) que exige respuestas teóricas y prácticas. Es decir, a pesar de que las temáticas desarrolladas en la investigación profesional obedecen en primera instancia a las opciones individuales o colectivas de los autores, en última instancia, tales temáticas son determinadas fundamentalmente por la realidad social.

Con respecto a la afirmación anterior, de manera ilustrativa se pueden tomar algunos ejemplos: la determinación del contexto socio-histórico y territorial (es decir, de las relaciones sociales), queda clara con categorías como “Diversidad étnico-racial”, la cual es abordada de manera

privilegiada en las regiones en las que más densidad poblacional hay de afrodescendientes e indígenas. Entre la revista Palobra y Prospectiva publican el 50% de del total de artículos.

Lo mismo sucede con la categoría “Conflicto Armado y Paz”, que es más abordada en los análisis de las revistas de la región occidental del país; en esta región generó gran impacto la guerra entre el Estado, el paramilitarismo y grupos subversivos. El 50% de los artículos sobre esta categoría fueron publicados en las revistas Prospectiva, Eleuthera y Trabajo Social de la Universidad de Antioquia.

Es claro que cada periodo histórico configura determinadas categorías; de acuerdo al desarrollo ontológico de estas, se amplía o contrae el análisis profesional al respecto. Esta relación no es mecánica, pero sí constituye una tendencia clara; así se puede ejemplificar con el caso de la categoría “Diversidad sexual y género”, sobre la cual en los últimos 10 años se produjo el 76% de artículos.

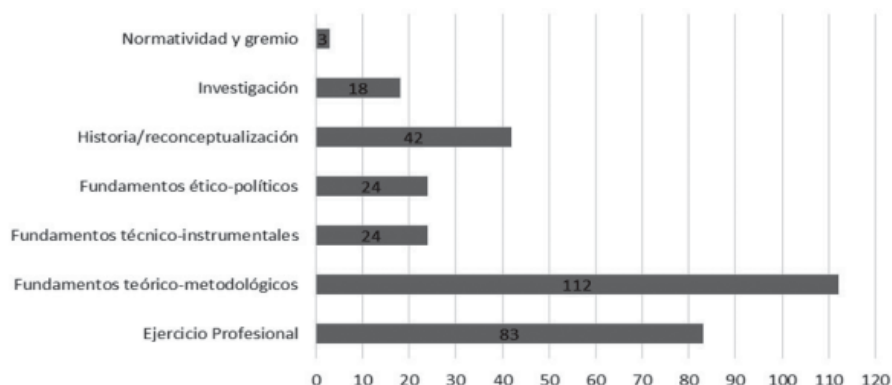
La Reconceptualización como objeto de investigación

Como fue mencionado anteriormente, de los 1571 artículos contenidos en las revistas, 306 se refieren a la categoría “Trabajo Social”, equivalentes al 19,4%. La siguiente página, en la Tabla 3 y la Grafica 2, exhibe la distribución de los 306 artículos en las 7 subcategorías definidas para “Trabajo Social”:

Tabla 3

Distribución por subcategorías inscritas en la categoría Trabajo Social								
SUBCATEGORÍA	PROSPEC	T.S UPB	T.S UdeA	T.S UNAL	PALOBR	ELEUTHE	TENDENC & RETOS	CONETS
Ejercicio Profesional	6	15	9	13	6	6	16	12
Fundamentos teórico-metodológicos	17	14	9	9	2	11	22	28
Fundamentos técnico-instrumentales	5	2	2	4	1	2	6	2
Fundamentos ético-políticos	1	1	1	3	2	2	5	9
Historia / reconceptualización	2	12	3	14	2	4	1	4
Investigación	1	0	3	3	3	0	4	4
Normatividad y gremio	0	2	0	0	0	1	0	0
TOTAL	32	46	27	46	16	26	54	59

Gráfica 2 - Datos generales de las 8 revistas analizadas sobre Trabajo Social (306 Artículos)



Los datos anteriores evidencian la cantidad de investigaciones sobre el Trabajo Social producida a partir de la década de 1970; sin embargo, en el caso colombiano, solo en los últimos años se logra poner en cuestión (sin subvertir), la subordinación frente a las demás profesiones y disciplinas de las Ciencias Sociales. No obstante, a pesar de los esfuerzos epistemológicos, el Trabajo Social continua siendo reconocido como una profesión subalterna con mayores desempeños en el campo practico-operativo, y en menor proporción en el investigativo. Es relevante comentar que presiones institucionales de orden local, nacional e internacional conlleva a la creación de grupos y semilleros de investigación, exigiendo elevados índices cuantitativos de productividad, en la mayoría de los casos sin garantías suficientes de recursos económicos para un buen desempeño investigativo. Condicionado por la lógica neoliberal en la educación superior, el Trabajo Social ha sido llevado a elevar el número de publicaciones, lo que se evidencia con la productividad de las dos últimas décadas¹¹.

Diversas dificultades se presentan para un mayor desarrollo investigativo sobre el Trabajo Social, y sobre el Movimiento de la Reconceptualización. Algunas corresponden a condicionantes estructurales-institucionales, y otras corresponden a condiciones e intereses particulares de los profesionales, que para el caso colombiano, históricamente han respondido de manera preponderante a los criterios de la ciencia positiva.

Como consecuencia de lo anterior, entre muchos otros impactos, se han negado, omitido o desconocido los aportes que generó la Reconceptualización para el desarrollo profesional, con falsos y equivocados argumentos que pregonan el anacronismo del marxismo en la profesión. Aunque

¹¹ También se debe aclarar que el crecimiento investigativo no solo corresponde a las presiones del productivismo académico, sino también a los intereses y apuestas profesionales en la producción de conocimiento.

no es posible desconocer desaciertos de la Reconceptualización, y particularmente de algunos sectores marxistas¹², la actitud de rechazo frente a este Movimiento solo se puede justificar en juicios y prejuicios ideológicos barnizados con discursos de “neutralidad científica”.

En las pocas universidades donde se dedican esfuerzos para investigar sobre la historia profesional, y particularmente sobre las décadas 1960 y 1970, se tiende a fortalecer la “crítica conservadora a la Reconceptualización” (NETTO, 1981).

A pesar de que la Reconceptualización del Trabajo Social tuvo fuertes impactos en Colombia¹³; e incluso, a pesar de que las experiencias colombianas fueron de las más desarrolladas en la región andina latinoamericana, son pocas las investigaciones publicadas sobre este tema en las revistas profesionales.

De acuerdo con la gráfica anterior, solo 42 artículos corresponden a la subcategoría “Historia/Reconceptualización”, lo que equivale al 13,7% de la categoría Trabajo Social, y al 2,6% del universo de artículos publicados en las revistas colombianas.

En el desarrollo metodológico de la presente investigación se integraron en una sola categoría los artículos que abordan el desarrollo histórico profesional (la historia general de la profesión) y la Reconceptualización (como momento particular); ahora bien, si se hace una selección de los artículos que tratan específicamente la Reconceptualización y el espacio temporal de 1965 a 1975 (década en la que se presenta tal Movimiento), el porcentaje disminuye aún más. Tal y como son abordados los datos, no deja de llamar la atención que de los 42 artículos sobre “Historia/Reconceptualización”, 11 son producidos por autores extranjeros.

La ausencia de bibliografía, sumado a la distancia histórica del periodo en que tuvo lugar la Reconceptualización (1960-1970, tiempo durante el cual muchos de sus actores han ido saliendo de la escena profesional), dificulta cada vez más la comprensión objetiva sobre la *renovación profesional*, y particularmente sobre el Movimiento de la Reconceptualización.

A manera de cierre

Por el carácter introductorio de este texto, tan solo es posible sugerir algunas tendencias, sin pretensiones conclusivas, sino más bien incitando la ampliación del debate y la interlocución objetiva entre las diversas corrientes de pensamiento. Aunque la interlocución en medio de la diversidad no necesariamente conlleva a acuerdos, hipótesis o conclusiones compartidas, en la medida que exista mayor debate, todas las corrientes episte-

¹² Ver Quintero (2018).

¹³ Ver Quintero (2014).

mológicas y ontológicas se verán presionadas a ampliar y cualificar sus argumentos, enriqueciendo los fundamentos profesionales.

Con el paso del tiempo, y especialmente durante los últimos años se perciben claros esfuerzos por generar mayor impacto con la publicación de las revistas, intentando trascender los escenarios locales (donde se producen y donde circulan con mayor facilidad), y alcanzar difusión-interlocución nacional e internacional. Hasta el momento perdura la fuerza mayoritaria del debate epistemológico que pretenden construir un estatuto científico acorde a los parámetros de la ciencia positiva; no obstante, con el crecimiento cualificado del Colectivo Trabajo Social Crítico y otros sectores críticos, viene cobrando relevancia la perspectiva ontológica crítica que se opone a la ciencia positiva, y por tanto a la sociedad del capital.

Aunque aún se encuentre en un estado embrionario, algunos autores marxistas (en su mayoría provenientes de Trabajo Social Crítico) hacen esfuerzos por profundizar los estudios histórico tanto de la sociedad como de la profesión, intentando descifrar las mediaciones entre la sociedad (caracterizada por la lógica del capital y la lucha de clases), y la profesión (inscrita en la división socio-técnica del trabajo).

Pese a la poca investigación producida y divulgada sobre la Reconceptualización en las revistas profesionales, este Movimiento se ha convertido en uno de los temas que más llama la atención en los debates contemporáneos donde discuten diversas corrientes de pensamiento; es por ello que se torna necesario ampliar y profundizar las investigaciones sobre Historia y Reconceptualización, para que el debate sea sustentado en análisis y datos objetivos, y no en abstracciones, sean de orden apolo-gético o refractario.

Referencias

BORGIANI; MONTAÑO. *Metodología y Servicio Social*. Hoy en debate. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

DURKHEIM, E. *La división del trabajo social*. Disponible en: <http://www.fhuc.unl.edu.ar/sociologia/paginas/biblioteca/archivos/DurkDivision.rtf.pdf>. Accedido en: 10 ene. 2018.

IAMAMOTO, M. La metodología en el Servicio Social: lineamientos para el debate. In: BORGIANI; MONTAÑO. *Metodología y Servicio Social*. Hoy en debate. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, L.; RODRÍGUEZ, R. Metodologismo: estallido de una época. *Acción Crítica*, n. 2, 1977.

MALLARDI, M. Fundamentos y génesis de la cuestión social: acumulación originaria, patriarcado y conquista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, 2016. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300533&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Accedido en: 12 mar. 2019.

MARX, K. Tesis sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas*. Tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1973.

MOTTA, A. El debate contemporáneo sobre cuestión social y trabajo social. *Revista Trabajo Social*, v. 25, n. 25, 2009. Disponible en: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/trabajosocial/article/view/168/141>. Accedido en: 12 mar. 2019.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito de la “Cuestión Social”. In: BORGIANI; GUERRA; MONTAÑO. *Servicio Social Crítico*. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NETTO, J. P. Método y teoría en las diferentes matrices del servicio social. In: BORGIANI; MONTAÑO. *Metodología y Servicio Social*. Hoy en debate. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

NETTO, J. P. Crítica conservadora a la Reconceptualización. *Acción Crítica*, Lima, n. 9, 1981.

QUINTERO, S. Contexto, tendencias y actores de la Reconceptualización. *Revista Eleuthera*, v. 20, 2019. Disponible en: http://vip.ucaldas.edu.co/eleuthera/downloads/Eleuthera20_10.pdf. Accedido en: 12 mar. 2019.

QUINTERO, S. El marxismo en la Reconceptualización: ¿De qué marxismo se trata? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 133, 2018. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0566.pdf>. Accedido en: 12 mar. 2019.

QUINTERO, S. El “Método Caldas” y la Reconceptualización del Trabajo Social. *Revista Eleuthera*, Manizales, n. 10, 2014. Disponible en: http://vip.ucaldas.edu.co/eleuthera/downloads/Eleuthera10_11.pdf. Accedido en: 12 de mar. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2019.42540

Recebido em 29 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 22 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho

Boys wear blue, girls wear pink?
Violence and sexual division of labor

Natália Regina Parizotto*

Resumo – O presente artigo procura problematizar a relação entre divisão sexual do trabalho e subalternização das mulheres. É fruto de uma pesquisa mais ampla, de base empírica e documental, acerca da implementação da Lei Maria da Penha pelo Poder Judiciário na cidade de São Paulo. Aborda a influência da divisão sexual do trabalho na trajetória de mulheres em situação de violência doméstica de gênero.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; violência doméstica de gênero; trabalho feminino.

Abstract – The present article tries to problematize the relation between the sexual division of labor and the subalternization of women. It is the result of a broader empirical and documentary research on the implementation of the Maria da Penha Law by the Judiciary Power in the city of São Paulo. It addresses the influence of the sexual division of labor on the trajectory of women in situations of domestic violence of gender.

Keywords: Sexual Division of Labor. Domestic violence of gender. Female work.

Introdução

O atual cenário político no Brasil, marcado por uma ofensiva conservadora, dá maior poder e voz a pessoas como a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (e também pastora) Damares Regina Alves, que, logo após tomar posse de seu cargo, indicou: “iniciamos uma nova era no Brasil em que menino veste azul e menina veste rosa”.¹ Tal fato re-

* Mestre em Serviço Social (UERJ), assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto/ SP. Professora do curso de Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO. Correspondência: Rua José Polachini Sobrinho, 575 – Jardim Urano, São José do Rio Preto/ SP. CEP: 15084-160. E-mail: <natalia.parizotto@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8746-2475>>.

¹ O título da matéria é: *Em vídeo, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”*, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghhtml>.

nova nossa inspiração em discutir como os “inofensivos” estereótipos de “homem” e “mulher” vigentes em nossa sociedade estão relacionados com a subalternização feminina, tanto na esfera doméstica como no mercado de trabalho.

Este artigo é parte fundante de um estudo mais amplo no qual analisamos a implementação da Lei Maria da Penha pelo Poder Judiciário na cidade de São Paulo (PARIZOTTO, 2016). Para tanto, foram entrevistadas cinco mulheres que tiveram uma ou mais audiências referentes a processos judicializados diante de eventos de violência doméstica de gênero. A pesquisa ocorreu no Centro de Referência da Mulher Casa Eliane de Grammont e na Regional Leste II da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Durante a pesquisa sobre a história de vida das entrevistadas, a divisão sexual do trabalho despontou como uma categoria explicativa determinante para compreender suas histórias, percalços e estratégias de sobrevivência. Desta forma, neste artigo, pretendemos apresentar alguns dos elementos coletados nestas entrevistas que demonstram a influência da divisão sexual do trabalho na trajetória das mulheres entrevistadas.

Divisão social e sexual do trabalho: as esferas da produção e reprodução podem ser separadas?

Todas as entrevistadas para a pesquisa em questão, exceto Diana², ao serem questionadas sobre seus empregos, abordaram certas dificuldades em conjugar a carreira profissional com as responsabilidades (não compartilhadas com seus ex-maridos/companheiros) do trabalho doméstico. Todas trabalhavam no setor de serviços e apenas Diana e Mariana eram contratadas formalmente. As demais auferiam renda através de trabalhos domésticos, temporários, sazonais, sub-remunerados etc., o que Vaitsman (1994, p. 56) situou como a dupla invisibilidade do trabalho feminino: o trabalho desenvolvido na esfera doméstica e o trabalho informal. Consequentemente, estas inserções no mercado de trabalho resultaram mais superficiais e pior remuneradas do que as de seus ex-maridos/companheiros. Não é difícil imaginar os impactos negativos desta experiência na decisão de romper um relacionamento, assim como na constituição da subjetividade destas mulheres. Subempregos, sub-remunerações não geram a mesma experiência de vida que empregos mais prestigiados e melhor remunerados, inclusive dentro do espaço familiar.

Segundo Marx e Engels (2011, p. 37), a primeira forma de divisão social do trabalho foi a divisão social do trabalho entre os sexos no interior da família:

² Todos os nomes foram alterados para preservar a segurança, a privacidade e a intimidade das entrevistadas. Os nomes fictícios foram escolhidos a partir da obra *Projeto Mulheres*, da artista Carol Rossetti (2015).

[...] a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e, portanto, a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos/as são os escravos do homem.

Segundo Kergoat (2009, p. 67), a etnologia francesa foi precursora na utilização da categoria “divisão sexual do trabalho” como chave explicativa da organização da sociedade em famílias. Tais pesquisadores, à época, compreendiam que haveria certa “complementariedade” entre as atividades designadas a cada sexo.

O antropólogo e etnógrafo francês Clastres (1988, p. 75), ao descrever a população indígena Guaiaqui, referiu o ritual de entrada dos indivíduos à fase adulta da seguinte forma:

[...] o seu primeiro cuidado, logo que se integra na comunidade dos homens é fabricar para si um arco; de agora em diante membro ‘produtor’ do bando, ele caçará com uma arma feita por suas próprias mãos e apenas a morte e a velhice o separarão de seu arco. Complementar e paralelo é o destino da mulher. [...] Primeira tarefa do seu novo estado e marca da sua condição definitiva, ela fabrica seu próprio cesto. E cada um dos dois, o jovem e a jovem, tanto senhores e prisioneiros, um do seu cesto, o outro do seu arco, ascendem dessa forma à idade adulta. Enfim, quando morre um caçador, seu arco e suas flechas são ritualmente queimados, como o é também o último cesto de uma mulher: pois, como símbolos das pessoas, não poderiam sobreviver a elas.

Sendo assim, tornou-se claro que a designação das atividades desenvolvidas para garantir a sobrevivência do grupo estaria pautada na distinção biológica entre os indivíduos. Homens caçariam com seus arcos e mulheres coletariam com seus cestos.³

Ao contrário daquilo em que geralmente acreditamos, a divisão sexual do trabalho na antiguidade não designava obrigatoriamente os homens à caça e as mulheres à coleta ou à agricultura. Segundo Saffioti (2004), há registros de tribos onde as mulheres, inclusive grávidas, eram as responsáveis pela caça. Conforme a autora, é muito provável que as mães que amamentavam seus bebês os levassem junto ao peito ou nas costas, e no momento da caça o choro das crianças afastasse os animais. Sendo assim, crê-se que as mulheres passaram a desenvolver as atividades de coleta e agricultura e os homens começaram a caçar. Passou a tomar forma a domesticação das mulheres.

A partir dos fundamentos fornecidos pela etnologia, as antropólogas feministas foram capazes de demonstrar que há uma distribuição

³ É importante lembrar que neste texto clássico a distinção biológica não era absoluta, mas mediada por convenções sociais. “Homens” poderiam ser admitidos como “mulheres” se portassem o cesto e “mulheres” poderiam ser admitidas como “homens” se portassem o arco – desde que de forma definitiva, sendo permitido, inclusive, o matrimônio.

social de atividades diferentes e desiguais entre os sexos que resulta de uma construção sócio-histórica em benefício dos homens. Segundo Kergoat (2009), os dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho são: a separação das atividades ditas masculinas e femininas e a hierarquização entre estas (em detrimento das atividades ditas femininas).

A divisão sexual do trabalho, como uma categoria histórica, sofreu adaptações nas mais diversas sociedades e ao longo do tempo. Conforme nos esclareceu Vaitsman (1994, p. 15), o avançar do capitalismo também editou a divisão sexual do trabalho:

Com a industrialização e a separação entre a unidade doméstica e as atividades empresariais, a divisão sexual do trabalho na sociedade reorganizou-se. A família privatizou-se, com a consequente exclusão das mulheres das práticas que, na construção das sociedades modernas, passaram a ser exercidas numa esfera pública, que se transformou na medida não só de poder, prestígio e riqueza, mas também da cidadania.

Destarte, sob a divisão sexual do trabalho, no capitalismo seriam designadas aos homens as atividades atinentes ao espaço público e às mulheres as atividades atinentes ao espaço privado:

Os primeiros associados aos homens, ao mundo público e ao trabalho remunerado necessário para atender às necessidades materiais da família. Os segundos associam-se às mulheres e às crianças, ao mundo privado do trabalho doméstico e a satisfação das necessidades afetivas da família. [...] Devido ao seu papel ocupacional, o marido-pai, embora tem outras funções importantes em relação a mulher e os filhos, surge como um 'líder instrumental da família como um sistema'. (VAITSMAN, 1994, p. 16).

Sendo assim, caberia prioritariamente às mulheres o trabalho referente à esfera reprodutiva e aos homens o trabalho relativo à esfera produtiva (somado às atividades que repute prestígio social, como as práticas políticas, religiosas e militares).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), a produção, em seu sentido amplo, incluiria as esferas de produção e reprodução. A primeira constitui as atividades concernentes às condições materiais de existência. Já a segunda seria a reprodução material (produção, distribuição, troca e consumo), e, ao mesmo tempo, “as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em se produzem” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 30). Segundo Canoas (1995, p. 22):

A reprodução biológica é o processo de produzir e criar os filhos/as, indo, portanto, além da fecundação e do parto, inclui tudo o que se faz para o desenvolvimento físico das pessoas, observando suas necessidades básicas, principalmente alimentação e saúde. A reprodução social se encarrega da produção das condições que

sustentam um sistema social [...]. A reprodução da força de trabalho é a manutenção diária dos que trabalham, para que continuem a trabalhar e se incumbem também de formar novos trabalhadores, ensinando às crianças e aos jovens a se converterem em trabalhadores. Enquanto a reprodução está na esfera humana, a produção é relativa aos bens, no entanto tudo está relacionado como trabalho humano: produzindo ou reproduzindo.

Assim, observamos que as esferas da produção e da reprodução estão diretamente relacionadas, forjando as condições para a continuidade do modo de produção vigente. Por esta razão, Iamamoto e Carvalho (2009, p. 29-30) referem-se à produção como a junção dialética destas duas dimensões que determinam as relações sociais estabelecidas: “para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam produção”.

Como constatamos, segundo a divisão sexual do trabalho, às mulheres é designado o trabalho de reprodução desenvolvido dentro do ambiente doméstico, pouco valorizado e, muitas vezes, não remunerado. Aos homens caberia o trabalho desenvolvido na esfera da produção, atinente ao espaço público e remunerado. Dessa forma, percebemos a conjunção de fatores que determinam um lugar social para as mulheres tendencialmente menos prestigiado, coadjuvante e dependente financeiramente. Nas palavras de Vaitsman (1994, p. 61):

Diferença de atribuições e ao mesmo tempo escala de valores sobre as atividades exercidas por cada um dos sexos, fazendo com que o trabalho da esposa não seja considerado trabalho e assim ela se torne dependente econômica e legalmente do marido, ‘chefe da casa’, ‘cabeça do casal’.

De acordo com os dados colhidos em campo para a pesquisa que fundamenta este artigo, todas as entrevistadas, exceto Diana, referiram o não compartilhamento das responsabilidades de cuidado da casa e dos filhos com seus companheiros. Bette, a seguir, descreveu sua experiência:

Não, a educação era responsabilidade minha. Se tivesse que brigar, se tivesse que dar um tapa, era eu. Ele sempre saía como o bonzinho, ‘eu sou o bonzinho’. Tanto é que eu já tinha discutido com ele por isso, falei: ‘você tem responsabilidade tanto quanto eu, eu educo, você também tem que educar. Não é só eu que ponho de castigo’, porque nessa eu ficava como a ‘mãe ruim’ e ele era o ‘papai bonzinho’, que a mãe põe de castigo e ele tirava. ‘Ah, meu pai, como meu pai é bom, né? Porque ele não me deixa de castigo, meu pai deixa eu ir pra rua’.

Nesta divisão, para que um homem trabalhe, é necessário que tenha roupas limpas, comida à mesa etc. Ou seja, o trabalho de reprodução designado às mulheres está imputado no trabalho que os homens vendem no mercado de trabalho, porém, elas não se apropriam da riqueza que geraram, a não ser através dos rendimentos masculinos. Segundo Campos e Miotto (2003, p. 169):

Nesta medida, o grupo familiar aparece com dupla face, a de uma unidade econômica com dependentes e ‘chefes de família’ que redistribuem renda e a de unidade ‘doadora de cuidados’, também a partir de redistribuição interna. Nela, da mulher-mãe, se espera que seja a principal provedora de cuidados para os seus membros, mantendo-se economicamente dependente de seu marido. Assim supõe, por um lado, as responsabilidades do ‘chefe de família’ com o sustento, e por outro, as da mulher com o cuidado.

Susan, Mariana e Bette relataram com nitidez a atuação de seus ex-maridos/companheiros como “chefes” de seus trabalhos domésticos. A última referiu que:

Porque eu sempre fui muito chata com a limpeza, e ele também, sempre. Assim, pegou bastante no meu pé: ‘nossa, mas tá com poeira o quintal... você não vai limpar o quintal?’. O quintal era enorme. Só que era de cimento só, sem o piso, então só vassoura não tira poeira, vamos lavar. E aí vai eu, com baldinho (porque falta de água...), pegar água da máquina de lavar lá de trás, pra lavar o quintal. Aí, chegava à noite, eu tava podre, não queria saber de unha, de cabelo, queria tomar banho e deitar, né? Então fui me acabando com isso.

A invisibilidade do valor de troca produzido no âmbito doméstico

O trabalho na acepção ontológica é aquele capaz de produzir valor de uso, uma qualidade específica que atende a uma necessidade humana. Neste caso, é denominado trabalho concreto.

Já o processo de valorização é a conversão de diferentes valores-de-uso em um mesmo denominador: o valor-de-troca. Dessa forma, torna-se possível garantir a contraposição de diferentes mercadorias, visto que todas referem-se a uma medida quantitativa de tempo de trabalho humano. Sendo assim, todos os trabalhos são reduzidos a um contingente de trabalho abstrato, mero coágulo de tempo de trabalho social médio, pronto para ser trocado. Tal fato deve-se à mercantilização universal típica da sociedade capitalista, em que houve a generalização das mercadorias como condição para manutenção e desenvolvimento deste modo de produção. Portanto, houve a articulação das categorias processo de trabalho e processo de valo-

rização, dado o duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista (MARX, 2005).

Tendo por base este debate, observamos que, sob a divisão sexual do trabalho, as atividades relegadas às mulheres são convertidas em valor-de-uso, mas não o são em valor-de-troca. O valor-de-uso subsidia a produção de valor-de-troca dos outros membros de sua família, prioritariamente de seu marido – geralmente designado “provedor do lar”, “chefe de família”.

Assim, uma estrutura assimétrica de interdependências se cristaliza, o que faz com que muitas mulheres heterossexuais em um relacionamento estável⁴ encontrem-se em uma condição muito desfavorável caso seus companheiros decidam não dividir seus rendimentos ou caso o casal se separe.

Pareceu-nos que os ex-maridos/companheiros das entrevistadas tinham clara noção de que pela via financeira seriam capazes de dificultar a autonomização de suas ex-esposas/companheiras. Na fala a seguir, Susan relatou a revolta de seu ex-marido, inclusive, com as pessoas que a ajudaram financeiramente.

Ele sabe que o dinheiro vai me salvar... o que me falta, graças a Deus, assim... a minha família me ajuda muito, mas eu preciso da minha independência. [...]. Ele foi na casa de um tio meu, que é tio dele também, e falou que ia me matar, matar meu irmão que me sustenta, porque ele é vagabundo. Por que ele me sustenta? Que eu tinha que morrer de fome, embaixo da ponte. Eu e meus filhos. A gente não, não. Ele não quer que ninguém me ajude, pra mim voltar pra ele.

O marido de Bette “trabalhava” vendendo peças roubadas de caminhão, após retificá-las. Ela descreveu que ele era responsável pelo contato externo com os “vendedores”, mas Bette o auxiliava a preparar as peças para a venda e, também, cedeu-lhe o uso de sua conta corrente para que ele pudesse efetuar as transações financeiras necessárias para a conclusão de seus negócios – cujo saldo devedor, ao final da relação, remanesceu para Bette:

Então, o [crédito] dele tava sujo, e a gente tá junto, é um casal. Então: ‘ah, usa a minha’. Eu não tava precisando, tava dentro de casa, né? ‘Amélia’, falei, ‘usa a minha’, e nisso ele foi usando e foi onde chegou nesse ponto.

Este acordo pareceu-nos como um arranjo típico da tradicional divisão sexual do trabalho, na qual ao homem coube o trabalho exercido no mundo público, incluídas as transações comerciais, enquanto à mulher

⁴ Não queremos dizer com isso que mulheres homossexuais não vivenciem violência doméstica de gênero, mas elas não foram as mulheres estudadas na presente pesquisa. Além disso, analisar as peculiaridades destes outros relacionamentos pressupõe a ampliação das referências teórico-conceituais utilizadas.

coube o trabalho exercido dentro do ambiente doméstico – sendo que ambos comprometeram-se de formas diferentes, em detrimento da mulher.

Observamos também que a escolarização das entrevistadas e seu acesso ao mercado de trabalho era alvo constante de críticas de seus ex-maridos/companheiros porque desestabiliza a assimetria estabelecida na divisão sexual do trabalho. Segundo Vaitsman (1994, p. 18):

A medida que o casamento deixou de construir um fim em si mesmo – tornando-se uma das dimensões de sua vida, que incorporou outros projetos e aspirações pessoais –, essas mulheres desafiaram um conjunto de práticas e valores que conformavam os fundamentos da legitimação de um sistema hierárquico de relações de gênero e de família.

Reconhecemos entre os relatos das entrevistadas que todas elas tiveram maior acesso à escolarização em relação às suas mães, e que Diana, Susan e Mariana foram a primeira geração feminina de suas famílias a começar a trabalhar fora do ambiente doméstico. Dessa forma, suas falas demonstraram algum “esgarçamento” da divisão sexual do trabalho. No entanto, por meio dos relatos colhidos para esta pesquisa, observamos que este “esgarçamento” não foi alcançado sem tensões, a partir de investidas no sentido oposto, por parte dos ex-maridos/companheiros.

Susan relatou que, com o fim da relação, perdeu também o seu emprego – pois ela trabalhava na empresa que tinha com o marido. Segundo ela, o recomeço foi muito difícil, pois “ele não me deixou estudar, não me deixou... é, eu casei muito nova [quinze anos], então eu não tinha estrutura pra mim sair pro mercado de trabalho”. Reconhecemos aqui o legado que a divisão sexual do trabalho (e da riqueza produzida) lhe deixou: com o fim da relação adveio a perda do emprego, de sua renda e baixíssima empregabilidade dada a baixa escolaridade e a experiência de trabalho não comprovada formalmente. A partir de então, Susan passou a trabalhar como vendedora na loja de um de seus irmãos, numa relação de dependência muito parecida. Em um debate sobre pensão alimentícia para seus filhos, Susan contou que seu irmão disse: “‘esquece isso, pelo amor de Deus. Esquece e eu te sustento’. Falei: ‘não, eu não posso! Eu trabalhei pra ter o que ele tem. Eu quero ter, meus filhos têm direito a ter isso’”.

Diana, por outro lado, desde o princípio foi a provedora de seu lar. No entanto, isso não significou uma inversão completa dos papéis tradicionais designados pela divisão sexual do trabalho, visto que ficava a seu encargo também o cuidado dos filhos, o que, no seu caso, significou contratar e pagar outra mulher para que o fizesse em seu lugar:

Diana: Aí o [filho mais velho], quando ele ficou doente, antes de ele ficar doente ele tava em berçário pra eu poder trabalhar, ele volta muito debilitado e não podia voltar pra escola. Coloquei babá em

casa, aí... fui trocando... você acertar a pessoa é difícil, é complicado. Quando eu engravidei [da filha do meio], eu contratei uma mulher pra ficar em casa e eu já preparei ‘ó, eu vou ter outro bebê, não vai ser um, vai ser dois pra você cuidar’, né? ‘E eu faço faculdade, preciso de você de segunda a sábado’. Então, além de eu ter o gasto pra cuidar da saúde dele, sustentar, né? Tudo. Eu tinha essa preocupação de manter uma pessoa em casa pra eu poder ter suporte pra poder continuar trabalhando e estudando.

Entrevistadora: Ele trabalhava?

Diana: Ele já tinha se encostado, mas também não ajudava em nada. Se eu deixasse nas costas dele... entendeu? Nessa situação, então via TV, ele passeava, não-sei-o-quê e eu ‘le-lê, le-lê’,⁵ né?

Em certa altura de seu casamento, Diana decidiu dar um basta nesta situação de sobrecarga e demandou de seu marido que ele passasse a cuidar da casa e dos filhos, enquanto ela trabalhava:

Chega uma hora que você fala: ‘não, agora chega’. Chegou uma hora que eu dei um grito de liberdade. Falei assim: ‘ó, você não trabalha, eu invisto em você, só prejuízo. Fico com empréstimo pra pagar e tudo parado aí. Então eu não vou mais pagar empregada, você vai cuidar da casa, você vai levar eles... não vou mais pagar perua pra levar os três pra escola’... Era três peruas, ida e volta. ‘Você vai pegar seu carro e você vai levar eles pra escola, vai buscar e pronto. E vai me buscar no serviço também!’ [risos].

Bette e Elisa também reportaram momentos em que foram a única fonte financeira para o atendimento das necessidades básicas de seus filhos. As duas informaram que os rendimentos de seus maridos eram voltados para seus interesses pessoais, como os cuidados com o veículo automotor. No relato de Elisa, a seguir, ela descreveu a ausência da participação financeira de seu marido em casa e, estimulada pela entrevista, refletiu sobre as semelhanças entre ele e seu pai:

Elisa: Eu... trabalhava. Eu falava: ‘não, peraí, você não vai trabalhar? A gente tá morando num... na casa da sua irmã!’

Entrevistadora: Ele não trabalhava?

Elisa: Então, ele trabalhava, mas eu não sabia onde tava o dinheiro dele.

Entrevistadora: Igual ao seu pai?

Elisa: Mas ele não bebia, e aí é que tá, onde? Do meu pai, eu sabia onde tava. Tava na bebida [...]. Falava ‘como assim, cadê? A gente tem que ajudar na água, na luz, e aí?’ [...] Passei a colocar todo o dinheiro de casa porque não sei pra... diz ele que o carro gastava muito [inspiração e expiração profunda]: comprar peça.

⁵ Aliteração para se referir a uma atividade escrava presente numa conhecida música da telenovela *Escrava Isaura*, baseada no livro homônimo de Bernardo Guimarães. A primeira versão da novela foi veiculada pela Rede Globo em 1976.

Estes exemplos enriquecem nossa reflexão acerca da divisão sexual do trabalho, pois demonstram que existem variações possíveis, nas quais as mulheres podem ser as provedoras e podem requisitar aos seus maridos/companheiros maior participação nas atividades de cuidado.

Observamos que discutir a divisão sexual do trabalho não significa prescrever um padrão fechado e imutável de comportamento. Ela é fruto de relações que estão sendo construídas e desconstruídas sucessivamente no cotidiano. No entanto, é importante reconhecer que estas mudanças podem subsidiar, mas não resultam mecanicamente na subversão da assimetria de poder entre as partes.

Outra reflexão importante que estes exemplos levantam é de que as relações em tela não se mantiveram ao longo do tempo apenas por insuficiência de recursos econômicos por parte das mulheres. Nossa intenção é aprofundar a reflexão acerca das relações constituídas entre homens e mulheres no marco da divisão sexual do trabalho, o que ultrapassa a discussão em torno da produção e acesso à riqueza, impactando a subjetividade dos atores inscritos nestas relações. Vaitsman (1994, p. 138) afirmou que

Socialmente, para as mulheres [...], separar-se significou continuar ultrapassando diversos obstáculos culturais e econômicos. A construção de sua identidade foi marcada pelo modo como enfrentar as dificuldades cotidianas da sobrevivência física e emocional, como assumir o controle da própria vida e a afirmação da sexualidade com mulheres descasadas e mães separadas.

O trabalho feminino no capitalismo monopolista

Com relação aos seus empregos, observamos que as entrevistadas inseriam-se na tendência de contratação no setor de serviços a baixos salários – setor que se expandiu por ocasião do capitalismo monopolista.⁶ No contexto da expansão dos serviços nesta fase do capitalismo, ocorreu a intensificação da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil (VAITSMAN, 1994, p. 65). Concomitantemente, o setor de serviços passou a absorver as atividades de reprodução da força de trabalho, convertidos em uma atividade diretamente lucrativa. Este momento demarcou a invasão do espaço privado pelo capitalismo monopolista (NETTO, 2011, p. 39). Como relembra Costa (2010, p. 101), esta transformação na esfera dos serviços está diretamente relacionada à evolução das forças produtivas e à criação de novas necessidades coletivas que são incorporadas pelo modo de produção capitalista na medida em que se mostram lucrativas.

⁶ Baseado no acréscimo de lucros através do controle de mercados, o capitalismo em sua fase dos monopólios tem como característica a agudização das contradições deste sistema, isto é, o capitalismo é elevado a um patamar mais alto de exploração e alienação da classe trabalhadora, cujo resultado é a maior pauperização da população (NETTO, 2011).

Vendedora, operadora de caixa, cozinheira e garçonzete, professora e locadora de brinquedos para festas infantis são as profissões das entrevistadas. Vemos a semelhança destes empregos com as atividades clássicas da esfera da reprodução social que se desenvolveram no capitalismo da era dos monopólios. Todas, exceto Diana, auferiam renda inferior às de seus companheiros na maior parte do tempo em que estiveram casadas.⁷

Braverman (1987, p. 240) demonstrou que a expansão do setor de serviços, dentre outros elementos, estava atrelada à possibilidade de emprego de mão de obra “pouco qualificada”, recrutada dentre os trabalhadores mais pauperizados, não sindicalizados e, portanto, mais suscetíveis à exploração e opressão – dentre eles, as mulheres.

Conforme afirmou Kergoat (1986), a asserção usual de que as mulheres são menos preparadas que os homens para serem inseridas no mercado de trabalho, na realidade, escamoteia o fato de que a socialização sexista educa homens e mulheres de forma desigual, reforçando nestas as atividades próprias da esfera reprodutiva e pouco valorizadas na esfera produtiva.

Harvey (2014, p. 89-90) aprofundou nossa reflexão acerca dos efeitos nefastos da socialização sexista sob o capitalismo ao demonstrar que:

A gama das táticas capitalistas no processo de trabalho precisa ser examinada. É aqui, em particular, que os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. [...]. Nas fábricas do mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo [...]. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho [...] para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida. A cultura do local de trabalho, em suma, torna-se uma característica essencial e é lá que os valores culturais mais amplos – como o patriarcado, o respeito à autoridade, as relações sociais de dominação e submissão – são importantes para desempenhar seu papel nas práticas de produção. Vá a qualquer local de trabalho – como um hospital ou um restaurante – e note o gênero, raça e etnia dos que fazem as diferentes tarefas e torna-se evidente como as relações de poder dentro do processo coletivo de trabalho são distribuídas entre os diferentes grupos sociais.

Sendo um sistema essencialmente exploratório, o capitalismo vale-se da desvalorização das aptidões ditas femininas para legitimar ideologicamente a exploração das mulheres. Este fato pode ser observado, por

⁷ No caso de Susan, cuja empresa era de propriedade conjunta do casal, não havia a definição exata de “um salário” para ela. O seu acesso à riqueza produzida fazia-se por designio de seu ex-marido. Susan conta que: “tinha cem mil ou oitenta mil na minha conta de dinheiro, ele queria, ele guardava dinheiro na minha conta”.

exemplo, na desqualificação generalizada das mesmas por lhes serem atribuídas arbitrariamente características como fragilidade, irracionalidade etc., ou, ainda, pelo fato de terem seu salário considerado como um auxílio à renda do marido/companheiro. Ambos os casos “justificariam” o fato de que salários mais baixos sejam pagos às mulheres no exercício de suas funções. Sendo assim, elas passaram a constituir um leque de trabalhadoras mais degradadas, criando uma “subclasse” dentro do mercado de trabalho, estando sujeitas a piores salários e piores empregos.

Outro elemento marcante para compreendermos a inserção das mulheres no mercado de trabalho trata-se da reorganização do capitalismo frente à sua crise estrutural (especialmente pelo esgotamento do padrão keynesiano-fordista de produção nos anos 1970). Essa crise demandou ajustes em sua forma de produzir e reproduzir as relações sociais que asseguravam a manutenção do acúmulo de capitais. Dentre estes ajustes, encontramos a “reestruturação produtiva”, isto é, as sucessivas reorganizações do processo de produção de ordem organizacional e tecnológica que ocasionaram a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, de forma a manter os níveis de acumulação capitalista (HARVEY, 1992).

A reestruturação produtiva constitui outro elemento intensificador da exploração do trabalho feminino, pois emprega esta mão de obra nas atividades mais precarizadas, constituídas por turnos reduzidos, vínculo empregatício instável e piores remunerações – como era o caso de Elisa e Bette. Susan trabalhava para o seu irmão; Diana e Mariana tinham vínculos formais de trabalho.

A partir da apreciação desta conjuntura, percebemos como a organização social sob a divisão sexual do trabalho resulta às mulheres um cenário de sobrevivência financeira delicada, que reforça sua dependência de outros sujeitos cujas funções são (melhor) remuneradas. Ou seja, observamos que a assimetria entre homens e mulheres subsidia a exploração destas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que esta exploração reforça a dependência das mesmas no âmbito familiar. Conforme relatou Vaitsman (1994, p. 138), muitas mulheres (porém nem todas, como é o caso de Diana) se veem: “[...] incapaz[es] de vislumbrar uma vida economicamente independente do marido, peça essencial da relação hierárquica e ambígua que faz do homem o elo de ligação entre a casa e a rua”. Outrossim, reconhecemos a contribuição da

[...] economia política, ao estabelecer tal conexão, [que] fornece as bases necessárias para se proceder a uma crítica sobre o valor deste trabalho no próprio ciclo produção/reprodução, assim como para o entendimento dos caminhos através dos quais a exploração de classe e a subalternização de sexo se articulam. (ARAÚJO, 2008, p. 66-67).

Dessa forma, concordamos com a afirmação de Kergoat (1986, p. 83) de que o esforço em “articular produção/reprodução significa [...]

trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, relações que chamaremos respectivamente de opressão e exploração”. Neste sentido, a compreensão que adotamos neste artigo para a subalternização das mulheres está fundamentada na síntese da exploração-opressão, isto é, na “formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica [que mantém] uma adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes” (GRAMSCI, 2011, p. 273).

Tal indicação nos permite aprofundar a compreensão sobre a dupla exploração vivida pela mulher:

Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia de reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com menor custo; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo. (CISNE, 2012, p. 112).

Outrossim, reconhecemos que o esforço em desvelar a desigualdade inerente à divisão sexual do trabalho torna possível demonstrar o trabalho executado pelas mulheres predominantemente no âmbito doméstico e ressaltar sua importância para a manutenção da família e de todo o sistema produtivo. Para tanto, é necessário desnaturalizar as atividades ditas como fruto do “desejo/habilidade inatos das mulheres” e afirmar sua natureza como atividade aprendida socialmente através da socialização sexista (KERGAT, 1986, p. 84). O mesmo esforço faz-se necessário para demonstrar a desvalorização do trabalho feminino no mercado de trabalho, visto que seu desprestígio apoia-se também na divisão sexual do trabalho, garantindo atividades de mesma natureza, sob demérito semelhante.

Dessa forma, neste artigo, fundamentamos nossa análise na indissociabilidade das esferas da produção e reprodução. Ou seja, atrelamo-nos à corrente teórica que empreende esta divisão apenas como uma estratégia analítico-metodológica que nos permite demonstrar a contribuição das mulheres para a produção em sentido amplo.

A partir da categoria “trabalhador coletivo” pretendemos compreender os processos macrossociais contemporâneos que afetam as mulheres e determinam sua subalternização, afirmando que, ao considerarmos o produto comum de um trabalhador coletivo (nos casos estudados referimo-nos à riqueza socialmente produzida pela família), ampliamos não apenas a compreensão da esfera da produção, mas também de trabalhador produtivo. Isto é, “para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra: basta ser órgão de um trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX apud IAMAMOTO, 2014, p. 73). Esta asserção amplia a margem para reflexão sobre os limites

móveis entre as esferas do trabalho produtivo e improdutivo e a importância do trabalho feminino neste contexto. Segundo Costa (2010, p. 104):

[...] há uma interpenetração entre as funções produtivas e improdutivas, a partir das quais são estabelecidos novos laços entre produção material e serviços, entre saberes e habilidades, que se articulam para responder às exigências de interconexão dos mercados [...] através de uma rede em que se articulam o 'produtivo' e 'improdutivo' [...].

Dessa maneira, observamos que a discussão sobre a divisão sexual do trabalho nos fornece importantes subsídios para discutir os fundamentos da opressão e exploração das mulheres. Reconhecemos, assim, a importância da recusa do determinismo biológico para a definição das práticas sexuais, de forma a desmistificar a construção social das mesmas. Observamos também a importância de compreender a materialidade da vida social pautada na articulação entre as esferas da produção e da reprodução social, bem como do trabalho produtivo e improdutivo, desvelando a atuação decisiva do trabalho feminino na produção social da riqueza no âmbito familiar e, mais amplamente, no sistema capitalista vigente.

Referências

ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIX, n. 93, mar. 2008.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CAMPOS, M.; MIOTO, R. C. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, v. 1, n. 1, 2003.

CANOAS, C. S. *Mulher e cidadania*: perspectivas para o próximo século. Uma reflexão na realidade metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social, PUC/SP, São Paulo, 1995, [mimeo].

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

COSTA, M. D. H. Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci*: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

IAMAMOTTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KERGOAT, D. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O capital*. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PARIZOTTO, N. R. *Justiça: substantivo feminino? Considerações acerca da judicialização da Lei Maria da Penha*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2016, [mimeo].

ROSSETTI, C. *Mulheres – Retratos de respeito, amor-próprio, direitos e dignidade*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2015.

SAFFIOTI, H. I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DOI: 10.12957/rep.2019.42544

Recebido em 24 de janeiro de 2019.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

“20 ANOS DO PPGSS UERJ”: Desafios da Pós-Graduação no Brasil

ENTREVISTA

COM A COORDENAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NA CAPES*

Carla Cristina Lima de Almeida**
Isabel Cristina da Costa Cardoso***

EP - Desde 2016 e notadamente a partir do resultado das eleições presidenciais de 2018, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil caminha de costas para a nossa frágil e ainda recente experiência de democracia. Assistimos ao aprofundamento de práticas e discursos neoconservadores que se expressam em medidas de contrarreforma, de anulação das fronteiras entre Estado e religião e de não reconhecimento da alteridade como princípio de sociabilidade, levando ao aprofundamento de formas históricas de preconceito e estigma. Na avaliação da coordenação, como tal contexto impacta a universidade pública e a pós-graduação na atual conjuntura?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - A agenda do governo federal, resultante das eleições presidenciais de 2018, tem por base uma perspectiva teórica e prática ultraconservadoras que expressa: 1. a continuidade dos interesses das frações da classe dominante, com a defesa do avanço das privatizações dos serviços públicos, a desregulamentação das relações trabalhistas, o esfacelamento dos direitos sociais e políticos referentes às conquistas democráticas – adquiridas pela organização da classe trabalhadora, partidos políticos, movimentos sociais, sociedades científicas, dentre outros; 2. uma proposta de sociabilidade pautada na desvalorização dos avanços nas discussões mundiais sobre a importância de preservação do meio ambiente, da alimentação saudável e segurança alimentar, educação, ciência e tecnologia como forças motrizes do desenvolvimento de um país, diversidade de gênero, direitos humanos, raça, etnia e orientação sexual, somente para citar alguns exemplos. A pauta conservadora incide em processos regressivos de direitos das mulheres, in-

* Entrevistadas: Denise Bomtempo Birche de Carvalho, Joana Valente Santana e Inez Terezinha Stampa (Gestão 2018-2022).

** Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU, Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ, membro do corpo permanente da Pós-Graduação em Serviço Social e integrante do Comitê Editorial da Revista Em Pauta. E-mail: <carlacristina.almeida@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8828-4997>>.

*** Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2005) e pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP. É professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política sediado na Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora do UrbanoSS - Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social. E-mail: <icostac2010@gmail.com>.

dígenas, quilombolas, direitos LGBTQs, movimentos sociais urbanos e rurais, agravando, em especial, a vida dos jovens negros da periferia no Brasil, onde o extermínio – que se fazia presente nos governos anteriores – toma uma forma exacerbada; 3. pela desconstrução da produção do conhecimento científico, com a defesa, em seu lugar, de uma concepção conservadora na forma de compreender e intervir no mundo, baseada em valores religiosos e que negam o papel da ciência como elemento fundamental para descobertas de soluções para o desenvolvimento humano. Neste particular, a educação brasileira sofre os influxos desses elementos que, por sua vez, impactam as universidades públicas e o sistema de pós-graduação por meio da desvalorização do papel dessas universidades na sociedade brasileira, e a constante defesa do ensino privado e à distância; a intenção, e em muitos casos, a perspectiva da aposentação precoce de docentes e pesquisadores doutores, pela iminente reforma da previdência, o que deverá impactar fortemente os programas de pós-graduação no Brasil; os salários pouco atrativos a docentes em início de carreira; as condições de infraestrutura das universidades públicas, que dificultam sobremaneira o cotidiano da vida docente, discente e dos servidores técnico-administrativos; o excessivo trabalho docente, sobretudo para os que atuam no sistema de pós-graduação; o progressivo desinvestimento em pesquisa por parte do Estado, o que afeta docentes e discentes, sobretudo na pós-graduação; a desvalorização das universidades pelo lugar que ocupam na sociedade em relação aos questionamentos filosóficos e sociológicos da vida humana. Há um tensionamento em relação à perspectiva do pensamento crítico construído e disseminado nas universidades, particularmente as públicas. Por conta disso, tem-se produzido e disseminado um discurso conservador de depreciação do ofício do professor e do educador, em todos os níveis, que, na prática, vem estimulando a vigilância e o controle do trabalho docente, materializada por ameaças de registro em vídeo ou áudio, do ser e do fazer no âmbito do trabalho docente.

EP - Ao longo dos anos tem se verificado muitas medidas de contingenciamento dos recursos para pesquisa e parâmetros para produção de conhecimento com repercussões deletérias nas diferentes áreas científicas, inclusive sem levar em conta dinâmicas próprias desses grupos, sobretudo os das carreiras de humanas. Enquanto área, como enfrentar essa perspectiva, que muitas vezes se reduz à afirmação de uma lógica produtivista no ensino superior?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - O contingenciamento de recursos às universidades públicas brasileiras não é recente e nem é uma exclusividade do governo atual. Entretanto, nesses quatro primeiros meses de 2019, os cortes orçamentários, em torno

de 30%, dos recursos de custeio das universidades públicas e dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, colocam em prática, de forma drástica, a proposta de desmonte do ensino superior gratuito em nível de graduação e pós-graduação. Se o corte orçamentário é uma ameaça ao ensino público e à produção de ciência e tecnologia em geral, nas ciências humanas e sociais aplicadas, em particular, o corte orçamentário se faz sentir não apenas no financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas, sobretudo, na desvalorização da natureza da investigação e das respostas científicas e impactos sociais e econômicos necessários ao bem estar da população. Nesse contexto, a Área de Serviço Social tem se articulado às outras áreas de conhecimento, particularmente às humanidades, no sentido de defender critérios de avaliação dos programas de pós-graduação que sejam condizentes às especificidades de ensino, pesquisa e produção científica dessas áreas, que tem como impactos da produção de conhecimento o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira, defendendo, desta forma, a garantia do financiamento de recursos públicos para essas áreas. A área de Serviço Social avalia como impacto social e econômico os processos de produção de conhecimento crítico acerca das expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, no horizonte da defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional, resguardando a diversidade da realidade regional que interfere na problemática da pobreza e das desigualdades sociais.

EP – Qual o panorama da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil hoje e como avaliam o crescimento da área de Serviço Social na Pós-graduação nos últimos anos?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa – A Pós-graduação *strictu sensu* em Serviço Social, no Brasil, faz parte de um processo histórico de expansão da Pós-graduação brasileira¹. Na década de 1960 havia apenas 38 Programas de Pós-graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social. Em 2016 registravam-se 34 programas de pós-graduação em funcionamento nessa área. Tanto no quesito formação de recursos humanos, quanto nos impactos sociais, econômicos e políticos, os indicadores de relevância da área de Serviço Social para a sociedade se expressam na defesa radical da formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com enfoque no planejamento, na gestão e na avaliação de políticas públicas. Em 2019, a área de Serviço Social conta com 36

¹ Os dados sobre a expansão da pós-graduação e da área de conhecimento do Serviço Social é um resumo do Relatório de Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social 2017 (CAPES, 2017).

Programas de Pós-graduação, todos acadêmicos, sendo que 20 deles (55,6% do total) possuem cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país. Desenvolvem cursos de Doutorado os Programas das seguintes Instituições: PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF. A área de Serviço Social é a única área, dentre as 49 áreas de conhecimento na CAPES, que não possui Programas de Pós-graduação na modalidade profissional. Em relação aos conceitos provenientes da Avaliação Quadrienal 2017, a área encontra-se da seguinte forma: 12 PPGs com conceito 3; 11 PPGs com conceito 4; cinco com conceito 6; quatro com conceito 5 e um Programa com conceito 7. As regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número de PPGs da Área, com 33,3% cada região, seguidos da região Sul, com 16,6% e das regiões Norte e Centro Oeste, com 8,3% cada. Entre os 10 Programas avaliados com conceitos, 5, 6 e 7, a Região Sudeste apresenta 5 Programas com os melhores conceitos de avaliação. A maioria dos 36 PPGs encontra-se nas universidades públicas federais (23). Os demais programas são distribuídos nas universidades estaduais (7), instituições privadas (6), sendo destas últimas 5 comunitárias (4 PUCs: Rio/RS/SP/GO e 1 universidade católica – Universidade Católica de Pelotas - UCPEL), além de uma sem fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM). Em relação à área básica, a maioria dos Programas encontra-se na área de Serviço Social (25), seguido de Política Social (7), Políticas Públicas (3) e Economia Doméstica (1). Cabe destacar que o Relatório da Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social (2017) registra 49,4% dos docentes dos PPGs com Doutorado em Serviço Social, seguindo-se de titulações nas grandes áreas de conhecimento. Nota-se que vem ocorrendo um processo de renovação gradual do quadro docente dos PPGs da área com a entrada de docentes titulados no período de 2000 a 2009, acompanhando a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação. Atualmente, mais da metade dos docentes são egressos de Programas de Pós-graduação que implantaram seus doutorados entre os anos 1990-2000. A expansão dos PPGs em Serviço Social continua de forma gradual. Em 2014 havia 33 Programas, dos quais 16 com Doutorado. Em 2015, foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social na Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS (o primeiro em instituição pública nesse Estado); o Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (o primeiro em instituição pública federal nesse estado); e os Doutorados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da Universidade Federal do Pará – UFPA (primeiro doutorado da área na Região Norte). Em 2016 foi aprovado o Doutorado na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Vale registrar que no ano de 2018, após a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pela CAPES, 03 novos Programas se constituíram em relação à área básica: 02 em Serviço Social e 01 em Política Social. Foram aprovados Programas

de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), suprimindo, assim, dois estados da federação (Tocantins e Bahia) de formação pós-graduada *stricto sensu* na área de Serviço Social. Registre-se também a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A produção bibliográfica da área é expressiva e acompanha a curva de crescimento dos Programas. As produções bibliográficas e técnicas da área de Serviço Social têm impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação e execução de políticas públicas, a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas. Ademais, a produção intelectual (bibliográfica) tem subsidiado uma gama de concursos públicos na área social, de uma maneira geral, e contribuído para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais e econômicas que impactam a vida social.

EP – Como entendem o papel das entidades coletivas de Serviço Social no fortalecimento da PGSS no Brasil?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa
- O Serviço Social brasileiro vem mantendo uma agenda coletiva, e reconhecidamente importante, de discussões em torno da formação e exercício profissional. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), articulados às entidades estudantis (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO) construíram e vem construindo, historicamente, pautas coletivas de fortalecimento da profissão de Serviço Social em relação ao ensino, à pesquisa, à extensão, à produção do conhecimento, vinculadas às lutas políticas por democracia, direitos humanos e emancipação humana. Nesse sentido, essas entidades cumprem um papel fundamental no fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. A Pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil valoriza a formação de nível superior e a produção de conhecimento baseado em perspectiva crítica, onde áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa desenvolvidos nestes PPGs são consoantes com as diretrizes curriculares construídas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Nesse sentido, cabe destacar a iniciativa da ABEPSS na organização de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), espaços de elaboração, produção e circulação do conhecimento, que reúnem pesquisadores para tratar de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre temas estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas, os quais são de interesse profissional

e da sociedade brasileira. A ABEPSS promove, também, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a Pós-graduação na área de Serviço Social, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado de e em articulação com outras associações científicas. Neste sentido, considera-se essencial o diálogo constante com as entidades coletivas de Serviço Social.

EP - Quais os desafios centrais da área junto à CAPES?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa – São muitos os desafios da coordenação da área de Serviço Social junto à CAPES, aos programas de pós-graduação e, principalmente, junto à sociedade. A área de Serviço Social considera que, no âmbito dos desafios, transformações e propostas, suas principais estratégias de formação e intervenção na realidade se efetivam na atuação profissional qualificada nas políticas públicas e sociais e, ainda, na articulação de organismos da sociedade civil para fortalecer e ampliar direitos. Destaca-se a centralidade na elaboração de indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas, democratização das informações e fortalecimento da ação pública do Estado. Em várias reuniões da coordenação de área de Serviço Social com os coordenadores de Pós-graduação (de 2015 a novembro de 2018), alguns desafios postos à área 32 foram identificados:

- a. Ampliar a visibilidade dos grupos e das redes de pesquisa existentes, o que permitiria uma maior difusão do conhecimento construído na área em âmbitos local, regional nacional e internacional;
- b. Aprofundar a construção de indicadores e dimensões da avaliação da realidade contemporânea, sob o ponto de vista quanti-qualitativo, que expliquem os objetos de pesquisa e as demandas da realidade a serem respondidas em nível de Graduação e Pós-graduação. Trata-se de fortalecer a política de pesquisa e de formação de recursos humanos para a área. Este é outro desafio que vem recebendo especial atenção, em um constante diálogo com as organizações da categoria profissional e com as áreas afins do conhecimento;
- c. Criar estratégias em nível da área e dos PPGs, bem como com as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, no sentido de promover melhor desempenho dos Programas e a consequente alteração dos conceitos dos cursos 3 e 4;
- d. Incentivar a indexação, em bases internacionais, dos periódicos da área qualificados nos maiores estratos;
- e. Criar parâmetros diferenciados de visibilidade e inserção nacional e internacional dos PPGs em relação às diferenças regionais, às diferenças de conceitos e às potencialidades de internacionalização;

f. Garantir a avaliação da área com base em critérios quantitativos e qualitativos que correspondam às diferentes realidades dos Programas em nível regional, financiamento de pesquisa e valorização da produção de conhecimento que expresse a dimensão de impactos sociais e econômicos concernentes à questão social e suas expressões. E, neste aspecto, contribuir com a revisão do *Qualis* periódicos e *Qualis* livros que se articulem com a realidade da Grande Área de Humanidades, no geral, e da área de Serviço Social, em particular;

g. Expandir os PPGs para regiões e microrregiões que apresentam demanda e condições para sua estruturação. Nesse sentido, faz-se importante o incentivo à expansão da Pós-graduação no âmbito do Serviço Social para a Região Norte, considerando que, dos sete estados dessa Região, apenas três possuem Cursos de Pós-graduação na área, com vazio nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Também na Região Centro-Oeste, há a necessidade de ampliação para o estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, hoje, os programas de Pós-graduação da área de Serviço Social se concentram, em sua maioria, em capitais (Curitiba/PR é a única capital que ainda não possui pós-graduação nessa área). Para reduzir as assimetrias regionais e intrarregionais, propõe-se a expansão dos PPGs em cidades de porte médio, que possuam instituições de ensino superior (IES) com capacidade de desenvolvimento de Programas, no sentido de contribuir com a interiorização da Pós-graduação em Serviço Social e colaborar no diagnóstico da realidade dos municípios e na proposta de soluções aos problemas socioeconômicos em parcerias com as prefeituras e secretarias estaduais e municipais. A área reforça a necessidade de financiamento público para indução e fortalecimento das ações de redução das assimetrias regionais e intrarregionais (Mestrado Interinstitucional - *Minter* e Doutorado Interinstitucional - *Dinter*, e outras formas de cooperação e associação entre IES). O acompanhamento e fortalecimento dos Programas deve estimular as trocas de experiências e de solidariedade entre os Programas, tendo em vista a diminuição das referidas assimetrias e a expansão da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil;

h. Apoiar os PPGs com conceito 3, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem conceito 4. Para redução das assimetrias regionais e intrarregionais, considera-se importante o apoio dos programas com conceitos 5, 6 e 7 a programas com conceito 3 e 4, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem conceito 4;

i. Discutir de forma coletiva sobre os documentos orientadores da avaliação (documento de área, ficha de avaliação, documentos *Qualis*: Periódicos, Livros, Técnico/Tecnológico, Artístico Cultural e Classificação de Eventos), especialmente durante o Seminário de Meio Termo que deverá acontecer na sede da Capes no período de 4 a 6 de setembro de 2019. É importante registrar que neste Seminário deverá estar presente a representação da ABEPSS, como forma de garantir a articulação entre coordenação da Área,

coordenadores dos programas de pós-graduação e associação científica, para fortalecimento das pautas coletivas em defesa da educação pública brasileira;

j. Resistir, com veemência, e com apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da ABEPSS à tendência de privatizar a pós-graduação pública, presencial e acadêmica no âmbito do Serviço Social.

EP – Quais as principais pautas na agenda da Pós-graduação em Serviço Social para os próximos anos?

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa
- No contexto atual de incisiva diminuição de recursos para a educação superior no Brasil, uma primeira pauta diz respeito à necessidade da comunidade universitária demonstrar sua importância para a sociedade brasileira nos mais variados níveis da vida social, no sentido de ratificar a defesa das universidades públicas e o financiamento da pós-graduação. Por seu turno, a Pós-graduação em Serviço Social deve manter princípios éticos e políticos que orientem de forma intransigente a formação pós-graduada de nível superior, a pesquisa e produção científica (bibliográfica e técnica) que se volte aos estudos das desigualdades socioeconômicas no país e às lutas políticas como forma de contribuir para a defesa e fortalecimento da esfera pública estatal e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, com a intervenção qualificada nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional, bem como com as lutas políticas em defesa da cidadania e dos direitos humanos.

DOI: 10.12957/rep.2019.42545



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HOMENAGEM DE VIDA

Saúde, trabalho e meio ambiente: uma história de compromisso no Serviço Social

Márcia Regina Botão Gomes*

Nesta edição a revista *Em Pauta*, tem muito a comemorar e agradecer a muitas pessoas que se dedicaram à pós-graduação durante essas duas décadas vigorosas. Para celebrar essa gratidão nada melhor que propor um brinde à professora Lúcia Freire que representa muito bem o corpo docente e discente desse curso, pois a sua história profissional e pessoal se relacionam e entrelaçam com a história do Serviço Social em diferentes épocas e em diferentes lugares.

Ao longo desses anos, muitos sonhos se concretizaram, muitas dissertações, teses, livros, cursos, artigos, debates, foram realizados. Muitos alunos se tornaram mestres, doutores, pesquisadores e docentes, enfrentando o desafio de aprender e ensinar sempre, graças aos sujeitos que compõe e tornam a UERJ viva, mesmo diante de tantas dificuldades. Docentes, profissionais administrativos, manutenção e limpeza, ou seja, todos que fazem a UERJ ser uma das melhores universidades do nosso país.

Como comemorar 20 anos de existência do curso de pós-graduação em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, sem homenagear uma das principais responsáveis por essa conquista? Professora Dr^a Lúcia Maria de Barros Freire. Sua contribuição se dá, não só por ter integrado o grupo que idealizou a criação desse curso, mas também por ter sido a primeira coordenadora em parceria com a professora Maria Inês de Sousa Bravo em 1999. Parceria essa que permanece até os dias atuais. Parece que tudo aconteceu ontem...

Lúcia Freire com 80 anos de vida permanece se dedicando a pesquisas na área do Serviço Social, Trabalho, Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador, temas de extrema relevância e atualidade. Além de sempre estar disposta a contribuir com a comissão de empresa do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro - CRESS-RJ. São mais de 50 anos de dedicados à profissão, haja história para contar...

* Doutora em Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – (UERJ). Docente do curso de Serviço Social da PUC-Rio. Correspondência: Rua Carvalho Alvim 125, apto 201 – Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20510-100. E-mail: <marcia-botao@puc-rio.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-2672-3672>>.

Com o olhar fixo na dura realidade que vivemos no Brasil, Lúcia Freire jamais perdeu a doçura, simpatia e elegância. Essas características a tornaram uma pessoa leve e bem humorada sempre. O que faz toda diferença em tempos endurecidos.

Pernambucana com orgulho, mãe de dois filhos, com lindos netos, não esconde a alegria e satisfação de tê-los por perto. Apesar da sua intensa dedicação à academia, reserva à família um lugar muito especial ao lado de seu companheiro.

Lúcia Freire inicia a sua trajetória profissional com a graduação em Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1963, um pouco antes do golpe que originou a ditadura civil-militar no Brasil. É difícil de imaginar como era o curso de Serviço Social naquela época, mesmo com o auxílio da literatura existente.

Antes de ingressar na carreira acadêmica, Lúcia Freire teve várias experiências profissionais como assistente social em empresas de grande porte, tais como: SERPRO, Cobra Computadores e Caixa Econômica Federal. Nesse período, já buscava em seu trabalho profissional, uma postura crítica, democrática e comprometida com a classe trabalhadora. Suas propostas profissionais sempre sugeriam métodos participativos considerando o protagonismo dos sujeitos envolvidos, mesmo em uma área sócio-ocupacional tão desafiadora. Não por acaso, tornou-se uma das referências importantes na área empresarial.

Em 1981, Lúcia Freire finaliza o curso de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assumindo o desafio de manter-se atualizada e em sintonia com os seus valores éticos e direção política. Com o acesso às literaturas mais críticas e maduras que chegaram aos profissionais de Serviço Social, refina cada vez mais o seu trabalho e o modo de ver a vida. Em sequência ao seu aprimoramento acadêmico e científico, conclui o curso de doutorado na Pontifícia Universidade Católica São Paulo (PUC-SP) em 1998.

Trabalhou como docente em várias Universidades Públicas e Privadas em diferentes Estados, com vínculo de professora colaboradora, visitante, ministrou cursos de curta duração, entre outros. Destacamos a Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Gama Filho, Universidade Cândido Mendes (UCM), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) Fio Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre outras. Até que se aposentou formalmente, mas não de fato.

Aposentadoria adiada

No período de sua aposentadoria, longe de encerrar seus trabalhos permaneceu realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão, com orientação de sete teses, nas áreas de serviço social e saúde do trabalhador,

concentradas em: tendências teórico-metodológicas do Serviço Social em empresas; pesquisa, assessoria e consultoria. Além dessas atividades, Lúcia Freire prestou assessorias e consultorias a trabalhadores, técnicos e gestores. É fundadora e líder do Grupo de Estudos em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente (GESTA).

Podemos afirmar de modo um tanto egoísta que tem sido um privilégio a permanência e dedicação da Lúcia Freire à pesquisa após a sua aposentadoria, pois tive a oportunidade de tê-la como orientadora do curso de doutorado, apesar de lhe gerar mais trabalho, quando era seu direito descansar. O meu egoísmo e de outras companheiras do grupo GESTA é reconhecido, mas também a nossa admiração e respeito são notórias.

A atitude voluntária de Lúcia Freire com relação a sua permanência na academia contradiz toda e qualquer insinuação de que professores de universidades públicas não trabalham ou trabalham pouco. No caso dela, o trabalho extrapolou e muito o tempo de serviço exigido para aposentar-se de fato, para ela, pesquisar e ensinar são trabalhos árduos, mas também é um imenso prazer. Bom que pôde escolher e nos presentear com seus ensinamentos.

Essa escolha foi possível por sua condição de vida saudável, seu compromisso com a sociedade, mas também pelo direito de escolher entre continuar trabalhando ou aposentar-se. Felizmente pôde exercer esse direito, hoje ameaçado pela proposta de reforma da previdência social do atual governo. Mas neste texto feliz, não pretendo aprofundar os retrocessos, mas sim as conquistas e vitórias de nossa querida professora.

Lúcia Freire permanece pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo iniciado em 1993, com sete pesquisas concluídas em Serviço Social na área do trabalho e da saúde do trabalhador. Tema que reserva grande atenção e compromisso.

A sua pesquisa mais recente intitulada Trabalho e Saúde: contradições e o Serviço Social nessa relação – realizada no período de 2014 a 2018. Atualmente encontra-se pesquisando um tema atual: Barreiras às áreas humanas no toyotismo: o caso do Serviço Social no início do século XXI no Brasil. A sua atuação como professora adjunta do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado de Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ) se inicia com o curso no ano de 1999 e o seu ciclo é finalizado em 2018 deixando um legado de grande valia não só para instituição UERJ, mas para toda sociedade, pois suas pesquisas possuem relevância social valorizando o uso dos recursos públicos empregados em suas pesquisas.

Literaturas e exemplos: legados de real valor

As contribuições de Lúcia Freire foram inúmeras, autora do primeiro livro sobre Serviço Social em empresas como o Título: Serviço Social

Organizacional: teoria e prática em empresas (1983). Nessa época, o Serviço Social já se aproximava da teoria social de Marx, contudo, ainda era necessário amadurecer e se apropriar com mais qualidade e assim fez. Em prefácio do primeiro livro de Lúcia, afirma Paulo Freire:

(...) Ler Você, uma forma de com você conversar, foi algo para mim realmente estimulante. Não tenho dúvida de que o seu trabalho conquistará um lugar entre as muitas contribuições que vem sendo dadas à prática e a compreensão críticas do Serviço Social entre nós.

O professor Paulo Freire tinha razão. Mais tarde, já na década de 1990, trabalhando como docente, Lúcia Freire aprofunda e qualifica ainda mais os seus conhecimentos. Fez uma brilhante tese de doutorado e também interlocuções com importantes Grupos de Pesquisa da UERJ e de outras universidades. Buscava capturar o movimento da realidade em curso no capitalismo maduro, suas contradições, crises e incidências no trabalho e na saúde do trabalhador. Nesse período o campo empírico privilegiado para pesquisa foi o campo empresarial.

Desse modo nunca deixou de se preocupar com a análise da sociedade, para além de sua aparência, por isso buscou aprimorar-se intelectualmente e assim faz até hoje. Um exemplo de compromisso profissional e social. O saber empírico, muitíssimo importante, não foi suficiente para o seu desejo de permanecer aprendendo e ensinando, apesar disso, esse conhecimento adquirido na área empresarial jamais foi desconsiderado. Em ocasião da sua defesa de tese ocorrida em 3/3/1998, afirmou José Paulo Netto:

Essa conjugação de discussão teórica e investigação, que é muito rara entre nós, esse encontrar na realidade os elementos que idealmente se põe, essa tese substantiva sua, (...) me fascinou desde o princípio: Se a ruptura é apenas uma categoria lógica, ela não presta. Você nunca formulou desse jeito, mas o que você me disse ao longo desses anos todos foi isso. Esse *insight* seu, que animou você a sacrificar tanto o seu lazer de sua vida em função disso, eu acho isso brilhante. É na realidade que está o princípio da sua subversão e [não apenas] na nossa cabeça!

A excelência de sua tese originou um livro muito importante para compreensão do Serviço Social em empresas na década de 1990. “O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e processos do trabalho profissional”, dentre artigos, capítulos de livros etc. Essa bibliografia tem sido, dentre outras, uma das principais referências para estudantes, profissionais e pesquisadores não só da área empresarial, mas também de outros espaços sócio-ocupacionais, pois a lógica da gestão empresarial influenciou e vem influenciando outras áreas do trabalho público e privado.

Trata-se de uma literatura indispensável, pois muitos elementos que ali estão presentes, explicam acontecimentos atuais, dado o aprofundamento da lógica de exploração e expropriação capitalista, tais como a gestão toyotista, a disseminação política e ideológica da competitividade entre trabalhadores gerando o que Lúcia considerou ser uma espécie de “atrofia social” e “política”, entre outros retrocessos decorrentes dos processos de reestruturação produtiva.

Ao longo de sua trajetória suas preocupações principais se concentram em dois eixos: 1) identificar como trabalho profissional dos assistentes sociais se desenvolve nas contradições dos espaços sócio-ocupacionais, principalmente das empresas públicas e privadas, objetivando a ruptura com o conservadorismo; 2) saúde do trabalhador entendida de modo ampliado e relacionado aos modos de produção e reprodução social na sociedade capitalista. Claro que essas questões não são as únicas, mas me arrisco a afirmar que são as que tocam o coração da professora Lúcia.

Ao pesquisar a sociedade, como todos nós pesquisadores, Lúcia sempre se depara com questões duras, árduas e desafiadoras. Muitas parecem não ter solução, são difíceis de lidar, nos deixam indignadas (os) todos os dias, mas se há algo a aprender com Lúcia é a capacidade de ter esperança e a tranquilidade de aguardar o amanhã com a certeza de que sempre há algo de bom para ser feito. Existe algo melhor? Esse talvez seja o principal aprendizado de todos que conviveram e convivem com a professora Lúcia, para além do óbvio conhecimento teórico.

A UERJ reconhece, agradece e deseja que a professora Lúcia Freire permaneça assim: bem humorada com esperança e feliz! Tenho certeza que a UERJ e as demais universidades por onde Lúcia passou e passa, deseja o mesmo. Permaneça firme, leve e otimista e receba os nossos sinceros agradecimentos.

Referências

FREIRE, L. M. B. *O Serviço Social na reestruturação produtiva*. Espaços. Programas, direções e processos do trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Serviço Social Organizacional*. Teoria e Prática em empresas. São Paulo: Cortez, 1983.

DOI: 10.12957/rep.2019.42546



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



Construindo uma ontologia das relações patriarcais de gênero no Serviço Social

NOGUEIRA, L. *Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris. 2018.

Luciana Azevedo Souza Ferreira*

Embora a categoria dos assistentes sociais seja formada eminentemente por mulheres, premissa já apontada por Netto e Iamamoto em suas primeiras obras, que são referências clássicas para apreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, a temática que relaciona gênero e capitalismo ganha importante contribuição com a obra do assistente social, docente e pesquisador Leonardo Nogueira, intitulada “Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil”. Fruto de dissertação, a obra apresenta um fôlego marcante diante do tempo exíguo determinado para uma pesquisa de mestrado contemporânea, sendo resultado também de investimento na trajetória de um pesquisador forjado desde a graduação a partir da práxis, mediante vinculação com os movimentos sociais¹ e programa de iniciação científica, o que denota o impacto real que se pode alcançar quando o Estado prioriza investimento em educação.

A partir da questão a respeito de como a profissão explorou a temática de gênero, o autor propõe-se a estudar em quatro capítulos o patriarcado, racismo e capitalismo, bem como suas repercussões no Serviço

* Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Assistente Social da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS- São Luís/MA). *Correspondência*: Rua Nossa Senhora da Vitória, Residencial Colinas, Bloco 01, Apto 403, Bairro Turú – São Luís/MA. CEP 65063-380. *E-mail*: <lucyazvdo@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3083-4191>>.

¹ Sua participação em cursos sobre “Realidade brasileira” e estágio interdisciplinar de vivências, promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens e, posteriormente, na condição de educando e educador na Escola Nacional Florestan Fernandes gerou a inquietação para realização da presente pesquisa.

Social e o faz com rigor, no qual discute a categoria gênero, apreendendo-a em articulação com a divisão social do trabalho, a fim de demarcar suas determinações particulares, no solo da sociedade capitalista. Ao lançar-se na interpretação materialista ontológica de gênero, o autor percorre de forma aprofundada as perspectivas de análise do feminismo marxista a partir de Saffioti e do feminismo materialista francófono, como veios condutores para a reflexão em torno da divisão sexual do trabalho e do patriarcado, apontando essa perspectiva de análise como possibilidade de articulação da tríade raça, gênero e classe.

E busca articular também com a ideia de “[...] consubstancialidade das relações sociais de ‘raça’/etnia e classe [...]”, presente no Serviço Social brasileiro, sobretudo no tratamento dado por Cisne (2013, 2014), num movimento de sistematização da produção de conhecimento da área no Serviço Social, a fim de evidenciar principais tendências e dilemas, contribuindo com o Grupo de Trabalho e Pesquisa responsável pela temática de gênero, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Sobretudo, por entender que, sendo e a profissão dos assistentes sociais formada iminentemente por mulheres, carrega traços de subalternidade expressos também nos estereótipos atribuídos. Profissão esta que se tornou uma alternativa de trabalho adequado às qualidades femininas no âmbito da divisão sexual do trabalho, exigida pela sociedade patriarcal, análises para as quais Nogueira articula Netto (2009), Iamamoto (2008) e Cisne (2012) respectivamente.

Já no primeiro capítulo o autor evidencia o debate marxiano sobre a gênese, desenvolvimento e dinâmica da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, demonstrando a relação dialética entre o capital e o trabalho ao identificar a divisão sexual do trabalho como expressão da divisão social do trabalho, evidenciando o significado peculiar que a divisão sexual do trabalho adquire no modo de produção atual, mesmo sendo anterior ao capitalismo, expressando-se nas relações estabelecidas entre homens e mulheres na produção e reprodução. Tal fundamento será modular para explicitar a premissa que percorre sua obra a da “[...] existência de um fio condutor entre as formas pretéritas de divisão sexual do trabalho e as formas hodiernas de exploração e dominação das mulheres [...]” (NOGUEIRA, 2018, p. 19).

Para tanto, o autor percorre a produção marxiana e marxista desde a “Ideologia Alemã”, passando pela “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, até “O Capital” para evidenciar que, embora com uma abordagem biologizante, à qual demarca a divisão sexual do trabalho na família a partir das características de cada sexo, na obra de Marx já estavam postos os elementos dessa premissa que Nogueira (2018) aponta. Ademais, ressalta a importância da produção feminista na superação da ideia de que a divisão sexual do trabalho se daria pelas características dos sexos e prossegue sua análise até chegar às tendências contemporâneas da

divisão sexual do trabalho, articulando Tabet (2014), Devrux (2011), Kergoat (2009), Souza-Lobo (2011), Harvey (2011), Meszaros (2011), Mandel (1982), Nogueira (2006) e Hirata (2008).

Nogueira (2018) demarca a relação entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho como determinações a fim de entender a conformação das relações sociais. Assim, aborda a contribuição de Saffioti (2004) sobre a articulação entre as categorias “gênero”, “raça/etnia” e “classe social”, pelo seu pioneirismo como feminismo marxista e também a contribuição do feminismo materialista francófono, o que desdobra na construção do pensamento sobre a noção de simbiose (novelo) entre patriarcado-racismo-capitalismo e da consubstancialidade das relações de sexo, “raça/etnia” e classe fundamentando a discussão sobre a potência da relação entre feminismo e materialismo histórico dialético.

Na sua construção de uma ontologia do gênero, parte de Lukács, para apontar sua premissa de que a subordinação das mulheres adquire um contorno especial com a generalização do trabalho excedente. Nesse sentido o autor evidencia que “[...] a divisão sexual do trabalho pode expressar tanto a base material do que Saffioti caracteriza como patriarcado, quanto a base das relações sociais de sexo do feminismo materialista francófono [...]” (NOGUEIRA, 2018, p. 63). Destaque ainda para a abordagem do heterossexismo articulado às relações patriarcais de gênero, onde o autor vai afirmar que o primeiro atua para organizar as relações sociais prescrevendo os modos de ser homem e mulher, necessários às relações patriarcais de gênero.

No terceiro capítulo Nogueira (2018) faz uma mediação entre as relações patriarcais de gênero e o Serviço Social, demarcando a emergência da profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho a partir das exigências da dinâmica imperialista, no qual evidencia uma importante constatação a ser apontada no seu trabalho: o fato de que as relações patriarcais de gênero constituem-se elemento a ser incorporado aos estudos que se dedicam à compreensão dos desdobramentos da emergência e institucionalização do Serviço Social. Especialmente porque tanto a profissão da assistente social quanto seu público usuário das políticas sociais nas quais o capital aciona esta profissão, é notadamente formado por mulheres, de modo que “[...] as relações patriarcais de gênero também impactam na conformação da subalternidade da profissão diante daquelas consideradas historicamente masculinas [...]” (NOGUEIRA, 2018, p. 10).

Totaliza o trabalho apresentando os dados da pesquisa, objeto da dissertação, com levantamento sobre os grupos de pesquisa no Serviço Social que se propõe estudar a temática, identifica as principais áreas estudadas, referências teóricas e tendências, problematizando a construção do conhecimento no Serviço Social e destacando seus traços, bem como interlocução com a tradição marxista. Assim, a obra de Nogueira chama-nos a pensar o Serviço Social inscrito na divisão sociotécnica do trabalho com

uma análise mais totalizante, haja vista as particularidades com as quais os assistentes sociais se deparam no exercício profissional, sobretudo no que se refere às tensões e desafios colocados ao projeto profissional crítico do Serviço Social.

Portanto, articula as sínteses que decorrem não somente de sua pesquisa, mas da práxis, a que o autor apresenta também, tendo em vista sua experiência como educando e educador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e dos movimentos sociais. Especialmente o entendimento de que o significado do “patriarcado” permanece um gargalo, sendo muitas vezes tratado como ideologia, além de permanecer ausentes as mediações com as relações patriarcais de gênero, ao se estudar questões como sexualidade e identidade de gênero, além da ausência do debate sobre o heterossexismo. Definindo seu lugar na produção de conhecimento crítico, sem deixar de reconhecer toda a trajetória já trilhada pelo Serviço Social brasileiro, Nogueira finaliza com a imprescindibilidade de o Serviço Social edificar uma relação mais estreita com o movimento feminista classista, deixando e desafio necessário não somente à academia, mas ao profissional que é brindado com uma produção rigorosa, porém de leitura agradável, sobretudo em tempos áridos.

DOI: 10.12957/rep.2019.42547



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



“Novas mediações para um debate necessário: território, política social e Serviço Social”

ABREU, M. H. E. *Território, Políticas Sociais e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo*. São Paulo: Papel Social, 2016.

Thaís Lopes Cortes*

O Serviço Social é uma profissão circunscrita na divisão social e técnica do trabalho que atua diretamente com as expressões da “questão social”, em suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983). Portanto, diferentes são as áreas de estudos e de intervenções a que a categoria profissional se dedica. Dentre as preocupações que se inserem enquanto objeto de estudo desses profissionais, tem-se a questão urbana. Desse modo, Maria Helena Elpidio Abreu nos presenteia em 2016 com o livro “Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo”, resultado da sua tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ).

O livro traz um salto inovador à produção bibliográfica sobre um tema tão importante para todos aqueles que cotidianamente atuam na materialização das políticas sociais territorializadas e que até então não havia sido estudado com profundidade por literatura especializada. Seu objetivo é o de apreender a lógica em que se dá o uso da territorialização nas políticas sociais de assistência e de habitação de interesse social. Para tanto, elenca a categoria território como central para sustentar os quatro capítulos de seu livro, no qual se dedica à análise histórica e teórico-metodológica sobre a categoria.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. *Correspondência*: Rua São Francisco Xavier, 524, bl. D, sl. 9002 – Pavilhão João Lyra Filho – Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-013. E-mail: <thaislopes cortes@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1274-6921>>.

A autora reúne na metodologia escolhida, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com ênfase na análise da categoria território presente nos grandes documentos orientadores das políticas sociais durante os governos Lula e Dilma (2003 – 2013), além de se debruçar na investigação sobre quais são as principais tendências teórico-metodológicas utilizadas pelo Serviço Social em artigos, periódicos, livros, dissertações e teses.

Ao tentar compreender a totalidade em que se insere o seu objeto, a autora realizou mediações que permitiram uma análise mais aprofundada. Desse modo, um dos pontos fortes do livro consiste no fato de ter interpretado a relação do território com a crise do capital e com a adoção das medidas propostas pelo Banco Mundial na materialização das políticas sociais, que passaram a ser sustentadas pelo eixo da territorialização.

De modo distintivo a autora nos brinda com a análise das consequências da focalização das políticas sociais em territórios, chamando a atenção do leitor para o que disso emerge. Nessa perspectiva demonstrou o agravamento das expressões da “questão social” e dos aviltamentos a que são expostas as classes subalternas, especialmente no Brasil, onde os impactos da crise do capital e dos cortes orçamentários foram mais severos, por se tratar de um país de desenvolvimento desigual e combinado.

Do seu comprometimento com o método utilizado na elaboração da pesquisa, a autora nos transporta a uma aproximação ao debate da categoria território a partir da tradição marxista clássica e contemporânea, fundamentada em clássicos internacionais como Marx, Engels (2010), Lenin (2010), Wood (2010 e 2014), Harvey (2003, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2013) e Lefebvre (1973, 1999, 2001, 2006 e 2008), dentre outros, a fim de estabelecer quais são os principais consensos e descensos.

Isto posto, é fundamental destacar que a autora compreende o território como parte do processo de materialização histórico-social da realidade, cujo significado representa a dimensão espacial na qual se dá o processo de reprodução das relações sociais. Assim, a luz do pensamento crítico, sustenta a tese da relação entre o território e o modo de produção capitalista. E, por isso, se dedicou a analisar a dinâmica capitalista, especialmente no que se refere a ocupação do espaço e a renda fundiária, favoráveis ao processo de acumulação do capital. Dessa compreensão, se apropriou de outras categorias como valor-de-uso, valor-de-troca e renda fundiária, que foram fundamentais para aclarar a sua percepção sobre o território, as políticas sociais e o Serviço Social.

Em contexto de crise do modo de produção capitalista, tem-se a racionalização do capitalismo, evidenciando a sua irracionalidade e os seus lastros destrutivos. Há uma potencialização da exploração do território, de seus recursos e da sua força de trabalho, para a criação de novos nichos, a fim de atender as demandas imediatas do capital, como a da circulação de novos mercados, que contribuem para postergar os efeitos da crise do capital.

De forma similar, a categoria território é pensada como estratégia do novo desenvolvimentismo nas diretrizes dos governos do Partido dos Trabalhadores para retardar os efeitos deletérios da crise do capital. Nessa ocasião as políticas sociais passaram a atender as proposições neoliberais expressas no Consenso de Washington. Isso contribuiu para a prevalência da contrarreforma do Estado, que expressa políticas focalizadas e seletivas.

Por este ângulo é notório que as políticas sociais representam a lógica da mercantilização, da privatização e da financeirização da “questão social”. Por meio da ação regulatória do Estado, busca-se a garantia e a ampliação do modo de produção capitalista, construindo bases cada vez mais sólidas para a dependência da venda da força de trabalho em condições de subexploração, de forma precarizada, destituída de direitos sociais, para que as classes subalternas possam (r)existir no processo de reprodução das suas relações sociais no capital imperialismo. O que torna indiscutível o elevado grau de barbárie, que é imposto, especialmente às classes que vivem do trabalho.

Quando não é mais possível que os sujeitos consigam se reproduzir apenas por meio da venda da sua força de trabalho, o Estado vai intervir por meio das políticas sociais, a fim de buscar combater a pobreza, a violência e a gerar a ampliação do consumo. E é nesse embate que desde a Constituição Federal de 1988, com a instauração da seguridade social, que temos a descentralização político administrativa, com a divisão das atribuições entre os entes-federados, tendo como prerrogativa a lógica do território, por meio da municipalização e regionalização das políticas sociais.

A perspectiva na qual as políticas sociais são materializadas corroboram para que elas se tornem marcadas pelo regionalismo. Nesse ponto, Elpidio tece uma crítica a esse modelo marcado pelo neodesenvolvimentismo, uma vez que contribuiu para a fragmentação e setorialização das políticas sociais, que não atendem as reais demandas dos setores subalternizados da sociedade, além de contribuir para a manutenção de governos populistas. Assim, tem-se uma despolitização da “questão social”, bem como o enfraquecimento da organização da massa de trabalhadores.

Nesse seguimento, Elpidio tece considerações sobre a tragédia ou sobre a farsa na qual se insere o novo desenvolvimentismo presente na lógica do território adotada pelos documentos normativos das políticas sociais brasileiras, de cunho social liberal. É necessário afirmar que a autora compreende o novo desenvolvimentismo como uma alternativa dos países periféricos para a superação da crise do capital. Ou seja, há uma restrição dos investimentos para o enfrentamento das expressões da “questão social”, ao mesmo tempo em que busca por meio das políticas sociais potencializar a economia dos territórios.

O grande salto que a autora dá na sua tese e que posteriormente foi sendo incorporado por outros pesquisadores do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento, é o de conceber o território enquanto uma

alternativa para a expropriação dos direitos das classes subalternas, uma vez que contribui para uma seletividade da pobreza, que abarca somente os segmentos mais pauperizados da sociedade.

Ao estudar os documentos de sustentação das políticas sociais de assistência social e de habitação dos governos petistas, constatou que o novo desenvolvimentismo adotado no Brasil, contribuiu para que as políticas sociais de caráter liberal tenham como objetivo central, a partir da lógica territorial, ser um instrumento de favorecimento dos interesses macroeconômicos do capital. Constituindo-se, portanto, enquanto medidas anticíclicas às crises do capital, para o controle da pobreza de forma imediata, que atua na perspectiva de retardar os efeitos da crise do capital no país, uma vez que potencializa a economia por meio da transferência de renda, que aumenta o poder de compra dos setores subalternos.

A partir dos dados da pesquisa, a autora destaca que o território vem sendo pensado a partir do viés funcionalista e positivista para a gestão, administração e controle dos riscos e das vulnerabilidades sociais. Mas apesar das contradições que prevalecem na lógica social liberal adotada no país, é necessário destacar a relevância que Elpidio atribui a relação entre território e “questão social”. Para ela, se a territorialização fosse pensada de forma crítica, seria possível aclarar a especificidade de cada território, contribuindo para que de fato, mudanças substanciais pudessem ocorrer. Entretanto, a lógica mercadológica que está por trás da territorialização das políticas favorece expressivamente o capital, aprofundando a racionalidade gerencial do Estado, ao mesmo tempo em que transfere a sua responsabilidade para o terceiro setor e para a sociedade civil.

A necessidade de apurar de forma mais contundente a relação entre o território, as políticas sociais e o Serviço Social, fez com que a autora realizasse uma pesquisa sobre as produções bibliográficas que foram produzidas durante 2003 a 2013, a fim de identificar quais são as principais tendências teórico-metodológicas abordadas na compreensão da categoria território. E esta é uma das grandes colaborações que o livro traz a todos que se dedicam a estudar o território, sobretudo, para os que estão na fase inicial de suas pesquisas, uma vez que permite aclarar quais são e de que clássicos partem as perspectivas teóricas produzidas.

Além disso, o estudo evidenciou a fragilidade teórico-metodológica de algumas das pesquisas bibliográficas analisadas, dado que partem de análises tecnicistas, marcadas pelo sincretismo, pelo ecletismo e pelo caráter polissêmico da profissão. Desse modo, a autora ao delinear as perspectivas teóricas, os limites e as possibilidades que são dados aos estudiosos do tema, abre caminhos para que pensemos novos objetos de estudos que possam subsidiar novas mediações, além do lócus clássico da intervenção profissional.

A autora demonstra como uma das possibilidades a urgência de pensarmos o território e a sua relação com a mundialização do capital e a

sua crise. Portanto, o livro nos convoca à apuração do território a partir de novas mediações que podem ser alcançadas por meio do aprofundamento teórico e metodológico disponível a partir do escopo por ela deixado. Nesta congruência, será possível evidenciar a forma degradante e bárbara do capitalismo contemporâneo, e, quem sabe, nos permita buscar estratégias de enfrentamento das expressões da “questão social” a partir dos interesses das classes subalternas.

Referências

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

DOI: 10.12957/rep.2019.42548



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



EM PAUTA:
ISSN:

TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA
2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

NORMAS EDITORIAIS

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:
– somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.

– o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;

– deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;

– o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

– quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.

– quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam preconceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do pa-recer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- as citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.

- Nome do autor:

- a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”.

- b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).

- Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado – paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos – Revistas

FALEIROS, V. P. Reconceitualização do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 maio 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social**

EDITORIAL STANDARDS

1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;

2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);

3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;

4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaem-pauta>, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing.

– Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.

– The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

– When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.

– When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

1) Declaration of Responsibility (signed);

2) Transfer of Copyrights (signed);

3) Registration form completed (signed);

4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replicas and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: "the civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: "civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals – Magazines

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions "available at:" and "accessed at:". Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Tem-poralis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdtd.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013

FRANCIS GOMES CARDOSO
 POTYARA AMAZONELDA P. PEREIRA
 EDUARDO STOLTZ
 JULIANA FIUZA CISLAGHI
 DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA
 NEYLANZA MICAS COE
 LAURA FREITAS DE OLIVEIRA
 ROBERTO BASSAN PEIXOTO
 MILENA FERNANDES BARROSO
 POLLYANA LUZ MACEDO DA SILVA
 CLARISSA F. DO RÊGO BARROS
 SERGIO QUINTERO LONDOÑO
 NATÁLIA REGINA PARIZOTTO
 CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA
 ISABEL CRISTINA DA COSTA CARDOSO
 MÁRCIA REGINA BOTÃO GOMES
 LUCIANA AZEVEDO SOUZA FERREIRA
 THAÍS LOPES CORTES



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
 Faculdade de Serviço Social da UERJ
 Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
 Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
 URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
 Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
 Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2017 – n. 40, v. 15
 ISSN 2238-3786 (Versão online)